

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM HISTÓRIA

FABIANO LEAL DE SOUZA

*VIDA DAS IDEIAS:*  
**ESTADO, MERCADO E DEMOCRACIA NO PENSAMENTO DE  
JOSÉ GUILHERME MERQUIOR**

Niterói

2019

FABIANO LEAL DE SOUZA

***VIDA DAS IDEIAS:***  
**ESTADO, MERCADO E DEMOCRACIA NO**  
**PENSAMENTO DE JOSÉ GUILHERME MERQUIOR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Professor Dr. Francisco José Calazans Falcon.

Niterói

2019

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo  
Campus Niterói

S729v Souza, Fabiano Leal de.

Vida das ideias: Estado, mercado e democracia no pensamento de José Guilherme Merquior / Fabiano Leal de Souza. – Niterói, 2019.

229 p. : il.

Bibliografia: p. 219-229.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História - Universidade Salgado de Oliveira, 2019.

Orientador: Dsc. Francisco José Calazans Falcon.

1. Brasil - História. 2. Merquior, José Guilherme, 1941-1991. 3. Crítica literária. 4. Cultura. 5. Brasil - Política e governo. 6. Democracia. 7. Liberalismo. I. Título. II. Subtítulo: Estado, mercado e democracia no pensamento de José Guilherme Merquior.

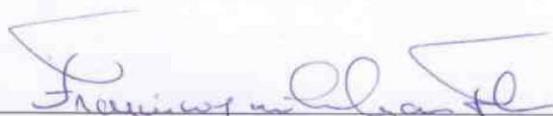
CDD 981

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

FABIANO LEAL DE SOUZA

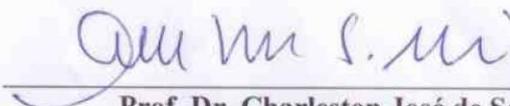
**“VIDA DAS IDEIAS: ESTADO , MERCADO E DEMOCRACIA NO  
PENSAMENTO DE JOSÉ GUILHERME MERQUIOR”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 19 de fevereiro de 2019 pela banca examinadora, composta pelos professores:



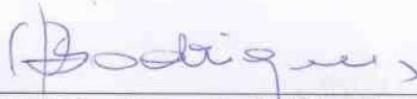
**Prof. Dr. Francisco José Calazans Falcon**

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



**Prof. Dr. Charleston José de Sousa Assis**

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)



**Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues**

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

*Esta tese é dedicada às minhas avós, Emilia  
Jardim de Souza (in memoriam) e Alinéia  
Andrade Leal.*

## AGRADECIMENTOS

A presente dissertação se beneficiou muitíssimo da orientação crítica do Professor Francisco Falcon, como dos instigantes comentários dos dois eminentes examinadores convidados, Professor Charleston José de Souza Assis (UFF) e Professor Fernando da Silva Rodrigues (UNIVERSO).

No curso deste mestrado, nossa pesquisa foi afortunada ao angariar, ainda, a simpatia de alguns dos professores da casa, como da Professora Mary Del Priore, Professora Marli de Almeida Gomes Vianna e Professora Márcia Amantino, cujas sugestões sempre se fizeram a contento do melhor espírito acadêmico. Nessa toada, estendo essas considerações aos demais docentes, mesmo aqueles que não tiveram participação direta em nossa empreitada, mas cujas presenças são de máxima relevância para a qualidade acadêmica deste formidável centro de ensino e pesquisa.

E sendo uma investigação de maturação lenta, os fecundos diálogos travados com amigos de longa data e com novos interlocutores, se revelaram decisivos. Assim, sou imensamente grato à Professora Sheila Nunes Valladares, Professora Vânia Cavicchini, Professor Felipe Arocena, Professor Leandro Timóteo Muniz, Euzeli Fernandes, Aluizio Pacheco, Ricardo Miguel Nogueira, ao verdadeiro homem dos livros que é Carlos Mônaco, ao meu dileto racionalista, Eurico Segrillo e ao charme livresco de Silvia Chomsky. Bem como, mais recentemente, fui agraciado pelas excelentes conversas com o Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, Embaixador Marcos Azambuja e o Embaixador José Jerônimo Moscardo de Souza.

Meu agradecimento especial àquele que a Professora Mary Del Priore chama justamente de o melhor editor do Brasil, José Mário Pereira, que me concedeu uma magnânima entrevista, profundamente reveladora de seu apreço sincero por J. G. Merquior.

Nossa pesquisa se viu merecedora da torcida discreta, porém luminosa da Professora Maria Célia, a quem devoto profundo respeito e admiração.

À Professora Aparecida Esquibel: toda minha gratidão por recepcionar minhas ideias com o melhor de sua fina inteligência e cultura.

Não posso esquecer-me de mencionar Afonso Carlos Seabra da Silva Telles e Ana Maria da Silva Telles, fontes permanentes de inspiração na busca pela excelência.

Decerto, meu maior reconhecimento se dirige à Universidade Salgado de Oliveira, que se funda como instituição de destaque no que se refere em fazer mais e melhor, visando o árduo desafio de deixar um legado duradouro na cultura brasileira.

Porém, a despeito de todo esse apoio é desnecessário salientar que as ideias aqui contidas são de minha inteira responsabilidade.

Devo agradecer, também, à Secretária Tayná Monteiro Felix, cujos esforços sempre se realizaram no sentido de atender os pós-graduandos com respeito e estrito profissionalismo.

E, *last but no least*, essa missão não teria sido possível sem a dedicação integral de minha esposa Isabel Cruz, verdadeira companheira de uma vida – aquela que não deixa *o coração morrer quando achamos que deveria*.

## RESUMO

O pensamento liberal de José Guilherme Merquior não tem merecido tratamento digno de mérito. Autor de uma obra vasta e complexa, que se estende da crítica literária à estética, cultura e política, Merquior tem sido classificado, quando não, somente rotulado, de várias maneiras tendo em vista o posicionamento liberal abertamente adotado na segunda fase de sua evolução intelectual no começo da década de 1980. Assim, após sua morte precoce em 1991, Merquior ora é apresentado como um neoliberal ora como um “conservador”. Quando não, há os que afirmam que não se trata de um liberal propriamente dito, sendo apenas um mero polemista. O fato é que essas inconstâncias interpretativas têm dificultado situar a obra política merquioriana no cerne do pensamento liberal, como que impedindo de destacar sua relevância para a cultura brasileira. Desse modo, o propósito principal desta tese foi a de investigar qual a filiação de Merquior em meio às várias vertentes do liberalismo contemporâneo. O princípio desta pesquisa se norteia, fundamentalmente, em mapear a evolução da crítica merquioriana em face ao tratamento consagrado aos três grandes temas da teoria social moderna, quais sejam, estado, mercado e democracia. Nesse sentido, avaliamos a posição de Merquior relacionada, sobretudo, aos dois primeiros temas, que são matéria prima da atenção de alguém que se quer liberal, como forma de melhor esclarecer a filiação deste autor em meio a essa tradição político-filosófica. A presente abordagem tem como teoria subjacente o fato que, o referido agregado de temas, assim como o próprio liberalismo, são fenômenos sociais complexos. Logo, estes precisam ser submetidos à complexidade histórica, isto é, ao modo como se organizaram através da história. E, no que concerne ao nosso objeto de estudo específico, isso significa explorar algumas linhas de interseção do autor com o contexto social e a rica tradição liberal. O resultado é que o liberalismo de Merquior é um amálgama de perspectivas colhidas de diversos liberalismos, mas no qual se pode dizer que é, preponderantemente, um social-liberalismo ou um liberalismo-social, enquanto uma realização crítica em diálogo com o contexto histórico do período da década de 1980, relacionado, sobretudo, com o momento brasileiro de democratização.

**Palavras-chave:** J. G. Merquior, Liberalismo(s), História das Ideias, Complexidade, Estado, Mercado e Democracia.

## ABSTRACT

The liberal thinking of José Guilherme Merquior has not deserved treatment worth of merit. Author of a vast and complex work, which extends from literary criticism to aesthetics, culture and politics, Merquior has been classified, if not labeled, in many ways in view of the openly liberal position assumed in the second phase of his intellectual evolution in the early 1980s. Thus, after his untimely death in 1991, Merquior has been presented eventually as a neoliberal and sometimes as a "conservative." If not, there are those who claim that he is not a proper liberal, but simply a polemicist. The fact is that these interpretative inconsistencies have made it difficult to place Merquior's political work at the heart of liberal thought, as if it prevented the highlighting of its relevance for Brazilian culture. Thus, the main purpose of this thesis was to investigate the affiliation of Merquior among the various currents of contemporary liberalism. The main purpose of this research is to map the evolution of the Merquiorian critique in face of the treatment related to the three main themes of modern social theory: state, market and democracy. In this sense we have evaluated Merquior's position on the issues related to these themes, especially the first two, which are the primary matter of the attention of one who wants to be liberal, we can better clarify the affiliation of this author in the midst of this political-philosophical tradition. The present approach has as its underlying theory that the mentioned aggregate of themes, as well as liberalism itself, are complex social phenomena. Therefore, these must be referred to the historical complexity, that is, to the way they have been organized throughout history. Regarding the object of study presented here, it means exploring some lines of intersection of the author with the social context and the rich liberal tradition. The result is that Merquior's liberalism is an amalgam of perspectives drawn from various liberalisms, but in which it can be said that it is predominantly a social-liberalism, while a critical realization in dialogue with the historical context during the 1980s, mainly related to the moment of Brazilian democratization.

**Keywords:** J. G. Merquior, Liberalism(s), History of Ideas, Complexity, State, Market and Democracy.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ABI** - Associação brasileira de Imprensa

**AIG** - American International Group

**ARENA** - Aliança Renovadora Nacional

**AI-5** - Ato Institucional Nº5

**BREXIT** - Saída da Grã-Bretanha da União Europeia

**COFINS** - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

**COL. JGM** - Coleção José Guilherme Merquior (in CCBB)

**CCBB** - Centro cultural Banco do Brasil

**CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

**CPMF** - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

**DOI-CODI** - Destacamento de Operações de Informação/Centro Operacional de Defesa Interna

**DRU** - Desvinculação de Recursos da União

**EC** - Emenda Constitucional

**EUA** - Estados Unidos da América do Norte

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPCA** - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

**ISEB** - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

**LBA** - Legião Brasileira de Assistência

**LFI** - Liberty Fund of Indianapolis

**LSE** - London School of Economics

**LTS** - Times Literary Supplement

**MCE** - Mercado Comum Europeu

**MDB** - Movimento Democrático Brasileiro

**MIT** - Massachusetts Institute of Technology

**MITI** - Ministry of International Trade and Industry (Órgão da política econômica e industrial do Japão.)

**NHS** - National Health Service

**NIC** - Novos Países Industrializados NIC

**OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil

**OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte

**PCB** - Partido Comunista Brasileiro

**PC do B** - Partido Comunista do Brasil

**PEC** - Projeto de Emenda Constitucional

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PNB** – Ver PIB

**PROER** - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**SNI** - Serviço Nacional de Informação

**UFF** - Universidade Federal Fluminense

**UNB** - Universidade Nacional de Brasília

**UNIVERSO** - Universidade Salgado de Oliveira

**URSS** - Union des Républiques Socialistes Soviétiques

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura.1.</b> Vista geral da dinâmica de um sistema complexo adaptativo.....	49
<b>Figura 2:</b> Síntese do esquema da interação entre sistemas.....	51

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO I – CONTEXTO E TEORIA</b> .....	29
1.1 Contexto I: dos coletivismos aos liberais.....	29
1.2 Contexto II: do “Fim da História” aos velhos e novos inimigos da democracia liberal.....	32
1.3 Teoria.....	48
<b>CAPÍTULO II - O PROJETO DA CRÍTICA LIBERAL</b> .....	64
(A) Um Contexto para o Projeto.....	65
2.1 Com vistas à transição.....	65
2.2 Um novo horizonte de legitimidade .....	75
Conclusão A .....	80
2.3 Contra o irracionalismo burocrático.....	83
2.4 Contra as Ideologias da Intolerância .....	90
Conclusão B .....	97
<b>CAPÍTULO 3 – O LIVRO MENSAGEM</b> .....	103
3.1 Processos de Liberdade .....	104
3.1.1 Sob o signo do industrialismo.....	104
3.1.2 Capitalismo: lógica da ação individual.....	111
3.1.3 Padrões históricos: Da guerra ao comércio (Ou sobre a poder militar prevalente na sociedade antiga).....	114
3.1.4 Mercados em rotação.....	116
3.2 A Via Democrática .....	123
3.2.1 Retorno às fontes clássicas .....	123
3.2.2 Democracia <i>encontra</i> o liberalismo e vice-versa .....	127
3.2.3 Democracia direta e representativa .....	130
3.2.4. Padrões de industrialização e comportamento político .....	133

3.3 Estado .....	139
2.3.1 Estado e sociedade civil: de uma visão negativa à dinâmica simbiótica.....	140
3.3.2 Espectro de uma antítese: Império/Nação .....	146
3.4 Conclusão.....	154

**CAPÍTULO 4 - O LIBERALISMO COMO ESPELHO CRÍTICO DA SOCIEDADE.....** 157

4.1 Temas de Economia.....	158
4.1.1 Luz reformista .....	158
4.1.2 Transformação capitalista.....	161
4.1.3 Hegemonia em xeque (A).....	166
4.1.4 Hegemonia em xeque (B): ideias de declínio .....	169
4.1.5 Consequências sociais da economia de serviço.....	172
4.1.6 Da economia à sociedade de serviço.....	176
4.1.6 Dívida externa em perspectiva.....	179
4.1.7 Quem acredita no livre comércio?.....	182
4.1.8 Notas de economicídio.....	185
4.1.9 Protecionismo.....	187
4.2 Temas Políticos .....	190
4.2.1 Arcaísmo estatal.....	193
4.2.2 Além da disjunção .....	195
4.2.3 Estado e democracia.....	198

**CONSIDERAÇÕES FINAIS .....** 206

**LISTA DE FONTES PRIMÁRIAS.....** 215

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....** 219

“Ideas thus made up of several simple ones put together, I call complex such as are  
Beauty, Gratitude, a Man, an Army, the Universe.”

Jonh Locke (1632-1704) in **An Essay Concerning Human Understanding**

## INTRODUÇÃO

Quando faleceu aos 49 anos em 1991, José Guilherme Merquior já era considerado um dos maiores pensadores brasileiros da segunda metade do século XX. Os depoimentos para a grande imprensa da época de dois importantes intelectuais de esquerda não deixam margem quanto à relevância de Merquior para a cultura nacional. Assim, o filósofo marxista Leandro Konder, com a elegância que lhe era característica, comentou que, “mesmo para nós, marxistas, vamos sentir falta do interlocutor estimulante que ele era”.<sup>1</sup> Pois, Konder viu em Merquior “o primeiro grande nome intelectual do liberalismo brasileiro”,<sup>2</sup> além de alguém capaz de por a esquerda em perspectiva crítica porque a conhecia de maneira modelar. Enquanto que Carlos Nelson Coutinho ressaltou que Merquior “era o mais importante pensador liberal do Brasil”.<sup>3</sup> E como Konder, o autor de “A Democracia como Valor Universal” (1979), reconheceu que Merquior “elevou o debate de ideias do país a um nível muito alto”.<sup>4</sup>

Se Merquior conquistou a respeitabilidade daqueles que estavam no campo oposto ao seu, obviamente não seria menor o reconhecimento dos que se situavam, por assim dizer, no mesmo plano intelectual. Desse modo, o escritor Guilherme Figueiredo viu em Merquior “um dos raros intelectuais capaz de representar o país em qualquer lugar”.<sup>5</sup> O editor do selo Nova Fronteira, Sebastião Lacerda, responsável pela publicação da obra de Merquior ao longo da década de 1980, afirmou que, com a passagem de Merquior, “o país havia se tornado intelectualmente mais pobre”. Já Eduardo Portella lembrou “que Merquior foi a mais fascinante máquina de pensar do Brasil pós-modernista - irreverente, agudo, sábio”.<sup>6</sup> O companheiro de Itamaraty José Jerônimo Moscardo de Souza recorda que Merquior não fora apenas o grande intelectual, assinalando que no trato pessoal e profissional se destacava pela fidalguia e pelo bom humor.<sup>7</sup> O amigo e, também, diplomata, Sergio Paulo Rouanet escreveu: “ninguém foi mais liberal e apaixonado pela democracia que Merquior, lembrando que

---

<sup>1</sup> TRIGO, Luciano. *O anarquista da cultura*. **O Globo**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 09 de janeiro de 1991, Segundo Caderno, p. 01-2.

<sup>2</sup> Idem, *Ibidem*, p.2.

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>6</sup> PORTELLA, Eduardo. *José Guilherme Merquior: destreza crítica*. **O Liberal**, PA-Belém, 09.03.1996. disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/eduardo-portella/textos-escolhidos>

<sup>7</sup> Depoimento concedido em agosto de 2018.

não compreendia o porquê dele ter sido atacado várias vezes, uma vez que de suas facetas mais duras, a do polemista, era justamente um dos aspectos mais típicos da filosofia liberal”<sup>8</sup>. Talvez, a visão mais afortunada sobre a presença de Merquior caiba a Celso Lafer, que divisoou nele, o talento mais completo de uma geração. Aquele que, acima de tudo, vivenciou “o paradigma da liberdade como a grande aventura do espírito (...) que, de múltiplas maneiras, iluminou a vida das ideias”.<sup>9</sup>

A trajetória singular de Merquior na cultura brasileira se deu na mais tenra mocidade, quando em 1959 começou a publicar no lendário Suplemento Dominical do Jornal do Brasil. A partir do ano seguinte, Merquior, tendo o aval do editor e poeta Reynaldo Jardim, veio a se tornar um colaborador regular.<sup>10</sup> Nesse período que compreende entre a estreia no Suplemento até 1964, o jovem intelectual concentrava seu talento na crítica de poesia, mas com igual desenvoltura se lançava sobre diferentes temas relacionados à cultura e as artes. Como as análises que dedicou a obra de Merleau-Ponty<sup>11</sup> e os numerosos ensaios sobre arte que, como lembrou José Mario Pereira,<sup>12</sup> lhe eram objeto de atenção permanente.<sup>13</sup> A tônica deste “momentum” está bem definida no seu livro de estreia, “Razão do Poema”,<sup>14</sup> uma alentada coletânea de ensaios dividida em duas partes, uma dedicada à crítica e outra sobre estética. Nesse livro, já se nota um Merquior consciente da intensa evolução pela qual vinha passando seu pensamento, tal como se lê na “Advertência”, onde deixa claro que as modificações e cortes a que submeteu os textos, representava a distância em relação ao que pensava em outro contexto.<sup>15</sup>

Sendo assim, mais que uma obra de estreia, “Razão do Poema” é na verdade o marco inicial da primeira fase de uma rápida transformação intelectual vivenciada por

---

<sup>8</sup> ROUANET, Sergio Paulo. Um cruzado apaixonado in: *Merquior, um mestre na defesa e no ataque*. **O Globo**, Rio de Janeiro, domingo, 13 de Janeiro de 1991, Segundo Caderno, seção Livros, p. 07.

<sup>9</sup> LAFER, Celso. Paradigma da Liberdade in: *Ibidem*, p.07.

<sup>10</sup> JARDIM, Reynaldo, *Bilhete do editor*. **Jornal do Brasil**, domingo, 30 de abril de 1960, Suplemento Literário, p. 01.

<sup>11</sup> MERQUIOR, J. G. *O corpo como expressão e a palavra - Merleau-Ponty & Merleau-Ponty: o cinema e a nova psicologia*. **Jornal do Brasil**, 01 de outubro de 1960, Suplemento Literário.

<sup>12</sup> Ver depoimento de José Mario Pereira in **Dez Anos Sem José Guilherme Merquior**. Mesa redonda realizada na Academia Brasileira de Letras, no dia 04 de outubro de 2001, Rio de Janeiro.

<sup>13</sup> Vide, por exemplo, alguns dos ensaios mais significativos do período: MERQUIOR, J.G. "Neolakoon, ou da Espaciotemporalidade" **Jornal do Brasil**, domingo, 17, de outubro de 1959, Suplemento Literário. "Estudos sobre expressionismo: Holder, Munch e Ensor (Extrato de um ensaio sobre a gênese da pintura moderna)" *Ibidem*, dezembro de 1959. "Introdução a um pintor moderno: Degas" *Ibidem*, 23 de janeiro de 1960. "Galatéia ou a morte da arte" *Ibidem*, 26 de novembro de 1960 e 07 de janeiro de 1961.

<sup>14</sup> MERQUIOR, J. G. **Razão do Poema**, Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª Ed., 1996.

<sup>15</sup> *Ibidem*, pags. 13-4.

Merquior, que terá como ponto culminante a coletânea de ensaios de “O Fantasma Romântico”.<sup>16</sup> Já a segunda, que percorrerá toda a década de 80, tem início com a publicação de “As Ideias e as Formas”,<sup>17</sup> só se encerrará onze anos mais tarde com a obra póstuma “O Liberalismo – Antigo e Moderno”.<sup>18</sup> A diferença entre uma e outra é que na primeira o predomínio dos temas se faz em nome da estética e da crítica literária.<sup>19</sup> Na segunda, Merquior passa à análise de temas relacionados à política e a sociedade, dentro daquilo que poderia ser chamado de uma *interdisciplinary social theory*.<sup>20</sup> Nesse período os principais trabalhos de Merquior estão circunscritos a um arco que compreende da filosofia política liberal à crítica do marxismo; da teoria da legitimidade à análise da cultura e ideologia; bem como dos temas relacionados à grande transição à história das ideias. E, subjacente a essa multiplicidade de assuntos, repousa uma linha mestra de condução crítica, pautada, por um lado, pela estrita defesa dos valores da modernidade e, por outro, pela oposição sistemática ao relativismo pós-moderno.<sup>21</sup>

Em vista desse quadro, vale notar que a segunda fase da obra merquioriana não pode ser definida nos termos de uma cisão completa em relação à primeira. Simplesmente, porque um dos traços mais notáveis da proposta de Merquior é sua predileção por cingir o conhecimento dentro de uma perspectiva integradora. Por esta razão, se na segunda fase a preocupação com os problemas da sociedade moderna vão falar mais alto, nem por isso o interesse pela literatura desaparece.<sup>22</sup> Assim, se o interesse por esta última predomina num primeiro momento, também é verdade que certos aspectos sociais relacionados à cultura da modernidade já se faziam presentes. De

---

<sup>16</sup> MERQUIOR, J. G. **O Fantasma Romântico e outros ensaios**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

<sup>17</sup> Idem, **As Ideias e as Formas**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1981.

<sup>18</sup> Idem, **O Liberalismo – Antigo e Moderno** – 2ª Ed., Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.

<sup>19</sup> Por exemplo: Idem, **Formalismo & Tradição Moderna: o Problema da Arte na Crise da Cultura**. Petrópolis: Forense Universitária, 1974.

<sup>20</sup> Para uma interessante caracterização de Merquior nesse segundo momento de sua trajetória intelectual ver JOHNSON, Gregory R. *Modernity and Postmodernity in the Thought of José Merquior In Liberalism in Modern Times – Essays in honor of José G. Merquior*. Budapest: Central European University Press, 1996.

<sup>21</sup> As obras em questão são: **The Veil and the Mask: essays on culture and ideology**. London: Routledge & Kegan Paul, 1979; **Rousseau and Weber: two studies in theory of legitimacy**. London: Routledge & Kegan Paul, 1980; **A Natureza do Processo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; **O Argumento Liberal**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, Coleção Logos, 1983; **Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985; **O Marxismo Ocidental**. Rio de Janeiro: Ed. Nova fronteira, 1990 e **O Liberalismo – Antigo e Moderno** – 2ª Ed., Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.

<sup>22</sup> Um bom exemplo da permanência dos assuntos literários na obra de Merquior durante a segunda fase pode ser visto em **O Elixir do Apocalipse**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1983.

modo que, obras como “Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin”,<sup>23</sup> ensaio pioneiro de interpretação da escola de Frankfurt, e “Saudades do Carnaval”,<sup>24</sup> não nos permitem omitir o grande marco temático abrangido por Merquior, sobretudo no que se refere ao seu nítido interesse em compreender os vários aspectos do fenômeno social.

Consequentemente, livros como “The Veil and the Mask” e “Rousseau and Weber”, publicados em 1979 e 1980,<sup>25</sup> respectivamente, podem ser descritos como os pilares de fundação da ponte que leva de uma fase à outra. Ambas as obras nasceram do intenso convívio acadêmico de Merquior na London School of Economics (LSE), onde obteve o segundo doutorado<sup>26</sup> em ciência política sob a orientação do filósofo e antropólogo Ernst Gellner (1925-1995). E como em Gellner, o entusiasmo pelo realismo crítico de Karl Popper (1902-1994), o célebre filósofo da ciência e crítico dos totalitarismos que também lecionara na LSE, se manteve vivo em Merquior. Especialmente um dos grandes feitos da filosofia política popperiana, qual seja, divisar o liberalismo como sinônimo de racionalismo em política, em que este seria o principal atributo de uma sociedade aberta.<sup>27</sup>

Nesse sentido, a coletânea de ensaios “As Ideias e as Formas” será um divisor de águas. Uma vez que, através de suas páginas, estarão definitivamente vinculados os elos entre racionalismo crítico e liberalismo. Afinal, a independência crítica com que Merquior expressava seu pensamento tinha desde sempre a marca da razão: “Doa a quem doer, permaneço um racionalista”.<sup>28</sup> Para alguém que se vê como amigo da razão, o desafio a seguir não pode ser outro senão enfrentar os problemas colocados pelas mais diversas vertentes do irracionalismo contemporâneo. Nesse aspecto, a estratégia de Merquior culminou em um projeto de “militância crítica” que tinha nada menos a

---

<sup>23</sup> MERQUIOR, J. G. **Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin** (ensaio crítico sobre a escola neo-hegeliana de Frankfurt). Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1969.

<sup>24</sup> Idem. **Saudades do Carnaval**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1972.

<sup>25</sup> Idem, Op. cit., 1979.

<sup>26</sup> O primeiro doutorado se deu na Sorbonne no Institut d' Étude Portugaises et Brésiliennes da Universidade de Paris, sobre a poesia de Carlos Drummond de Andrade, aprovada junho de 1972, sob a orientação de Raymond Cantel e, posteriormente, traduzida por Marli de Oliveira em publicação da José Olympio Editora, **Verso Universo em Drummond**, 1975.

<sup>27</sup> Ver POPPER, Karl R. **A Sociedade Aberta e seus Inimigos**. BH/SP: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

<sup>28</sup> MERQUIOR, Op. cit. 1965, p. 14. Essa atitude de manifesta independência crítica pode ser vista precocemente in *Nota Antipática*, escrita como apresentação de a “Poesia do Brasil” organizado por Manuel Bandeira, que incumbiu o jovem Merquior da seleta de autores do simbolismo em diante. Ver: BANDEIRA, Manuel. **Poesia do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1963.

ambição de colocar sob análise o marxismo, a arte de vanguarda e a psicanálise,<sup>29</sup> sem mencionar o enfrentamento dos mais variados dogmatismos, comuns à política e às humanidades, onde o liberalismo seria a fonte principal de crítica do poder. Uma condição que, segundo o próprio Merquior, fora cancelada à democracia liberal por uma “consciência presente”, isto é, cingida tanto pela epistemologia, como pela experiência histórica do século XX.<sup>30</sup>

As duas fases que compreendem sua caudalosa obra são espelhos de contextos específicos vívidos pelo nosso autor. Sendo assim, a primeira refere-se aos anos de formação, investido do cargo de Terceiro Secretário do Itamaraty onde desempenhou importantes funções, primeiramente como Oficial de Gabinete do Chanceler Araújo de Castro em 1963, depois junto à Embaixada em Paris, então sob os auspícios do Embaixador Bilac Pinto.<sup>31</sup> Todavia, o percurso inicial não foi isento de dificuldades. Em 1966 Merquior esteve muito próximo de ser impedido de exercer suas funções em razão da “caça às bruxas” promovida pelos militares após o golpe de 1964. Contra Merquior pesou a acusação de envolvimento com movimentos de esquerda em razão de ter contribuído para um festival de cinema russo e uma exposição de fotógrafos cubanos, além de ter proferido algumas palestras no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); que tinha entre seus membros nomes como Hélio Jaguaribe, Candido Mendes, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto que, após a extinção do órgão, tiveram que responder a inquérito policial-militar por suas atividades, levando alguns ao exílio. Comenta ainda José Mario Pereira, “que quando sobreveio o golpe, Merquior quase embarcou no avião que levaria Darcy Ribeiro, o chefe do Gabinete Civil de Presidente João Goulart, para o exílio”, sendo impedido por sua mulher, Hilda Vieira de Castro Merquior.<sup>32</sup> Uma boa ideia sobre a atmosfera política da época nos é fornecida pela lembrança de Marcílio Marques Moreira, de como figuras como Merquior e Sergio Paulo Rouanet eram vistas, como “os esquerdistas do Itamaraty”.<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> MERQUIOR, Op.cit., 1981.

<sup>30</sup> MERQUIOR, Op. cit, 1982.

<sup>31</sup> LAFER, Celso Et.al. **José Guilherme Merquior - Diplomata**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

<sup>32</sup> PEREIRA, J. M. O Fenômeno Merquior in Costa e Silva, Alberto. **O Itamaraty na Cultura Brasileira**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2002.

<sup>33</sup> ROCHA, Dora e SILVA, Alexandre de Mello e (Orgs). **Marcílio Marques Moreira. Diplomacia, Política e Finanças**. RJ: Ed. Objetiva, 2001, p. 202.

As defesas de Merquior e Rouanet foram aceitas pela comissão presidida pelo ministro Vasco Leitão da Cunha, que os absolveu de quaisquer suspeições. A partir daí Merquior passou por Bonn na condição de Primeiro Secretário e a seguir por Londres, mas agora envergando a função de Conselheiro. Seguiram-se postos em Montevideu, atuando como Ministro Conselheiro; no Brasil como membro do gabinete Civil da Presidência da República do governo Figueiredo e Ministro Conselheiro em Londres até assumir a missão do Brasil junto à Embaixada do México em 1986. Nesse périplo, o momento chave que marca a nova fase intelectual de Merquior será a estada em Londres, atuando então junto ao Embaixador Roberto Campos. Em 1979, a Inglaterra seria transformada pela conservadora Margareth Thatcher, cuja vitória nas urnas ocorreu na esteira do fenecimento keynesiano, até então a doutrina econômica majoritária. Esse também foi um ano crucial para o Brasil devido ao processo gradual de abertura política iniciado pelo governo do general Ernesto Geisel, e sendo este o contexto de maior influência sobre o pensamento de merquioriano. Por essa razão, a tônica de toda década de 80 seria dada pelo desafio da criação de instituições democráticas condizentes com processos políticos públicos capazes de fomentar padrões crescentes de cidadania.<sup>34</sup> Em linhas gerais, a obra madura de Merquior é o reflexo do diálogo em meio a dois panoramas, cujos temas políticos, sociais e econômicos se entrecruzam, sobretudo no horizonte de liberalização brasileira.

Entretanto, ainda que se possa sem maiores esforços apontar que a obra de Merquior possui uma riqueza e profundidade inigualáveis, construída em meio a uma trajetória não menos incomum, o rótulo corrente é de que este fora essencialmente um polemista. Como sabido, a opção pela pregação liberal e a luta contra os mais variados matizes do pensamento radical de esquerda, levou Merquior a travar debates com nomes de proa do cenário intelectual brasileiro o que lhe rendeu a pecha de beligerante. Na verdade, como veremos no curso dessa dissertação, Merquior estava apenas exercendo “o puro amor à polêmica”,<sup>35</sup> que assim se exigia do contexto, isto é, de “aproveitar o momento político de abertura e exercitar a inteligência”.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Sobre o conceito de democracia empregado aqui ver TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

<sup>35</sup> DIAS, Mauricio. *Voltam as Polêmicas pelos Jornais – Ofensas, xingamentos, exibições de erudição: vale tudo na disputa entre os intelectuais para ver quem é mais democrata. É da Abertura?* **Revista Isto É**, 21/01/1981.

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*.

Assim, o aspecto decisivo para que Merquior fosse comumente descrito como um intelectual da direita, ou seja, alguém que, como nenhum outro, teria sido o exemplo fidedigno do reacionarismo nacional, foi o fato de a maioria de seus contendores serem personalidades cara à esquerda brasileira. A filósofa Marilena Chauí (a quem Merquior acusou de ter “psicografado trechos inteiros do teórico francês Claude Lefort” em seu livro “Cultura e Democracia”) convidou que se esquecesse “a retórica dos dominantes” que Merquior representava.<sup>37</sup> O jornalista Paulo Francis (1930-1997), que na época filiado à esquerda, não pensou duas vezes em atacar Merquior, acusando-o “de ordenhar quem está no poder”.<sup>38</sup> Já Eduardo Mascarenhas (1942-1997) o denunciou por praticar “terrorismo bibliográfico”, além de ser de chamá-lo de um “escritor de pé de página”, em razão grande número de autores citados no livro “As Ideias e as Formas”.<sup>39</sup> Por sua vez, nosso autor respondeu que Mascarenhas, enquanto psicanalista, esposava um lacanismo que se esgotava em si mesmo, portanto desprovido de qualquer valor heurístico. O filósofo Carlos Henrique Escobar descreveu Merquior como sendo o “intelectual orgânico a serviço da ditadura militar”, no que foi replicado por Merquior que se “dizia apenas um fiel servidor público”, além de acusar seu interlocutor de ser “um pigmeu intelectual e leviano”.<sup>40</sup> Por outro lado, não são poucos os que sublinharam que Merquior se dedicou apenas a resenhar as novidades de última hora, e isso o colocaria na mera posição de um atualizador de ideias. Nesse sentido, Merquior pertenceria à família intelectual dos que estariam mais preocupados na tarefa de demolição do pensamento alheio, do que na construção de algo propriamente original.<sup>41</sup>

O propósito de tais atitudes visava desqualificar a obra e a pessoa de Merquior. O motor desse comportamento deve-se a competição em torno dos vários projetos de país que vem à baila durante um processo de abertura política. Nesse ínterim, não importa que face do espectro político prevaleça como oposição, o aspecto decisivo para o sucesso que é a capacidade de promover uma comunicação não só assimilável, mas eficazmente mobilizadora. Assim, toda e qualquer oposição no Brasil se descreveu como de “esquerda” em contraste a “direita” que, naquele momento tornar-se-ia, cada

---

<sup>37</sup> *As polêmicas batalhas verbais de José Guilherme Merquior in Merquior, um mestre na defesa e no ataque. O Globo*, Rio de Janeiro, domingo, 13 de Janeiro de 1991, Segundo Caderno, seção Livros, p.06-7.

<sup>38</sup> TRIGO, Luciano. Op. Cit., p. 01.

<sup>39</sup> Idem, ibidem. Ver também, PEREIRA, J. M. Op. Cit., 2002.

<sup>40</sup> *As polêmicas batalhas verbais de José Guilherme Merquior. Op.cit.*

<sup>41</sup> Um bom exemplo da representação negativa em torno de Merquior pode ser lida em: *O especialista em tudo. Veja*, São Paulo, seção Cultura, 16/01/1991, p.62.

vez mais, sinônimo de um compromisso com as estruturas arcaicas do sistema político brasileiro, sendo, por conseguinte, imediatamente atrelado ao regime militar. Porém, esse é um processo nada homogêneo, porquanto aquilo que chamamos de “esquerda” abrigava posições políticas das mais diversas, bastando mencionar que muitos dos seus principais protagonistas eram, desde o início, inequívocos socialdemocratas, como viria ser confirmado mais tarde. O próprio Merquior, aliás, se definiu, a certa altura, como “um gellneriano de centro-esquerda”. Muito embora ao assim se designar, nosso autor tinha em mente, talvez, menos a conjuntura política, e sim alguns problemas de filosofia da história referente ao papel secundário da eficiência econômica em Gellner.<sup>42</sup>

No entanto, a simplicidade de comunicação requerida nesses cenários de grande mudança política pode ser deletéria ao próprio regime democrático em vias de construção. O risco é que muitos dos projetos colocados à mesa sejam mera negação da política, porque se revestem de uma autoridade teleológica cujo começo e o fim se dá em si mesmos. O primeiro passo nessa direção consiste, tal como de fato ocorreu à esquerda brasileira, em assumir o monopólio da crítica, assim justificada por se crer fiel depositária das leis da história. Uma das consequências é que o debate acaba sendo moldado segundo critérios maniqueístas ao ponto que este cessa, dando lugar a “guerra cultural”: que é “o caminho do meio” da política cedendo lugar à vontade de aniquilamento da opinião divergente. O simples nesse caso oblitera a realidade, de forma que um dos lados encarna o *summum bonum* e o outro o seu imediato contrário, ou seja, aquilo que deve ser denunciado e repellido. Assim, não nos ocorre outra explicação, ainda que preliminar, de a esquerda brasileira ter assumido o comportamento em discussão, que não seja devido a uma dependência do passado, isto é, se recorreu àquilo que era familiar: a uma visão filosófica mais intrinsecamente monopolista do que pluralista; sendo que esta encontrou amparo em uma cultura política, cuja lavra ainda carece de maior fixação quanto às regras escritas e não escritas do jogo democrático. Por essa razão, até recentemente, qualquer um que tivesse a infelicidade de ser rotulado de “direita” amargaria um ostracismo desmedido, o que fazia com que sua obra fosse indigna de apreciação e análise, mormente nos meios universitários dominados pela cultura esquerdizante.

---

<sup>42</sup> Ver **Gellner na UNB**: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 17 a 20 de março de 1980. Brasília: Editora UNB, 1981, p. 79.

Mas, se engana quem pensa que a recepção de Merquior pelos seus pares à direita se deu sem polêmicas. No início da década passada, um seminário organizado em conjunto pelo Instituto Liberal (IL) e pelo Liberty Fund of Indianapolis (LFI) em torno da obra merquioriana, chegou, segundo o testemunho do embaixador José Oswaldo de Meira Penna, a um “consenso[.] que ele [Merquior] foi um formidável polemista, muito culto e com implacável ironia, mas não um liberal autêntico”.<sup>43</sup> Os membros de ambas as agremiações, certamente, entendiam por “liberal autêntico” alguém imbuído de um espírito estritamente conservador. Um papel, aliás, que Meira Penna se sentia á vontade para representar, tendo sido por esse motivo alvo das críticas de Merquior, que viu no livro “O Brasil na idade da Razão” (1980), o exemplo cabal de um “Auschwitz mental”, dado a disposição do autor de sublinhar um racismo psicológico à Oliveira Vianna (1883-1951).<sup>44</sup>

O problema em torno do liberalismo de Merquior aumenta ainda mais porque se há a direita que o não vê como um liberal existe *outra* que o considera um típico neoliberal. Por exemplo, essa tem sido a conclusão majoritária do conservadorismo radical contrário às forças do mercado. Em geral, esse modo de avaliar o pensamento merquioriano se baseia em uma interpretação errônea do livro “A Natureza do Processo”<sup>45</sup>, onde Merquior, supostamente, teria assumido em definitivo a defesa do *laissez-faire*. Assim, não é preciso dizer o quanto essa recepção igualmente negativa e nada isenta tem contribuído para que as obras de Merquior passem ao largo, visto que esse conservadorismo hoje se nutre de uma perspectiva francamente antiliberal e antidemocrática.

Com isso, Merquior conseguiu um feito único: de ser tanto marginal à esquerda quanto à direita. Contudo, se adotarmos o critério de sucesso intelectual concebido por Gellner, segundo o qual quanto menos se é entendido pelos seus pares, mais próximo se está do caminho certo da verdade, então Merquior foi absolutamente modelar.

Seria de esperar que decorridos 27 anos de sua morte que o reconhecimento pleno viesse sem obstruções mais sérias. Porém, muito que se escreve a respeito da obra merquioriana ainda se pauta por uma visão insistentemente reducionista. Uma evidência

---

<sup>43</sup> CUNHA, Martins Vasques da. “Os leitores de estrelas” in [http: www.oindividuo.com.br](http://www.oindividuo.com.br). Acessado em: 15 de abril de 2005.

<sup>44</sup> DIAS, Mauricio, Op. Cit.

<sup>45</sup> CARVALHO, Olavo de. *O preço das ilusões*, **Diário do Comércio** (Editorial), 9 de agosto de 2007.

clara disso está no que se lê em tempos recentes sobre Merquior, tendo em vista a republicação de algumas de suas obras, iniciativa da editora paulista É Realizações. Por exemplo, em resenha recente, Nelson Ascher descreve Merquior como alguém infinitamente lido e que se debruçava com afinco sobre a obra dos grandes mestres do pensamento europeu, desempenhando o papel de tradutor do “mandarinato acadêmico”, cuja inclinação maior estava em “aperfeiçoar a ordem existente do que revolucioná-la”<sup>46</sup>. E conclui afirmando que, se não foi um “direitista” consumado, ao menos, foi um “bom reação”.<sup>47</sup> (É tido só assim, porque nenhum dos arautos da nova direita se compara a excelência com que Merquior se conduziu em meio ao debate intelectual.) No entanto, Ascher está apenas ecoando a opinião padrão vista em outras fontes, como a do obituário da revista **Veja**<sup>48</sup>, que, desde então, tem sido um dos modelos interpretação sobre Merquior. Uma prova de que no mundo intelectual também é válido o célebre dito de Lampedusa em “Il Gattopardo” de que “algo deve mudar para que tudo continue como está”<sup>49</sup>.

O resultado é que diante de conclusões tão distantes entre si, ficamos impedidos de qualificar com alguma precisão o espaço que Merquior ocupa no movimento liberal. Assim tem sido, ainda que se trate de uma obra cuja importância seja reconhecida por todos, de modo que o caráter prevalecente é a vulnerabilidade às grandes inconstâncias interpretativas. Ademais, precisamos lembrar que a natureza dessas narrativas se dá a partir de demandas de construção de memórias políticas por parte de grupos ideológicos contrários ao liberalismo. Diante dessa situação se sobressai o reino da opinião sobre o que caberia ser ditado por um maior senso de rigor e objetividade.

Por isso esta dissertação surge de um problema basal, que é situar a importância do pensamento político merquioriano na história intelectual brasileira. O projeto como tal só é passível de se concretizar caso se observem duas condições-chaves. Primeiro, que o tema de investigação central não seja outro senão aquele que procura decidir sobre a filiação de Merquior no cerne do liberalismo. E, segundo, resta atentar que os problemas daí decorrentes só podem ser resolvidos de maneira satisfatória se for possível testar objetivamente os limites da referida filosofia política.

---

<sup>46</sup> ASCHER, Nelson, *A canonização do bom reação*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Ilustríssima, 23/08/2015.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>48</sup> Op.cit.

<sup>49</sup> LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O Leopardo**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2002.

No que concerne ao objeto de investigação, este adquire maior relevo se for discriminado dentro de uma moldura contextual. Assim, procuraremos decidir sobre a posição de Merquior no interior do liberalismo abrangendo o segundo momento de sua evolução intelectual ocorrida entre 1980 e 1991. Quanto à testabilidade propriamente dita, esta consiste na exposição do pensamento merquioriano frente a dois temas caros à filosofia liberal: estado e mercado. O motivo de adotarmos essas medidas visa não esquecer que o liberalismo contemporâneo está longe de ser um conjunto uniforme de ideias. Logo, ouve-se falar mais em liberalismos, principalmente com vistas ao que se julga ser um comportamento dinâmico, ou seja, a capacidade de a filosofia liberal admitir mudanças atinentes a uma conjuntura específica, sem abandonar os princípios fundamentais presentes em sua gênese. Por essa razão, ao seguir o caminho do pensamento merquioriano, o nosso foco de análise recai no debate em torno do estado e mercado no contexto específico da democratização brasileira. Com esse cuidado, temos um marco que nos permite, tanto quanto possível, nos distanciarmos do âmbito das especulações que, como já vimos, são falhas ao qualificar o pensamento político de Merquior. E, significativamente, só ao balizarmos nossa abordagem sobre esses dois temas comuns à preocupação liberal é que podemos estabelecer às condições de falseabilidade como critério de demarcação de um sistema; em que se almeja, sobretudo, estar de acordo com os pressupostos estabelecidos por Popper,<sup>50</sup> de modo a se permitir refutações posteriores, em que nos distanciamos de quaisquer conclusões que tenham a pretensão de certeza.

Destarte, “não há pesquisa sem hipótese de trabalho”, argumentavam os professores Ciro Flamarion (1942-2013) e Héctor Brignoli no clássico “Métodos da História”.<sup>51</sup> Com isso, Cardoso e Brignoli não fazem senão ecoar o célebre ensinamento de Marc Bloch (1886-1942) de que o trabalho do historiador se realiza face aos problemas que procura responder.<sup>52</sup> Nesse sentido, a entronização da pesquisa se dá à medida que interrogamos nosso objeto, bem como as fontes, em busca de uma resposta para um problema que se coloca mediante a proposição de uma hipótese.<sup>53</sup>

---

<sup>50</sup> POPPER, Karl R. **Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Ed. Cultrix: Editora Universitária da Universidade de São Paulo, 1975, pgs: 34-44.

<sup>51</sup> CARDOSO, Flamarion Ciro, BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Métodos da História**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 4ª edição, 1983, p. 484.

<sup>52</sup> BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa, Publicações Europa-América LTDA., 3ª edição, S/D.

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*

Dado que apresentamos o tema e o modo pelo qual se justifica, pode-se gerar a seguinte **hipótese de trabalho**: o pensamento político de José Guilherme Merquior tem sido descrito de maneiras muito diversas, quando não em franca oposição interpretativa. Mas, a julgar pela diversidade inerente à filosofia liberal, existe a possibilidade de que, as dificuldades encontradas para avaliar tal obra por meio de um único rótulo, se devem ao fato de a obra merquioriana ser mais complexa do que se faz notar à primeira vista; e, talvez, só plenamente visível quando confrontada com alguns dos temas essenciais ao liberalismo como, por exemplo, estado e mercado vistos em seus diferentes contextos, o que nos consentiria classificar o pensamento político merquioriano de modo mais parcimonioso e objetivo.

Uma vez que expusemos nossa hipótese, dela, obviamente, se descortina o objetivo principal, bem como os de caráter específico. Dessa forma, o **objetivo principal** consiste analisar a posição que Merquior ocupa no cerne da filosofia liberal por meio do debate sobre estado/mercado no período compreendido entre 1980 e 1991. Por sua vez, os **objetivos secundários** visam **(I)** discernir sobre o modo como se organizou a análise desses temas na obra merquioriana; **(II)** analisar a possível evolução do pensamento do autor ao longo do período de estudo abrangido por esta proposta e **(III)** avaliar o valor da contribuição de Merquior para o referido debate.

A decisão de escolher o estado e mercado como elementos de testabilidade de uma investigação sobre a história intelectual de um autor relacionado ao liberalismo não é gratuita. Pois, tanto um tema como o outro, dominou, em maior ou em menor grau, o contexto do século XX, ao ponto que somos forçados a concluir que inexistem clivagens políticas que não tenham tomado posição nesse debate. Um debate que, como o nosso autor, sofreu (e sofre) com as ideologizações vulgarizantes que tornam a realidade tão precária quanto turva.

Assim, o **capítulo I** apresenta uma contextualização sobre a presença do debate estado/mercado no século passado, desde pelo menos, a corrosão dos valores liberais após a Primeira Grande Guerra até os nossos dias. E, adicionalmente, empregamos a teoria dos sistemas complexos adaptativos como o principal referencial teórico para a explicação dos fenômenos históricos aqui considerados. Tal esforço encontra assento nas especificidades decorrentes do próprio objeto de estudo em si, que apresenta um

caráter dinâmico inequívoco, mas, também, é encontrado seja no contexto que subjaz à análise seja no movimento de ideias representado pelo liberalismo.

O **capítulo II** é uma análise da gênese da crítica liberal merquioriana. Trata-se, fundamentalmente, de situar o percurso inicial da proposta de Merquior devota àquilo que será a tônica dessa pesquisa: a relação entre a evolução das ideias e o contexto social. Nesse sentido, procuramos demonstrar que, obras como “Rousseau and Weber” (1979) e “As Ideias e as Formas” (1981), se revestem de suma importância no que tange aos princípios formativos que singularizarão o liberalismo de Merquior.

O **capítulo III** é o aprofundamento da análise do capítulo anterior. A consciência que Merquior tinha da importância do debate liberal ante as circunstâncias do momento político, foi o que lhe permitiu uma linha contínua de reflexão. Desse modo, nossa atenção recairá sobre a “A Natureza do Processo” (1982), o livro mensagem de Merquior. Uma obra que, ao investigar os vários aspectos subjacentes à Grande Transição, foi a que melhor se prestou a um esforço de síntese quanto ao papel que a crítica liberal deveria desempenhar em meio a uma sociedade em transformação. E, conseqüentemente, por ser um esforço mais amplo de compreensão dos dilemas da sociedade moderna, esse livro se sobressai pela unidade propositiva que não possuem os textos ditados pelas circunstâncias do momento.

Já o **capítulo IV**, se dedica a avaliar os ensaios e artigos que Merquior publicou no jornal O Globo de 1987 até pouco antes de sua morte em 1991, na assim chamada coluna “A vida das ideias”. Nossa proposta principal é que qualquer conclusão a que se chegue, não pode prescindir da análise dessas fontes, pois só através delas é que se pode estabelecer a comparação necessária em resposta aos objetivos da presente investigação. Na verdade, esse conjunto de documentos, ainda de análise inédita, é o que melhor reúne as condições para explicar as nuances presentes na evolução do pensamento político merquioriano. Porém, cabe-nos reiterar que tudo aquilo que as fontes têm a dar só pode ser trazido à luz, se guarnecidas por dois elementos ausentes em outras abordagens, isto é, contextualização e teoria consistentes. Pois, afinal, é nesse intento, a despeito de qualquer outro, que reside a verdadeira natureza dos domínios da história.

## CAPITULO I – CONTEXTO E TEORIA

### 1.1 Contexto I: dos coletivismos aos liberalismos

O século passado fora dominado em boa parte pela presença dos estados. Tal cenário contrariou a presunção predominante desde meados do século XIX das duas grandes filosofias do período, o liberalismo e o marxismo, de que o estado desapareceria. Os liberais comungavam da tese de que o estado seria substituído pelo pressuposto de que a vida social seria regida através de relações contratuais entre os agentes do livre mercado, enquanto os marxistas vislumbravam um mundo onde o estado seria desnecessário tão logo a luta de classes estivesse encerrada.<sup>54</sup>

A efervescência em torno do estado começou com o fenecimento da velha ordem liberal. O último período do século XIX fora uma era crescente de internacionalização do comércio e de fluxos migratórios que mudaram radicalmente a configuração urbana das principais cidades europeias, fazendo com que uma capital como Londres se transformasse no centro do comércio mundial. Mas, o consenso em torno do progresso estava sendo gradualmente corroído por noções ideológicas revestidas de um profundo pessimismo quanto ao futuro e que pregava um retorno ao passado anterior à sociedade moderna. Trata-se de um conjunto de ideologias contrárias à modernidade que vão desde o historicismo, à defesa dos filósofos românticos da prevalência da *gemeinschaft*, do espírito da comunidade enraizada na cultura do *volk*, sobre os atributos da *gesellschaft*, da sociedade orientada por valores transétnicos e transculturais, até chegarmos na descrença de Nietzsche (1844-1900) sobre os princípios emancipatórios da ilustração, denunciada como mera vontade-de-potência que, mais tarde, levara Heidegger (1889-1976) a deplorar a busca do poder pelo poder como o aspecto principal do mal-estar da modernidade.

Com a grande guerra de 1914-18 o senso de declínio só se ampliou, tornando-se então o padrão intelectual da época. Porém, foi com a Revolução Russa de 1917 que o fermento coletivista acirrará o que, na visão de muitos, foi o evento inaugural do novo século. O golpe, por pouco fatal, à ordem social liberal sobreveio com a Grande

---

<sup>54</sup> HALL, John A. (Org.) **Estados na História**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1992.

Depressão de 1929, que somada à ascensão nazi-fascista, levou a orientações políticas guiadas mais por elementos doutrinários, senão voluntaristas do que propriamente paradigmáticos. O resultado geral foi uma crise sem precedentes da democracia e do capitalismo, expressa na ideia de que tanto o homem quanto as instituições poderiam ser alteradas à vontade de forma a alcançar as mais idílicas aspirações sociais. No cerne deste anseio o estado surgiu como o elemento diretor de reconstrução das sociedades humanas, difundido em várias correntes intelectuais a crença de que o mundo fluía em direção ao socialismo.

Os coletivismos de direita seriam bloqueados em 1945, mas os de esquerda permaneceram como uma opção à sociedade livre e democrática. Nas quatro décadas seguintes assistimos ao desenrolar da Guerra Fria entre as duas superpotências da época, os EUA e a União Soviética, cada qual defendendo um modelo de sociedade que procuram valorizar, rivalizando nos mais diferentes campos, do militar ao econômico, do político ao social. O cenário de bipolaridade do poder geopolítico não deve ser descrito como uma realidade sem matizes. Se o intervencionismo e planejamento econômico estrito eram a tônica do regime soviético, não se pode afirmar que o mesmo se deu no mundo ocidental, muito menos o seu contrário mais radical, ou seja, uma adoção rígida de um comportamento econômico do tipo livre-cambista dos primórdios do liberalismo. Porque naquele momento estava em voga o keynesianismo, a doutrina econômica mais influente do pós-guerra, que apregoava que governos deveriam se basear em políticas fiscais expansionistas para garantir a estabilidade econômica, o pleno emprego e redistribuição de renda. A rigor, a história do século XX poderia ser recontada a partir da deposição de novos poderes nas mãos dos estados, nunca ocorrendo de maneira uniforme, mas sem dúvida fomentando a tendência dominante de centralização estatal, abrangendo desde governos de tipo rigidamente soviético, aos de índole não-dogmática como a dos diferentes estados europeus.

A balança do poder só voltaria a pender favoravelmente para a economia de mercado em meados da década de 70. Nesse processo, a ressurgimento das ideias liberais se dá de modo similar à sugestiva explicação de Mancur Olson para o declínio das nações. Segundo Olson, à medida que as sociedades se tornam mais complexas, eficientes e estáveis, sem que percebam, acabam caminhando para um cenário de “institutional sclerosis”, em razão do acúmulo de reivindicações dos grupos de

interesse.<sup>55</sup> Sendo tal esclerose precedida pela falência generalizada dos modelos de pensamento em oferecer respostas factíveis aos desafios da sociedade. Assim, se pode dizer que o declínio da maré coletivista se inicia justamente no momento que se supõe ter alcançado suas maiores conquistas. Tendo o mesmo acontecido com o liberalismo que, após assegurar um longo período de prosperidade econômica, aliado a conquistas crescentes no plano das liberdades políticas, foi superado pelo marxismo. Por sua vez, o neoliberalismo teve início no momento de maior projeção do intervencionismo estatal, no decorrer e, imediatamente, após o término da segunda guerra mundial. Destarte, a crítica do capitalismo de Marx (1818-1883) só lograria êxito prático em 1917. Enquanto a crítica neoliberal, iniciada com Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich August von Hayek (1899-1992), só se concretizou no plano político com a chegada ao poder de dois seus defensores, Margareth Thatcher (1925-2013) na Inglaterra e Ronald Reagan (1911-2004) nos Estados Unidos.

O ponto de inflexão definitivo só veio ocorrer com a queda do muro de Berlim e, logo a seguir, com a derrocada da União Soviética. Tais eventos, cada qual à sua maneira, consolidam o renascimento do liberalismo econômico e político, além de confirmar a crescente internacionalização dos mercados. A força motriz do desenvolvimento passou do estado para o mercado, impulsionando-o a um patamar global através de um amplo leque de mudanças tecnológicas relacionadas à revolução da informação. Se o século XIX teve como configuração política o *balanço do poder* entre as grandes nações europeias, o século de extremo, por sua vez, foi marcado pelo equilíbrio nuclear entre duas superpotências; no século XXI, o maior desafio passa a ser a administração da interdependência global, uma verdade tanto no plano geopolítico, quanto econômico, principalmente, em um contexto de transição aguda. No contexto pós-1989, ganham importância a ampliação das liberdades políticas, visível na *third wave democratic*,<sup>56</sup> iniciada em Portugal 1975 com a Revolução dos Cravos, da qual fazem parte diferentes processos de democratização que tiveram curso na América latina, na África subsaariana, bem como no leste europeu. No campo econômico os principais aspectos ficam por conta da afluência dos mercados globais, em que a soberania nacional se torna um valor relativo, superado pela necessidade de inserção nas cadeias produtivas internacionais. Outro aspecto de maior importância é que o insumo

---

<sup>55</sup> OLSON, Mancur. **The Rise and Decline of Nations**. New Haven: Yale University Press, 1982.

<sup>56</sup> HUNTINGTON, Samuel. Democracy's Third Wave. **Journal of Democracy**, Spring of 1991, p. 14-34.

principal das relações produtivas passou a ser o conhecimento e não somente mais o capital. Nesse aspecto, uma economia baseada no conhecimento requer uma sociedade fundada na educação e na aprendizagem constantes.<sup>57</sup> Como já foi observado, se antes a educação correspondia a uma etapa da vida, muitas vezes secundária, hoje, não há dúvidas quanto à sua centralidade.<sup>58</sup> O significado geral dessas mudanças foi que “o estado se tornou grande demais para os pequenos problemas, e pequeno demais para os grandes problemas”.<sup>59</sup> Ensejando com isso vários processos reformistas na última década do século passado que pautaram o papel do estado.

O contexto pós-1989 trouxe consigo uma questão de fundo: qual o significado por trás do crescente consenso em torno das democracias liberais? Tratava-se de um fenômeno meramente episódico ou tínhamos diante de nós uma perspectiva genuinamente reveladora da natureza da sociedade moderna?

## **1.2 Contexto II: do “Fim da História” aos velhos e novos inimigos da democracia liberal**

O tom deste debate, em grande medida, foi dado pelo cientista político americano Francis Fukuyama que, no verão de 1989, publicou um artigo intitulado “The End of History?”,<sup>60</sup> que se tornou objeto de inúmeras controvérsias. Nele Fukuyama argumentava que, à medida que a democracia liberal conquistava o espaço deixado pelas ideologias rivais, como a monarquia hereditária, o fascismo e o comunismo, tanto mais perto estávamos de um “ponto final da evolução ideológica da humanidade”, que ao cabo culminaria com o “fim da história”.<sup>61</sup> Para Fukuyama, as democracias liberais estariam, simplesmente, desembaraçadas das contradições internas comuns às antigas formas de governo, o que as levavam a adotar comportamentos irracionais que desaguavam em graves crises. Isso não quer dizer, sublinha Fukuyama, que a democracia liberal seja perfeita, ou seja, isenta de injustiças. Mas o fato é que, não importa quais sejam as mazelas, essas não estão vinculadas aos princípios de liberdade e

---

<sup>57</sup> MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários a Educação**. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

<sup>58</sup> DRUCKER, Peter. **A Sociedade Pós-Capitalista**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

<sup>59</sup> BELL, Daniel. **A Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973.

<sup>60</sup> FUKUYAMA, Francis. *The End of the History?* In **The National Interest**. Nº 16 (Summer 1989): 3-18.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 04.

igualdade que animam os pressupostos da democracia. Assim, ainda que muitos países não chegassem a construir democracias sólidas e outras retrocedessem para formas primitivas de governo, não temos porque acreditar, como afirmou Fukuyama, que existe algo além das democracias liberais.<sup>62</sup>

O foco da controvérsia em torno do artigo de Fukuyama girou em torno da palavra “história”. Não foram poucos os que tomaram a palavra em seu sentido convencional, ou seja, de ocorrência de eventos, o que, obviamente, provaria que Fukuyama estava errado. Por “história”, Fukuyama compreende perspectivas mais amplas, que se relacionava mais intimamente às ideias filosóficas de G. W. F. Hegel (1770-1831), em que o conceito de história descreve um “processo único, coerente e evolutivo, considerando a experiência de todos os povos em todos os tempos”.<sup>63</sup> Tal horizonte intelectual foi assumido por Karl Marx que, mais do que qualquer outro pensador moderno, nos fez próximos da ideia de que as sociedades humanas avançam a partir de estruturas mais simples para mais complexas, chegando a um ponto em que todas as aspirações humanas seriam satisfeitas. A diferença entre os dois pensadores é que Hegel acreditava que “o fim da história” se daria pelo Estado liberal, enquanto que para Marx seria pela sociedade comunista. Como observa Fukuyama, e com vistas às teses de Hegel, “o fim da História” não assinalaria a interrupção da realidade social ou de que nada mais importante viria a acontecer, mas sim que o progresso relativo aos princípios e às instituições básicas estaria finalmente resolvido.

Nesse sentido, a preferência pela democracia liberal deve-se à modernidade. Principalmente a evolução desta através do desenvolvimento da ciência natural que teve um efeito uniforme sobre as sociedades humanas: o mecanismo que explicaria a direcionalidade da História. Já que, afirma Fukuyama, “todos os países em processo de modernização econômica tendem necessariamente a se parecerem uns com os outros.”<sup>64</sup> A ciência natural moderna seria o motor das relações produtivas. De modo que seu surgimento não se deve ao diletantismo, mas ao fato de que a ciência permite satisfazer o desejo de segurança e de aquisição ilimitada de bens, inerentes às sociedades humanas. Mas, como reconhece Fukuyama, esse não é um argumento suficiente para explicar a preferência pela democracia. Esta se sobressai, em relação a todas as outras formas de

---

<sup>62</sup> Ibidem, p. 17

<sup>63</sup> FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1992.

<sup>64</sup> Idem, Ibidem, p. 15.

governo, porque satisfaz o profundo desejo dos homens por reconhecimento. Segundo Hegel, o desejo de reconhecimento está presente desde os primórdios da evolução humana, resultando, inicialmente, numa sociedade aristocrática dividida entre senhores e escravos; em que o privilégio da busca pelo reconhecimento era um atributo só concedido aos senhores, – um privilégio, sobretudo, emanado da conquista –, mas no todo incompleto, já que o reconhecimento vinha dos escravos, o fruto principal do ímpeto conquistador e nunca dos demais membros da classe senhorial. Tal “contradição” seria superada pela nova realidade trazida das revoluções Americana e Francesa.

O que essas revoluções fizeram foi inverter a lógica “senhor/escravo” ao assegurar princípios de soberania popular, representação e estado de direito. A era dos direitos não se devia apenas ao desejo legítimo de prosperidade material, tal como se vislumbra na interpretação liberal anglo-saxã do liberalismo, mas na aspiração legítima em que o status final a ser alcançado é o do reconhecimento pleno da dignidade. A partir dessa interpretação de Hegel, Fukuyama reconstrói o elo entre liberalismo político e econômico.

O ponto de vista central da teoria de Fukuyama pode ser descrito a partir do contraste entre sociedade “primitiva” e moderna. Na primeira, o tecido social permanece intocável através das gerações, sendo essencialmente pautado por uma desigualdade de origem, cuja trama se constrói através de relacionamentos de parentesco e pela atribuição de papéis sociais que são reforçados pela ritualização rotineira. Na sociedade moderna, essa atribuição dá lugar a relacionamentos não repetitivos e opcionais, o que significa que a identidade do indivíduo precisa ser definida por si próprio ante a uma cultura de descontinuidade, resultado da complexa divisão do trabalho, consequência do processo de industrialização. Nesse processo, a complementaridade funcional torna-se a norma das relações produtivas, o que exige uma alta performance em termos educacionais, traduzindo-se em alfabetização massiva, um passo decisivo no que se refere à necessidade de reconhecimento para além do meramente material. Nesse sentido, a democracia liberal, de acordo com Fukuyama, seria a forma de governo resultante da busca do *thymos*, ou seja, “a parte da alma que procura o reconhecimento”.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> Ibidem, p. 19.

Como argumenta Fukuyama, o moderno projeto liberal assegurou que o desejo fosse o terreno mais confiável à realização do *thymos*. Porque no seu cerne, o liberalismo é uma medida de contenção dos impulsos *megalothymicos*, que se dá na restrição e na sublimação do comportamento ilimitado por meio de arranjos institucionais complexos, tais como: “princípio de soberania, o estabelecimento de direitos, o império da lei e assim por diante”.<sup>66</sup> Enquanto que, no plano econômico, o liberalismo foi responsável, juntamente com a ciência natural, por romper com as barreiras que limitavam o desejo de todos à aquisição de bens. Com isso, a aristocracia fora destituída de senso de glória via dominação, por uma postura mais afeita à nova realidade econômica moderna que exigia a contenção do senhor em favor do *homo aeconomicus*, onde o desejo seria guiado pela razão.<sup>67</sup> Daí Hegel ter compreendido o significado dessa transição fundamental da modernidade como uma transformação crescente da *megalothymia* em *isothymia*, ou seja, da vontade de poucos, pela vontade de muitos; como aquilo que faz o processo histórico evoluir, mas que agora chegara ao fim, satisfeita por um processo de reconhecimento recíproco e universal fundamentado na igualdade de direitos.<sup>68</sup>

A tese de Fukuyama, infelizmente, ainda é objeto de intensas controvérsias. Mas não há como negar que Fukuyama estava certo ao prever as “imensas guerras do espírito”.<sup>69</sup> Se por um lado, as forças da igualdade nos levam para um quadro em que ficamos absortos em nosso conforto pessoal, por outro, é devido a esse excesso, que corremos o perigo de reviver a *megalothymia*: preferindo os homens enfrentar o perigo da guerra para não se degenerarem em cidadãos acomodados, simplesmente porque, segundo Fukuyama, a natureza humana não se contenta com a paz e a prosperidade. Daí Hegel ter sido acusado de ser um entusiasta do militarismo, pois via na guerra uma medida terapêutica capaz de resgatar o senso comunitário perdido para a atomização surgida da modernidade. O paradoxo irônico é que, mesmo se o globo fosse composto de democracias liberais ainda assim os homens se entediariam e “lutarão pelo gosto de lutar”. Foi assim, diz Fukuyama, que aconteceu em 1914, pois a despeito das inúmeras polêmicas em torno das causas do grande conflito, é certo que muitos europeus queriam a guerra por que estavam fartos da mesmice, senão da falta de espírito comunitário da

---

<sup>66</sup> Ibidem, 400.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 401.

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 394.

vida civil. E o mesmo se passou na rebelião de 1968 quando os jovens que saíram às ruas simplesmente pertenciam a uma das sociedades mais abastadas do mundo.<sup>70</sup> Hoje, um bom exemplo desse fenômeno está presente no fundamentalismo islâmico, em especial em um discurso capaz de levar tantos jovens de classe média a se engajarem em suas fileiras na busca de um senso de missão que foi perdido para o relativismo cultural pós-moderno. A conclusão de Fukuyama é que a história seria cíclica porque todos os regimes são imperfeitos e, sendo assim, jamais conseguiram satisfazer todos os homens em todos os lugares, mesmo em um estado de plena liberdade e igualdade.<sup>71</sup>

Não são poucos os sinais de recrudescimento desse senso de comunidade e de luta pelo prestígio no contexto contemporâneo. Em última instância isso está evidente no despreço pelos valores da vida moderna, principalmente na retomada de posturas sejam niilistas, como também fundamentalistas que, ao se sobreporem, concorrem para um retorno a culturas pré-modernas. Tal perspectiva tem impacto direto em nosso debate, pois o que está sendo contestado é justamente a democracia liberal, um sistema político que deriva da união da economia de mercado e o estado de direito.

Com o colapso financeiro de 2008-2009 a ideia de livre mercado voltou a ser objeto de críticas e desconfianças. As raízes da crise estão localizadas no comportamento míope dos tomadores de decisão e num quadro de incentivos ineficientes que resultaram no estouro da bolha criada pela demanda excessiva do consumidor por empréstimos irresponsáveis concentrados em instituições financeiras alavancadas do setor imobiliário.<sup>72</sup> Nesse processo, todas as decisões financeiras se concentraram em horizontes de curto prazo, baseadas em uma teoria clássica de utilidade em que o comportamento individual a respeito do risco é considerado de maneira independente, quando, na verdade, todas as variáveis são interdependentes.<sup>73</sup> Por exemplo, o colapso da AIG (American International Group), uma gigante do mundo das seguradoras, se deu porque uma de suas filiais em Londres atuava de maneira autônoma em relação à matriz, não adotando qualquer medida em particular para mitigar possíveis efeitos que suas decisões pudessem ter sobre o sistema como um

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 396.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 401-03.

<sup>72</sup> FROOT, Kenneth. *Em direção à Estabilidade Financeira* in KERJAN, Erwann, Michel-, SLOVIC, Paul (Orgs.) **A Economia Irracional - como tomar decisões certas em tempos de incertezas**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

<sup>73</sup> RAIFFA, Howard. *Que diferença conseguimos fazer – Uma visão do amanhã* in Ibidem.

todo.<sup>74</sup> Esse cenário geral teve como resultado a maior retração da economia mundial desde a crise de 1929.

As falhas de mercado são exemplos negativos de ação interdependente. O crescente fortalecimento das conexões entre pessoas e organizações significa que estamos ligados uns aos outros local e globalmente. Por trás dessa perspectiva despontou um novo debate sobre a natureza da regulamentação dos mercados financeiros. Esse debate se faz no sentido de definir qual o papel que o estado terá, através dos órgãos reguladores em coibir comportamentos que podem colocar em risco a totalidade do sistema financeiro. Pois, a força da economia de mercado, que deriva justamente da capacidade de gerar loops positivos, também é sua maior fraqueza, porque em sentido oposto, os feedbacks negativos levam a crises. O núcleo do problema surge na medida em que todos os agentes econômicos assumem o mesmo comportamento decisório; quando, por exemplo, todos os agentes compram as mesmas ações, investem em negócios similares ou, como vimos na recente bolha, quando apostam em títulos cujos lastros eram hipotecas imobiliárias.<sup>75</sup>

As falhas de mercado revelam outro tema de delicada urgência, a captura regulatória. Esse vem a ser um conjunto de diretrizes que o estado adota, por meio de seus órgãos reguladores, visando coibir trocas injustas como as que se veem no contexto de monopólio e nas transações financeiras onde podem ocorrer custos ocultos. A literatura recente sobre o assunto tem sublinhado que as falhas de mercado decorrem da incapacidade do estado em prover o insulamento necessário ao marco regulatório, que capturadas, exacerbam o risco sistêmico. Consequentemente, a regulamentação criada para proteger os mercados de vantagens injustas, são cooptados e passam a servir aos interesses das corporações. A lição presente é que a compreensão das bolhas do mercado financeiro não é uma via linear, isto é, exclusivamente econômica, por isso exigindo um notável esforço de entendimento do papel do estado nesse processo. O lado político da questão indica que as crises econômicas estão intrinsecamente ligadas aos excessos da política. A tese principal é que, por trás das crises financeiras existem bolhas políticas, um complexo quadro que envolve ideologias rígidas, instituições fracas e interesses privados, em coevolução com os comportamentos de risco da economia, ou

---

<sup>74</sup> KERJAN, Erwann Michel. *Ainda não passamos para o Gerenciamento de risco 2.0?* in Ibidem.

<sup>75</sup> YAM, Yanner. Bar-. **Market Failure: Interdependence in Action**, (October 3, 2008) New England Complex Systems Institute: <http://necsi.edu/research/economics/>

seja, falhas de mercado: ganância e crenças equivocadas que prosperam explorando as vulnerabilidades do sistema representativo das democracias liberais.<sup>76</sup> O foco central estaria em um patamar acerca do grau de convivência entre reguladores e corporações que, segundo modelagem baseada em agente, decorre quando os benefícios são maiores que os custos para o regulador.<sup>77</sup>

Nesse complexo contexto pode-se arguir um balanço de poderes entre estado e mercado. Enquanto a crise financeira de 2008 propõe à redução dos poderes do mercado, simultaneamente assistimos tendências na direção de ampliar o poder estatal. De acordo com trajetória até aqui, a tônica dessa mudança em prol do estado se dá, novamente, em favor de visões mais voluntaristas do que propriamente paradigmáticas. Logo, o senso de reforma caracteristicamente democrático é preterido por formas políticas populistas contrárias às forças da globalização.

Um panorama, ainda que célere, a esse respeito comporta uma variedade de experiências políticas, sociais e econômicas. Implica, por exemplo, observarmos modelos de desenvolvimento. Nesse sentido, a China constitui um ótimo exemplo em função de taxas de crescimento exuberantes, que chamaram a atenção nos últimos anos de muitos países emergentes, que viram na China um modelo alternativo de desenvolvimento. Na verdade, a crise de 2008, ainda que tenha levado a uma desaceleração do PIB (Produto Interno Bruto), representou uma oportunidade para a China alardear as vantagens de seu modelo capitalista de estado autoritário. O auge dessa visibilidade se deu em 2010 durante o evento que congrega os principais atores da economia mundial, o encontro anual em Davos na Suíça. Nesse cenário, se tornou difícil para as principais lideranças do ocidente criticar o intervencionismo econômico de Pequim. Enquanto isso os líderes chineses alardeavam o que seria uma alternativa viável às democracias liberais. Um sinal eloquente dos novos tempos pode ser visto no comentário do professor chinês Cui Zhiyuan que apontou para a possibilidade de o Consenso de Pequim substituir o Consenso de Washington. A partir de então, a

---

<sup>76</sup> MCCARTY, Nolan, POOLE, Keith T., ROSENTHAL, Howard. **Political Bubbles: Financial Crises and the Failure of American Democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

<sup>77</sup> ALBINO, Dominic K., HU, Anzi YAM, Yaneer Bar-. **Corporations and Regulators: The Game of Influence in Regulatory Capture**. New England Complex Systems Institute, Cambridge (Dated: September 24, 2013) in <http://necsi.edu/research/economics/capture/RegCap.pdf>

expressão “modelo chinês” passou a significar liberalização econômica sem liberdades políticas.<sup>78</sup>

Por outro lado, nossa atenção deve se voltar para movimentos que se supunham improváveis de acontecer. Tal é a tônica por trás do BREXIT (Saída da Grã-Bretanha da União Europeia). Quando o então primeiro ministro David Cameron convocou o referendo, esperava uma vitória certa e líquida, que garantiria a permanência da sociedade britânica no projeto europeu. No fim, a vontade popular transformou a aposta de Cameron em um colossal erro político, já que a expectativa era a de repetir o sucesso de dois plebiscitos anteriores: o de 2011 que os britânicos foram às urnas para votar sobre mudanças no sistema eleitoral e o de 2014, em que a Escócia rejeitou a separação do Reino Unido. Ambos os plebiscitos eram demandas, por assim dizer, externas aos interesses do Partido Conservador. Enquanto que a decisão de levar ao escrutínio popular a permanência ou não na União Europeia foi de inteira responsabilidade de Cameron<sup>79</sup>. Uma decisão que teve ainda a infelicidade de expor as fraturas existentes no partido do premier.

Se o Brexit foi um erro político, não deixará menos importante que o resultado reflete o sinal dos tempos. A mensagem das urnas vai muito além da mera escolha entre ficar e sair da União Européia. No cerne do Brexit há um descontentamento massivo em relação à globalização, se concentrando, principalmente, nas elites do *establishment* político e econômico. O foco maior dessa revolta estaria na classe trabalhadora que, com a globalização, viu extinguir as posições que ocupavam no mercado de trabalho em razão do deslocamento de empresas e indústrias para países que proporcionavam melhores condições de custo de produção. As principais queixas dessas camadas se referem à perda do padrão de vida impostos por baixos salários, à austeridade da política fiscal, escassez de habitação, à queda de qualidade dos serviços públicos, sobretudo, do emblemático National Health Service (NHS) e ao fluxo crescente de mão de obra migrante.<sup>80</sup> A fisionomia geral dessa revolta esconde ainda ansiedades geradas

---

<sup>78</sup> KURLANTZICK, Joshua. China’s Model of Development and the “Beijing Consensus” **US China** Apr. 29, 2013 in <http://www.chinausfocus.com/finance-economy/chinas-model-of-development-and-the-beijing-consensus/>

<sup>79</sup> RUNCIMAN, David In Where are we now – Responses to the referendum, **London Review of Books**, Vol. 38 No. 14, 14 de julho de 2016, p. 8-15. <https://www.lrb.co.uk/v38/n14/on-brexite/where-are-we-now>

<sup>80</sup> MASON, Paul. Brexit is a fake revolt – working-class culture is being hijacked to help the elite. **The Guardian**, Brexit-Opinion, Monday 20 June, 2016 12.29 BST Last modified on Wednesday 9 August 2017 13.07 BST. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/20/brexit-fake-revolt-eu-working-class-culture-hijacked-help-elite>

pela incerteza de uma era pautada por constantes transformações sociais. A resposta a isso tem sido um contra fluxo na direção oposta aos valores da globalização, em que prevalece a retomada do nacionalismo de tipo xenófobo que identifica no imigrante a causa principal dos males correntes. Enfim, o resultado principal é a reinvenção de um passado nacional mítico de segurança comunitária, onde todos estão irmanados pelos mesmos laços de identidade e, no qual se assenta o atual retorno do senso de missão megalothymico que se julgava perdido para as forças da prosperidade liberal.

Em situação análoga estão os EUA. Lá o equivalente ao Brexit chama-se Donald Trump, um magnata do setor imobiliário que, contrariando todos os prognósticos, chegou à Casa Branca. Na vitória de Trump, podem-se identificar os mesmos padrões por trás do Brexit, isto é, uma classe trabalhadora apeada de seu *status quo*, deslocamento da produção industrial e uma desconfiança aguda em relação ao imigrante. Na sociedade americana, tanto quanto na britânica, verifica-se um desejo de ordem que agora se supõe que só pode ser assegurada por aquilo que Nietzsche chamava “homem de peito”. Um retorno à ideia do “estado forte” que emana daquela personagem que, supostamente, melhor encarna o espírito da nação. Um espírito mais vitalista do que racional; mais inclinado a soluções simplórias do que objetivas; mais propenso a atitudes personalistas do que baseada no respeito às instituições. No fim, essa também é uma crise de representação democrática em que é flagrante a captura de suas instituições que levam o sistema político a se distanciar de parcelas significativas da sociedade. No entanto, é pouco provável que uma vingança contra as elites seja uma resposta adequada para o problema.

O quadro atual de recessão democrática é variado. Poderíamos, por exemplo, discutir o processo acentuado de desdemocratização da Venezuela. Um processo que vem desde o primeiro governo Hugo Chávez e que corroe as frágeis bases da democracia venezuelana, e que agora caminha para a consolidação de uma ditadura pelas mãos de seu sucessor, Nicolas Maduro. O gatilho que fez o país mergulhar em uma crise político-institucional foi a convocatória para uma assembleia constituinte. Um meio encontrado pelo governo Maduro para sustar o processo eleitoral de escolha de novos prefeitos e governadores no qual se desenhava uma vitória expressiva da oposição que em 2015 já havia conseguido maioria nas eleições legislativas. Com a tese da assembleia constituinte, Maduro quebra a espinha dorsal da oposição, que é promover um processo de mudança da ordem política por meio de uma via institucional,

que seria a destituição do presidente através de um referendo previsto na constituição. Como podemos observar, a principal medida do governo após sair vitorioso da convocatória, foi cassar os poderes da Assembleia Nacional. Com isso, o governo Maduro inaugurou uma nova etapa em que a sobrevivência política do chavismo não está atrelada às próprias regras que criou, mas à conveniência personalista e cada vez mais autoritária de sua principal personagem política.

A Turquia é outro caso emblemático da atual virada antidemocrática. Nesse caso, a personagem principal é Recep Tayyip Erdogan, cujo comportamento, segundo seus críticos, se assemelha mais à dos antigos sultões do que propriamente de uma figura democrática. Apesar de bons indicadores econômicos até aqui, o país tem paulatinamente caminhado para um processo em que a religião dita as regras da sociedade, ameaçando claramente o legado de secularização do fundador da Turquia moderna, Mustafá Kemal, o Atatürk, responsável pelo processo de modernização da sociedade turca. A reação de Erdogan à tentativa de golpe fracassado dos opositores, que se deu na intenção de resguardar o legado de Atatürk,<sup>81</sup> só veio confirmar o desprezo pela democracia representativa e instituições da sociedade civil. Já que o resultado foi um expurgo sem precedentes ao perseguir e prender milhares de opositores e controlar diversos órgãos de imprensa. O avanço mais recente do retrocesso foi a substituição do sistema parlamentar por um presidencialismo que atende às pretensões autoritárias de Erdogan.

Nesse contexto, uma síntese da posição do Brasil é representativa das transformações político-econômicas na América latina desde meados dos anos 90 até aqui. Na última década do século passado fomos capazes de iniciar diversas reformas do estado após o bem sucedido plano real que pôs fim a um longo período inflacionário que fez com que os anos 80 viessem a ser chamado de “a década perdida”, sobretudo na literatura econômica.

O Plano Real resultou de um longo processo de aprendizado no combate a inflação. De 1986, ano do Plano Cruzado até o *annus mirabilis* de 1994, se sucederam nada menos que cinco planos econômicos. De cada um deles e, principalmente, do primeiro, o Plano Cruzado, se pode extrair diversas lições que foram cruciais para o

---

<sup>81</sup> Sobre o legado político-social de Atatürk ver GELLNER, E. *Kemalism* in **Encounters with Nationalism**. Basil-Blackwell, 1995.

sucesso do Real. Aprendemos que, para chegarmos a uma moeda estável, não poderíamos prescindir de uma política fiscal sólida. Sendo assim, nos anos seguintes à implantação da nova moeda, assistimos a uma onda liberalizante, cujo cerne se pautava justamente pela exigência de fundamentos fiscais mais robustos. Tal perspectiva implicava no enfrentamento de oligopólios estatais e privados, na dinamização da estrutura produtiva e na promoção de um mercado competitivo. Na prática, isso significou uma sequência de reformas estruturais encaminhadas no curso dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso; que empreendeu uma agenda modernizadora na qual se destacaram medidas como, a privatização de estatais, a criação de agências reguladoras, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), a renegociação das dívidas dos estados e municípios e maior abertura comercial.<sup>82</sup> A despeito dessas medidas, o arcabouço institucional econômico garantidor da estabilidade ficou conhecido como tripé macroeconômico, isto é, meta de inflação, câmbio flutuante e superávit primário.

A verdade é que o Plano Real é um divisor de águas na história da moderna economia brasileira. Uma economia que desde os seus primórdios se habituou a crer que pares antitéticos, como desenvolvimento e inflação poderiam conviver em harmonia, e tanto pior por acreditar que seus efeitos permissivos seriam amainados pela adoção da correção monetária automática, cujo uso irrestrito, isto é correção não apenas anual, mas diária, leva a uma ampla reindexação, presente no fenômeno chamado de inércia inflacionária, “em que todos os preços e contratos são corrigidos hoje pela inflação de ontem, [assim] a inflação de amanhã jamais [ficaria] abaixo da inflação de hoje”.<sup>83</sup>

Uma trajetória inflacionária tão longa não poderia estar desassistida de uma matriz político-ideológica. Nesse caso a teoria do nacional-desenvolvimentista, versão do populismo na área econômica, procurava sustentar a tese de que a inflação poderia ter poderes excitatórios sobre o PIB. Mas na verdade, no decorrer de meio século, foi responsável por uma desigualdade social exacerbada, onde uma parcela significativa da população brasileira, algo que se presume em torno de 40%, se encontrava desprotegida da praga inflacionária. Segundo Joelson Beting, esses são “os párias do quatrilhão”,

---

<sup>82</sup> Para uma descrição clara e sucinta do esforço de estabilização ver: LEITÃO, Miriam, **Saga Brasileira - A longa luta de um povo por sua moeda**. RJ: Ed. Record, 2011.

<sup>83</sup> BETING, Joelson. Os Párias do Quatrilhão in **Veja**, dezembro de 1996. <http://www.joelsonbeting.com.br/noticias.aspx?IDgNews=10&IdNews=29490>

porque “portadora da moeda podre, o dinheiro na mão ou no bolso, fora do banco ou do contrato.”<sup>84</sup> O caráter perverso da indexação foi descrito pelo economista Milton Friedman como sendo “um instrumento de primeira classe para economias de quinta categoria”,<sup>85</sup> já que no contexto brasileiro representava “um privilégio das classes médias que contavam com a reposição das perdas em carteira, ainda que não integralmente, e de governos que corrigiam a receita plena do estado, mas não as despesas”<sup>86</sup>. O fato é que, com o Plano Real o país, simplesmente, havia deixado para trás uma inflação que, acumulada desde junho de 1964, chegara a 1.302.442.989.947 (Um quatrilhão e trezentos e dois trilhões...) <sup>87</sup> Tal número é a melhor medida dos padrões da desigualdade social brasileira no século XX, um retrato fidedigno de nossos dilemas históricos.

A mudança não ficou restrita à taxa de inflação. A estabilização trazida pelo Plano Real se revelou uma condicionante decisiva no que se refere à relação da sociedade com a economia. O cenário geral promovido pela nova moeda foi de uma maior previsibilidade, pois um dos grandes problemas acarretados pela inflação, além da desigualdade crônica, é a perda de referência quanto ao valor da moeda. Com uma moeda estável, o consumidor passa a ter uma noção clara de preço e valor. O efeito imediato disso é um processo de modernização das empresas que agora precisam competir pela atenção do consumidor. E nesse quadro de acirramento competitivo, primar pela eficiência torna-se um fator decisivo para estas na busca por dois atributos: maior qualidade e menor preço. Acompanhando esse processo temos uma recomposição da renda que foi da ordem de 30% a 40%, que permitiu a formação do mercado de consumo das classes C e D.

Assim, como numa vasta e interconectada rede, o mercado interno passou por várias mudanças: serviços foram inventados, tanto quanto destruídos, o mesmo ocorrendo com os empregos; o consumo se expandiu e, na mesma medida, novas competências e qualificações eram exigidas para o ingresso no mercado de trabalho. E para essas transformações concorreram processos como, a privatização, a relativa abertura econômica, a queda de juros e, posteriormente, o boom do crédito em meados da década passada. O ganho de poder do consumidor, que tal perspectiva implica, pode

---

<sup>84</sup> *Ibidem*.

<sup>85</sup> FRIEDMAN, Milton apud, Beting, op.cit.

<sup>86</sup> BETING, op. cit.

<sup>87</sup> QUADROS, Salomão apud LEITÃO, Miriam, Op.cit.

ser corroborado em diversos momentos como em 1999, no contexto da desvalorização cambial, ou em 2003, em face das incertezas políticas em torno da disputa eleitoral. Nesses dois momentos o que vimos foi o consumidor mudar seus padrões de consumo para punir empresas que tinham repassado seus custos para o preço dos produtos. Enfim, o Brasil havia se transformado em um grande mercado consumidor.<sup>88</sup>

Nessa cadeia de eventos, causa e efeito se confundem em um processo de mútua retroalimentação. Sendo assim, o Plano Real seria também o responsável pela redução da pobreza. Por um lado, estão fatores discutidos acima; por outro, passamos a um ambiente de contas públicas estáveis, proporcionando as condições necessárias para que governos eleitos democraticamente enfrentassem outros desafios. Em consequência, a estabilidade além de ser promotora por si só de mudanças, sua sustentabilidade em longo prazo requer mudanças estruturais importantes. Dentre esses desafios está o enfrentamento da desigualdade social.<sup>89</sup> Com o Plano Real, pode-se observar condições de alavancagem estável concernentes às políticas públicas de combate a pobreza. Nessa nova realidade as políticas de transferência de renda assumiram grande importância, principalmente em razão de se fazerem agora de maneira direta e exigindo uma contrapartida: a permanência na escola, como garantia de mitigação dos riscos de reprodução da pobreza; diferente de outrora quando se dava via intermediários em meio a uma conduta clientelística, onde o beneficiário se via cativo da vontade do operador do benefício. Entre 1993 e 2008, o percentual de pobres caiu de 47% para 25% e a redução da pobreza extrema foi de 22% para 8%. Tais políticas, vale ressaltar, não foram uma concessão, mas a garantia a um direito fundamental. O que o contexto de estabilização ensina é que políticas fiscais responsivas são fundamentais para o enfrentamento da pobreza.

Paralelamente às conquistas econômicas, pode-se constatar um incremento qualitativo no campo político-institucional. Nesse sentido, o aspecto mais notável foi a chegada da esquerda ao poder, elegendo para a presidência a figura emblemática de Luis Inácio Lula da Silva. Tal fato era representativo de uma mudança que se deu em função de uma nova agenda política que havia se consolidado com a estabilização econômica. Pois, para chegar ao poder o Partido dos Trabalhadores (PT) precisou mudar;

---

<sup>88</sup> LEITÃO, M. Op.cit, 427-444.

<sup>89</sup> BACHA, Edmar, SCHWARTZMAN, Simon. **Brasil: A Nova Agenda Social**. Rio de Janeiro: Ed. Gen. Ltc, 2011.

mais precisamente um discurso: isto é, abandonou a retórica radical, responsável por três derrotas em eleições passadas, e passou a adotar um estilo de atuação mais brando em relação à economia, no sentido de que respeitaria não só o primado da estabilização, como se comprometendo com as reformas necessárias à sua consolidação.

Desse modo, o principal desafio do primeiro governo Lula era assegurar a estabilidade da moeda, tendo por contexto um rol de incertezas para o qual sua candidatura havia contribuído decisivamente. Nesse sentido, ao tomar posse em 2003 são adotadas medidas emergenciais, priorizando fundamentalmente a manutenção do tripé macroeconômico.<sup>90</sup> No campo das reformas estruturais foram priorizadas mudanças cujos efeitos se fizessem sentir nas contas públicas, concentrando-se especificamente em duas áreas: previdência e tributação.<sup>91</sup> Consequentemente, o resultado dessas reformas se traduziu em um poderoso aumento da arrecadação. E tanto no primeiro mandato, quanto no segundo, isto é, até a crise de 2008-2009, o governo Lula contou com um quadro internacional favorável. Sendo este pautado principalmente pelo alto valor das commodities, impulsionadas pelo ritmo acelerado da atividade econômica externa, liderado pela China, que nesse período, repetidas vezes, emplacou taxas de crescimento de dois dígitos. Em síntese: o governo petista estava apenas seguindo a trajetória estabelecida desde a década de 1990 a de políticas econômicas e institucionais voltadas à melhoria das contas públicas, um aspecto de suma importância para o crescimento sustentável. Assim, duas conquistas ficaram evidentes: a primeira foi a ampliação das reservas em dólares, o que dá a qualquer país condições necessárias para enfrentar choques externos enquanto que a segunda se deu no campo social, que foi

---

<sup>90</sup> Para maiores detalhes ver: GIAMBIAGI, Fabio. A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público? **Texto para discussão n° 1169**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/50/56>. Adicionalmente, convém lembrar que o caráter de tais reformas é limitado, ou seja, estendendo-se sobre alguns pontos, mas sem abarcar a totalidade do problema estrutural em questão.

<sup>91</sup> Na previdência, os destaques ficaram por conta da aprovação da taxa de inativos e da adoção da idade mínima para a aposentadoria, 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, dos servidores públicos. Na área tributária as principais ações foram, renovação da DRU (Desvinculação de Recursos da União), mudança na forma de cobrança da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e prorrogou a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Ver Giambiagi, F. Op. cit.

a universalização de políticas públicas de bem estar social, um fator importante na redução da desigualdade de renda.<sup>92</sup>

Entretanto, a crise financeira de 2008-09 ensejou uma mudança de direção econômica que se fez presente no segundo mandato do governo Lula, especialmente nos dois últimos anos, dado pela expansão dos gastos públicos impulsionada pela arrecadação recorde, o boom das commodities e pela alta do preço do petróleo. Naquele momento, a crise foi tomada como pretexto para o início de uma mudança de paradigma econômico. O ponto central dessa orientação era que o governo petista, ante a suposta crise da política neoliberal, deveria proteger a economia nacional, recorrendo para isso a políticas anticíclicas, que se caracterizam pela intervenção ainda maior do estado na economia. A mudança mais profunda viria ocorrer no terceiro mandato petista, agora sob o governo de Dilma Rousseff.

Com o governo Rousseff, vimos foi um retorno à vertente desenvolvimentista. Tal política veio a ser chamada de a “nova matriz econômica”. Porém, tratava-se de recuperar dos alfarrábios da heterodoxia econômica um conjunto de medidas que a história classifica como equivocadas e que se define por cinco bases fundamentais: juros baixos, crédito barato fornecido por bancos estatais, política fiscal expansionista, câmbio desvalorizado e aumento das tarifas de importação para "estimular" a indústria nacional.

A crença nessa política foi tal, que o governo Rousseff reviveu o mote de que "um pouco mais de inflação gera mais crescimento econômico". No cerne desse horizonte está a convicção de que endividamento e consumo são os motores do crescimento econômico. No que se refere à intervenção estatal, pode-se verificar ações diretas tanto no âmbito da taxa de juros, como na redução da Selic, desacompanhada de um ajuste fiscal robusto dos gastos de custeio do estado, como no setor de energia: onde a revogação dos contratos das empresas geradoras de energia se deu de modo unilateral, decorrendo daí grandes prejuízos que resultaram no efeito inverso ao que o governo pretendia, gerando uma alta no preço das tarifas.

Com efeito, a mudança de orientação política induziu uma inversão dramática dos principais indicadores econômicos. Um resultado que merece ser descrito como

---

<sup>92</sup> Para uma panorâmica, ver: BACHA, Edmar **A Crise Fiscal e Monetária Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2016.

antítese às principais conquistas do Plano Real, já que muitos dos indicadores tenderam a retroceder para um período anterior a 1994. Dentre os mais representativos, temos: inflação alta, déficit nas contas públicas, escassez de crédito, crescimento negativo, desvalorização do real e estagnação de renda. Ressalta-se que no governo Dilma a taxa de inflação sempre esteve acima da meta, e em 2015 superou o maior índice registrado que foi o de 2003.<sup>93</sup> No plano das contas públicas, métodos contábeis duvidosos tentaram sem sucesso escamotear o horizonte de déficit crescente, o que levou o país a ter sua nota de crédito rebaixada, resultando na retração dos investimentos. Daí em diante o país acumulou sucessivas taxas de crescimento negativo que culminaram no maior período recessivo da história brasileira desde a crise de 29. Com o agravante de o processo de redução da desigualdade ter se interrompido, indicando uma inflexão dos processos políticos públicos que levam a maior igualdade.

A resposta da sociedade se deu por meio de uma série de protestos iniciados em junho de 2013. O processo de contestação teve como estopim o reajuste de preço das passagens de ônibus na capital paulista. Tal descontentamento não estava confinado à cidade mais rica do país, mas tratava-se de um fenômeno de vastíssima distribuição, que nos dias seguintes ao evento inicial se alastrou por todas as capitais chegando, até mesmo, a cidades do interior. É importante ressaltar que essas foram manifestações que emergiram distantes das estruturas políticas tradicionais, como partidos e sindicatos, forçando-nos a reconhecer um déficit de representação política que aponta para o esgotamento de alguns dos pressupostos do projeto democrático de 1988. Assim, não é estranho que a origem dos protestos tenha sido o reajuste de preço das passagens por este ser um tema emblemático da natureza contraditória de nossa sociedade. Uma dimensão que se espraia pelo cotidiano, expressa através de uma dualidade, onde o estado possui uma estrutura tributária típica de países desenvolvidos, mas com serviços públicos comparáveis aos das nações mais pobres, sendo esta a causa do forte senso de identidade compartilhada pelos brasileiros em torno dos mesmos problemas sociais. Neste panorama torna-se claro o contraste entre uma sociedade que quer maiores direitos, porque entende que estes são um passaporte para maiores liberdades e, também, de acesso à prosperidade, e um estado que caminha no sentido oposto em função dos compromissos patrimoniais assumidos, origem da extensa desigualdade social.

---

<sup>93</sup> Relatório de Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, abril de 2014.

Através de diversas vias, a contextualização demonstra cabalmente a permanência da tensão entre estado e mercado. Uma marca indelével na política do século passado, e que hoje se encontra manifesta em um contexto de maior interdependência global onde estado/mercado experimentam realidades multifacetadas e de resultados complexos e inadvertidos. Um processo que convida à reflexão sobre a erosão e deposição de poderes desses dois entes máximos da sociedade contemporânea, seja um frente ao outro como também diante de um vasto arco de outros fenômenos políticos, econômicos e sociais, como os que vimos até aqui.

Qual o papel do estado ante a sociedade, ainda mais em uma conjuntura de democratização? Que fundamentos permitem apelar à legitimação da democracia liberal? Que meios empregar na regulação dos mercados, sem que resulte em atrofia dos mecanismos que levam à prosperidade? Que respostas oferecer aos relativismos, fundamentalismos, pós-modernismos e populismos? O que, em suma, faz do liberalismo um projeto político viável da modernidade? Bem, até que se prove ao contrário, esses temas são de relevância insuspeita, e que estiveram no âmago das reflexões de Merquior, no cerne do projeto da crítica liberal.

### **1.3 Teoria**

Os fenômenos relativos à nossa investigação serão modelados segundo a teoria dos sistemas adaptativos complexos. O primeiro ponto que devemos considerar é que a complexidade se tornou uma expressão recorrente ao vocabulário comum. Todos os dias e em diferentes contextos, complexidade é a palavra-chave de um importante campo de pesquisa interdisciplinar que, ao menos há 30 anos, mudou de maneira exponencial a paisagem científica.

No entanto, o que está presente na ideia de complexidade que faltava ao nosso conhecimento coletivo – para não dizer em relação a nossa própria consciência? Tamanho destaque repousa na capacidade de descrever certos sistemas como “complexos”, opondo-os a outros que nós, facilmente, chamamos de “simples”. No âmago dessa distinção, temos a origem de um novo *paradigma*, tal como foi definida

por Thomas Kuhn, ou seja, um processo cuja mudança se dá ao nível dos princípios,<sup>94</sup> que, abarca um grande conjunto de fenômenos interconectados.

Para o público em geral, assim como para o *senso comum da ciência*<sup>95</sup>, o empreendimento científico é comumente visto como um algoritmo de predição. Ao qual cabe ser teoricamente ilimitado e dotado de um senso de precisão absoluta, por isso capaz de prever o curso futuro dos objetos naturais com base em seu estado atual. O modelo por trás dessa presunção baseia-se na figura de Sir Isaac Newton (1643-1727), fundador da física moderna, responsável por mostrar que, a partir de algumas Leis, como a que descreve os efeitos da gravitação universal, pode-se gerar uma massa de dados que tornam possível interpretar o movimento dos corpos celestes, e predizer onde ocorrerá o próximo eclipse solar com milhares de anos com antecedência. De acordo com essa visão, a realidade seria regida por um comportamento regular, estável e passível de reprodutibilidade, sendo assim possível qualificar o mundo como fundamentalmente simples.

Ao longo de três séculos o paradigma newtoniano foi bem sucedido na exploração dos mistérios da natureza, especificamente no que se refere à investigação de fenômenos pertencentes ao universo da escala do que é muito pequeno ou muito grande, isto é, seja das questões relativas à matéria, seja à dinâmica pertencente ao domínio da cosmologia. O caráter enfático com que o poeta inglês Alexander Pope descreveu as proezas de Newton não deixa dúvidas quanto à sua importância:

*'Nature and Nature's laws lay hid in night.  
God said, let Newton be! And all was light'.*<sup>96</sup>

Mesmo no domínio da matéria, vimos que o predomínio do modelo newtoniano foi relativo. Tendo em vista que o tema da “ruptura da equivalência entre descrição individual em termos de trajetórias e descrição em termos de conjuntos estatísticos”,<sup>97</sup> levaram à descoberta que a ordem da escala do muito pequeno é dada por modelos

---

<sup>94</sup> KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

<sup>95</sup> BRONOWSKI, Jacob. **O Senso Comum da Ciência**. São Paulo Ed. USP, 1977.

<sup>96</sup> Projeto de epitáfio para Isaac Newton, morto em 1727. POPE, A. “A natureza e suas leis jazem ocultas na noite/Deus disse: Que Newton exista! E tudo se fez luz.” Ver: *Everyday In the Year: A Poetical Epytome of the World History*, Ed. By James L. Ford and Mary K. Ford. New York: Dd, Madl & Co., 1902.

<sup>97</sup> Para uma descrição geral desse problema técnico relativo à passagem da mecânica clássica à quântica e de seu impacto posterior na descoberta da complexidade ver PRIGOGINE, Ilya. **Fim das Certezas**. São Paulo: UNESP, 1996. p. 96-134.

probabilísticos mais do que propriamente determinísticos. Na sagaz observação de Prigogine, a descoberta de que a matéria é instável equivale dizer que o universo não é imutável, mas que possui uma história.<sup>98</sup> A verdade é que a experiência cotidiana do homem comum se passa em uma faixa intermediária, constituída por sistemas organizados através da interação de várias subunidades que se desdobra por meio de uma história particular. O fato é que, ainda que o mundo linear seja parte muito importante de nossa existência, a maior parte da natureza é constituída por fenômenos não lineares e de difícil previsão. Desse modo, podemos perfeitamente prever a oscilação das marés, mas somos incapazes de prever as condições meteorológicas além de um par de dias, ou de visualizar, antecipadamente, qual será o estado da atividade elétrica do córtex cerebral após o início de uma conversa, muito menos de saber o índice Dow Jones do dia seguinte.

Apesar de tais fatos nos fazerem pensar em um mundo complexo, a tendência predominante até recentemente era que a imprevisibilidade e irregularidade da maioria dos fenômenos não passavam de um embaraço. Só superados à medida que dispuséssemos de recursos capazes de fornecer informações completas sobre esses sistemas, de modo a revelar as regularidades subjacentes que, conforme esperado, seriam pautadas por uma relação de causa e efeito unidirecionais. Assim, um dos grandes saltos rumo à complexidade ocorreu, justamente, por meio do acúmulo de evidências que demonstraram que sistemas bastante simples, sujeitos a Leis conhecidas, e sob estrito controle laboratorial, tendem a comportamentos inesperados similares aos que encontramos na experiência cotidiana. Assim, a complexidade não estava presente apenas em grande escala, mas, também, em fenômenos que julgávamos simples, e que no fim se revelaram profundamente complexos.

A complexidade, portanto, não é meramente de uma moda passageira, empregada para assinalar comportamentos que nos intrigam, mas sim um fenômeno que se encontra devidamente radicado nas leis fundamentais da natureza, em que sistemas formados por muitas unidades em interação são onipresentes. Com isso, se abriu caminho na busca sistemática dos múltiplos comportamentos dos sistemas complexos. Esse processo tem sido coroado de êxito, em razão do uso de ferramentas analíticas e metodologias originais, fruto, muitas vezes, de resultados inadvertidos, derivados da

---

<sup>98</sup> PRIGOGINE, I. & STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança. A metamorfose da ciência.** Brasília: UNB, 1994.

interseção de ideias provenientes de áreas como não-linearidade, mecânica estatística, termodinâmica, probabilidade e modelagem de agentes.

Resultando daí um novo entendimento qualitativo e quantitativo da complexidade que usualmente na experiência cotidiana, de forma a engendrar processos avançados de análise e monitoramento, além de introduzir novos conceitos e debates que fogem ao âmbito do domínio tradicional da ciência.

Decisivamente, sistemas complexos ajudam-nos a pensar uma série de problemas intrincados que demandam resoluções urgentes, como o da sustentabilidade de nossas sociedades, e outros problemas de longo prazo, sendo que esses ultrapassam a esfera específica de conhecimento disciplinar. O certo é que, cada vez mais, se definir a performance de uma sociedade pela consciência da complexidade, ou seja, pela capacidade de compreender, planejar riscos e oportunidades, aprender e preparar-se para o desconhecido em um mundo complexo.

Desse modo, um sistema pode ser descrito como complexo se nele reconhecemos um conjunto de características que lhe conferem uma identidade fenomenológica própria. Dentre esses atributos, já anunciados aqui, está à mudança paradigmática que a complexidade enseja, isto é, a de ser uma ciência de fronteira, desafiando questões difíceis e fascinantes que operam em diversos processos: como “a origem da vida na terra, o funcionamento do sistema imunológico, evolução, diversidade biológica, organização de redes ecológicas, comportamento dos agentes financeiros, além da ascensão e colapso das sociedades humanas”.<sup>99</sup>

E o que todos esses processos têm em comum? É que cada um deles, obviamente, se estrutura como um sistema complexo, onde se reconhece a assinatura da multiplicidade de partes que fazem dele um sistema. Mas devido ao seu caráter não linear, esses sistemas além de complexos, também são adaptativos, no sentido de que capturam informação de seu meio ambiente, inclusive o modo como interage com este, procurando identificar regularidades para em seguida condensá-las em um modelo, que será empregado para atuar no mundo.<sup>100</sup>

---

<sup>99</sup> Um livro introdutório sobre a abordagem da teoria da complexidade sobre alguns dos temas mencionados, ver: NUSSENZVEIG, Moysés. (Org.) **Complexidade & Caos**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/COPEA, 2ª edição, 2003.

<sup>100</sup> GELL-MANN, Murray. **O Quark e o Jaguar**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1996.

Verifique-se que, sistemas complexos adaptativos abrangem um amplo leque de tais propriedades como, hierarquia, aprendizado, agregação, aleatoriedade, diversidade memória, histerese (dependência de história anterior), estrutura fractal, fluxos, seleção darwiniana, leis de potência, criticalidade.<sup>101</sup> A auto-organização ou emergência tem sido uma propriedade bastante presente em diferentes classes de fenômenos de tal modo que vêm a ser um elemento chave definitivo comum desses sistemas.

Desta feita, “a propriedade global de um sistema complexo é o resultado das interações locais entre os agentes”.<sup>102</sup> Ao fazerem isso, agentes se adaptam, evoluem, competem e cooperam, procurando esquemas ou, então, geram inovações do aprendizado decorrente da experiência.<sup>103</sup> Segundo a lição sagaz do prêmio Nobel de física Murray Gell-Mann, “sistemas complexos buscam um padrão”, sendo que nesta trajetória “a complexidade superficial é resultante da simplicidade profunda”.<sup>104</sup> Em outras palavras, regras simples de interação que regem o comportamento dos agentes resultam nas propriedades emergentes do sistema. No contexto de um ecossistema isso se traduz em estabilidade na forma de resiliência a catástrofes naturais ou na resistência a uma espécie invasora. Em nível embrionário a emergência é o desenvolvimento do embrião por meio de uma gama diferenciada de processos, em uma forma madura; enquanto que para o cérebro, a propriedade resultante das redes neurais define padrões complexos de comportamento.

Um exemplo sugestivo de emergência é que inexiste um comando central organizando a logística de abastecimento de uma cidade. Pode-se falar o mesmo de um mercado, de que seu sistema de preços se deve à interação de milhares de decisões individuais. Tradicionalmente, costumamos explicar esses fenômenos através da metáfora da “mão invisível” apregoada por Adam Smith. Porém, a metáfora é tão fascinante quanto incompleta. Assim, seja uma floresta, seja o nosso sistema imunológico, ambos partilham muitos atributos de uma ordem que repousa sob aspectos

---

<sup>101</sup> A lista de propriedades relativa à complexidade pode variar de autor para autor. Aqui preferimos nos reportar a uma combinação de propriedades derivadas da introdução didática de M. Nussenzveig (Op.cit.), e da visão de J. Holland discutida em ensaio reunido na citada coletânea: HOLLAND, John *Sistemas Complexos Adaptativos e Algoritmos Genéticos* in NUSSENZVEIG (Org.) Op.cit.

<sup>102</sup> LANGTON, Chris Apud LEWIN, Roger. **Complexidade- A vida no limite do caos**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1994

<sup>103</sup> HOLLAND, John H. **Hidden Order – How adaptation builds complexity**. Michigan: Addison-Wesley Publishing, 1995.

<sup>104</sup> Ver GELL-MANN Op.cit.

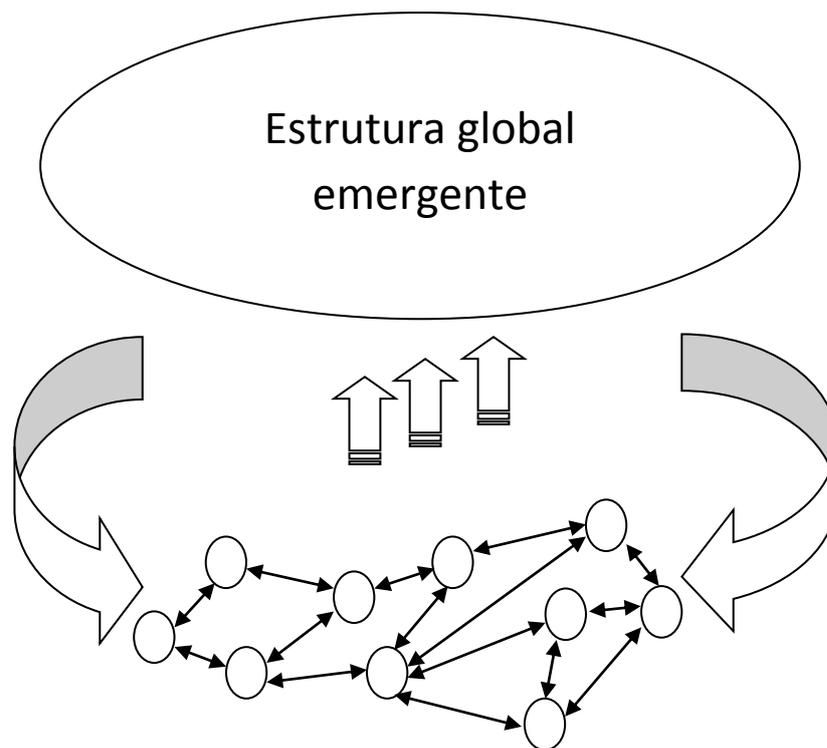
ocultos, representados normalmente por uma enorme diversidade de processos.<sup>105</sup> Tal como observou Heráclito, o fato é que em sistemas complexos, a despeito dos padrões existentes, a água que flui através de um riacho será sempre diferente. Desse modo, quando observamos uma floresta, um mercado, um sistema imunológico, este já não é mesmo de quando o vimos há pouco, pois reflete as mudanças constantes observadas em diferentes escalas.

Com efeito, a vida dos sistemas complexos adaptativos estaria situada em um limiar, mais precisamente em uma situação intermediária de entre ordem e caos. Pois, tudo que um sistema busca é aprendizado e adaptação. Quando procurarmos um novo desenho em engenharia, o que fazemos é tentar melhorar o desempenho do novo projeto em relação às soluções existentes, sem que saibamos qual seria a melhor solução possível. O mesmo se passa com as políticas públicas: ao invés de recorremos a uma solução *ótima*, orientamos nossa posição no sentido de buscarmos a melhoria (ao menos assim deveria ser), e, conseqüentemente, níveis mais elevados de aprendizado sobre aquele sistema. Em cidades, organizações e ecossistemas, a inexistência de um sistema ótimo é uma realidade inegável. A grande variedade de agentes em interação não só produz soluções diferentes para os mesmos problemas, como essa diversidade muitas vezes, inadvertidamente, proporciona condições, via competição e cooperação, de erigir arranjos adaptativos mais satisfatórios. Tal vem a ser a grande mensagem dos sistemas complexos adaptativos: a de não buscarem jamais uma resposta final, mas tão somente aquelas que sejam provisórias, engendradas pelo acaso e necessidade.

De acordo com o que vimos até aqui, a complexidade é um exemplo modelar da existência de princípios simples subjacentes à natureza. Assim, a complexidade se tornou, além de seu sentido comum, uma das fontes na busca pela unificação dos problemas fundamentais. Fenômenos sísmicos, fluxos turbulentos, aglomeração de matéria em forma de galáxias, dinâmicas de mercado, conflitos políticos e sociais têm mais em comum do que gostaríamos de admitir. E a característica marcante de cada um deles, enquanto um todo, é que não são mais do que o resultado do entrelaçamento entre as partes à medida que evoluem. A figura a seguir fornece as linhas gerais de um esquema de sistema complexo adaptativo.

---

<sup>105</sup> HOLLAND, Op. cit. p. 23-8.



**Fig.1.** Vista geral da dinâmica de um sistema complexo adaptativo (Adaptado de Christopher Langton)

Nessa perspectiva também figura o empreendimento científico. Uma vez que todos nós, de maneiras muito diferentes, somos sistemas complexos adaptativos, principalmente porque a lógica da descoberta se passa em meio a uma complexa dinâmica interativa. Na prática, fazer ciência se ajusta muito bem a um processo de adaptação e seleção.<sup>106</sup> Por exemplo, suponha que você pretenda escrever uma dissertação. Decerto, isso não só implica em ter um objeto, como sua escolha nunca é óbvia. Às vezes, só muito tempo depois é que descobrimos as razões por trás de nossa predileção por alguns objetos de pesquisa, de que, principalmente, estes se remetem à nossa história de vida. A teoria representa outro fator de pressão seletiva, pois se nova, terá de concorrer com outras. Nessa corrida, o que importa é quão uma teoria pode ser bem sucedida em descrever a realidade pretendida, algo só possível de se verificar se as submetermos à falsificação, como processo investigativo direcionado. Assim, será com a metodologia, que jamais será dada de antemão, uma vez que só temos uma visão clara do todo quando a pesquisa está prestes a se encerrar. Em todas as escalas da dissertação problemas como esses estarão presentes. Problemas que nos levam a crer que o processo criativo se dá em um plano deveras caótico, mas no curso da investigação vai se

<sup>106</sup> Ver as instigantes observações de GELL-MANN, Op. cit. Capítulo 7 “O Empreendimento Científico”, pags. 91-104, e Capítulo 17 “Do aprendizado ao Pensamento Criativo”, pags. 273-86.

organizando mediante adaptação, decorrente das escolhas que fazemos segundo o uso de nossos modelos internos. Esse processo em nada se parece com um sistema de entrada e saída lineares, estando muito mais próximo de uma paisagem acidentada. Ou seja, de algo que fora em algum momento um punhado de notas termina, percorrendo um caminho surpreendentemente errático, e culmina em um todo ordenado.

Desse modo, a complexidade nos ajuda a pensar a história subjacente à emergência desse paradigma. Que essa história, anterior à sua consolidação, de forma alguma lembra uma evolução contínua ou linear. A teoria da complexidade pretende, também, ser uma meta-teoria ao remontar sua história como uma evolução. Do mesmo modo, temos uma abertura para a história como um fenômeno social emergente em que, por exemplo, a história das ideias, aqui considerada, possui complexidade histórica como tal. E não poderia acontecer de outra maneira, porque a história definida modernamente, se ocupa da pesquisa da complexidade contida nos processos de mudança e permanência através do tempo.

Sabe-se que aqui, a complexidade nos faculta uma consciência maior dos complexos processos que envolvem a construção do conhecimento histórico. Um processo que, como notou John Lewis Gaddis, faz a história se singularizar das demais ciências sociais em razão de a descrição do passado fornecida pelos historiadores se pautar por um eixo onde todas as variáveis são interdependentes.<sup>107</sup> Simplesmente, a história não é estranha à complexidade. Porque muitas áreas abrangidas pela teoria da complexidade são ciências históricas, da biologia evolutiva à meteorologia, da cosmologia à geologia, a história ocupa o centro de atenção. O próprio Gaddis, pelo que vem se tornando um consenso entre vários outros estudiosos, considera que a tônica da atual senda paradigmática, fará da ciência menos cientificista e mais *historicista*. Talvez, por isso, que um notável Professor como Ciro Flamarion Cardoso, – típico historiador de fronteiras –, tenha visto que a teoria da complexidade, “uma física, matemática e cibernética voltadas para sistemas complexos não-lineares são potencialmente capazes de fornecer ideias e modelos à história e outras ciências sociais.”<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup> GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História - Como Historiadores Mapeiam o Passado**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003.

<sup>108</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. “No Limiar do Século XXI.” **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 1, número 2, 1996, p.13. Um exemplo de uso pioneiro do potencial da teoria da complexidade aplicado à história antiga pode ser visto em MENDES, Norma Musco. **Sistema Político do Império do Ocidente: um modelo de colapso**. RJ: DP & A editora/FAPERJ, 2002. O livro de Mendes resulta de uma tese de

Sendo assim, a história há muito tem estudado a complexidade inerente a uma gama de fenômenos que tem na emergência sua característica principal. Fenômenos que só podem ser plenamente entendidos se levarmos em conta uma intrincada rede de interações sociais. Dentre estes fenômenos estão movimentos de independência, revoluções sociais, protestos, rebeliões, o surgimento de padrões de cidadania e classes sociais, a formação de estados-nação, a emergência dos nacionalismos e das democracias liberais, tendo cada um destes se organizado de tal modo que revela um caráter dinâmico específico. Hoje, se não é possível falar de uma corrida por parte dos historiadores à complexidade (o que não é de todo ruim), pode-se ao menos dizer que o tema tem lugar na agenda de qualquer profissional interessado na investigação do passado.<sup>109</sup>

Nosso argumento, então, indica que a história pode ser abordada segundo a teoria dos sistemas complexos adaptativos. O principal motivo advém, para usarmos uma expressão muito em voga, de uma “triangulação” comum ao estudo do passado, que explora, por exemplo, os diferentes níveis de interação entre um contexto (A), um sistema de ideias (B) e um autor filiado a um movimento intelectual (C). Na figura abaixo apresentamos uma síntese dessa perspectiva:

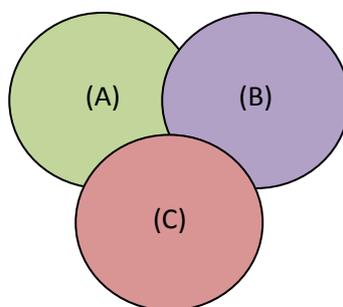


Fig. 2: Síntese do esquema da interação entre sistemas.

Trata-se, portanto, de um processo interdependente e coevolutivo. Pois, tomada esta configuração, se admite a possibilidade de múltiplas abordagens, seja em nível teórico, seja metodológico. Porém, a necessidade de remontar as interações que regem os fenômenos históricos já mencionados torna premente uma análise baseada no modelo dos sistemas adaptativos complexos. Sendo assim, o nível de interações que serão

---

doutorado defendida em 1996, sob a orientação do Professor Ciro Flamarion Cardoso na Universidade Federal Fluminense.

<sup>109</sup> GADDIS Op. cit.

processados depende, não apenas das ferramentas analíticas empregadas, mas do conjunto mais amplo de interações que serão objetos de análise. Consequentemente, diferentes graus de influência mútua podem ser eleitos de nossa “triangulação” em consonância aos eixos temáticos e cronológicos. Da mesma forma, o objeto de estudo em questão pode se concentrar em um ou mais eixos interativos. E não menos significativo, está o processo seletivo adotado quanto à identificação de quais dinâmicas selecionar internamente a cada um dos eixos e na interação entre eles, pois afinal não basta apontar as linhas gerais de interseção, sendo necessário também especificá-las no interior de cada um dos sistemas.

Nossa pesquisa pode fornecer um modelo sucinto da descrição acima. Pois, nosso objeto de estudo é um dos eixos constituintes da “triangulação”. Nesse caso, um autor filiado a um movimento intelectual. Para descrever a evolução de seu pensamento, o colocaremos em relação com contexto e um sistema de ideias. O contexto será o da chamada “redemocratização” ocorrida no Brasil ao longo da década de 1980 e o sistema de ideias refere-se ao liberalismo.

Desse modo, a teoria dos sistemas complexos oferece condições de situar à história das ideias em uma perspectiva mais dinâmica, em que contexto, ideias e autor são colocados em interação. Porque esses três eixos fundamentais de análise não existem em universos estanques, mas sim em íntima inter-relação. Nesse sentido, não basta definir conceitualmente uma ideia, mas faz-se necessário perscrutar seu significado ante ao contexto, sobretudo observando mudanças que obrigam as ideias se adaptarem também, tanto quanto um contexto é pressionado a mudar em razão das novas ideias que surgem. Enfim: a história das ideias é uma história social, porque é na sociedade que as ideias têm sua máxima expressão, isto é, um campo fértil para cruzamento, cooperação e competição.

Com essa teoria conseguimos demonstrar que as sociedades humanas e o contexto no qual estão radicadas, são exemplos formidáveis de sistemas adaptativos complexos. Tamanha importância não se restringe apenas ao contexto, mas aos demais sistemas que daí emergem. E a relevância de tal aspecto é de particular interesse para pensarmos o liberalismo como um fenômeno histórico, isto é, em que este é o produto típico de um processo social emergente. Basicamente, a origem do pensamento liberal não deve ser creditada apenas aos intelectuais, mas trata-se de um movimento de ideias

disperso no ambiente histórico que fomentou sua ascensão. Sendo assim, pode-se falar de expectativas liberais em crescente ebulição no seio da sociedade antes de o liberalismo se fazer presente nas obras clássicas que hoje conhecemos.

Diante dessa premissa já não basta apresentar o liberalismo por meio de uma narrativa que privilegia a sucessão de obras e autores; reconhecendo aí, a necessidade de um novo espaço de reflexão, pautado por uma dinâmica onde o pensamento liberal evolui à medida que se defronta com os novos desafios de uma sociedade em constante mudança.

Nesse sentido, o liberalismo põe em evidência o que temos dito sobre a relação entre contexto e ideias, onde seu sucesso deriva da capacidade de se renovar frente a novos contextos, tanto quanto estes foram em algum momento renovados pelo próprio liberalismo.

Daí o liberalismo compartilhar com os sistemas adaptativos complexos outros aspectos. Por exemplo, que um dos princípios liberais se baseia numa matriz de pensamento que, na perspectiva célebre do criticalismo popperiano que, frente à releitura de uma velha máxima socrática, enfatiza que só sabemos o quão pouco sabemos. Essa sabedoria deságua num saudável ceticismo frente à tentação totalitária, que crê, erroneamente, que a sociedade pode se remodelada livremente de acordo com a vontade da razão.

Tem-se aí um paralelo notável entre liberalismo e sistemas adaptativos complexos. Pois, ainda que não seja refratário à mudança – uma condição natural de todos esses sistemas –, o liberalismo, assim como os processos relacionados à complexidade, não almeja descoberta da verdade última, contentando-se com um horizonte perpétuo de ensaio e erro, por intuir os riscos sistêmicos que envolvem mudanças radicais. Assim, temos uma visão que sugere uma postura de autocrítica e modéstia frente ao que seriam as limitações da natureza humana.

Desse modo, Adam Smith (1723-1790), uma figura improvável, à primeira vista, como precursor das fronteiras entre liberalismo e complexidade, merece ser reconhecido pelo que se divulgou em torno de sua grande obra, “The Wealth of Nations” (1776); isto é, um conjunto de ideias que, hoje, conhecemos como a defesa do livre comércio, *laissez-faire*, política colonial, mas também, por sublinhar aquilo que Joseph A.

Schumpeter chamou de “um padrão de política administrativa”,<sup>110</sup> subordinada ao governo da Lei que, relacionada à ideia de liberdade de associação entre as partes, terminava por levar não ao caos, mas à ordem livre de uma sociedade próspera.

Uma prosperidade que se eleva à medida que milhões de indivíduos interagem conduzindo experiências que geram soluções inovadoras às suas necessidades, radicada na evolução da força produtiva em meio à divisão social do trabalho, fenômeno tão bem descrito por Smith e, como tal, não deixa de ser outro exemplo notável de complexidade social.

Depois de três séculos coube a Escola Austríaca de Economia, representada mais notadamente nas figuras de Mises e Hayek, reverberarem o legado smithiano frente aos totalitarismos do século passado. Para isso recorreram à superioridade, demonstrada pelo autor da “The Theory of Moral Sentiments” (1759), da ordem espontânea versus a ordem decretada. Uma ordem que, segundo Hayek, nasce do agenciamento de milhões de decisões tomadas livremente pelos indivíduos, e que Mises observou ser a única realmente racional contra a “preferência cega pela onipotência governamental”.<sup>111</sup> Uma ordem que, afinal, em nada lembra uma sociedade regida por uma competição frenética e desalmada, mas um meio onde prevalecem as forças da cooperação social. Nesse aspecto, é impossível não notar uma relação com o mote principal por trás das ciências complexidade, expresso na afirmação de que “o todo é maior que a soma de suas partes”. Uma lição que pode ser estendida satisfatoriamente ao liberalismo, já que este tende a evitar que a sociedade seja interpretada de modo reducionista.

Com a complexidade da economia de mercado sendo (re)descoberta, vem se verificando uma miríade de mudanças no cerne da teoria econômica.<sup>112</sup> Dentre as mudanças, a principal é a crítica ao paradigma neoclássico, que explica o funcionamento do mercado através de uma visão mecanicista estreita, cuja ênfase recai

---

<sup>110</sup> SCHUMPETER, Joseph A. **História da Análise Econômica**, vol. 1. Brasil/Portugal: Fundo de Cultura, 1964, p.226. Sobre a importância que Smith confere ao “estado forte”, desempenhando um papel positivo frente à defesa, justiça, obras e instituições públicas facilitadoras do comércio, gastos com educação ver considerações in **A Riqueza das Nações**, Livro V, Cap. I “A receita do soberano e do Estado”. São Paulo, editora Nova Cultural, 1996.

<sup>111</sup> MISES, Ludwig von. **Ação Humana – Um Tratado de Economia**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995, p.734-35. Como se pode ver, o título do *magnum opus* de Mises é uma clara alusão às forças emergentes por trás da inter-relações dos agentes sociais.

<sup>112</sup> Para um panorama amplo da abordagem da economia pela teoria dos sistemas complexos ver: ARTHUR, Brian W., DURLAUF, Steven and LANE, David (Editors). **The Economy as an Evolving Complex System II**. Addison-Wesley, 1997. Para uma abordagem mais acessível ver ARTHUR, B. W. **Complexity and the Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

no papel dos mercados como responsável pela alocação de preços e produtos visando maximizar os recursos da sociedade. A descrição geral leva em conta empresas racionais, maximizando seus lucros e interesses, enquanto na outra ponta, estão os consumidores, também, racionais fazendo o mesmo em relação às oportunidades. O resultado esperado desses atores conduziria ao equilíbrio entre oferta e demanda, do mesmo modo que preços e recursos encontrariam um nível de alocação socialmente ótimo.<sup>113</sup>

No entanto, a história que tem sido revelada é bem outra. A ciência econômica propriamente dita, é uma área emergente de estudos que conjuga física e economia, chamada de *econophysics*, têm acumulado evidências de que o ser humano real não se comporta de acordo com o que prevê a teoria do “Homo Economicus”. Assim, economistas experimentais têm levantando dúvidas cada vez mais consistentes sobre o princípio de utilidade. Do mesmo modo, economistas empíricos sugerem que os mercados financeiros se estruturam muito longe dos padrões de eficiência previstos.<sup>114</sup> Sem mencionar que, muitos dos modelos de análise macroeconômica, sedimentados a partir das ideias neoclássicas, revelaram desempenhos pífios frente à crise financeira.<sup>115</sup>

À medida que o paradigma neoclássico recua, uma nova visão desponta na paisagem. Essa tem sido dada pela ideia de que a economia está em constante evolução. Uma mudança bastante significativa se lembrarmos que as boas maneiras apregoadas pelo estilo neoclássico de pensamento, atenta para um equilíbrio estático. Com efeito, o comportamento dos agentes econômicos estaria muito mais próximo de um estouro de manada, sendo por isso mais dinâmico, imprevisível e aberto, como convém à teoria dos sistemas adaptativos complexos, daquilo que tem sido proposto pelos esquemas mecanicistas neoclássicos. Tal visão tem contribuindo para uma mudança substancial de que como os mercados se organizam e funcionam, fazendo deslocar um eixo de análise baseada na eficiência da alocação para outro relacionado à promoção da criatividade. Na esteira dessa interpretação, o novo paradigma aponta para a redefinição de alguns dos principais conceitos da ciência econômica como, capitalismo,

---

<sup>113</sup> Para uma orientação geral ver: NELSON, Robert H. **Economics as Religion: From Samuelson to Chicago and Beyond**. University Park, PA: Penn State University Press, 2001, p. i

<sup>114</sup> ORMEROD, Paul, **The Death of Economics**. UK: Faber and Faber, 1994.

<sup>115</sup> ARROW, Kenneth J. *Teoria Econômica e Crise Financeira – Como incentivos ineficientes podem levar a catástrofes financeiras* in KERJAN e SLOVIC Op, cit., 178-185.

prosperidade, crescimento e bem-estar, como também tem levado a intensas discussões sobre o papel das empresas e governos.<sup>116</sup>

Se a aplicação dos sistemas complexos tem revelado perspectivas inovadoras na revisão das principais abordagens relativas à economia de mercado, é de se esperar resultados não menos profundos quando se trata do estado. O sentido geral, mais uma vez, diz respeito a uma abordagem que privilegia comportamentos não-lineares, do que uma visão unidirecional. O fundamento dessa posição, obviamente, considera que os estados devem ser considerados em seus contextos históricos. Por sua vez, esta implica ao menos em três densas camadas de análise que se complementam.

A primeira considera que as ideias em torno da evolução do estado resultaram em teorias que se viram ultrapassadas, no todo ou em parte, pelos padrões reais de desenvolvimento sócio-estatal.<sup>117</sup> Como já vimos, se sobressaem teorias que, de diferentes maneiras, apontavam para o declínio do estado moderno, baseadas, principalmente, por uma diretriz assaz moderna que vislumbrava a superação da política, cujo resultado final seria a destituição de qualquer importância conferida ao estado.

A segunda compete encarar que, a despeito das expectativas em torno da centralidade do estado, esse aspecto não segue um curso uniforme. A verdade é manifesta tanto na relação com suas sociedades, quanto com os outros estados, o que acarreta, invariavelmente, em comportamentos distintos no que concerne a vários aspectos, que vão desde o exercício do monopólio do poder, como se desdobrando em outros fenômenos: burocratização, cidadania, violência, sistema político, investimento em educação, ciência e tecnologia.<sup>118</sup> Mesmo quando nos defrontamos com estados que a regra é a permanência de esquemas políticos, sociais e econômicos refratários à modernidade, o dinamismo e a complexidade presentes nesses casos não devem ser subestimadas. Desse modo, pode-se afirmar que o atraso econômico, acompanhado de

---

<sup>116</sup> Para um ponto de vista abrangente, senão exaustivo sobre essas e outras questões relacionadas à complexidade e prosperidade, sugerimos a leitura de BEINHOCKER, Eric, D. **The Origin of Wealth**. Boston, Massachusetts: Harvard University Press, 1996. Para debates relacionados a campos específicos como bem-estar, e da necessidade de se medir o crescimento por métricas não exclusivamente econômicas como PIB, ver SEN, Amartya. **Development as Freedom**. New York, Oxford University Press, 1999.

<sup>117</sup> Um bom exemplo nesse sentido é HALL, John. **Poderes Y Liberdades**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1988. O ensaio introdutório de Hall para a coletânea por ele organizada, **Os Estados da História** (1992), é elucidativa quanto ao desempenho das teorias do estado.

<sup>118</sup> Dessa discussão a obra clássica de MOORE, B. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1993. Ver também: BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.

níveis persistentes de desigualdade social e política, tem suas origens em intrincadas relações sociais que se organizam ao longo do tempo.

Já a terceira perspectiva só poderia se situar em um plano que percorre diferentes linhagens na relação entre estado e sociedade que, dada certas condições, poderão ou não favorecer o surgimento da economia de mercado.<sup>119</sup>

Nessa vertente, a investigação tem se caracterizado por uma abordagem que combina elementos como as lógicas da coerção e do capital, desenvolvimento de cidades e ação coletiva, consideradas a partir de tendências e interações de longo alcance para explicar as origens e expansão do estado moderno.<sup>120</sup>

Tão significativo quanto isso é notar essa onda de estudos se fez inovadora em razão de abandonar posições abstratas em nome do conhecimento histórico, evitando tendências reducionistas que conformam o estado a um instrumento das classes sociais, arenas de conflito político, ou mera alavanca dos interesses capitalistas.

O conjunto é dado por uma descrição em o estado tanto impactar, como é transformado pelas outras organizações da sociedade, sobretudo pelo modo daquilo que chamamos de “aparato estatal”, frequentemente, é o resultado consequências, não planejadas que tiveram curso em meio ao processo histórico.

Ao longo da década de 1980, Merquior tinha diante de si um panorama em que se assistia, por um lado, à morte de ideias tão caras ao século XX, quanto o renascimento de outras que muitos julgavam sepultadas pelos escombros da história. Assim, no plano internacional temos a morte do marxismo, seja no plano teórico, seja como experiência histórica. Enquanto que no seu lugar, vimos o recrudescimento do ideário liberal cristalizado em uma miríade de processos de liberalização, entendido aqui tanto pelo seu viés político, como econômico.

A primeira onda, ocorrida no início daquela década, se deu em meio a países que tentavam deixar para trás experiências políticas autoritárias erigidas no contexto da

---

<sup>119</sup> BAECHLER, J., HALL, J. A. e MANN, Michael (Orgs.) **Europa e Ascensão do Capitalismo**. Rio De Janeiro, Ed. Imago, 1989.

<sup>120</sup> O principal nome nessa área de estudos foi Charles TILLY. Ver sua obra mais importante: **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

Guerra Fria, enquanto que a segunda, que se deu mais para final, tendo por protagonistas sociedades que buscavam se libertar da tutela soviética.

A tônica da conjuntura nacional foi marcada por mudanças dramáticas, a de um Brasil em vias de “redemocratização” após três décadas de ditadura militar. Nesse contexto, pode-se afirmar que o debate se distinguiu por dois destaques especiais. Um ocorreu em torno do papel do estado, evidenciado pela necessidade de ultrapassagem do estatismo para uma visão de compromisso com os típicos processos políticos públicos que a democracia requer. Já o segundo, travado na área econômica, procurar delinear as condições para uma economia de mercado moderna como parte importante do processo de “redemocratização” em curso.

Nesse sentido, a teoria dos sistemas complexos adaptativos é a que melhor descreve o que Merquior chamou de “A vida das ideias”, a de um contexto rico em mudanças sociais, políticas e econômicas, em que via a si próprio como uma personagem intelectual importante encarando os desafios de seu tempo.

## CAPÍTULO II - O PROJETO DA CRÍTICA LIBERAL

Um dos eixos fundamentais de nossa abordagem consiste em acompanhar a dinâmica em que se dá a interseção entre evolução das ideias e contexto social. Assim, o presente capítulo está dividido em duas partes. A parte (A) delinea o contexto dos processos de liberalização que influenciaram a transformação do pensamento merquioriano em meados da década de 1970. Por essa razão, enfrentamos o desafio de apresentar uma síntese de alguns dos principais aspectos da transição do governo autoritário para o regime democrático no Brasil em que esse seria o pano de fundo para o surgimento da crítica liberal de Merquior. Esse aspecto será corroborado mediante análise do pressuposto central de sua tese de PhD defendida na London School of Economics em 1979, cujo título, “Rousseau and Weber – Two Studies in the Theory of Legitimacy” (1980), denota a experiência social vivida naquele período; sendo de máximo interesse histórico que, paralelo, à apresentação desta, que façamos à apreciação crítica do prefácio escrito por Merquior dez anos depois para a versão brasileira da referida obra; onde se encontra algumas notas de avaliação do processo histórico que levou à obra e da atualização da importância desta para cenário social e político às vésperas da primeira eleição direta para presidente da república.

A parte (B), por sua vez, concentra-se em apresentar os princípios essenciais que, segundo Merquior, dão forma ao projeto da crítica liberal. A linha que Merquior segue mescla uma análise que se vale de tópicos de análise crítica referentes à cultura e ideologia, em que se fundem ora menos, ora mais, a experiência do crítico de letras com o pensador da sociedade. Sendo assim, elegemos os dois ensaios iniciais do volume “As Ideias e as Formas” (1981) como documentos de grande importância histórica uma vez que lá estão os contornos gerais do liberalismo crítico de Merquior. Para tanto seguiremos o percurso indicado pelo autor, pois a definição do que é a crítica liberal se faz mediante o confronto com algumas das principais manifestações irracionistas de nosso tempo. Desse modo, a primeira crítica tem como alvo a negligência de reflexão sobre as formas e ideias pela tendência “grafocrática” da intelectualidade contemporânea. A segunda concentra-se em arguir contra as ideologias totalitárias e o

conservadorismo, de modo que estes são escrutinados à luz de uma defesa da democracia liberal, que não reside apenas no plano conceitual, mas como uma conduta, um exercício prático sobre a realidade social e antídoto contra a política da intolerância. Em ambas as partes, a análise histórica se segue a uma conclusão em que procuramos singularizar algumas das perspectivas do processo formativo da crítica liberal de José Guilherme Merquior.

## **(A) Um Contexto para o Projeto**

### **2.1 Com vistas à transição**

A transição de fase intelectual de Merquior se dá no momento do processo de abertura política. Por sua vez, a emergência desta ocorreu ante ao esgotamento da institucionalização do Estado de Segurança Nacional, cuja ideia visava construir, paulatinamente, um processo de legitimação em torno de o governo militar que tomara o poder em 1964. Nesse sentido, o governo Geisel (1974-1978) representou a última fase desse processo, fundado pelos governos Castelo Branco e Costa e Silva, responsáveis por sua implantação através da Constituição autoritária de 1967; seguida por outra fase, que se estendeu de 1969-1973, onde se assistiu a consolidação do modelo baseado na ampliação do poder coercitivo do estado e no chamado “milagre econômico”.<sup>121</sup>

Os planejadores do governo buscaram uma nova base de legitimidade para o Estado de Segurança Nacional que até 1973 se servia dos êxitos do crescimento econômico. Como descreve Maria Helena Moreira Alves, “com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção de apoio político e social.”<sup>122</sup> Desse modo, os membros do governo, antevendo crescente insatisfação da sociedade frente ao desempenho do governo em relação à economia, procuraram se legitimar frente “a instituições corporativas, flexíveis o suficiente para garantir a obtenção de apoio clientelístico”.<sup>123</sup> Por atrás desse intento está a ideia da

---

<sup>121</sup> Ver: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, p. 185.

<sup>122</sup> Idem, *ibidem*, p.185.

<sup>123</sup> Id. *Ibidem*.

“distensão”, ou seja, o afrouxamento da tensão sócio-política, por meio do acesso controlado a níveis mais elevados de participação política que, segundo Alves, visava a cooptação de grupos da oposição e garantir a força eleitoral do partido do governo.<sup>124</sup> Nesse processo, se sobressaíram duas linhas de ação, uma voltada para o desmantelamento do aparato de coerção, representado pelo Ato Institucional nº 5, e outra, cujo foco seria a criação de um sistema eleitoral capaz de conferir ao regime a almejada legitimidade.

De acordo com Alves, “política de distensão” foi um “programa de liberalização cuidadosamente controlado”, cujo slogan principal era “continuidade sem imobilidade.”<sup>125</sup> Assim,

“a ‘continuidade’ se traduzia numa política de fiel obediência às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento já estabelecido e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional. Dessa forma, a ‘continuidade’ preservava os principais aspectos do modelo e engrenagem do aparato repressivo. ‘Sem imobilidade’ encarnava-se no plano governamental de reformas que pretendia constituir um passo adiante na liberalização progressiva para um retorno à democracia.”<sup>126</sup>

Com efeito, o planejamento da distensão previa etapas bem delimitadas, cujo resultado final conduziria ao que o Presidente Geisel chamou de “democracia relativa” ou “democracia forte”. Um modelo de estado em que o governo disporia, por meio de instrumentos constitucionais, de livre acesso a poderes repressivos frente à ameaça de contestação organizada. Daí que, a primeira etapa, tinha como objetivo principal a suspensão da censura prévia, acompanhada de negociações junto aos grupos opositores de regras que não transgredisse o respeito aos direitos humanos. A segunda etapa tinha por pressuposto a promoção de reformas eleitorais. A terceira etapa, por sua vez, se concentraria na supressão gradual na revogação “das medidas mais expressamente coercitivas. Segundo Alves, “era um programa atento à advertência do General Golbery de que a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida.”<sup>127</sup> Sendo assim, as análises derivadas da “teoria da distensão” tinham como finalidade principal a busca da legitimidade do estado, em que se pretendia estabelecer negociações com setores de

---

<sup>124</sup> Id. Ibidem.

<sup>125</sup> Id. Ibidem, p.186.

<sup>126</sup> Id. Ibidem.

<sup>127</sup> Id. Ibidem

oposição representados pela elite da sociedade civil organizada, mas ainda sob condições que favoreciam a aplicação de poderes repressivos.<sup>128</sup>

O grande problema foi que a análises dos planejadores do governo, por mais sofisticadas que fossem não conseguiram atentar para a complexidade histórica. Mais precisamente, não se deu a atenção ao fato de a sociedade possuir dinâmicas próprias, em que muitas das quais um governo autoritário só tem um controle precário ou, simplesmente, nenhum, em face de um contexto de liberalização. Assim, ao colocar o projeto de distensão em curso, o governo militar se viu sempre frente a reações da sociedade civil que fugia ao estritamente planejado, deparando-se resultados inadvertidos e de rápida evolução.

E, como veremos a seguir, esse comportamento pode ser ilustrado, claramente, na relação com as três instâncias – sistema eleitoral, direitos humanos e oposição – em que o governo militar julgava importante para iniciar um novo ciclo de legitimidade.

No que tange ao sistema eleitoral, o governo militar avaliava como favoráveis a conjuntura política e econômica. Do lado político, presumia-se que a derrota sofrida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições para o Congresso em 1970, poderia se repetir em 1974, o que levaria a ampliação da força política do partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Do lado econômico, a crença preponderante era que, mesmo diante do declínio das taxas de crescimento do ciclo 1968-1974, que estava, obviamente, em seu momento inicial, não seriam suficientes para apagar da memória o período daquilo que ficou conhecido como “o milagre econômico”. Assim, o governo militar convenceu-se que “eleições mais livres, com acesso à televisão e ao rádio e claro recuo da coerção, aumentariam a legitimidade”.<sup>129</sup>

Porém, o resultado foi o oposto às pretensões governamentais. O MDB, agora com acesso à televisão e ao rádio, naquilo que sinalizava o retorno ao amplo debate político após o ato institucional nº 5, um momento que, como descreve Alves, “o silêncio e o isolamento haviam começado a romper-se, e novos setores da população podiam participar da política formal”,<sup>130</sup> impôs uma derrota à ARENA no Senado Federal, onde este recebera 4 milhões de votos a menos em relação aos 11 milhões de

---

<sup>128</sup> Id. Ibidem.

<sup>129</sup> Id. Ibidem, p.187.

<sup>130</sup> Id. Ibidem

votos do MDB. A mudança reflete-se seja na porcentagem de votos válidos destinados ao MDB, seja na tendência dos setores de contrários ao governo de canalizarem seu voto para o partido de oposição oficial, ou ainda pelo caráter plebiscitário adquirido pelas eleições.<sup>131</sup>

Consequentemente, o governo precisou revisar sua estratégia. Com ajuda do SNI (Serviço Nacional de Informação), que produziu relatórios detalhados dos resultados eleitorais, o governo procurou se adaptar à nova realidade, que indicava um quadro eleitoral favorável à oposição nas eleições municipais de 1976. Assim, o governo Geisel lançou o Decreto-Lei nº 6.639, assinado pelo ministro da Justiça Armando Falcão. A Lei Falcão como ficou conhecida determinou que durante a campanha na televisão e no rádio, que os candidatos apresentassem apenas o seu nome, número e currículo. Com essa restrição, a capacidade de a oposição influenciar o eleitorado se reduziu consideravelmente, já que estavam interditos a crítica e o debate.<sup>132</sup>

Nas eleições de 1976, Alves comenta que “a ARENA se valeu de numerosos recursos” estratégicos fornecidos pelo governo, como informações de estudos de SNI que apontavam quais municípios eram os mais importantes. A máquina do estado também foi colocada a serviço dos candidatos da ARENA. Nos municípios considerados estratégicos, “abriram-se estradas sob o controle do partido, e em alguns casos cortaram-se fundos de municípios controlados pelo MDB.”<sup>133</sup> Os candidatos da ARENA dispunham das finanças do estado, assim podiam empregar toda a estrutura de estado disponível para poder avançar suas campanhas. Mesmo dispondo de todas essas vantagens, a ARENA conseguiu apenas uma vitória relativa conseguindo apenas 35% dos votos válidos contra 30% do MDB. Desse modo, o partido da oposição conquistou a prefeitura de 59 cidades dentre as cem mais importantes e venceu em 67% das cidades com mais de meio milhão de habitantes; demonstrado que o MDB era particularmente forte nas áreas mais urbanizadas localizadas no centro e centro-sul do país, que, por conseguinte, também são as mais industrializadas e de população de nível educacional mais elevado, propicia à contestação política.<sup>134</sup>

---

<sup>131</sup> Id. Ibidem, p.187-88.

<sup>132</sup> Id. Ibidem, p. 190.

<sup>133</sup> Id. Ibidem, p. 191.

<sup>134</sup> Id. Ibidem.

Paralelo a situação eleitoral, o governo precisava atender os interesses da linha dura dos setores da coalizão civil-militares, desejosos de um controle mais rígido do poder judiciário. Estes se concretizaram em um projeto que dependia da apreciação do congresso Nacional de duas importantes emendas constitucionais. Uma das emendas previa a criação de um Conselho de Magistratura, munido de poderes para disciplinar juízes, enquanto a outra emenda tratava de sustar a prerrogativa dos tribunais civis de julgar crimes militares. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não só se posicionou contra ambas as emendas, mas pressionou o MDB a fazer modificações ou rejeitar o projeto.

Chegando ao Congresso, a Projeto de Emenda Constitucional (PEC) culminou em um impasse que, por sua vez, desaguou em uma crise política. Essa se deu em razão da necessidade do governo ter de negociar com o MDB que detinha um terço da Câmara, o suficiente para bloquear a votação. Assim, a ARENA propôs um substituto, aceito pelo MDB, mas não pelo governo que queria ver o pacote original aprovado na íntegra. Levado à votação, o pacote não angariou os dois terços necessários exigido para a aprovação. Dois dias depois o Presidente Geisel determinou o fechamento do Congresso Nacional, condição assegurada pelo AI-5 (Ato Institucional Nº5). Nos dias que seguiram, o governo assinou duas emendas constitucionais, a de Nº 7 e Nº 8. A primeira, simplesmente, aprovava o pacote do judiciário. A segunda estabelecia um conjunto amplo de mudanças no sistema eleitoral, que, de acordo com Alves, “fixaram os limites da distensão e as bases para a continuação do processo de institucionalização do estado,”<sup>135</sup> isto é, segundo as diretrizes estabelecidas pelos estrategistas do governo.

Essas medidas ficaram conhecidas como o “Pacote de Abril”. E tornava (I) as eleições para governador dos estados permanentes; (II) alterava o número de cadeiras de cada estado na Câmara dos Deputados não se daria pelo número proporcional de eleitores registrados, mas pela proporção da população total, cuja consequência imediata foi o aumento do número de representantes dos estados mais pobres do norte e nordeste, onde a ARENA detinha maior influência; (III) a composição do Senado foi alterada no que se refere às eleições para substituir os dois terços do membro daquela Casa, somente uma cadeira seria eleita pelo voto popular, enquanto a outra seria preenchida por eleição indireta, estando sob os mesmos mecanismos permitiam o

---

<sup>135</sup> Ibidem p. 193.

Colégio Eleitoral eleger os governadores dos estados; (IV) modificava a composição do colégio eleitoral que escolhia o presidente da república, assim reduzia-se o número de delegados das assembleias legislativas estaduais da proporção de um para 500.000 habitantes para um a cada milhão, diminuindo a vulnerabilidade do governo frente às assembleias estaduais; (V) redução da maioria de dois terços para a aprovação de PECs, para um terço, o que dificultaria a capacidade de mobilização do MDB, uma vez que devido ao Pacote de abril, 22% da composição do senado seria de representantes biônicos e (VI) os efeitos da Lei Falcão acerca das restrições ao uso da televisão e rádio, antes restrita às eleições municipais, agora abarcava também os pleitos estaduais e federais.<sup>136</sup>

O padrão de conflito expresso na distensão do sistema eleitoral se repetiria com relação aos Direitos Humanos. Como salienta Alves, se por um lado,

“a política oficial de distensão deu aos setores da oposição mais espaço para se organizar (...) por outro, as pressões coordenadas por melhoria das condições de vida, fim da censura à imprensa e revogação da legislação repressiva, intensificaram os temores dos setores mais estreitamente identificados com a doutrina de segurança interna.”<sup>137</sup>

Em linhas gerais, o padrão é muito claro, pois à medida que o movimento em prol à abertura ganhava força, as contradições do governo militar ficavam cada vez mais evidentes, muitas vezes levando a um movimento contrário, em que a resposta era o aumento da repressão. Nesse momento o papel da Igreja Católica se sobressaiu no que se refere à proteção do movimento de defesa aos Direitos Humanos. Um envolvimento anterior a 1974, onde a Igreja denunciava a violência do Estado entre os anos 1969-1973 o momento mais intenso de repressão. Um papel que se revelaria de suma importância, pois superou a distância entre uma “política formal” e a “política de base”, aglutinando as diretrizes alinhavadas no plano institucional em um quadro organizacional coeso, em que a prática vai se dar através de atividades de grupo condensadas em uma rede de comissões. Desse modo, o mérito maior dessa maneira de estruturar a organização foi a de permitir junto à população a confiança necessária à participação social e política. Portanto, na relação entre estado e sociedade a Igreja foi a

---

<sup>136</sup>Id. Ibidem, p. 195.

<sup>137</sup> Id. Ibidem, p. 200

instituição que foi “a voz aos que não tinham voz”, nas sábias palavras do Cardeal de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns.<sup>138</sup>

Essa zona sísmica ficaria bem evidente em 1975-1976. Quando as forças de repressão deram início uma nova campanha contra militantes de Esquerda de tendência maoista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B). O saldo da repressão, segundo a Anistia Internacional, foi de mais de duas mil pessoas presas, sendo que nos 18 meses seguintes foram recebidas inúmeras denúncias de tortura, fundamentadas por provas materiais, que corroboravam que essa era uma prática sistemática.<sup>139</sup>

A Igreja Católica respondeu ao desafio da repressão oferecendo assistência humanitária às famílias dos presos e desaparecidos, como criou a Comissão Arquidiocese da Justiça e Paz que, composta por notáveis juristas, deu início a uma série de ações civis contra autoridades em que se comprovou o envolvimento na tortura. Como nota Alves, o objetivo do Cardeal Arns visava à resistência pacífica: “(...) pois quando uma sociedade percebe que certas coisas não são podem mais continuar como estão, ela própria dá provas de que existem algumas alternativas e possibilidades para mudá-las.”<sup>140</sup>

Um dos maiores reveses que um governo comprometido com uma política de liberalização pode sofrer é ver um dos princípios pelo qual se orienta na busca por maior legitimação ser solapado por grupos, ainda que pertencentes ao governo, contrários a diretriz central. Essa foi a tônica do Caso Herzog. Vladimir Herzog (1937-1975), jornalista, diretor do canal de televisão educativa de São Paulo (TV Cultura) foi uma das vítimas da repressão. Herzog se apresentou ao DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação-Centro Operacional de Defesa Interna) na tarde de 24 de outubro de 1975 para interrogatório e lá morreu. A versão apresentada pelo órgão de segurança e informação foi que o jornalista tinha cometido suicídio em sua cela enforcando-se com a própria gravata.

---

<sup>138</sup> Para descrições detalhadas ver, *Ibidem*, p. 201-03.

<sup>139</sup> Anistia internacional apud *Ibidem*, p. 203. Como informa também M. H. M. Alves, São Paulo foi o principal centro de atividades da repressão tendo lugar no DOI-CODI localizado no quartel-general do Segundo Exército.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 204.

A morte de Herzog desencadeou a maior manifestação de populares contra um governo militar depois do AI-5. A versão oficial do DOI-CODI para os acontecimentos foi fortemente contestada por grupos da sociedade como, a OAB, a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz da Igreja Católica, pela a viúva e pela imprensa. Assim, como a missa de intenção a Vladimir Herzog reuniu na Catedral de São Paulo 8.000 pessoas, enquanto outras 30.000 pessoas se reuniram na Praça da Sé. Segundo aponta Alves:

“Como o funeral e o serviço religioso em intenção de Edson Luís, em 1968, a missa em memória de Vladimir Herzog catalisou a indignação reprimida de uma cidade e de todo o país. Como acontecera com a morte do estudante nas ruas do Rio de Janeiro, quase dez anos antes, a morte sob tortura do jornalista tornou-se símbolo do movimento de defesa dos direitos humanos que procurava por fim à violência do estado.”<sup>141</sup>

O governo, por sua vez, não tinha outra alternativa senão agir no DOI-CODI de São Paulo, afastando o comando que era visivelmente contrário à distensão, o que foi apressado depois da morte de Manoel Fiel Filho (1927-1976); reconhecendo que ali se encontrava um poder paralelo à autoridade central. Paradoxalmente, a ideologia do próprio Estado de Segurança Nacional, consubstanciada no AI-5, proporcionou o surgimento de grupos que podiam exercer o poder de maneira ilimitada e, mesmo quando fosse necessário, à revelia do estado, por estes certamente se verem como a encarnação fiel da verdade que o regime expressava.

Dessa forma, outras organizações da sociedade civil vão assumir uma posição abertamente contestadora ao regime militar. Assim, entidades como a OAB e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) aderem à oposição. De acordo com Alves, a morte de Herzog transformou a ameaça de tortura em uma possibilidade para certos profissionais de classe média. Assim, para os profissionais do Direito a ameaça começava em “uma estrutura paralela de leis extraordinárias outorgadas e revogadas por simples decreto do executivo.”<sup>142</sup> Essa estrutura dificultava o exercício profissional devido a sua ambiguidade intrínseca, em virtude do excesso de leis, regulamentações e decretos ou que revogam outras que faziam do Direito uma incursão labiríntica. Outro problema era que, aqueles profissionais que tomavam parte na defesa de presos políticos,

---

<sup>141</sup> Id. *Ibidem*, p. 206.

<sup>142</sup> Id. *Ibidem*, p. 208.

viam-se sob risco do aparelho de repressão. Por esse motivo, através da OAB, os advogados exerceram pressão fundamental para o retorno ao estado de direito. Nesse processo, uma das figuras mais importantes foi Raymundo Faoro (1925-2003), “destacado porta-voz dos pontos de vista da oposição, exercendo considerável pressão pela revogação do AI-5 e, acima de tudo, pelo restabelecimento do direito de *habeas corpus* para os crimes políticos.”<sup>143</sup>

Dinâmica semelhante pode ser vista com relação à imprensa. O controle desta sempre será decisivo para a consolidação de qualquer estado autoritário. O essencial é limitar “o fluxo de informação à disposição da população, ocultar abusos de poder e impor um silêncio à oposição;”<sup>144</sup> estrangulando qualquer movimento de participação político por parte da sociedade. Podia-se, por exemplo, fazer sucumbir economicamente um jornal e revista, ou pela denúncia criminal de outros jornalistas, editores e mesmo dos proprietários dos jornais. A censura podia recaí, ainda, sobre a edição específica de jornal ou outra publicação, que poderia ser apreendida logo que circulasse; medida se aplicada sistematicamente podia levar uma empresa à falência.<sup>145</sup> Coube a Associação Brasileira de Imprensa assumir à dianteira na defesa da liberdade de expressão. Comenta Alves:

“Como os advogados, os jornalistas brasileiros podem orgulhar-se de toda uma tradição de participação nos movimentos pela independência, pela abolição da escravatura, pela república e, sobretudo, na constante defesa da liberdade de expressão durante o período do Estado Novo. Ergue-se assim a ABI sobre as bases desta tradição liberal.”<sup>146</sup>

Nesse sentido, a ABI frente à severidade da censura, passou a desempenhar um papel educativo, amparando como organização numerosos grupos, comissões de combate à censura nas várias mídias, rádio, televisão, como em diversas manifestações artísticas, como no teatro, cinema, artes plásticas, na música e na literatura. Depois de 1969, a ABI passou a exercer influência cada vez maior como oposição frente ao estado, via “política formal”, de modo que a contínua campanha simbólica de Jornais; como de “O Estado de São Paulo” que estampava no lugar das matérias censuradas trechos inteiros de “Os Lusíadas”, obra magna de Luis de Camões (1524-1580). Essas dentre outras ações, levaram “o Presidente Geisel a eliminar a censura direta à chamada grande

---

<sup>143</sup> Id. Ibidem, p. 209-12

<sup>144</sup> Id. Ibidem, p. 212.

<sup>145</sup> Id. Ibidem, p. 213-14.

<sup>146</sup> Id. Ibidem, p. 215.

imprensa, em 1975, e posteriormente, em 1978, a própria censura prévia à imprensa alternativa e mais agressiva.”<sup>147</sup>

Para Alves, “as pressões exercidas por grupos de elite no terreno da política formal obrigaram o estado a encetar o dialogo com figuras de destaque da oposição organizada.”<sup>148</sup> O resultado do diálogo entre governo e oposição (lideranças do MDB, da OAB, da ABI e com representantes da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), culminou com o pacote de reformas que viera a ser introduzido pela EC (Emenda Constitucional) Nº 11. O significado principal dessa EC foi a eliminação dos efeitos do AI-5 e de seus atos complementares e apensos. De modo que,

“Ficavam assim restaurados os direitos legais mais fundamentais: direito de *habeas corpus* para crimes políticos e direito de não ser preso sem acusação ou mandado. Restabeleciam, também, as três garantias constitucionais essenciais da independência judiciária: as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade.”<sup>149</sup>

Em síntese, o período 1974-1979 assistiu a uma inversão do papel da sociedade civil em oposição ao estado, ou seja, de um posicionamento anteriormente fraco, para um patamar renovado de ação coletiva e contestação. Diversas variáveis concorreram para o processo de liberalização no Brasil. Por si só, a intenção de o governo Geisel de gerenciar a distensão, assegurando que se dê de maneira segura, é o tipo de evento que permite vem acompanhado de grande instabilidade. Pois, a mensagem por trás da promessa de abertura política, não é outra senão de que o controle desejado pelo governo não é possível de ser alcançado – simplesmente, a política dos militares já não era mais representativa. Assim, um caminho de oportunidades se abriu a novos atores políticos, cuja sobrevivência naquele momento dependia da capacidade de aglutinar forças políticas antes dispersas sob um discurso que lhes desse o respaldo legítimo frente à população. Dessa forma, foi crucial à passagem de setores da elite da sociedade civil para a oposição. A mudança de posição decorreu em razão da repressão desmedida que passara a ameaçar a todos, como se viu com a morte de um proeminente jornalista. Além disso, a ameaça não se encontrava restrita ao escopo da atuação política, mas se estendia, no afã de impor a centralização do poder sobre aos interesses econômicos das classes médias, uma vez que estas foram colocadas à margem dos centros decisórios

---

<sup>147</sup> Id. Ibidem, p. 217.

<sup>148</sup> Id. Ibidem.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 218.

pela promulgação do Ato Institucional Nº 5. Em outras palavras, ao cerceamento a direitos políticos se seguia aos de ordem econômica, donde existe uma simbiose no qual é parte importante para o exercício da atividade política, enquanto aquela garantia de participação na vida econômica. E, à medida que a sociedade conhece as contradições internas do regime, consubstanciado em uma luta interna acerca de seus rumos, maiores serão as pressões para os grupos organizados de oposição em defesa de seus direitos. E quando isso acontece, o verdadeiro interesse nacional desponta: limitar o uso ilegítimo da violência do estado a favor dos direitos humanos.

## 2.2 Um novo horizonte de legitimidade

Merquior não estava alheio as transformações políticas do mundo a sua volta, especialmente, aos jogos de legitimidade que dominaram o contexto da “third wave democratic”. O livro que melhor exemplifica a preocupação com o tema é “Rousseau e Weber: Two Studies in the Theory of Legitimacy” (1980). Nessa obra, que é um estudo de história das ideias aplicadas à teoria social, Merquior compara as perspectivas de legitimação de o autor de “O Contrato Social” (1762) com aquela defendida por Weber em “Economia e Sociedade” (1922). No prefácio redigido dez anos depois para a edição brasileira, Merquior confessa que a elaboração da tese muito se devia a atmosfera utópica de Maio de 1968<sup>150</sup>. O que é bastante razoável, já que a rebelião de 68 teve como mote principal a contestação das formas de poder. Muito embora Merquior viesse a deplorar tal legado. Uma vez que este sedimentara no seio das sociedades ocidentais uma cultura política mais libertária do que liberal<sup>151</sup>, mas cuja importância não se pode negar: dado seu caráter decisivo para o conteúdo geral de diversas liberalizações em que prevaleceram o retorno a um arcabouço de relativa inclinação liberal na esfera política, enquanto que o utopismo propriamente dito ficou confinado ao campo comportamental.

Em linhas gerais, Merquior abordar o fenômeno da legitimidade pelo ângulo democrático. Nesta, afinal, diz o autor, é que “se situa o âmago de nossa preocupação com a natureza e o valor da sociedade moderna.”<sup>152</sup> E, a partir daí, reconhece-se a

---

<sup>150</sup> MERQUIOR, *Rousseau e Weber – Dois estudos sobre a Teoria da Legitimidade*, 1980, p. VI-VII.

<sup>151</sup> Idem, *O Argumento Liberal*, p. 97.

<sup>152</sup> Idem, *Rousseau e Weber*, p. 1.

validade das formas de poder como um dos temas mais relevantes para debate político da época.

Nesse prisma, como enfatizou John Hall na resenha da obra para o Times Literary Supplement (LTS), Merquior procura “considerar Weber na perspectiva de Rousseau,”<sup>153</sup> salientando a ausência de princípio democrático da teoria da legitimidade weberiana.<sup>154</sup> De acordo com Merquior, inexistente uma visão verdadeiramente democrática regendo os pressupostos da legitimidade de Weber. Uma conclusão que foi sublinhada por um dos grandes nomes da weberologia, tal como citado por Merquior no referido prefácio: “O professor [Wolfgang J.] Mommsen endossa completamente minha tese de que a concepção weberiana da legitimidade olha as coisas do ângulo dos governantes, e não dos governados, excluindo *ipso facto* o espaço conceitual da democracia.”<sup>155</sup>

Nem por isso Merquior deixou destacar a grandeza de Weber. Primeiro, “como magno fundador das ciências sociais e, em particular, fecundo sintetizador do historicismo e positivismo”. Como o próprio Merquior demonstra, umas das linhas evolutivas da reflexão weberiana à época (década de 1970), tinha como interpretação dominante a afirmação da racionalidade substantiva (*Wertrationalität*), onde *a ação é orientada por valores* e não meramente instrumental.<sup>156</sup> E como ressalta, valendo-se das conclusões de Stephen Kalberg, essa é “o único tipo de racionalidade capaz de introduzir e sustentar modos metódicos de vida.”<sup>157</sup> Dessa forma, o debate acadêmico se deslocou do eixo da *problemática da modernização* para outro em que “o problema central de Weber” seria “o papel da racionalidade na história mundial.”<sup>158</sup>

Já a favor de Rousseau está o fato de o pensador francês ser considerado por Merquior como um dos que mais contribuíram “para a expansão da reflexão crítica sobre a legitimidade.”<sup>159</sup> Para Merquior, “Rousseau encontra-se na base das profundas modificações ocorridas no pensamento ocidental com relação à definição de legitimidade em pelo menos quatro áreas: o pensamento político, a reflexão religiosa, na

---

<sup>153</sup> Id. *Ibidem*, p. I.

<sup>154</sup> *Ibidem*.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. II.

<sup>156</sup> *Ibidem*, p. III.

<sup>157</sup> *Ibidem*.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. IV.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 17.

pedagogia e nas letras.”<sup>160</sup> Por si só, isso já é o bastante para conceder a Rousseau um lugar de destaque na história do pensamento filosófico iluminista, como aquele que desdobrou a crítica às várias dimensões da vida social. Nesse aspecto, a premissa de maior relevância reside no postulado segundo o qual a bondade é natural no homem, sendo que a imperfeição não seria inata, mas decorria da vida em sociedade, mais especificamente da civilização, que Rousseau responsabiliza por ter subvertido os ideais de justiça e felicidade humanas.

Assim, um dos pontos altos do livro, como notou Peter Gay<sup>161</sup>, foi a consciência com que o autor enxergara o paradoxo de Rousseau, ou seja, de que este a um só tempo, segundo o termo cunhado por Merquior, fora um “anarcaísta.”<sup>162</sup> Alguém dotado de uma “mistura altamente original de política literária com uma visão social retrograda.”<sup>163</sup> Mas ao mesmo tempo foi aquele que enunciou a verdade por trás “do moderno democratismo, e desta forma o moderno princípio da legitimidade.”<sup>164</sup> De modo que, para Merquior, a permanência de Rousseau deve-se menos aos detalhes institucionais de sua teoria política e mais a dimensão participatória “como essência da democracia.”<sup>165</sup>

O prefácio redigido por Merquior é de suma importância. Nele pode-se observar a evolução do pensamento do autor. São significativos, por exemplo, os comentários em que Merquior tece sobre as condições históricas e sociais que conduziram o desenvolvimento de “Rousseau e Weber”. Dentre estes, está o confronto entre o burocratismo versus democracia participatória, sendo que acerca desta última o autor reconhece ter assumido uma posição francamente idealizada. Naquele momento, Merquior preferia outro posicionamento político que, longe de renunciar à emancipação radicada no cerne do projeto democrático, se pautava pela “perspectiva lúcida e qualificada de um Norberto Bobbio.”<sup>166</sup>

Adicionalmente, o aspecto da filosofia política de Rousseau que mais chamava à atenção de Merquior no momento do prefácio foi a crítica ao patrimonialismo. Sendo

---

<sup>160</sup> Ibidem.

<sup>161</sup> Ibidem, p. III.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>163</sup> Ibidem.

<sup>164</sup> Ibidem, p. III.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 83-94.

<sup>166</sup> Ibidem, p. VIII.

este um elemento que deveria ser superado para que prevalecesse o contexto democrático. Desse modo, Merquior situa a vertente antipatrimonialista de Rousseau sendo, antes de qualquer coisa, um antiparticularismo.<sup>167</sup> Uma interpretação que estaria em consonância com os principais avanços sobre o rousseunismo político descrito por Merquior em meados dos anos 80. Em que deu especial atenção a obra de Patrick Riley<sup>168</sup> sobre o primado teológico-político que norteia o sentido da vontade geral. De modo que nessa, importa menos a distinção entre o geral e o individual, e mais “*entre o geral e o particular.*”<sup>169</sup> O que, segundo Merquior, faria cessar as insistentes visões que atribuem a Rousseau uma posição anti-individualista. Isso podia ser corroborado em razão de o pensamento de Rousseau ter se erigido em resposta ao caráter patrimonialista do Ancien Régime, que na França, de acordo com Ellen Meiksins Woods, se caracterizava pelo fato de a soberania ser propriedade exclusiva do rei. Por esse motivo, Merquior reforça que a intenção original de Rousseau visava subordinar o particularismo do governante à vontade universal da cidadania.<sup>170</sup>

Para Merquior, mais que uma questão de exegese, a importância da crítica do patrimonialismo refletia “a relevância do tema no debate político-ideológico latino-americano.”<sup>171</sup> Nesse aspecto, Merquior ressalta as reflexões de Octávio Paz<sup>172</sup>, que argumenta que a matriz do estatismo na América latina remonta à raiz patrimonialista do estado ibérico. Uma história que Paz divisa a partir de Maquiavel e que, mais tarde, reanalisada por Weber, em que se coloca em contraste dois tipos de autoridade monárquica no ocidente. Uma é a ordem feudal em que o príncipe governa compartilhando com os nobres alguns dos pressupostos do poder. Já na outra forma de governo, o mandatário exerce o poder por meio de seus servos, cuja característica principal é dada por um comportamento político ditado pelo desaparecimento dos limites na relação entre o público e o privado.<sup>173</sup>

Nesse ponto, Merquior convencera-se que essa era a atitude crítica a ser tomada frente ao burocratismo do estado patrimonial-protetionista: “verdadeira fábrica de

---

<sup>167</sup> Ibidem.

<sup>168</sup> RILEY, Patrick. **The General Will Before Rousseau**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

<sup>169</sup> Merquior, RW, p. VIII.

<sup>170</sup> Ibidem, p. IX.

<sup>171</sup> Ibidem.

<sup>172</sup> Ver **El Ogro Filantrópico**, 1979.

<sup>173</sup> Merquior, RW, p. IX.

particularismos.”<sup>174</sup> Apontando para a necessidade de transcender os tipos ideias weberianos, porque só assim se pode fazer jus ao fenômeno histórico que é a interpenetração dialética entre neopatrimonialismo e neofeudalismo; vigentes no espaço latino-americano, dados a leviatãs burocráticos “colonizados’ por segmentos cartoriais (...) que se comportam como estamentos feudais dependentes do, mas frequentemente insubmissos, ao estado de vocação patrimonial.”<sup>175</sup>

E como Merquior constata esse não é um estado forte, mas sim fraco. Porque está sob constante pressão de grupos sócio-profissionais mais organizados, pertencentes à alta esfera da administração estatal, que extrai recursos maciços da sociedade sem lhes devolver em serviços sociais aquilo que é um direito.

Então, Merquior pergunta:

“Que é a inflação, mal crônico das repúblicas patrimoniais e dualistas do Ocidente meridional, senão o continuo parasitismo desse estado cartorial sobre a sociedade? Que são os déficits públicos colossais, e o feudalismo orçamentário das estatais, senão o preço que paga a sociedade pelo peso do mostro, na sua contextura de particularismo falando hipocritamente em nome do todo, isto é, da nação?”<sup>176</sup>

A vantagem dessa visão de Merquior, como ficará cada vez mais evidente, está em se situar além das fronteiras disciplinares usuais. Por isso sendo capaz de relacionar o problema do neopatrimonialismo autoritário com outros aspectos estruturais relacionadas com questões sociais e econômicas mais vastas que, se não são meramente óbvias aos especialistas, demandam urgente atenção por parte daquele que fez do liberalismo a dimensão crítica de entendimento da vida social.

A propósito, essa seria a perspectiva dominante do pensamento merquioriano na primeira metade da década de 80: o debate acerca da democracia liberal como forma legítima de governo que se define por um conjunto de condições de liberdade que só podem ser satisfeitas segundo mudança e evolução de alguns aspectos da situação institucional brasileira.

Através das reflexões em torno de “Rousseau e Weber”, Merquior, melhor do que qualquer outro pensador conseguiu captar a urgência em torno da legitimidade.

---

<sup>174</sup> Id. Ibidem.

<sup>175</sup> Ibidem,

<sup>176</sup> Ibidem, p. X.

Uma urgência, sem dúvida, decisiva, devido ao contexto de reencontro mundial com a democracia. O que requer um esforço de reflexão crítica redobrada naqueles países que necessitavam de construir instituições democráticas sólidas capazes de suportar o pluralismo de uma sociedade civil emergente. Um desafio que Merquior conseguiu vislumbrar transversalmente ao temas que enfrentou, mediante um pressuposto teórico (provido de boas doses de imaginação historicizante), aliado a experiência histórica daquelas sociedades, particularmente no que tange ao modo de como procuraram criar democracias que rechaçavam o que tinham sido ou que queriam evitar.

## **Conclusão A**

O projeto de uma “democracia relativa ou forte”, tal como vislumbrado pelo presidente Geisel e por sua equipe de assessores, simplesmente fracassou. As razões são óbvias. A pretensão de o governo modelar os pressupostos de legitimação de cima para baixo, sendo estes definidos segundo uma concepção de “Estado de Segurança Nacional, se mostraram insuficientes, como também representava uma ameaça para vários setores da sociedade civil que inicialmente apoiaram o regime. A única condição que tornaria o projeto viável requeria a manutenção de um estado permanente de emergência que, para funcionar, precisa dispor de um estoque sempre renovado de inimigos, sejam reais ou imaginários. O problema é que esses antigos apoiadores podem a qualquer momento serem alçados à categoria de inimigos do regime. E, para que isso ocorra, não é preciso muito. Basta um simples ato qualquer que, segundo os proprietários da fé, denote máxima traição.

E, pouco importa se os regimes são de esquerda ou de direita. Ambos tendem ao monocratismo. Embora saibamos que os regimes marxistas têm franca ambição de exercer, como observou Gellner, um césaro-papismo-mamonismo, isto é, a fusão das instâncias políticas, ideológicas e econômicas sob uma única nomenclatura;<sup>177</sup> as ditaduras de direita se contentam com domínio da política, permitindo a sobrevivência de um relativo pluralismo na esfera econômica. O que, porém, de modo algum as torna livres da tentação totalitária, que pode advir de setores do regime descontentes com os rumos assumidos pelo ditador de plantão.

---

<sup>177</sup> GELLNER, Op. Cit. p. 11.

Diferente dos totalitarismos, em que as divisões são aplacadas a ferro e fogo a favor de uma verdade final, os autoritarismos de direita abrigam alguma divisão interna que pode ser exacerbada em algum momento. E, particularmente, sempre na direção de maior “sacralização” do regime. Em linhas gerais, essa foi a experiência pela qual passou o governo Geisel, que precisou restabelecer a liderança sobre grupos de militares que defendiam o endurecimento do regime, no qual estava presente a possibilidade de insubordinação do quadro hierárquico.

O governo logo se viu sem saída. Sendo este um aspecto comum as diversas ditaduras de direita, pois que emergiram de um contexto histórico, ou seja, da luta contra o comunismo, que as impediram de emular o comportamento político de seu adversário, mesmo se traduzida sob outra fisionomia ideológica. De modo que para o governo restou apenas ao caminho da liberalização.

Dito de outra forma, o projeto de distensão se transformou em um *processo* de liberalização. Nesse caso é evidente que a construção da legitimidade é o resultado de uma “ordem espontânea”, isto é, uma ação social auto-organizada operando através de redes intermediária de mútua regulação em que a interação se dá agente-agente, como por meio de organizações que exercem o papel de reguladoras majoritárias. Em comparação, a visão oposta à emergência, assemelha-se a uma estrutura de controle verticalizada em que se tenta definir o comportamento de todos os agentes.<sup>178</sup>

Esse modelo ajuda-nos compreender o processo de liberalização no Brasil como um exemplo típico de complexidade histórica. Tal como se pode evidenciar através da descrição oferecida por Alves acerca das relações entre estado e oposição. Lá vemos um conjunto de elementos que denotam assinaturas de complexidade. Vide, por exemplo, a sucessão de protagonistas da sociedade civil que, no curso do processo, se revezaram na liderança da oposição, condição dada inicialmente pelo MDB. E mais a frente acaba incorporando novos atores, como Igreja católica e os profissionais liberais, advogados, jornalistas, que através de seus órgãos de classe (ABI e OAB), e terminam por redefinir, os rumos da distensão em liberalização.

Uma linha de ação que se definiu em resposta às contradições do regime, em especial sobre o que seria o verdadeiro “interesse nacional”. Que esta definição já não

---

<sup>178</sup> BAR-YAM, Yanner. *Systems Biology: Attractors and Democratic Dynamics*. **Science**, 20 February 2009, vol. 323 no 5917, pp. 1016-1017.

cabia ser decidida apenas por aqueles detinham o poder de fato. Mas, dada a instabilidade de sua definição, representava, também, um sério risco a diferentes grupos da sociedade; sendo por isso necessário sua reconstrução que não podia se dá de outra forma, senão através do retorno ao estado de direito como eixo norteador dos limites do poder.

Sendo assim, fica claro que a liberalização não foi um movimento linear. Mas sim emergente. E, ainda que inúmeros atores tenham tomado parte do processo, este não comportou de maneira caótica. Em razão de algumas das instituições da sociedade civil terem assumido o papel de mediadoras em meio à dinâmica geral. Conseqüentemente, o resultado foi a mudança com alguma estabilidade em que, ora o estado, ora a oposição, competiam e cooperaram pela liderança do processo.

O círculo se completa mediante o reconhecimento que, a despeito da importância de o governo Geisel ter atuado de maneira firme frente à ameaça das alas mais radicais do regime, não se pode crer que a liberalização foi uma concessão, quando na verdade se tratou de uma conquista. E, enquanto conquista, essa jamais poderá ser descrita como evento preponderantemente de esquerda como se é sugerido por certo perfil de construção da memória política nacional. Ou seja, esse processo não foi dominado por um único protagonista, mas por uma diversidade de atores políticos sem que seja possível decidir qual deles foi o mais importante, porque como temos frisado o todo, aqui, é mais importante que partes. Definitivamente, todas as dúvidas se dissipam quando constatamos que as exigências da sociedade civil se cristalizaram em um arcabouço institucional de legitimação de cunho liberal.

Assim, Merquior estava atento às mudanças políticas do período. A principal tentativa de participar deste debate, como vimos, é o livro “Rousseau e Weber”. Ao destacar esses dois autores para um estudo comparado sobre a legitimidade, Merquior tinha em mente as principais dificuldades que cercavam a questão. Nessas páginas de história das ideias, o autor nos indica quão necessária se faz superar os chamados processos de legitimação “pelo alto”, isto é, imposto por uma elite política estatal, como também foi delineando uma postura crítica à legitimidade definida somente pelas bases sociais, comum aos movimentos populistas.

E, com vistas à transição, o debate não se esgota quanto aos critérios de legitimação. Na verdade, a partir deste vem à baila um conjunto amplo de temas que compõe a perspectiva de democrática, relacionados à crescente abrangência de processos políticos públicos em assegurar a confiança nas instituições. Tanto quanto em lhes garantir o insulamento necessário face às desigualdades categóricas, de modo que centros de poder paralelos possam ser contidos pelas forças do estado de direito legítimo.

Dessa forma, discutir a democracia e mais: redefinir a crítica liberal, de acordo com essa urgência em torno da legitimação, consistia na busca por assentar a visão democrática a sua versão liberal – a realidade possível do tempo presente.

## **(B) Racionalidade Liberal (Redefinida em Contraste aos seus Inimigos)**

### **2.3 Contra o irracionalismo grafocrático**

O projeto da crítica liberal de José Guilherme Merquior ganha seus primeiros contornos com a publicação da coletânea de ensaios “As ideias e as Formas” (1981). O livro se divide em três partes: “Arte e Literatura”, “Pensamento e Sociedade” e “Brasileira”, abrangendo ensaios sobre estética e crítica ideológica. Fundamentalmente, o juízo crítico da obra remete à procura de “surpreender *as ideias sob as formas* e, também, captar *a forma das ideias*”, preocupando-se que tais domínios fossem escrutinados em sua complexa inter-relação.<sup>179</sup>

Para Merquior a justificativa para o projeto revela-se à medida que a reflexão sobre o encontro entre ideias e formas foi, digamos, negligenciada pelos departamentos de humanidades. Ora, nosso autor assume aqui, sagazmente, uma posição preventiva contra possíveis objeções ao seu intento – uma vez que este “difícilmente escapará a suspeita de superficialidade”, comenta o autor; devido os ensaios e artigos terem sido publicados jornais e revistas fora dos círculos “especializados.”<sup>180</sup> Uma suspeição passível de fácil enfrentamento se atentarmos que os ritos aos quais os centros

---

<sup>179</sup> MERQUIOR, *As Ideias e as Formas*, p. 15.

<sup>180</sup> Id. *Ibidem*.

universitários praticam em nome do rigor acadêmico conduzem a tudo, menos a pretendida objetividade. Já que muitas dessas instituições tornaram-se sócias da conjugação de estilos literários com o estrito senso ideológico.<sup>181</sup> Portanto, não se trata meramente de ignorar o problema, mas de sublinhar que tais instituições agiram deliberadamente a favor da causa. De modo que, a proposta de Merquior não se identifica com um enciclopedismo, isto é, a desmedida ambição de abarcar a totalidade do universo artístico; tarefa que é definida, sem peias, como grotesca, dado o crescimento exponencial do conhecimento desde a Renascença. Assim, nosso autor sumariza sua proposta: “não se visa a um panorama de toda a cultura intelectual e estética, mas, simplesmente, à desmontagem sistemática de uns poucos nexos míticos subtraídos à consciência da maioria da intelectualidade.”<sup>182</sup> Daí, o ensaio como ferramenta de análise, que é “por definição impermeável à mirada enciclopédica.”<sup>183</sup> E, persuasivamente, conclui: “A empresa não é, portanto, de erudição – é de crítica.”<sup>184</sup>

A problemática sob as ideias e as formas se projeta à medida que nos propusemos a explorar a relação entre modernismo e irracionalismo.

Trata-se de verificar como a interseção substantiva das ideias e formas, foram subvertidas por aquilo que Merquior chama de “gnose modernista das letras”, ao qual responsabiliza por duas usurpações nefastas: “a usurpação da ideia pela forma e (...) da forma pela ideia.”<sup>185</sup>

A proposta interpretativa de Merquior é que, “*a primeira usurpação*”, tem suas origens na “noção arquirromântica de autonomia e autarquia da arte, além e acima do pensamento.”<sup>186</sup> Por sua vez, esse aspecto remontaria ao entendimento do fenômeno poético, segundo Mallarmé, como “anterior a todo contexto.” A partir dessa diretriz, todo autor modernista é um declarado entusiasta do cerebral, porém, como nota Merquior, adversário do pensamento, “declarando guerra à arte da mensagem, o alto

---

<sup>181</sup> Id. Ibidem.

<sup>182</sup> Id. Ibidem, p. 16.

<sup>183</sup> Id. Ibidem.

<sup>184</sup> Id. Ibidem.

<sup>185</sup> Id. Ibidem, p. 18.

<sup>186</sup> Id. Ibidem.

modernismo cairá de bruços num purismo exaltadamente misológico,”<sup>187</sup>, ou seja, profusamente hostil à ideia de racionalidade.

O grande equívoco modernista foi “pensar com a forma, só com a forma: pensar anoético, e, no entanto, ambicionando nada menos que uma interpretação órfica (...) do universo.”<sup>188</sup> Merquior ressalta sua tentativa anterior de avaliar criticamente o desvirtuamento da poética romântica em outra publicação, “Formalismo e Tradição Moderna” (1974), onde considerava o aspecto misológico como exterior a arte moderna. Ledo engano, pois como o próprio Merquior vai frisar, o que acaba prevalecendo é um intelectualismo apenas aparente, e cita como exemplos Eliot e Mondrian, destacando que o predomínio cabe mesmo a um anti-intelectualismo arraigado. Nesse, como lembra Merquior da crítica de Stuart Mill aos românticos e a esdrúxula noção de arte com emblema maior do pensamento e da moral, “a forma repele a ideia – mas ao mesmo tempo, ao se erigir em órgão superlativo de uma gnose... gnômica, a forma usurpa a função da ideia.”<sup>189</sup>

Já a outra face da usurpação se define por um feroz “estetismo dos conceitos, [senão] na estetização do pensamento.”<sup>190</sup> Nesse aspecto, enquanto a forma se desvencilhava da ideia; as ideias, agora, se alinhavam com as vanguardas estéticas, ou como nosso autor designa: com a ausência de rigor epistemológico do “pensamento experimental.”<sup>191</sup> Nesta senda, Merquior elege Nietzsche como emblema máximo da segunda usurpação. É que para o filósofo alemão autor de “Assim Falava Zaratustra” (1891), “as ideias são (...) obras de arte, interpretações perspectivistas, valores vitais sem o menor compromisso com a objetividade universal.”<sup>192</sup> A tônica desse modo de encarar as ideias está desprovida de qualquer responsabilidade maior pela permanência dos valores. O pensar, sobretudo, é “um pensar a deriva”<sup>193</sup>, gravitando em torno de um vazio epistemológico em que “o pensamento foi se fazendo arte e as ideias, formas.”<sup>194</sup>

Merquior vai mais longe. Não se contentando em nomear o profeta da hegemonia da Arte sobre a Verdade, nos oferece uma demonstração cabal de que esta

---

<sup>187</sup> Id. Ibidem.

<sup>188</sup> Id. Ibidem, p. 19.

<sup>189</sup> Id. Ibidem.

<sup>190</sup> Id. Ibidem.

<sup>191</sup> Id. Ibidem.

<sup>192</sup> Id. Ibidem, p. 20.

<sup>193</sup> Id. Ibidem.

<sup>194</sup> Id. Ibidem.

atitude está por trás do infame jogo no qual se ocupam vários setores das ciências humanas e humanidades, “o projeto de uma ‘história política da verdade’”<sup>195</sup>; em que naquele momento o representante dessa linha, se é que podemos chamar, de pensamento cabia à figura mítica do filósofo francês Michel Foucault, a quem Merquior descreve como típico “anarquista de cátedra, anatomista de ‘universos concentracionários’ (...) símbolo perfeito do substrato social que ora sustenta os mitos da consciência moderna: a intelectualidade burguesófoba (dixit Flaubert), cheia status e prestígio, e não obstante doída para parecer *intelligentsia*, renegada pela sociedade.”<sup>196</sup>

A metamorfose das humanidades, segundo Merquior, em irracionalismo e estetismo está na raiz da profunda recusa aos valores da sociedade moderna. A denúncia neonietzschiniana sobre a verdade iluminista derivada da razão e do progresso é, na verdade, uma indignação sem maior substância, pois “o que existe, no duro, é apenas mais uma *libido dominandi*.”<sup>197</sup>

Esse aspecto do movimento irracionalista Merquior chamou de “grafocracia”:

“O sonho de submeter estado e sociedade ao comando da ideologia humanística. Os ‘reconhecidos legisladores da humanidade’ que não são mais poetas e sim humanistas encarniçados contra o aburguesamento das gentes, não aguentam mais ficar à margem. Afinal, não vivemos no século da vitória da *intelligentsias*? Por que o clero modernista seria menos ambicioso, a esse respeito, do que as seitas marxistas? Porque deixar os tecnocratas – a nova ‘*trahison des clercs*’ o privilégio do poder?... Dos grandes russos a Pound e Eliot, Lawrence, Breton e Brecht, os caudilhos da pena escreveram como diretores de consciência do gênero humano – naturalmente, contra os valores democráticos-liberais.”<sup>198</sup>

A “grafocracia” possui, ainda, contornos despóticos bastante vividos para serem ignorados. Pois, como articula Merquior, a realização de seus ideais resultaria na ideia pouco atraente em que caberia a uma elite autodesignada o governo da ordem perfeita.<sup>199</sup> Esse horizonte remonta ao monismo que, ao lado do pluralismo, perfazem as duas grandes tradições filosóficas do ocidente.<sup>200</sup> Em outras palavras, o monismo se

---

<sup>195</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>196</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>197</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>198</sup> Id. *Ibidem*, p. 21.

<sup>199</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>200</sup> Em Merquior, essa interpretação deriva da arguta conceituação de Sir Isaiah Berlin entre monismos e pluralismos. A primeira devota da racionalização dos sistemas utópicos, enquanto a segunda faz-se

vale de um afã racionalizador em matéria de conduta político-social, que livraria a sociedade de suas imperfeições em razão de um grupo político deter a palavra final sobre a realidade.. Nesse sentido, a “grafocracia” seria uma releitura contemporânea do governo de sábios, cuja ancestralidade mais longínqua estaria na figura de Platão. Uma tradição que deplora o cultivo do pluralismo ético comum a política liberal, para defender o *summum bonum* (“o bem maior”) que, da filosofia platônica a Marx, sempre assumiu a condição de cultura superior, “pronta para nos salvar, ontem da polis, hoje da reificação”.<sup>201</sup>

Para Merquior, o marxismo, especialmente visto sob o ângulo da doutrina da alienação, seria um bom exemplo de reprise do monismo. Porque a ideia de alienação se pauta, como nos é informado, em “um *altera-se*, de um virar *outro* [que] pressupõe a possibilidade de um retorno a um *mesmo*”: um retorno à ideia de homem universal da Renascença.<sup>202</sup> Logo, o *summum bonum* de Marx visava à redenção incontestada, como identifica Merquior no “O Capital” (1867), que se encontra além do trabalho, senão, da necessidade, em que esta é a verdade última que será concretizada no reino da liberdade. O problema é que Merquior não se deixa levar por tal perspectiva, salientando a continuidade do perfil gnóstico de tal tese, presente “no apocalipse da revolução, [em que] a auto-identidade do homem ressuscitará, porque ele reassume o controle do seu labor.”<sup>203</sup> Desse modo, a relação do marxismo com as demais formulações monistas no curso da história, deve-se a um aspecto comum às demais estruturas gnósticas, isto é, de que todas sem exceção têm como visão essencial a queda e o retorno da alma.<sup>204</sup>

Na ascensão do irracionalismo, primeiramente propagada pela literatura euro modernista<sup>205</sup>, e depois difundida nas humanidades, Merquior ressalta que sua principal característica tem sido uma “exacerbação antiprogressista.” Nessa moldura,

---

mediante critérios emergentes comuns à vida social, que pode ser condensada numa frase admirável que Sir Isaiah gostava de citar: “Não sabemos onde está o porto: é preciso, pois, continuar navegando.” Ver **Vico e Herder**, Brasília: UNB, 1982. Complementarmente, essa não é mais que um incentivo para buscarmos os caminhos da liberdade, frente à outra constatação, só que de cunho epistemológico, que é a inexistência da verdade final, cabendo em seu lugar uma saudável abertura diante do caráter provisório do conhecimento.

<sup>201</sup> Id. Ibidem, p. 23.

<sup>202</sup> Id. Ibidem.

<sup>203</sup> Id. Ibidem, p. 22.

<sup>204</sup> Id. Ibidem, p. 23.

<sup>205</sup> É digno de nota que, embora Merquior se coloque em franca oposição ao conteúdo racionalista de boa parte André Gide, Marcel da literatura modernista europeia, essa não é condenação global, visto o valor

“um grande interprete da arte moderna, Theodor Adorno, chegaria a falar na *nossa época satânica*... É que, para ele, Auschwitz e Dachau não aconteceram apesar do progresso – aconteceram *por causa* dele, porque, no espírito ocidental, razão, ciência e técnica, ‘traíram’ o homem.”<sup>206</sup>

Nesse ponto, Merquior não deixa de observar a diferença do “humanismo” em voga comparado aos da Renascença e da Ilustração. De que estes últimos seriam muito mais inclusivos, isto é, muito mais permeáveis ao progresso social; pois do arco intelectual que vai de Leonardo a Goethe, tanto foi uma inspiração, que acabou levando à incorporação do melhor da quintessência da evolução social presente, por exemplo, seja na ciência natural moderna, seja na revolução burguesa. Porém, o “humanismo”, hoje, seria excludente: verdadeira repulsa à civilização, esposando uma crítica bestial à ciência e a tecnologia, como sendo, também, sumariamente contrária às conquistas matérias pelas massas.<sup>207</sup>

A causa principal desse comportamento refratário da *intelligentsia* em relação ao progresso estaria, segundo uma tentativa de sociologização do problema, na aflição em que as camadas intelectuais estão sujeitas em razão de suas formas de saber se tornaram secundárias diante da crescente preponderância do conhecimento científico.<sup>208</sup> Porém, o que temos não é mero embate intelectual, onde as partes travam um fecundo diálogo em torno de possíveis evidências sobre um objeto em debate. A missão dos “humanistas” é mais urgente – por em cheque a própria natureza do racionalismo científico; por isso qualquer intenção de falsificabilismo é, declaradamente, desimportante, restando o apenas o vácuo de uma cultura denunciata. Uma cultura que, paradoxalmente, para dar sentido a suas teses, não se eximi de empregar, de modo oportunista, vários dos conceitos fundamentais das ciências da natureza.<sup>209</sup>

O veredicto de Merquior é que o conflito que opõe “humanistas” à modernidade foi, irremediavelmente, “perdido há muito tempo: os vencedores se chamam Gutemberg e Galileu”, modelos que são de uma conduta simbiótica que atravessa toda modernidade,

---

que atribui às obras de Proust, Thomas Mann, Franz Kafka e Robert Musil, este último em especial, Merquior dedicou um ensaio, “Musiliana” pgs. 71-76 in **As Ideias e as Formas**.

<sup>206</sup> Id. Ibidem, p. 24.

<sup>207</sup> Id. Ibidem.

<sup>208</sup> Id. Ibidem.

<sup>209</sup> Um bom exemplo de crítica do comportamento pós-modernista professado largamente por setores acadêmicos especializados chamados de “estudos culturais” pode ser lida em Alan Sokal e Jean Bricmont, **Imposturas Intelectuais**, RJ: Editora Record, 1999.

consubstanciado no fato de que a inovação científica caminha lado a lado às exigências de maior liberdade de opinião.

Todavia, existem aqueles que desconfiam dessa vitória final. Merquior cita, por exemplo, o caso de Schumpeter. Para este as sociedades modernas correm o risco de “sucumbir, não pelas mãos das massas (...), mas pelas mãos dos intelectuais. (...) O intelectual crítico, esse filho do capitalismo, afia o punhal do parricídio...”<sup>210</sup> Por outro lado, Daniel Bell, com quem Merquior estabeleceu interessante troca de correspondência em fins da década de 80, o receio vinha de o modernismo possuir uma “visão demoníaca” que poderia levar a um “caos moral”, sobretudo após a adoção deste pelos movimentos contraculturais que irromperam em 1968.

Assim, Merquior acerta o alvo ao afirmar que: “O niilismo estético dos modernistas estaria prometendo se tornar um vasto *happening* socialmente destrutivo.”<sup>211</sup>

Em contraponto a Bell, Merquior mostra opiniões menos inclinadas a um cenário cataclísmico. Pois, como defende Gellner, o rechaço à cultura da civilização moderna, não ameaça sua base racionalista. Essa seria, meramente, o corolário de um aspecto altamente irônico da própria modernidade.<sup>212</sup> Em grande medida, originária de algumas das principais conquistas da sociedade industrial: a automação do trabalho, consumo sem barreiras, aliado a tempo disponível para maior lazer, estão entre as molas que impulsionam o radicalismo “humanista”. Mas Gellner não viu nisso um problema, pois como Merquior parafraseia uma de suas frases mais célebres: “a contracultura vive uma situação acentuadamente irônica porque, a primeira dor de barriga, seus devotos e mentores serão os primeiros a recorrer àquela mesma racionalidade tecnológica que, no entanto proclama abominar.”<sup>213</sup>

Afiliando-se a explicação gellneriana, nosso autor afirma que os ‘bárbaros’ atuais são “uns esquizóides inofensivos, que brincam de demonismo no parque nacional

---

<sup>210</sup> Id. Ibidem, p. 25.

<sup>211</sup> Id. Ibidem.

<sup>212</sup> Id. Ibidem.

<sup>213</sup> Id. Ibidem.

da cultura – mas continuam agir racionalmente em todas as atividades vitais para a subsistência na sociedade industrial.”<sup>214</sup>

Essa perspectiva será enriquecida por Merquior com o diagnóstico do filósofo polonês Leszek Kolakowski acerca o irracionalismo contemporâneo, e que faz este, uma característica recorrente das sociedades industriais. Nesse aspecto, o intelectual pós-moderno viveria uma carência efetiva de participação na sociedade, ante ao que seria uma atmosfera profissional ditada pela fria racionalidade. Só passível de compensação através de um maior engajamento, por “uma adesão emocional aos sentimentos tribais de comunidade de que desfrutaram os grupos religiosos e políticos.”<sup>215</sup>

Finalmente, Merquior consegue parte de seu intento. A cultura dos “humanistas”, mestra da crítica de denúncia é, enfim, desmascarada. Uma vez que a alienação que ousa denunciar, é, claramente, um mito. Na verdade, essa seria tão somente um exemplo de auto-alienação onde parte da classe intelectual está engajada na luta contra a modernidade, derivando daí o contexto “que engendra o humanismo irracionalista, que a um só tempo exalta a forma contra as ideias e trata levianamente a ideia como frívola forma.”<sup>216</sup>

## 2.4 Contra as Ideologias da Intolerância

“As Ideias e as Formas” é, sobretudo, um ensaio de apresentação que visa fornecer um amálgama a uma coletânea de textos sobre assuntos diversos, onde Merquior procura indicar claramente que estes são perpassados por uma linha de pensamento coerente. Naquele, a prioridade foi dada à crítica aos flagelos que destituíram o sentido original das ideias e as formas. Desse modo, a linha de análise cobre o campo da crítica literária e da estética e só, secundariamente, sobre as consequências da emulação estetizante no plano político e social.

Essa lacuna será superada pelo ensaio seguinte a “As ideias e as Formas”. Em “Tarefas da Crítica Liberal”<sup>217</sup>, Merquior discorre sobre a urgência demandada por um

---

<sup>214</sup> Id. Ibidem, p. 26. Para a interpretação original de Kolakowski, ver **O Espírito Revolucionário**. Brasília: UNB, 1985.

<sup>215</sup> Id. Ibidem.

<sup>216</sup> Id. Ibidem, p. 27.

<sup>217</sup> Id. Ibidem, p. 28. **Jornal do Brasil**, 7 e 14.3.1981.

liberalismo crítico. Neste caso, nada melhor do que deixar que o autor se pronunciar *in toto*, ainda mais por se tratar de um parágrafo de abertura dentre os mais célebres já escritos do ensaísmo brasileiro:

“Porque se encontram em risco dois valores fundamentais: a independência do espírito e a objetividade do conhecimento – necessitamos, com urgência, de uma *crítica liberal*. Liberal, por propugnar um tipo de sociedade. No reino da censura e no império ideocrático, não pode haver independência intelectual; só na república das liberdades floresce a autonomia do espírito, a altivez da palavra, a bravura da opinião. Porém na república das liberdades, a cidadania da crítica é incapaz de reverência a priori ante quaisquer poderes estabelecidos. Ela pode respeitar tradições, mas não saberia sacralizar a Ordem, como se a prezasse mais que a sua nativa audácia, o seu direito natural à insubmissão. Por isso é de fato liberal, jamais, substancialmente, conservadora.”<sup>218</sup>

Não há dúvidas quanto à escolha pelo liberalismo e a contraposição às ideocracias totalitárias e aos conservadorismos. Mas isso por si só não basta. É igualmente necessário qualificar o tipo de liberalismo. Um dos aspectos que desde cedo norteou a reflexão liberal de Merquior foi identificar a variedade de liberalismos na história. De como, fundamentalmente, as escolas do pensamento liberal procuravam responder aos desafios de seu tempo. Dessa forma, a filiação ao liberalismo só pode ser equacionada mediante a relação entre *consciência liberal* e *tempo social*. A partir da imbricação destes dois aspectos é que Merquior se decidirá a favor de um *social-liberalismo*. Pois, qualquer que fosse a visão liberal, essa precisa ser *autêntica*, isto é, resultado direto do confronto com o contexto social brasileiro.<sup>219</sup>

Nesse sentido, o liberalismo merquioriano não se trata meramente de uma transposição de ideias, mas algo significativamente valorativo quanto ao movimento histórico. Por exemplo, Merquior aponta para a inadequação da retórica neoliberal referente ao estado mínimo. A pregação social-liberal requer a “serena ultrapassagem da antiga querela contra o estado.” O motivo é óbvio, dada a consciência de Merquior para o que chamava de “problemas de capitalização” e de “serviços sociais”, o que fazia do antiestatismo uma opção política não viável, porque esta “atrofiaria ou imobilizaria no Estado um dos principais, senão o principal instrumento de criação efetiva de liberdades – de oportunidades concretas de vida e de avanço para a maioria esmagadora da

---

<sup>218</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>219</sup> Id. *Ibidem*.

população.”<sup>220</sup> O problema principal de muitos neoliberais é desconhecer a importância do estado, “inclusive para criar uma robusta sociedade civil.”<sup>221</sup> Portanto, não está se abdicando da crítica ao estado, mas que esta deve incidir contra “certas formas de apropriação” que privam a organização estatal de sua autoconsciência racional. <sup>222</sup>

Já o outro terreno em que o liberal deveria fincar posição contrária é o da intolerância. Nesse setor, voltamos à crítica merquioriana do radicalismo esquerdizante que contempla a si própria como *intelligentsia* banida do universo social. Na verdade, como reconhece Merquior, esses pertencem aos estratos mais abastados da sociedade, uma classe média que, composta por professores universitários e membros da mídia, beneficiados pela expansão da renda, articulados em grupos de interesse politicamente bem representados.<sup>223</sup>

Diante dessas circunstâncias está uma contradição. Em que os intelectuais se comportam como arautos do radicalismo, enquanto “o povo não se cansa de dar sinais de ser um bravo reformista (...) certamente porque seu realismo visceral sabe que a solução está no progresso e não no apocalipse.”<sup>224</sup> Assim, a principal consequência da radicalização da *intelligentsia* é “a *sonegação do debate ideológico*.”<sup>225</sup> A substituição do debate objetivo calcado na averiguação de argumentos, fatos e evidências, pela acusação deliberada contra o interlocutor, desqualificando-o em razão de seu posicionamento crítico, moral e/ou social.

Simplesmente, Merquior descreveu o comportamento que veria se tornar padrão na vida intelectual brasileira e que, mais tarde, afetaria a recepção de sua obra. Afinal, “desqualificando o crítico, *não vale a pena discutir o que ele diz* – e os sectários podem continuar refestelados nas suas dogmáticas certezas de preguiçosos mentais e palmatórias do mundo”<sup>226</sup>. Em seguida, sublinha quão raro eram os intelectuais, que ao defenderem suas idéias, não desqualifica aqueles de quem discorda, citando como modelo de conduta ética o pensador marxista Carlos Nelson Coutinho.

---

<sup>220</sup> Id. Ibidem, pgs. 28-9.

<sup>221</sup> Id. Ibidem, p. 29.

<sup>222</sup> Id. Ibidem.

<sup>223</sup> Id. Ibidem, p. 30.

<sup>224</sup> Id. Ibidem

<sup>225</sup> Id. Ibidem

<sup>226</sup> Id. Ibidem

Então, está claro qual é a primeira tarefa do liberalismo crítico: a luta contra a intolerância. Trata-se, por excelência, de uma missão política, cujo principal objetivo é expor as deficiências do pensamento radical que, intolerante que só, não almeja a compreensão, mas apenas a miragem purificadora da repreensão, tão ineficaz, quanto sectária, porque fruto de um moralismo vulgar.

Desse modo, a outra face da missão a que Merquior se propõe só pode ser complementar à tarefa política, isto é, epistemológica. Nesse campo, a principal urgência é “restaurar o sentido da objetividade.”<sup>227</sup> Por quê? Naquele momento, a tendência dominante do movimento “humanístico” se pautava uma atitude de profunda tolerância em relação a todas as opiniões. A natureza dessa era, como ainda é, acrítica, inclinada a aceitar toda e qualquer opinião como verdade ante ao pretexto de valorização da diversidade. Porém, esse comportamento engendra uma cultura de complacência que, como frisa Merquior, representa “autêntica abdicação intelectual”, expressa na renúncia do julgamento de ideias “conforme critérios rigorosos de observância lógica e veracidade empírica.”<sup>228</sup>

Considerando a importância re-valorativa do conhecimento, Merquior escreve:

“Tal direito, nas mãos de quem quer que professe a pesquisa da realidade natural ou social, se converte num ‘dever’ da inteligência.” [Aquele] “que nos vem a dizer que a obra de Kafka é ‘polissêmica’ e que, “portanto”, cada uma de suas contraditórias interpretações é “tão válida quanto a outra”, não é um tolerante simpático – é um pobre de espírito ou medroso mental, alguém incapaz de cumprir uma das mais nobres entre as aspirações humanas: a de procurar a verdade. Ninguém, é certo, pode ser legitimamente considerado “dono da verdade” – *exceto a própria realidade*, o princípio perfeitamente objetivo da verdade.”<sup>229</sup>

Para o autor as interpretações não são equivalentes. As sucessivas *leituras* que se pode fazer de uma obra de ficção está sujeita, não é indicativo de que sejam todas verdadeiras. Como crítico literário, Merquior distinguia níveis de interpretação que eram mais conclusivos quanto estão mais próximos da verdade do que outros. Assim, o exercício da liberdade de expressão não pode se confundir com “a licença relativista.”<sup>230</sup>

---

<sup>227</sup> Id. Ibidem, p. 31.

<sup>228</sup> Id. Ibidem

<sup>229</sup> Id. Ibidem, p. 32.

<sup>230</sup> Id. Ibidem

Nesse ponto, Merquior nos lembra que a crítica do dogmatismo da ciência pelo relativismo foi superada pela abordagem epistemológica de Popper, já que essa filosofia nega qualquer pretensão de certeza à ciência, vendo suas conclusões como provisórias, embora, não as relativize; pois Popper, aquele que desafiou o Circulo de Positivistas Lógicos de Viena, erigiu como critério demarcatório entre ciência e não ciência a falsificabilidade. E, sob tal critério, a possibilidade de uma hipótese ser suscetível à refutação, torna-a não mais fraca, mas uma promissora candidata a se aproximar da verdade, porém sem que isso lhe confira o status de certeza absoluta.

Merquior esclarece, também, a importância de superação da crítica “humanista” quanto à unidade da ciência. Nesse caso, somos alertados para o perigo do uso da concepção culturalista do conhecimento nas ciências humanas. Esta seria responsável pela noção que sustenta que os critérios científicos não são passíveis de aplicação às humanidades. Para tanto alega-se, ora a *unicidade*, por exemplo de uma obra de arte ou acontecimento histórico, ora porque a ciência, em busca as Leis da natureza, precisa repeti-la através de experimentos, algo, supostamente, inviável às ciências sociais<sup>231</sup>.

O autor, é claro, contesta cada uma desses argumentos:

“Infelizmente, para os humanistas, se a ciência recuasse tanto diante do único e do irrepitível, a geologia não seria uma ciência natural... Bom, replica o humanismo epistemológico – mas e a *experimentação*? Não podemos experimentar com os fatos sociais, logo não podemos verificá-los cientificamente. Decerto – só que tampouco se experimenta em astronomia, a própria disciplina que hospedou a formação galileiana da ciência moderna.”<sup>232</sup>

E, pioneiramente, investe contra o fato de a complexidade constituir sério obstáculo ao conhecimento objetivo, demonstrando familiaridade com alguns dos aspectos relacionados com a emergência com o paradigma da complexidade:<sup>233</sup>

“Último argumento: a *complexidade* das variáveis que entram em jogo nos fenômenos sociais. E todavia, elas não são menos numerosas, nem menos complexas, no terreno da meteorologia. Moral: a menos que

---

<sup>231</sup> Merquior ver no pensamento de Dilthey a origem da voga contemporânea culturalista: Id. Ibidem, p.32.

<sup>232</sup> Id. Ibidem, p. 33.

<sup>233</sup> Paradigma que só viria a ser tema comum no cenário universitário americano e europeu em meados da década de 1980, isto é, quando foram criados centros de pesquisa integralmente dedicados ao estudo dos sistemas complexos, sendo que a justificativa apresentada por vários pesquisadores que assinalam a importância de se pensar o social como um sistema complexo, argumentam, justamente, sobre o paralelo entre as disciplinas citadas por Merquior. Ver:

esteja disposto a acolher geologia, astronomia e meteorologia entre as humanidades, humanista se acha obrigado a renunciar aos tabus da unicidade, do experimento e da complexidade como álibi para eximir o humano dos critérios de análise científica.”<sup>234</sup>

Adicionalmente, ressalta que sua defesa da ciência não é cientificista. Não se deseja uma abordagem científica da moral ou adestrar a criatividade artística sob as Leis da ciência: “É preciso deixar bem claro que o cientificismo, o imperialismo ideológico da ciência, não é científico. (...) Historicamente, o cientificismo é uma perversão da metafísica, não o produto bastardo de nenhuma ciência.”<sup>235</sup> Como prova, Merquior chama nossa atenção para algo ainda atual, o proceder quanto à educação estética. De que esta, primordialmente, ocorria no seio da cultura burguesa – assim decorria a conquista de uma sofisticada cultura em artes e literatura. Hoje, experimentamos uma situação inversa que, ditada pela massificação dos cursos universitários, o candidato às humanidades ingressa com a intenção de “aprender literatura”, quando deveria “aprender sobre literatura.”<sup>236</sup>

No pensamento merquioriano esse tema não se desenrola em função de uma natureza puramente polêmica. Sem embargo, constituiu uma preocupação central acerca dos rumos tomados pela sociedade moderna, particularmente da relação entre os intelectuais e a educação, revitalizando um tema clássico da filosofia ocidental, sendo aqui vislumbrado a partir da experiência brasileira. E comenta o que havia se tornado uma realidade oprimente:

“Hoje, em contraste, tudo se passa como se o aluno chegasse literariamente virgem ao primeiro ano dos cursos de letras. Em outros termos, o futuro especialista é geralmente um inculto, cuja *instrução* não mais se nutre de uma prévia *educação*. Pode alguém se admirar de que semelhante ‘idiot savant’ surdo à música de um bom verso, insensível a um só tempo à *ars* e à sofisticação humana dos grandes textos literários, presa da insegurança da sua in-ciência, mergulhe nos fetichismos dos modelinhos pseudorigorosos de ‘análise’ do que ele jamais assimilou?”<sup>237</sup>

A perspectiva interpretativa prossegue relacionando o “pseudo-especialismo” aos excessos em torno do “publique ou pereça,” e que Merquior chama de *furor*

---

<sup>234</sup> MERQUIOR, op. cit. p.33.

<sup>235</sup> Id. Ibidem.

<sup>236</sup> Id. Ibidem.

<sup>237</sup> Id. Ibidem, pgs. 33-34.

*publicandi*, que teria íntima relação com o aparecimento com a “desconstrução” pós-moderna. Enfim, “não há pseudo-especialismo sem a idolatria do método e fanatismo do modelo.”<sup>238</sup> E, dando-se à ironia, o autor nos faz ciente de uma das artimanhas desse credo. Em que este roga para si a condição de exemplo em interdisciplinaridade como meio de disfarçar sua falta de rigor frente aos objetos que pretensamente diz estudar, em grande medida, vitimados pelo uso indiscriminado do analogismo. Assim, não haveria nenhuma relação interdisciplinar, apenas o vilipêndio que o pseudo-especialismo infligiria aos demais campos das humanidades que, em um dado momento se estendeu até aos domínios das ciências naturais;<sup>239</sup> onde, à sombra da “desconstrução”, a principal consequência tem sido o furto de teorias que assumem ares estetizantes que as distanciam de seu poder cognitivo, já entregues àquilo que o autor chama de “teorização irresponsável.”<sup>240</sup>

Outra vez vemo-nos diante do “delírio irracionalista”. Um fenômeno descrito por Merquior no ensaio que dá título ao livro.<sup>241</sup> O saldo é a “guerra do modernismo contra a modernidade.”<sup>242</sup> Em outras palavras, temos a mitologização do pensamento, disposto segundo um plano de negação da modernidade tida por anárquica e fútil, donde se nota, mais uma vez, profundo desprezo pelas massas, acompanhada de uma esterilização da crítica racional e que “se compraz em *agredir irracionalmente a sociedade*.”<sup>243</sup> Sendo que os principais alvos são “seus aspectos historicamente mais progressistas: a ciência e as instituições liberais.”<sup>244</sup>

Afinal, o “pensamento crítico” seria mais radical que racional, sendo também, profundamente ritualístico, no sentido que o apocalipse do discurso é uma performance desprovida de uma mensagem política robusta capaz de atender às necessidades das massas. Em última instância, o que temos é a substituição da análise objetiva dos processos históricos pelo “acesso histérico” da *intelligentsia*.<sup>245</sup>

---

<sup>238</sup> Id. *Ibidem*, p. 35.

<sup>239</sup> Novamente, Sokal e Bricmont (ver Op. Cit.) não nos deixa mentir quanto à apropriação pós-modernista das ciências naturais.

<sup>240</sup> MERQUIOR, *As Ideias as Formas*, pgs. 34-35.

<sup>241</sup> Vide seção anterior: Contra o irracionalismo grafocrático.

<sup>242</sup> Reflexão presente em Merquior desde o livro *O Fantasma Romântico*, Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

<sup>243</sup> Id. *Ibidem*, p. 36.

<sup>244</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>245</sup> Id. *Ibidem*, p. 35.

## Conclusão B

À defesa de nossa hipótese de que o liberalismo de Merquior não é um projeto meramente polêmico, está o fato de sua crítica à *trahison des clercs* constituir um ponto de partida da elaboração de um pensamento que ao longo da década de 1980 colocará em evidência a natureza histórica da modernidade relacionada, sobretudo, a sua característica reformista em face de um contexto de liberalização. Nesse sentido, sociólogo francês Raymond Boudon tem razão ao afirmar que Merquior foi um cético por acreditar que o mundo social é muito complexo e que, por isso, não pode ser apreendido de forma simplória, ainda que seu entendimento exija teorias simples.<sup>246</sup>

Assim, subentende-se que o liberalismo, obrigatoriamente, deve caminhar na direção de uma crítica multifacetada e complexa. Para Merquior o verdadeiro teste do liberalismo está em oferecer respostas aos dilemas da sociedade moderna, ao invés de empregá-lo para reivindicar uma volta ao passado. A “tradição liberal” é menos uma *tradição*, e mais mudança com vista à permanência da sabedoria da sociedade quanto à forma com que se organizou ao longo da história, através de tentativa e erro. Nesse ínterim, a crítica merquioriana não pode se confinar somente à crítica da cultura. Essa crítica, enquanto cultural, será uma crítica política. Porque tais áreas não se desenvolvem em universos estanques, mas em íntima conexão. Ao discutir as implicações do irracionalismo pós-moderno, Merquior põe em destaque, ao sociologizar o comportamento cultural dos “humanistas”, outro aspecto inadvertido da modernidade, (para fazer jus ao legado de Weber); de que esta, embora satisfaça as condições de acesso ao conhecimento, necessariamente não será mais racional como supunham os ideólogos do progressivismo unilinear. Uma sociedade em que os indivíduos dispõem de maior tempo livre e acesso sem obstáculos à educação tende a ciclos de irracionalismo que ameaçam os valores da liberdade moderna. E não apenas daquilo que seria meramente abstrato, mas de todo um conjunto de instituições e experiências que se moldaram segundo essas ideias.

Por essa razão que Merquior observou que o debate não deveria se isolar na política. Mas que esse deveria transcorrer atento àquilo que acontece ao substrato cultural, visando à análise de um todo. Reconhecendo que este pode alijar o debate

---

<sup>246</sup> BOUDON, Raymond. *On “Postmodern” Skepticism in Liberalism in Modern Times – Essays in honor of José Guilherme Merquior*. Gellner, E. & Cansino, C. (Editors). Budapest, London, New York: Central European University Press, 1996.

político daquilo que mais se necessita em um contexto de liberalização: racionalidade. Assim, pensamento merquioriano tem como alvo, primeiramente, a grafocracia, para em seguida avançar em torno da crítica das ideias, onde procura identificar o conteúdo da crise do pensamento no debate político. E, lembramos uma vez mais, que a justificativa para essa atitude não se encontra a serviço de uma exegese, mas tão somente da responsabilidade intelectual que Merquior assumiu frente à democratização; cujo tom crítico não poderia ser outro senão colocar em evidência as várias superstições políticas que gravitavam em torno da ideia de democracia liberal. Portanto para Merquior, o relativismo pós-moderno, combinado ou não ao utopismo esquerdizante, representava um risco à democratização porque, simplesmente, poderia levar para políticas contrárias à democracia.

Nesse ínterim, se a preocupação inicial em “As Ideias e as Formas” é eminentemente cultural, veremos, também a preocupação com o momento político se sobressair de suas páginas. Os ensaios coligidos na seção “Pensamento e Sociedade” e “Brasiliana” não deixam dúvida quanto à importância da problemática política e social, principalmente de se pensar a democracia liberal, colocando em perspectiva crítica, outros entendimentos desta segundo correntes políticas conservadoras e esquerdizantes. Assim, Merquior dedicara dois ensaios em diálogo com Carlos Nelson Coutinho, como “Marxismo e democracia”<sup>247</sup> e “Cultura e democracia”<sup>248</sup>. Nestes, nosso autor coloca-se em posição contrária à ideia que tenta provar a compatibilidade entre democracia e socialismo.

Outro exemplo seria o ensaio que relativo à democracia dos antigos e modernos. Neste Merquior coloca em cheque qualquer perspectiva intelectual mais inclinada à democracia direta. Constitui, assim, uma defesa da democracia representativa a partir de sua singularidade histórica vinculada à modernidade, de forma que essa só pode decorrer porque o centro da política moderna é dominado pelo sentido da representação legítima. Nessa mesma via, temos a crítica de “A Utopia cívica de Hannah Arendt” e “Hannah Arendt ou o romantismo na política.”<sup>249</sup> Em que Merquior classifica a autora de A Condição Humana como dada a uma *nostalgia helênica*. Nessa mirada, o conceito de liberdade se relaciona ao direito de participação nas decisões políticas, tendo por esse

---

<sup>247</sup> MERQUIOR, *As Ideias e as Formas*, p. 232.

<sup>248</sup> Id. *Ibidem*, p. 241.

<sup>249</sup> Id. *Ibidem*, p. 204-11.

motivo caráter mais público que privado. Porém, Merquior nota que este está repleto de um conservadorismo latente, como seria igualmente antiutilitarista, substituído por um pensamento pretensamente “dialógico” e, assim, insatisfatório quanto proposta política, pois no mundo moderno não há motivos para preferir uma ou outra dimensão das liberdades, sendo melhor vê-las em perspectiva complementar.<sup>250</sup>

Já em “As Regras do Jogo”, o mesmo Merquior que duvida das concepções “arquitetônicas” de muitas das filosofias políticas, será aquele que vai preconizar um retorno à democracia nos moldes clássicos, isto é, ao sentido de igualdade política. Segundo essa diretriz uma sociedade democrática é aquela que garante a participação igualitária de todos, através das liberdades de expressão e associação, servidas de mecanismos de controle institucionais de governo e sucessão. No entanto, Merquior indica que essa finalidade maior da democracia foi obscurecida por concepções menos atinentes à reflexão política; que a reduziram a um “método”, tal como se sucedeu a Schumpeter, ou porque que lhe atribuem um sentido socializante, tão comum aos “liberais” americanos, que na defesa de uma democracia social, terminam por perder de vista, e até mesmo enfraquecer, um conjunto de elementos políticos do cruciais à vida democrática.<sup>251</sup>

Tão ou mais significativo quanto situar o conceito de democracia é destacar que sua realização só se dá mediante a um comportamento político próprio, sem o qual a democracia não inexistente. Em uma de suas formulações epigramáticas mais brilhantes, Merquior afirma que “a democracia conceito pode até ser vítima da falta da democracia conduta.”<sup>252</sup> (Uma mensagem, diga-se de passagem, perfeitamente cabível ao nosso contexto atual, de recrudescimento do nacional populismo, como da atual crise de legitimidade no Brasil, que não é da democracia, mas de um sistema político que na defesa de seu *status quo* patrimonial, estiola o ingresso a maiores níveis de participação e competição políticas igualitárias.)

Dito de outra forma, democracia é sinônimo estado de direito. A ordem do governo se processa em razão da obediência a uma série de regras que, cabe ressaltar, é fruto da necessidade e do acaso; cuja função seria mais nomocrática (o *império* da Lei) que teleocrática (ordem decretada), ou seja: devota de uma dinâmica estatal, mediadora

---

<sup>250</sup> Id. Ibidem, p. 205-07.

<sup>251</sup> Id. Ibidem, p. 216-17.

<sup>252</sup> Id. Ibidem, p. 218.

dos conflitos entre os indivíduos do que assentada em planos ideológicos rígidos.<sup>253</sup> Creio que temos aqui um bom exemplo da importância das reflexões de Merquior, sobretudo, no que concerne a simbiose entre liberalismo e democracia: que a visão liberal moderna seria, antes, um fenômeno democrático.

E, situando esse debate no contexto brasileiro, Merquior salienta o enorme desafio de se chegar a uma cultura política do consenso, quando não encarar o grande desafio da integração social. Um desafio, que, como ficará mais claro adiante, requer a promoção de um estado, não do tipo mínimo apregoado pelos ultraliberistas, mas sim liberal no sentido específico de garantia de direitos. O problema é que nossa tradição política fez mais em prol de governos voluntaristas do que propriamente democráticos. Daí a questão de fundo que percorre a democratização até aos nossos dias: “Queremos democracia, mas carecemos de respectiva tradição de comportamento político.”<sup>254</sup> Desse modo, a questão conjugada à realidade social leva-nos a uma pergunta decisiva: “(...) enquanto ela dura [a pobreza], e, mesmo acima dela, persistem no nosso povo condições de vida ainda bem insatisfatórias, podemos absorver *democraticamente* essa pressão social?”<sup>255</sup>

A solução para Merquior está na democracia liberal. O significado de maior relevo se encontra em evitar que o mercado possa vir a ser uma panaceia para todos os males sociais, pois enquanto é uma grande solução criativa na geração de riqueza e produtividade, este deixa muito a desejar no quesito distributivo.<sup>256</sup> Por outro lado, não há solução possível se a escolha for a saída populista uma vez que esta é bastante sofrível em matéria de desenvolvimento sustentável, pois algumas das fórmulas “neopopulistas” estavam (como ainda estão) a reboque da manutenção de privilégios de algumas corporações. E lembra que os primeiros liberais como Adam Smith ou Jeremy Bentham não concebiam o mercado uma Providência Divina e, em conclusão, salienta que “a necessidade, ética e social, da erradicação da miséria por meio da ação do estado não é nenhum apanágio de credos socialistas; ela pertence às fontes clássicas do liberalismo pré-vitoriano.”<sup>257</sup> Dessa forma, Merquior divisou que, a próxima mola do desenvolvimento não era exclusivamente econômica, mas política, consubstanciada por

---

<sup>253</sup> Id. Ibidem, p. 219.

<sup>254</sup> Id. Ibidem, p. 219-20.

<sup>255</sup> Id. Ibidem, p. 220.

<sup>256</sup> Id. Ibidem.

<sup>257</sup> Id. Ibidem, p. 221.

uma autêntica participação democrática em que estariam presentes em postulados de indisfarçável valor ético como, individualismo, constitucionalismo e direito humanos.<sup>258</sup> Afinal, o anseio por aderir a tais valores, como indica Merquior, é porque só estas podem fixar as regras do jogo, verdadeiras salvaguardas do exercício das liberdades individuais.

Essas reflexões assumem relevância ainda maior se apontarmos que se trata de uma tentativa de recuperar o sentido totalizante das humanidades. Embora Merquior não se furtasse em reconhecer a importância da especialização acadêmica como a tendência dominante no seio do conhecimento universitário, está claro que sua abordagem se pautava em valorizar aquilo que na tradição de ensino superior americana é chamada de “educação liberal”. Uma tradição de cultura e reflexão livresca de autores clássicos ao qual se atribuem o surgimento das ciências exatas e sociais e que, por isso, é o repositório permanente dos valores do qual emana a civilização. Não foi à toa que Gilberto Freyre afirmou que Merquior encarnava a figura do “crítico moderno” que, para o autor de “Casa Grande & Senzala” (1933), tinha a tarefa de compreender os contemporâneos sem se esquecer dos clássicos. Em Merquior, as humanidades constituem o farol da cultura, que podem ser revistas à luz das especialidades, tanto quanto estas podem ser escrutinadas por aquela. A proposta da crítica liberal não é a de conformá-la a mais uma especialidade e sim restituí-la ao centro do debate político moderno.

E, tendo em vista que o criticismo merquioriano se move contra os relativismos, pós-modernismos e demais irracionalismos políticos e culturais do mundo contemporâneo; nada mais justo do que ver Merquior como um paladino em luta contra aquilo que se convencionou chamar, para lembrarmos o título em português de um famoso livro de Alan Bloom, “O Declínio da Cultura Ocidental”<sup>259</sup>, que chacoalhou a intelectualidade americana em meados da década de 80. Pois, se Merquior não escreveu um livro, digamos, sistemático sobre o assunto como Bloom, os ensaios coligidos em diversos títulos desde, pelo menos, meados da década de 70, pode-se notar claramente a preocupação do autor com o destino da cultura humanista em meio aos tumultos libertários pós-68. Então, parece-nos correto afirmar que, Merquior se não foi o

---

<sup>258</sup> Id. Ibidem, p. 222-23.

<sup>259</sup> BLOOM, Alan. **O Declínio da Cultura Ocidental**. SP: Best Seeler, 1989. A 1ª edição americana tem o sugestivo título de *The Closing of the American Mind* (1987).

primeiro, foi dos que precocemente tratou desse tema na paisagem brasileira. E aquele que mais aprofundou o desenvolvimento crítico sobre as chamadas culturas pós-modernistas. Pode-se, creio, ver um paralelo em entre o anseios de Merquior e os de Bloom: ambos buscavam a liberdade de reflexão, como lugar daqueles que procuram a verdade e o bem comum, derivado de uma trajetória individual. Está aí o projeto da crítica liberal como o processo de emergência social do pensamento.

### Capítulo 3 – O LIVRO MENSAGEM

O capítulo anterior se concentrou na avaliação dos pressupostos teóricos e históricos da construção da crítica liberal de José Guilherme Merquior. A análise se deu por meio da seleção de duas de suas obras de transição do domínio da crítica literária e estética para o pensamento político e social. O presente capítulo é complementar ao anterior, pelo menos em duas dimensões. Primeiro: por colocar em relevo novas dimensões do liberalismo de Merquior em face de outras duas obras – “A Natureza do Processo” (1982) e o “Argumento Liberal”(1983); ambas publicadas imediatamente à coletânea “As Ideias e as Formas” (1981) que, como já indicamos, marca o começo da segunda fase de sua evolução intelectual.

E segundo porque tem por substrato o mesmo contexto. Tais títulos estão inseridos no momento histórico que descrevemos para situar as obras analisadas no capítulo precedente. Novamente, a “consciência presente” que Merquior tanto perseguia respondia pelo nome de liberalização. Um fenômeno histórico, hoje, comumente chamado de a “terceira onda democrática”, e que, em uma visão panorâmica, correspondeu ao recrudescimento de temas relacionados à sociedade civil. A característica geral deste cenário é a paulatina deposição de uma ordem a favor de outra. Nesse caso, a nova ordem evocava ideias de democracia, direitos humanos e liberdade econômica e desenvolvimento social. Em relação ao Brasil em particular, e, sem deixar de frisar que isso foi uma *generalização específica* comum a outros países, o significado desse processo levou à abertura política, consubstanciada em uma diversidade de projetos políticos concorrentes ao longo da década sobre diferentes visões do projeto democrático.

À vista disso, Merquior será uma dessas personagens que, participando do debate público, defenderá o ponto de vista de um projeto político democrático-liberal. E nessa oportunidade procuramos oferecer alguns contornos mais nítidos para a problemática em torno ao estado mercado e democracia.

### 3.1 Processos de Liberdade

#### 3.1.1 Sob o signo do industrialismo

“A Natureza do Processo” de 1982 dá prosseguimento ao projeto da crítica liberal. Nesse livro, Merquior viu a necessidade de completar o caráter fragmentário das incursões ensaísticas de “As Ideais e as Formas” (1981), cujos temas e debates foram moldados segundo as circunstâncias do contexto. A posição de Merquior está deveras explícita já na “Apresentação”, onde procura distinguir seu empreendimento com “um pequeno livro de palavras simples sobre coisas complexas.”<sup>260</sup> As coisas complexas que Merquior tinha em mente “são as grandes questões político-ideológicas de nosso tempo”<sup>261</sup>; isto é, para a época se tratava de colocar em evidência “as características básicas da sociedade moderna, o sentido do processo histórico enquanto evolução global da cultura humana, as várias peculiaridades da estrutura social contemporânea, os paradoxos do poder, a ambígua função do estado, o papel problemático das ciências, das ideologias e dos intelectuais.”<sup>262</sup>

Sendo assim, o livro encontra-se dividido em sete partes, a saber: “I. Indústria”, “II. Progresso”, “III. Economia”, “IV. Liberdade”, “V. Democracia”, “VI Socialismos” e “VII. Humanismos” que, mais ou menos, correspondem à ordem de assuntos que Merquior se propunha a esmiuçar. Porém, a despeito de sua amplitude, o livro tem como principal ênfase dialogar com o grande público. Por isso, o livro não tem notas de rodapé, tampouco bibliografia. Sendo assim, Merquior pretendia que essa obra fosse considerada um esforço de apreensão da consciência presente voltada para indivíduos de cultura média, inclinados ao pensamento histórico e filosófico – e por que não dizer, também, concernentes a assuntos políticos. Uma vez que o substrato daquilo que Merquior procurava discernir tinha lastro nos grandes temas da política contemporânea. Por conseguinte, o padrão de análises e opiniões que Merquior coligiu visava se posicionar “aquém do jargão, além do chavão”,<sup>263</sup> estando ciente de que, não importava quão precisas poderiam ser, estas sempre seriam inconclusas.

---

<sup>260</sup> MERQUIOR, *A Natureza do Processo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982, p. 09.

<sup>261</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>262</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>263</sup> Id. *Ibidem*, p.10.

No entanto, subjacente aos grandes temas de “A Natureza do Processo” temos um elemento central que permeia a reflexão merquioriana: a necessidade de entender a dinâmica da mudança social.<sup>264</sup>

A matriz dessa preocupação repousa na convivência de Merquior na LSE com a obra de Ernst Gellner. O sentido fundamental está em divisar a mudança social permanente como a característica de maior destaque de *nossa época*, que embora possa se reconhecer tempos sociais diversos (como Merquior bem sabia,<sup>265</sup>), esta é dominada, preponderantemente, pelas consequências sociais da industrialização.

Para Gellner, a industrialização pode ser descrita como a principal responsável pela grande ruptura protagonizada pela Transição. O significado histórico está evidente na passagem de uma sociedade em que as identidades sociais eram dadas em razão da lógica da tradição e do costume; para outra onde a legitimidade, seja do poder, seja da norma, não se postula segundo critérios baseados no mito ou em tipos transcendentais, mas derivam em acordo com as exigências *internas* afeitas à condição individual.<sup>266</sup> Naturalmente, esse aspecto não é outra coisa senão uma das implicações do reconhecimento de que o exercício de poder não está acima dos direitos do indivíduo. E que por isso, o processo de legitimação emana não mais do *estatuto, mas para contrato*, para lembrarmos aqui da consagrada fórmula de Sir Henry Maine<sup>267</sup>, que segundo Gellner explicaria de forma comprimida os pressupostos da Transição.<sup>268</sup>

O fato é que a industrialização é a “única certeza previsível”<sup>269</sup> do contexto contemporâneo. De forma que Gellner conclui que “a filosofia tem como objeto a industrialização.”<sup>270</sup> Como o próprio Merquior observou,<sup>271</sup> à primeira vista trata-se de algo arbitrário, mas que faz sentido quando vista mais amiúde, pois coloca a filosofia em um lugar de destaque em que é tanto um produto da nova ordem, quanto é responsável pelo colapso da antiga visão social. Nesse ponto, a sentença, “ter por objeto

---

<sup>264</sup> Id. *Ibidem*, p.13.

<sup>265</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>266</sup> Para uma exposição completa da teoria social da Transição de Gellner, ver **Thought and Change**. Chicago: Chicago University Press, 1978.

<sup>267</sup> MAINE, Henry. **Ancient Law: Its Connection with the Early History of Society, and Its Relation to Modern Ideas**. London: John Murray, 1861. Disponível em: <https://archive.org/stream/ancientlawitsco18maingoog#page/n6/mode/2up>

<sup>268</sup> GELLNER, E. **Dos Nacionalismos**. Lisboa: Ed. Teorema, 1994, p. 05.

<sup>269</sup> Idem, **Op.cit.**, 1978, págs. 68-9.

<sup>270</sup> Id. *Ibidem*, p. 78.

<sup>271</sup> Ver MERQUIOR, J.G. *A teoria social da Transição – considerações sobre a obra de Ernest Gellner* in GELLNER, E. **Nacionalismo e Democracia**. Brasília: UNB, 1981(a), p. 04.

a industrialização”, deve ser compreendida a partir de uma perspectiva em que se procura deslindar “o tipo de conhecimento em que se baseia a sociedade moderna.”<sup>272</sup>

A teoria social de Gellner está longe de se restringir somente à industrialização. A singularidade conferida à Transição, principalmente aos problemas trazidos com relação à legitimidade, proporciona a teoria do conhecimento um papel central na modernidade.<sup>273</sup> Desse modo, a teoria da transição desempenhará papel importante quanto a outros aspectos constituintes da dinâmica social moderna, tais como: a divisão social do trabalho, nacionalismos<sup>274</sup>, padronização e escala<sup>275</sup>, a “perda do piloto automático cultural”<sup>276</sup> e a possibilidade do exercício de múltiplos papéis sociais por parte dos indivíduos, além de especificar a importância do estado moderno e do mercado.

Assim, as raízes da moldura histórico-social que Merquior vincula sua análise na realidade política de sua época, remontam a dupla abordagem sociológico-filosófica gellneriana. Tal influência, que não meramente tópica, pode ser corroborada pelo empenho de Merquior em divulgar o pensamento de Gellner, especialmente no Brasil, que se deu com a vinda do filósofo ao país em 1979 para conferências na UNB<sup>277</sup>. Daí o ponto de partida de seu livro ter como título a “Indústria”. Essa seria o tipo de organização responsável pela mudança social crescente, pois como observou Merquior, “a revolução industrial, ao contrário de tantas outras revoluções, tem uma característica: ela nunca pára.”<sup>278</sup> E, assim, como Gellner, a problemática da escala é de grande importância para Merquior: pois, a revolução industrial “não só não pára de abranger novas regiões do globo, como não cessa de se intensificar lá onde sua implantação é mais antiga.”<sup>279</sup>

Nesse momento do livro, o pano de fundo ocorre em nível macro, tanto sociológico, quanto histórico. Tal decisão só reforça o principal compromisso de

---

<sup>272</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>273</sup> GELLNER, E. **Spectacles and Predicaments**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, págs. 03-4.

<sup>274</sup> Idem. **Nações e Nacionalismos**. Lisboa: Ed. Gradiva, 1993.

<sup>275</sup> Id. *Op.cit.*, 1981(a), págs. 43-69.

<sup>276</sup> Id.. **Legitimation of Belief**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974, p. 35.

<sup>277</sup> Merquior, por exemplo, assina o estudo introdutório à filosofia de Gellner, *op. cit.* 1981 (a); contribui para a ampliação desse entendimento em outro volume dedicado à obra de Gellner (**Gellner na UNB**, Brasília: UNB, 1981 [b]), e para o público leitor de jornal, Merquior escreve *Gellner em pílulas*, **Jornal do Brasil**, 06/06/1981.

<sup>278</sup> MERQUIOR, **Op.cit.**, 1982, p. 14.

<sup>279</sup> Id. *Ibidem*.

Merquior com o leitor – a de ser claro. A técnica do autor consiste em ter como ponto de partida aspectos de fácil apreensão de modo que sejamos preparados para os desdobramentos posteriores que implicam em níveis crescentes de sofisticação do debate. Por outro lado, vai ficando mais claro que Merquior adota como ferramenta analítica crucial a comparação; outra instância de influência de Gellner que, mais do que qualquer outro teórico do século XX, enfatizava a importância de o industrialismo ser posto lado a lado às estruturas sociais pré-modernas. Em consequência, Merquior lança mão de um quadro comparativo baseado em aspectos bem concretos. Para tanto, o autor se vale de exemplos imersos na esteira da primeira onda industrializante, como a rapidez dos transportes e os novos padrões de conforto que, outrora luxos distantes, mas que se encontravam agora, largamente, difundidos em uma classe média ascendente. No caso da mobilidade, o avanço teve como protagonista o advento da navegação a vapor e do trem. E, para a difusão do conforto, concorreu o emprego da tecnologia industrial, muito superior em produtividade ao artesanato fabril das sociedades tradicionais.<sup>280</sup>

Mas Merquior enriquece essa visão panorâmica ao distinguir o que chamou de “os três pilares” que subjaz a industrialização, ou seja, economia, ciência e democracia. Para cada um desses elementos Merquior tece considerações que visam expor, sem uma preocupação de cunho mais sistemática, as grandes linhas de mútua causalidade entre o fenômeno histórico em relevo – a industrialização –, junto aos seus aspectos constituintes, pondo em evidência a ideia de que o objeto é simultaneamente causa como efeito. Com efeito, se trata de sumarizar aquilo que para cada uma dessas áreas trouxe de mais singular à industrialização e vice versa.

Na economia, por exemplo, Merquior destaca a avaliação do economista britânico Sir John Hicks, de “que a principal diferença não tecnológica residia na escala e diversidade de bens de capital fixo”,<sup>281</sup> que podiam ser mobilizados comparativamente entre a indústria moderna, fabril e as manufaturas. Na esfera da produção artesanal estrita, os fabricantes empregavam instrumentos de trabalho que só muito raramente chegavam a constituir um ativo pleno. Ao passo que na moderna atividade industrial, a regra foi pautada pelo acúmulo de bens de capital que poderiam ser acessados como ativos disponíveis para o investimento. Em outro flanco, Merquior

---

<sup>280</sup> Id. *Ibidem*, págs. 13-7.

<sup>281</sup> Id. *Ibidem*, p. 17.

aponta que a presença do grande surto mercantil do século XVIII impeliu o surgimento da economia industrial; mas alerta, igualmente, que a Europa jamais alcançaria as regiões não europeias em termos de intercâmbio comercial, sendo que para a manutenção de uma base crescente de prosperidade requeria o fator indústria como alicerce à exportação.<sup>282</sup> Por último, e, decorrente desse esquema geral explicativo derivado de Merquior, encontra-se a liquidez: “a grande disponibilidade de recursos financeiros em países enriquecidos pelo comércio colonial (...) foi essa liquidez que tornou possível, a seu turno, a soma de investimentos em bens de capital que deflagrou a industrialização.”<sup>283</sup>

Em ciência, o quadro pelo alto também prevalece. Esta teria fomentado revolução industrial como se valeu desta para protagonizar novos saltos em tecnologia e inovação. À medida que a indústria incorporava os preceitos da ciência, novas oportunidades de lucro e investimento se revelavam. Do mesmo modo, a ciência se incrementava por novas oportunidades de pesquisa, concernentes a problemas e abordagens oriundas de sua associação com o conjunto das forças produtivas. Assim, Merquior destaca o caráter absolutamente crucial do conhecimento na era da industrialização:

(...) “a marca da modernidade é uma inversão dramática da relação entre mundo e conhecimento. Antes das núpcias da ciência com a indústria, era como se o conhecimento fosse parte do mundo. Hoje, ao contrário, é como se o mundo fosse uma parte – um produto – do conhecimento. A ciência nos faz e refaz, tanto quanto nós a fazemos.”<sup>284</sup>

E a democracia? Acerca desta o autor nos diz que será apreciada em capítulo próprio. Entretanto, o aspecto que a substitui, a mobilidade social, não poderia ser revestir de uma natureza mais apropriadamente democrática. Para Merquior, o tema da mobilidade social deve ser alocado entre o de maior importância quanto à significação social do industrialismo. Como polo comparativo, Merquior recorre ao medievalista Georges Duby,<sup>285</sup> que apontava para a rigidez da hierarquia social na Idade Média, de

---

<sup>282</sup> Id. Ibidem.

<sup>283</sup> Id. Ibidem, 18.

<sup>284</sup> Id. Ibidem, p. 18

<sup>285</sup> Merquior não cita obra específica, mas acreditamos que, a julgar pelos títulos disponíveis em sua biblioteca (**Coleção José Guilherme Merquior**, localizada no CCBB-RJ), o livro de Duby em questão é **Guerriers et paysans (VII-XII siècle): premier essor de l'économie européenne**. Paris: Editora Gallimard, 1973.

forma que o acesso à riqueza se dava por via da herança. Nesse espaço social, a riqueza é, acima de tudo, um privilégio. Enquanto que na realidade industrial, a norma é uma mobilidade sem precedentes que beneficia, sobretudo, aqueles que não gozam do status aristocrático. Nas “sociedades modernas”, comenta Merquior, “a posição do indivíduo não é predeterminada; a desigualdade deixou de ser um destino.”<sup>286</sup>

Em momento posterior do livro<sup>287</sup>, Merquior volta ao tema da mobilidade social, onde discute o espírito igualitário seria inerente à sociedade industrial. Em nossa varredura arqueológica das ideias, notamos, uma vez mais, a pertinência da reflexão gellneriana. Assim, Merquior nos oferece um resumo, via Gellner, das condições pelas quais o igualitarismo tende a emergir no contexto do industrialismo:

(a) a diversidade de ocupações, radicada no cerne da produtividade econômica, evita que os indivíduos internalizem representações de si mesmos associadas a uma condição hierárquica inferior;

(b) a mesma mobilidade ocupacional, por sua vez, conduz a complexas relações em rede que só são possíveis em razão da presunção de que todos são iguais;

(c) para que o item anterior possa ser satisfeito, se faz necessário adotar um meio cultural e linguístico único, que denota a necessidade de centralização do estado como garantidor de acesso a padrões de cidadania, que garantem a dignidade, isto é, capacidade de empregabilidade;

(d) em sociedades fortemente hierarquizadas não há escolha quanto à ocupação – se é servo em tempo integral –, enquanto nas sociedades industriais o papel profissional é sempre temporário, senão apenas parte de sua identidade, esta só se completa quando assume suas escolhas pessoais;

(e) a favor da igualdade e da prosperidade está o sistema de seguridade social que torna as pessoas menos suscetíveis à pressão econômica;

(f) com o recuo das crenças que sancionam à desigualdade, a presunção moral da sociedade passa a ser regida pelo igualitarismo, que assume o ponto de referência dos conflitos;

---

<sup>286</sup> MERQUIOR, **Op.cit.**, 1982, p. 20.

<sup>287</sup> Id. *Ibidem*, p. 92.

(g) critérios relativos à desigualdade se tornam difíceis de serem restituídos em razão de que muitas atividades profissionais exigirem competências complexas que dependem do talento individual – como o próprio Merquior salienta: “Não é o que acontecia no passado – qualquer idiota podia ser um senhor feudal, mas nem todos podem ensinar física nuclear (diga-se de passagem, que o exemplo talvez não se aplique aos professores de ciências sociais...)”<sup>288</sup>;

(h) a qualificação necessária ao exercício profissional relacionado à burocracia, que passa se orientar por regras que tendem a afastar a influência do poder econômico *per si*, mormente em evitar que esse tenha a real capacidade de indicar para tais postos filiados aos seus interesses;

(i) a diferença entre aquilo que é caro ou barato é meramente simbólica em função de que a competição econômica propela a nivelar pelo alto a qualidade dos produtos e

(j) a natureza do poder é diferente nas sociedades industriais: pois, enquanto nas sociedades agrárias o poder se concentra na capacidade extrair parte daquilo que foi produzido pelas pessoas, na moderna divisão do trabalho o poder se encontra disperso, uma vez que a decisão quanto à ocupação econômica é de foro individual.<sup>289</sup>

Porém, Merquior não toma a questão de maneira linear como se a desigualdade tivesse deixado de existir. Já que “ainda subsistem diferenças de oportunidades – do ponto de partida – entre os membros das classes ricas e os egressos das camadas mais pobres.” E muito menos ignora que o capitalismo industrial em seus primórdios gerou novas formas de “exploração do homem pelo homem”<sup>290</sup>: negação de direitos sociais que, atualmente, se encontram amplamente difundidos. Tampouco deixa de reconhecer que “a desigualdade se oculta por trás da semelhança da cultura e do estilo de vida”, e estando relacionada à categoria de indivíduos, o conflito só vem à baila “só se essas possuem meios culturais para se identificarem – em outras palavras, se pelo menos parecem uma ‘nação.’”<sup>291</sup>

---

<sup>288</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>289</sup> Id. *Ibidem*, págs. 90-94.

<sup>290</sup> Id. *Ibidem*, p. 20.

<sup>291</sup> Id. *Ibidem*, p. 94

A perspectiva histórica em Merquior se mantém, ou seja, a industrialização deve ser vista em equilíbrio, pois dela se desprende tanto aspectos positivos como negativos do fenômeno complexo que foi e ainda é.

### 3.1.2 Capitalismo: lógica da ação individual

O prisma histórico-sociológico não será menos significativo na apreciação da economia como uma das dimensões mais importantes do progresso. Um progresso que Merquior situa como não conformado às visões unilinearistas, que tratam de descrever o progressivismo das sociedades humanas sobre uma moldura estritamente determinista, comumente referida à evolução biológica da espécie; mas que se passa em meio a uma visão mais abrangente, isto é, comportando diferentes multiníveis quanto à realidade social. Afirma Merquior: “a investigação causal da história da civilização não corrobora as fantasias organicistas e necessitaristas do evolucionismo.”<sup>292</sup> Resolutamente, nosso autor procura se afastar da noção evolucionista se prende a concepções estritamente deterministas. Em seu lugar, temos uma abordagem conceitual de progresso afeita à história, ou seja, particularmente no que se refere ao caráter indeterminado, senão, voltada ao resultado inadvertido, cuja matéria prima reside preferencialmente na ação humana. Assim,

“A história é sempre um plural de histórias – das histórias diferentes dos diversos setores e instituições que compõem cada unidade social de maior interesse. Do contato ou da colisão entre essas histórias heterogêneas resulta a mudança, muito mais do que uma misteriosa germinação interior.”<sup>293</sup>

A conclusão é que a mudança social não emana de uma condição vitalista inerente às estruturas sociais. A mudança seria, antes, exógena que puramente endógena, e em resposta a desafios apresentados por contextos diversos no curso histórico, onde motivações internas inexistem sem íntima relação com o externo. Essa visão antideterminismo estrito acerca da evolução social carrega, ainda, um significado político, e em face às liberdades: isto é, contrária a visões políticas que tendem ao planejamento central absoluto como diretriz de governo. No que diz respeito às

---

<sup>292</sup> Id. Ibidem, p. 33.

<sup>293</sup> Id. Ibidem.

liberdades, para Merquior a defesa destas está em conjugar uma lição tipicamente relacionada com a obra de Hayek. Nesta, o fator mais decisivo não é a previsibilidade, mas a espontaneidade, – aquilo que “jamais poderia ser totalmente planejado”<sup>294</sup>, sendo este o resultado dos abusos do intelectualismo irresponsável, cego ao “fato de que a mente humana é a fonte da cultura só contem metade da verdade.”<sup>295</sup>

A partir dessa mirada, Merquior vai examinar a economia sob um perfil histórico-sociológico devotando, primeiro, atenção ao plano institucional.<sup>296</sup> Desse modo, a economia referida ao progresso, é “um imenso agregado de inventos e empreendimentos que aumentam extraordinariamente o domínio humano sobre a natureza e o bem-estar individual e coletivo.”<sup>297</sup> Não existe para Merquior nada parecido com uma direção unívoca, mas tão somente resultados que refletem a ausência de um plano racional. Nesse prisma, a economia de mercado seria a manifestação por excelência do acúmulo de milhares de decisões individuais que perfazem cenários emergentes. Segundo Merquior, “o triunfo da economia como esfera autônoma do comportamento social” está ligado a um tipo de ação social. Trata-se da “Zweckrational” de Weber, a razão instrumental que impele o indivíduo de acordo com os fins. Somos lembrados que o autor de “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1922) jamais afirmou que os tipos de ação social predominariam em estado puro. No entanto, Weber observara que no ocidente, o surgimento do capitalismo e das burocracias estatais levou ao uso rotineiro da ação instrumental. De tal modo que a cultura moderna passou a ser guiada por uma perspectiva de *racionalização* em que o agir social não tem mais como princípio a tradição, a afetividade ou o que Merquior chama de absolutos de crença.<sup>298</sup>

A despeito da crescente influência da razão instrumental em áreas tão diversas como no comércio, na arte da guerra, na produção e nos estados, ainda assim não foi

---

<sup>294</sup> Id. Ibidem, 35. A visão valorativa de Hayek da espontaneidade como característica da evolução da sociedade pode ser vista em várias de suas obras, aqui indicamos, preferencialmente, **The Fatal Conceit: Errors of Socialism**, London: Routledge, 1988.

<sup>295</sup> Id. Ibidem.

<sup>296</sup> Id. Ibidem, p. 41.

<sup>297</sup> Id. Ibidem, p. 39.

<sup>298</sup> Como, ainda, destaca Merquior, a noção de Weber de que os tipos ação social na maioria das vezes caminham lado a lado, pode ser contemplado no fato de que “no início dessa evolução [moderna], um recrudescimento do agir pautado pela crença em absolutos, [ou seja] a ética puritana de salvação, motivara profundamente as elites econômicas da Europa ocidental a adotar formas ‘racionalizadas’ de gestão, porque o sucesso nos negócios passou a ser interpretado como indício da graça divina.” Id. Ibidem, p. 42.

capaz de circunscrever os mais variados aspectos da vida social. Merquior salienta que esse tipo de ação social se acomodou a fins específicos. O que, por sua vez, fora decisivo para o recuo das visões teleológicas. Pois, “à medida que o capitalismo permeava a cultura moderna, mais e mais recuava a influência efetiva das visões unitárias do Bem Comum, que durante tanto tempo haviam animado a ideologia religiosa do ocidente.”<sup>299</sup> Na avaliação de Merquior, a “racionalização da cultura” foi antes contida que expansiva, e por esse motivo seria um bom exemplo da presença do indeterminado em relação ao progresso.<sup>300</sup>

Merquior nota, ainda, que o capitalismo pode ser descrito como o fenômeno em que predomina a ação de tipo prático, em contrapartida este não será menos significativo enquanto “um longo processo de afrouxamento do controle social sobre a atividade econômica.”<sup>301</sup> De acordo com essa perspectiva, Merquior argumenta que

“A história do progresso econômico tem sido, nesse sentido, uma longa crônica da liberdade, que conta com toda uma série de regras impositivas e proibitivas que se foi convertendo numa coleção de regras puramente protetora da livre empresa. Desde a permissão de proceder o escambo com estrangeiros, ainda no universo tribal, ao reconhecimento da propriedade privada, especialmente da terra, à autorização de variar os preços fixados pela tradição, ou praticar a usuras e às garantias que cercam as obrigações contratuais, a civilização tem levantado sanções contra o livre exercício da economia – tem *legitimado* a atividade econômica onde antes ela era inibida por critérios fundados em místicas do Bem Comum.”<sup>302</sup>

Faz-se necessário o esclarecimento que nesse tópico Merquior traz à baila uma tradição de pensamento que remonta aos primeiros liberais do iluminismo anglo-saxão e escocês, como John Locke (1632-1704), Adam Smith (1731-1790), David Hume (1711-1776), Adam Ferguson (1723-1816) que se puseram refletir sobre a transição de uma sociedade aristocrática para a comercial e, mais tarde, industrial. O que se torna, finalmente, claro para esses pensadores não era somente a importância em termos econômicos, mas as consequências sociopolíticas da divisão do trabalho. Como sublinhou um desses pensadores, Ferguson, e não sem um forte senso de hesitação e dúvida: “Mas separar as artes que forma o cidadão e o homem de Estado, as artes do

---

<sup>299</sup> Id. Ibidem, págs. 42-3.

<sup>300</sup> Id. Ibidem, p. 43.

<sup>301</sup> Id. Ibidem.

<sup>302</sup> Id. Ibidem.

governo e da guerra, é uma tentativa de desmembrar o caráter humano e destruir essas próprias artes que queremos aperfeiçoar.”<sup>303</sup> Em tradução, a questão principal dizia respeito sobre as implicações de uma sociedade mais e mais *civilizada*, onde grande parte da vida social gira em torno do comércio do que da honra marcial, e que permitiria a formação de uma classe ao qual caberia à aplicação da coerção legítima como uma especialidade monopolística.<sup>304</sup> Assim, a reviravolta que se completaria com o industrialismo, induzindo à delegação da atividade militar para especialistas em governo e guerra. A natureza da moderna divisão do trabalho é que está por trás da simbiose estado centralizado versus sociedade civil, sendo que está última significa tanto uma comunidade política pluralística, quanto um regime de economia de mercado descentralizado.

Dessa tendência geral, a ênfase de Merquior recai, ainda que discuta as possíveis divergências da perspectiva plurissecular da teoria social do século XIX, sobre autores como Herbert Spencer (1820-1903) e Émile Durkheim (1858-1917), ou seja, sobre o reconhecimento de “uma redução geral da pressão da sociedade sobre o indivíduo.”<sup>305</sup> Para Merquior a ocorrência principal se deu em razão da mudança de tipo de regulação social em termos de conduta: “onde outrora as normas sociais coíbiam e pressionavam o indivíduo, elas passaram a permitir e estimular sua iniciativa; e sobretudo em dois campos: o do empreendimento e o da busca de conhecimento.”<sup>306</sup> Assim, o significado histórico do capitalismo para Merquior está intimamente relacionado à divisão social do trabalho como princípio constitutivo da modernidade que, ao engendrar maior eficiência pela via da ação prática, conduz à institucionalização da economia de mercado.

### **3.1.3 Padrões históricos: Da guerra ao comércio (Ou sobre a poder militar prevacente na sociedade antiga)**

Não é por menos que, dado primazia sociológica conferida ao capitalismo, Merquior se voltasse a um tema que preocupou a maioria dos pensadores sociais dos

---

<sup>303</sup> FERGUSON, Adam. **An Essay on the History of Civil Society**. London: Farnborough, 1969, p. 114.

<sup>304</sup> Gellner nota que outro teórico da civilização, Ibn Khaldun (1332-1406), antecipou, como “simples fato”, como os produtores se viam destituídos do aparato coercivo, ver **Condições de Liberdade**, 1996, pgs. 59-74. Esse tema em Khaldun se encontra em: **Os Prolegômenos ou Filosofia Social II**. São Paulo: Ed. Comercial Safady LTDA, 1959, Tomo segundo, 3ª parte, capítulo L, págs.133-148.

<sup>305</sup> MERQUIOR, **Op.cit.**, 1982, p. 44.

<sup>306</sup> Id. *Ibidem*.

séculos XVIII e XIX. O aspecto central que subjacente é que o princípio da organização coletiva se pautava por uma dimensão sucessória que ia da conquista para o comércio; que como tal, definiria as linhas gerais da história da civilização.<sup>307</sup> Assim, Merquior recorda que no início do século XIX Benjamin Constant escreveu que a guerra, como o comércio, levava ao mesmo resultado, ou seja, “a posse do que se deseja.”<sup>308</sup> Para pensadores como Montesquieu, Tocqueville, Spencer ou como o próprio Constant, a diferença principal entre as sociedades antigas e modernas, é que as primeiras eram geralmente guerreiras, e as segundas eram mercantis.<sup>309</sup> Por exemplo, Merquior destaca que para Spencer, no mundo antigo a sociedade era dominada pelo poder bélico do estado que atuava mediante a cooperação compulsória, vislumbrando nesta as origens do estado centralizador.

Todavia, Merquior passa ao largo de ignorar a questão econômica por trás da organização militar das sociedades antigas, tal como fizera Spencer e, também, Marx e Engels. O paradoxo é que, por um lado, se os impérios abrangiam grandes extensões e povos muito diversos, que tornava impossível a estabilidade pela via exclusivamente econômica; de modo que o elemento econômico propriamente dito não gozava da interdependência comum à sociedade moderna, de forma que as transações econômicas se davam em um ambiente social parcialmente isolado. Comente Merquior: “A economia antiga era, assim, uma economia, no essencial de subsistência.”<sup>310</sup> Por outro lado, Merquior ressalta a existência de um o alto grau de monetização, além de que sua produtividade estava ancorada em áreas agrícolas em que o emprego do trabalho escravo era a norma social. Tais características, tal como acredita Merquior, deve-se à preponderância do poder militar que, como verificado pelo sociólogo Michael Mann<sup>311</sup>, corroboraria a visão de Spencer.<sup>312</sup>

Dessa forma, Merquior distingue os três principais raios de interação social vigentes nos impérios da antiguidade até o Renascimento a partir o estudo clássico do historiador americano Owen Lattimore sobre a China imperial. Teríamos, então, três dimensões de relações sociais, a primeira, e de maior abrangência, seria a militar, a

---

<sup>307</sup> Id. *Ibidem*, p. 45.

<sup>308</sup> Id. *Ibidem*, p. 46.

<sup>309</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>310</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>311</sup> MANN, Michael. **The Sources of Social Power, vol. I.: A History of Power from the Beginnings to 1760 AD**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

<sup>312</sup> MERQUIOR, *Op.cit.*, 1982, p. 47.

segunda seria a esfera burocrática, enquanto a terceira e, obviamente, de influência mais reduzida seriam as relações econômicas.<sup>313 314</sup>

Para Merquior a conclusão não é outra senão que na história da civilização a integração de território estava atrelada ao poder militar e não a fatores econômicos. O significado disso, por si só, é que economia não constituía uma esfera plenamente autônoma em razão da proeminência militar; sendo por esse motivo vulnerável a invasões que, à medida que se adensavam, tornavam as sociedades mais frágeis e sujeitas ao colapso em razão da excessiva carga fiscal.<sup>315</sup>

Por esse motivo, Merquior situa o “salto do progresso” no âmago da moderna divisão do trabalho. Já que “o princípio da conquista” nunca chegou perto do nível de produtividade visto nas sociedades guiadas pelo “princípio do comércio”. E acerca dessa perspectiva, nosso autor, se coloca ao lado dos liberais históricos que se pronunciaram a favor do comércio e contra a guerra, pois somente a primeira seria o verdadeiro motor da evolução social.<sup>316</sup>

### 3.1.4 Mercados em rotação

Em Merquior o corolário fundamental da dinâmica econômica é o mercado. Nesse sentido, o autor nos oferece breves discussões da gênese do mercado na Europa, cujo ponto de inflexão teria ocorrido com o surgimento das cidades medievais, “aglomerações tipicamente mercantis e manufatureiras, centros de artesanato, comércio e finança.”<sup>317</sup> A simbiose desses mercados citadinos com o capitalismo só veria a ocorrer com o incremento do comércio em larga escala; tal como se deu nas cidades italianas da Renascença, onde se assistiu um adensamento da acumulação financeira que acabou por ser difundido em direção do noroeste da Europa; e que, por sua vez, foi responsável pelo

---

<sup>313</sup> Id. Ibidem. p. 47.

<sup>314</sup> Sobre este tópico na obra de Owen Lattimore ver **Studies in Frontier History**. Oxford: Oxford University Press, 1962. Recentemente, o presente tema voltou a ser amplamente confirmado pelo historiador Peter Turchin que, ante uma abordagem afeita à teoria da complexidade, chamada de *cliodynamics*, demonstrou a natureza bélica pelo qual se bate a vida social dos impérios em ciclos de guerra-paz-guerra, já indicado no próprio título do livro em inglês: **War & Peace & War**. New York: New York, PI Press, 2006 (Ver especificamente parte I: **Imperiogenesis – The Rise of Empires**).

<sup>315</sup> O estudo de Norma Musco Mendes é paradigmático nesse sentido, ver: Op. cit., 2002.

<sup>316</sup> MERQUIOR, **Op.cit.**, 1982, p. 48.

<sup>317</sup> Id. Ibidem. p. 48.

surto das grandes feiras que levaram ao uso rotineiro da moeda como meio de compra e venda.<sup>318</sup>

Nos rastros dessa síntese em que uma coisa leva a outra, Merquior chama nossa atenção para o fato de que o uso de meios monetários culminou na figura do cambista, “ao mesmo tempo em que as contínuas necessidades financeiras dos nascentes estados nacionais, enriqueciam banqueiros, prestamistas e coletores de impostos.”<sup>319</sup> Com efeito, a mudança definitiva se dá quando as transações irregulares que aconteciam nas feiras passam a acontecer em lugar próprio, no espaço das bolsas, generalizando as trocas mobiliárias.<sup>320</sup> Mas como Merquior reconhece, a acumulação de capital em torno desse mercado nascente seria diminuta comparada posteriormente ao capitalismo moderno, e que só ganharia um impulso decisivo com a expansão comercial alavancada pelas Descobertas do Portugal da Casa de Aviz e da Espanha dos Áustrias. O paulatino crescimento do mundo burguês no norte da Europa que, como comenta Merquior, sucederia as cidades italianas em matéria de prosperidade, resultou na primeira “economia-mundo”, ou seja, um entrelaçamento do mercado que se deu a partir de distintas inovações (por exemplo: a invenção do cheque em Florença, da contabilidade em Veneza ou da contabilidade em Veneza)<sup>321</sup> que, associadas à novidade das incursões transoceânicas elevaram à economia a uma escala superior aquela até então radicada nas trocas comerciais realizadas ao largo do mundo mediterrâneo.<sup>322</sup>

Para Merquior, o valor do mercado perfaz um conjunto de aspectos cruciais à dinâmica econômica. Sem embargo, através do princípio clássico que rege o mercado, o jogo da oferta e da procura, é o mecanismo que melhor garante o uso efetivo dos fatores de produção. O autor, porém, não se filia à visão simplória da teoria econômica neoclássica quanto capaz de assegurar um equilíbrio entre esses dois polos. A perspectiva de Merquior é que o mercado é superior porque “demonstra ser o meio mais racional de distribuir recursos e dirigir investimentos”, bem como em face ao lucro, também “é o melhor indicador da minimização dos custos.”<sup>323</sup> Contrastado ao dirigismo econômico, a vantagem do mercado reside no fato deste decorrer da escolha individual, pois, como afirma Merquior, “nenhum plano econômico consegue acompanhar a

---

<sup>318</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>319</sup> Id. *Ibidem*, p. 49.

<sup>320</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>321</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>322</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>323</sup> Id. *Ibidem*, p.50.

conteúdo: (a) o ritmo da inovação tecnológica; e (b) os movimentos, intrinsecamente flutuantes, da procura.”<sup>324</sup>

O problema em relação ao dirigismo não seria um caso de impossibilidade “teórica”, como o próprio Merquior reconhece. Pois, para um economista socialista como Oskar Lange um comitê central de um estado socialista teria condições de atuar de modo racional em razão de que os planejadores terem à sua disposição as mesmas informações que os agentes produtivos. Assim, as flutuações de preços seriam substituídas por inventários corriqueiros sobre a escassez relativa ou a abundância dos bens. Posteriormente, Lange viu no advento da informática a possibilidade de ver confirmada sua teoria, permitindo que o planejamento galgar um patamar de computação superior ao mercado.<sup>325</sup>

No entanto, Merquior contrapõe à teoria de Lange alguns aspectos de natureza “prática”. Como, por exemplo, o fato de que a “qualidade da informação” poderia se perder devido aos conflitos de interesse comuns ao burocratismo. Além disso, Merquior no momento em que escreveu tais linhas, e ainda em que acreditasse que a questão estivesse decidida a favor do planejamento, comenta: “os reflexos das economias de comando permanecem lentos demais; e o campeonato da eficiência econômica continua tranquilamente nas mãos do mecanismo de mercado.”<sup>326</sup>

Para Merquior, “o mercado funciona – imperfeitamente, é óbvio, mas funciona. E só onde ele funciona, funciona a economia.”<sup>327</sup> E não deixa de frisar que o mercado “comporta frequentemente vários desperdícios.”<sup>328</sup> Mas, em comparação às economias de comando, seus efeitos são muito mais desastrosos do que seriam caso as decisões emanassem de ações individuais. Nesse sentido, Merquior afirma que “a história econômica dá razão a von Mises: geralmente falando, numa economia de comando, os governos nunca asseguram decisões econômicas racionais.”<sup>329</sup> A comprovação estaria na própria realidade da época:

---

<sup>324</sup> Id. Ibidem, p. 51.

<sup>325</sup> Id. Ibidem.

<sup>326</sup> Id. Ibidem, p. 52

<sup>327</sup> Id. Ibidem, p. 53.

<sup>328</sup> Id. Ibidem.

<sup>329</sup> Id. Ibidem, p. 54.

“A economia soviética repete, ano após ano, desempenhos deploráveis;<sup>330</sup> a Cuba de Castro ainda não conseguiu alcançar as colheitas de cana-de-açúcar do tempo de Batista; os únicos países socialistas que apresentaram boas taxas de crescimento econômico são aqueles que, como a Hungria, restabeleceram a economia de mercado em tudo exceto o nome, ou que, como a República Democrática Alemã, operam um sistema produtivo imbricado na economia ultraliberal da República Federal da Alemanha... Mas os casos mais vigorosos de crescimento, tanto mais notáveis quanto ocorridos em plena conjuntura mundial recessiva, são constituídos pelos países da chamada franja sínica: Cingapura, Tailândia, Coréia do Sul, Malásia – todos adeptos resolutos do respeito ao mercado, e todo possuidores de elites empresariais desinibidas. Sem falar, naturalmente, no paradigma do ‘milagre econômico’, o Japão. Ou nos instrutivos contratos africanos: o rápido desenvolvimento, movido a livre empresa, do Quênia, ao lado do arrastado crescimento da Tanzânia socialista; a prosperidade capitalista da Costa do Marfim, contra a pobreza socialista da vizinha Guiné. E quem progrediu na América Latina? O Brasil e a Venezuela, ou o experimento estatista da “estatocracia” peruana sob Velasco Alvarado? A reforma agrária capitalista da Venezuela, ou a descapitalização do campo no regime militar socializante de Lima?”<sup>331</sup>

O pensamento merquioriano comporta, porém, nuances que o afastam de uma defesa acrítica do mercado. Por exemplo, para Merquior “o mercado não pode, por si só, prover tudo de que uma sociedade moderna necessita. O mercado se rege por critérios de eficiência e rentabilidade, não de justiça e equidade.”<sup>332</sup> De um lado, se o mercado é uma força social sem paralelo no que tange a *criação de riqueza*, por outro, como afirma Merquior, está longe de ser “um mecanismo competente de *distribuição de renda*”.<sup>333</sup> Subjaz a essa conclusão o fato de que ao mercado não concorreria à realização de alguns dos preceitos ético-sociais necessários à realidade da sociedade moderna. Porém, as medidas corretivas aplicadas não podem resultar em dano à liberdade econômica. Já que “o mercado não é nocivo – é apenas insuficiente para certos fins do homem, como, principalmente, a redução das desigualdades de ponto de partida existente entre os indivíduos em virtude do berço ou da educação.”<sup>334</sup>

---

<sup>330</sup> A fonte de Merquior, como se pode observar em sua biblioteca (Col. JGM/CCBB-RJ) é Alec Nove, ver: **A Economia Soviética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1963; **The Soviet Economic System**. London: Allen and Unwin Ltd, 1979 e **The Economics of Feasible Socialism**. London: Allen and Unwin Ltd, 1983.

<sup>331</sup> MERQUIOR, **Op. cit.**, 1982, p. 54,

<sup>332</sup> Id. *Ibidem*, p. 55.

<sup>333</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>334</sup> Id. *Ibidem*.

Como se não bastasse, Merquior chega a indicar que, por si só, o mercado está longe de ser o garantidor da eficiência econômica. Essa só pode ser assegurada em um contexto onde se estabeleceu uma base institucional sólida em que os agentes econômicos estão diretamente envolvidos na sua construção. E passa a comentar um caso muito debatido naquele início da década de 80: o declínio da economia americana frente o crescimento japonês.

Para Merquior, a explicação para a queda de produtividade da economia americana se devia ao fato desta ter se tornado avessa ao risco, cuja principal causa, seria a queda de qualidade da formação das elites gerenciais americanas frente a suas congêneres japonesas. Nesse debate, o autor não se prende apenas, como fora comum à época, a variáveis que ressaltavam o zelo da cultura japonesa pela ética do trabalho ou em função do que seria uma suposta inclinação em explorar novas fronteiras tecnológicas. O aspecto decisivo que fizera do Japão uma potência econômica estava na “observância das leis de mercado”; que não fizera daquele país nem um paraíso do *laissez-faire*, porque dotado de uma cultura de planejamento estratégico, mas nem por isso deixou de evitar a propensão dirigista.<sup>335</sup>

Não menos importante foi à atenção dispensada por Merquior a crise do capitalismo. Nesse tópico Merquior se afasta da miragem apocalíptica tão comum naquele contexto que, ao sublinhar a propalada “agonia do capitalismo”, terminava por afirmar que a cada crise, mais próximo se avizinhava o socialismo.<sup>336</sup>

A crise real que Merquior tinha mente naquele momento era dada pelo conjunto das variáveis responsáveis pela recessão iniciada em 1973-74. Nesse quadro foram decisivas variáveis como, a alta do preço do petróleo, a quebra de safra agrícola de 1974, o decréscimo produtivo das economias do norte devido às medidas anti-inflacionárias visando conter a elevação dos preços das matérias-primas; as “mutações tecnológicas”, cujo impacto na produção nem sempre resultava na imediata geração de empregos similar ao que seu viu na indústria automobilística americana entre 1910 e 1920. Por seu turno, a adoção de medidas de proteção ao meio ambiente ajudava, também, na elevação dos custos de produção e, por último, “a política do dólar”, isto é, desvalorizações

---

<sup>335</sup> Id. *Ibidem*, págs. 55-7.

<sup>336</sup> Id. *Ibidem*, p. 58.

repentinhas, seguidas por oscilações cambiais renitentes que contribuíram para “exportar” a inflação.<sup>337</sup>

Em resumo: para o Merquior, dublê de analista econômico, a crise que tomara o espaço da preocupação política daquele período, tinha por marca dentre as mais profundas precisamente a estagflação – a associação entre inflação alta e estagnação industrial.<sup>338</sup>

Já o outro quadro de fatores descrito por Merquior ressalta seu pendor para a análise sociológica. Na reflexão merquioriana sobre a crise do capitalismo, a validade da perspectiva conjuntural deve ser associada a um quadro estrutural. E esse deve ser buscado “na própria evolução estrutural da economia americana”.<sup>339</sup> Uma mudança dada pelo termo sociedade pós-industrial, que se tornara muito difundindo a partir da obra de Daniel Bell<sup>340</sup>, onde o setor terciário da economia, voltado para a oferta de serviços, cresce muito mais que o setor fabril. Segundo Merquior, por trás desse processo estão à emergência da “sociedade do lazer” e a política do “welfare state”; à época, esta última fizera os gastos do estado alcançar mais 30% da produção nacional contra 10% em 1930.

Assim, comenta Merquior:

“Enquanto isso, no plano político, a aliança do “big business” com “big labor” – impôs uma elevação paulatina de preços e salários. Washington vive dividida entre ao alastramento da “crise fiscal do estado” beneficente e os ímpetus da “reaganeconomia”: decisões, de dúbia execução, de cortar gastos do governo, combinadas com reduções de impostos destinadas a revigorar os investimentos sem que, porém, opções industriais modernizadoras tenham sido tomadas, até porque a filosofia neoliberal do governo não favorece o planejamento econômico.”<sup>341</sup>

Nosso autor, assim como os “liberals” americanos que cita, especialmente, Emma Rothschild, segue a opinião de que o governo Reagan não seria bem sucedido em desfazer o “keynesianismo” rooseveltiano. Primeiro porque, como já registrado acima, a estrutura de serviços crescia acima da produção industrial. E, segundo, a ética do

---

<sup>337</sup> Id. Ibidem, p. 60.

<sup>338</sup> Id. Ibidem, págs. 60-1.

<sup>339</sup> Id. Ibidem, p. 61.

<sup>340</sup> BELL, Op.cit., 1973.

<sup>341</sup> MERQUIOR, **Op. cit.**, 1982, págs. 62.

trabalho em sua vertente puritana se encontrava ausente em meio aos empreendedores, bem como nos trabalhadores; de modo que a acumulação proveniente de um comportamento ascético já não podia ser entronizada a favor de “um espírito de reconquista produtiva.”<sup>342</sup>

O próprio Merquior recorre ao ultraconservador Irving Kristol à procura de um argumento contrário.<sup>343</sup> Este seria que, embora “nem todos tenham alma de empresário pioneiro”, bastava somente que uns poucos membros da sociedade fossem capazes de criar riqueza e emprego; pois essa teria sido a tônica da história do capitalismo desde seus os primórdios – fomentado desde sempre por uma elite de empreendedores. Não satisfeito, Merquior replica, informando que o contexto no qual os empresários da segunda metade do século XIX se formaram já não estava mais disponível. Em seu lugar, tínhamos uma nova combinação de fatores de extrema complexidade que tornavam a alavancagem de uma fábrica muito mais difícil do que no passado, senão, “fora do alcance e controle de qualquer indivíduo isolado.”<sup>344</sup>

Contudo, há uma recusa a tomar favor de qualquer atitude antimercado. A despeito das várias dificuldades econômicas projetadas naquele momento histórico, a crítica merquioriana não crer na possibilidade de que o *essencial* das decisões econômicas devessem ficar a cargo de um comando central. Uma vez que o autor julga que tais decisões estão melhor amparadas pela intuição do indivíduos, intrinsecamente, mais criativas na descoberta de novas oportunidades, tal como se sucedeu com a revolução da informática. Afinal, esta

“não tem sido só um derivado direto do progresso da ciência e da tecnologia – tem sido também o fruto de um dinamismo *econômico*, aliás, tanto mais notável quanto contrastante com a queda geral da produtividade americana nas indústrias tradicionais.”<sup>345</sup>

Nesse sentido, não paira dúvidas de que no campo econômico o liberalismo de Merquior constitui uma ampla defesa da economia de mercado como uma força social cuja raiz está na natureza humana na busca pela inovação ou, como colocar o autor, pelo

---

<sup>342</sup> Id. Ibidem, p. 62-3.

<sup>343</sup> Merquior recorre, especificamente, ao livro **Capitalism Today**, Bell & Kristol (Editors). New York: New American Library, 1971 in **Col. JGM/CCBB-RJ**.

<sup>344</sup> MERQUIOR, **Op. cit.**, p. 63.

<sup>345</sup> Id. Ibidem, p. 64.

*progresso*. Sem que antes deixar de ser a marca que singulariza o caráter mutável das modernas sociedades industriais.

## 3.2 A Via Democrática

### 3.2.1 Retorno às fontes clássicas

A conduta que Merquior emprega com respeito à democracia, não será diferente do que temos visto até aqui, isto é, imbuída de um profundo senso de análise histórica. Pela ótica merquioriana, o significado que se procurará conferir à democracia só pode ser plenamente apreendido se remontarmos a uma característica ancestral que, presente desde a experiência pioneira da Atenas clássica, está fortemente delimitado pelo princípio da igualdade política.<sup>346</sup> Não é outra a intenção de Merquior senão estabelecer “o exercício da liberdade política” como o critério fundamental à definição dos regimes democráticos. Assim, a lógica central, radicada àquilo que os gregos chamaram de “o governo de muitos”, amparava-se na experiência política cidadã de base igualitária. Sem que o próprio autor deixasse de reconhecer, que, no período em questão, tal princípio era restrito aos homens livres, ainda que a presença destes fosse majoritária no espaço da polis.<sup>347</sup>

Desse modo, Merquior dispõe de uma perspectiva que lhe permite ser fiel a sua tese fundamental: expor “A Natureza do Processo”. Uma abordagem que requer tanto atenção à longa duração, como às descontinuidades e rupturas. Por outro lado, evitava possíveis exacerbações conceituais. Principalmente aquelas com que vinha se deparando no cenário da liberalização brasileira<sup>348</sup>, e que acabavam por conferir à democracia aquilo que jamais poderia ser. Daí a crítica precoce de Merquior a ideia de democracia “para o povo”, pois o espírito prevalecente deveria ser de “pelo povo”. Ressaltando que as chamadas “democracias populistas” tanto em sua realidade política quanto social terminavam por levar a regimes antidemocráticos. E, não se furta de recorrer ao mundo helênico, em que “os vários tiranos que as cidades gregas conheceram, lideraram

---

<sup>346</sup> Id. *Ibidem*, p. 64.

<sup>347</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>348</sup> Ver, por exemplo, as críticas de Merquior a respeito de projetos políticos que tentam conjugar democracia e marxismo in “**As Ideias e as Formas**”, principalmente o ensaio *Marxismo e Democracia*, p. 232.

regimes com frequência populares e até populistas – mas nem por isso nenhum espírito grego jamais os considerou governantes democráticos.”<sup>349</sup>

Os motivos de se ter a participação igualitária como ponto de partida deve-se a desatenção do pensamento político pós-clássico a esse aspecto. Para Merquior, na moderna teoria política teria reduzido a democracia a um “método” de governo, uma tendência que se atribui a Schumpeter.<sup>350</sup> Em geral, a ênfase nesse pressuposto faz-se a expensas da “participação igualitária em decisões vitais para uma dada sociedade”<sup>351</sup>, sem que esta implique em outra redução, que seria ignorar um conjunto de características que definem uma democracia, tais como: “liberdade de palavra e de associação, os mecanismos institucionais de controle de governo e de sucessão, etc.”<sup>352</sup> Por outro lado, Merquior nos oferece o exemplo contratante do “liberals” americanos, que ao valorizarem a “democracia social”, abdicam dos atributos políticos da democracia; que conformada somente à base social, nos priva de uma ampla riqueza histórica quanto à variedade de liberdades e direitos de relação igualitária e concernentes a processos decisórios.<sup>353</sup> Nesse sentido, somos alertados para o risco de que, ao negligenciar o substrato político da democracia. Simplesmente porque a experiência democrática que se quer entronizar desaparece ante a retórica populista.<sup>354</sup>

Porém, a preocupação de Merquior não se restringe a uma categoria meramente conceitual. Em complemento a esta, temos a importância destaca de um dado comportamento político afeito à experiência democrática que, sem esse, “a democracia, ainda que corretamente, não é senão uma nobre, mas abstrata ficção jurídica.”<sup>355</sup> Mais significativamente: “Democracia não é só conceito; é, sobretudo, uma conduta.”<sup>356</sup> E sobre a importância da conduta como dimensão da participação democrática, Merquior sublinha a relevância do paradoxo de Popper, que ao testemunhar a ascensão do nazismo, afirmou que regimes democráticos podem cometer suicídio, tal como ocorreu

---

<sup>349</sup> MERQUIOR, *Op. cit.*, 1982, p. 64.

<sup>350</sup> Id. *Ibidem*, p. 113-14.

<sup>351</sup> Id. *Ibidem*, p. 113.

<sup>352</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>353</sup> Id. *Ibidem*, p. 114.

<sup>354</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>355</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>356</sup> Id. *Ibidem*.

com a República de Weimar. A conclusão merquioriana a esse respeito é que “a democracia-conceito pode até ser vítima da falta de democracia-conduta.”<sup>357</sup>

Com efeito, a democracia em Merquior é um conceito-conduta. Por esse motivo, a ideia de democracia de nosso autor se reveste não apenas do que ela é de direito, mas também o vem a ser de fato, isto é, enquanto processo histórico-social. Nesse sentido, Merquior remete-nos mais uma vez a necessidade de compreensão acerca da legitimidade moderna. Assim, se o modo tradicional de legitimação da autoridade era definido por critérios externos e acima da vontade humana, com o surgimento da modernidade, essa passa a prevalecer categorias antropocêntricas de justificação do poder e da ordem<sup>358</sup>. Por exemplo, no âmbito do direito, a lei deixa de ser consequência da norma “cósmica” e passa a ser um objeto social. Merquior situa essa mudança no cerne da “ideia de contrato social (...) a partir de Locke, o desdobramento do velho tema do consentimento dos governados (...), na exigência liberal de escolha dos governantes pelos governados.”<sup>359</sup> O resultado prático da moderna teoria da legitimidade é que não existe *governo sem representação*, ou seja, o governo só existe se desprovido de qualquer véu mítico ou de sacralização do poder.<sup>360</sup>

Uma vez que a representação democrática se estabelece como princípio basilar da moderna legitimação, a exigência cada vez maior de racionalidade com respeito ao poder torna-se um padrão universal. Portanto, Merquior reconhece que um dos interesses legítimos da sociedade está na prestação de contas. Nesse ponto, o “poder que não presta contas racionalmente aos interesses da sociedade não é, aos olhos modernos, autoridade legítima e sim, ilícita coerção.”<sup>361</sup> No entanto, ainda que possamos, hoje, estarmos longe desse “ideal de transparência racional”, – pelo motivo de que nossa “ultracomplexa sociedade contemporânea” ter evoluindo para um número sempre crescente de agências governamentais –, e assim impedindo o cidadão de acompanhar de perto seu desempenho, isso não deve servir de justificativa a uma negação definitiva em prol de maior alcance participatório nas democracias.

---

<sup>357</sup> Id. Ibidem, p. 115.

<sup>358</sup> Id. Ibidem, p. 115.

<sup>359</sup> Id. Ibidem.

<sup>360</sup> Id. Ibidem, p. 116

<sup>361</sup> Id. Ibidem.

Para Merquior essa negação, que comumente habita o seio das avançadas tecnocracias, teria se esquecido de algo elementar:

“(…) que a técnica atua sempre legitimada por conhecimentos específicos, referentes a áreas bem delimitadas da natureza e da sociedade. Nem sequer o planejamento mais abrangente escapa a essa contingência. Em outras palavras: não há nenhum ‘saber técnico’ a nível global, ao nível das grandes opções sobre formas gerais de vida e sociedade”.<sup>362</sup>

Na concepção democrática merquioriana todo elitismo é visto como algo improcedente. Tendo em vista inclusive, a própria meritocracia, mesmo sendo compatível com o princípio da mobilidade social presente nas sociedades industriais, pois essas não deixariam de ser, enquanto elites, resultado da divisão do trabalho e da especialização compartimentada, o que as impediria de reivindicar o controle da sociedade.

Em Merquior, a raiz desse problema de natureza filosófico antropológico, estaria subjacente ao debate clássico entre Platão e Aristóteles. O primeiro realizou a defesa que perdura até hoje dos governos dos sábios, enquanto o segundo militou em defesa do governo da lei. A posição de Merquior é a favor de Aristóteles, porque este argumentara que o erro de Platão foi acreditar que a qualidade entre os homens pudesse transcender em uma invulgar constância de modo que justificasse a entrega do poder aos melhores. Mesmo os melhores ou que assim considerados, não detêm a totalidade do conhecimento. Por isso, a ampla distribuição do poder igualitária entre os cidadãos é preferível, porque se assenta em um primado socrático, que recuperado por Popper<sup>363</sup> como uma antiga preocupação com a limitação da autoridade, onde o principal imperativo é a consciência que devemos ter de nossa ignorância é, por si só, um atributo mais relevante do aquilo que julgamos conhecer. Logo, “a verdadeira alternativa macropolítica – sustenta Merquior – não é, por conseguinte, democracia ou tecnocracia – é democracia, ou ilegitimidade pura e simples.”<sup>364</sup>

---

<sup>362</sup> Id. Ibidem, p. 116-17.

<sup>363</sup> Dentre os vários textos de Popper sobre o tema, ver *Sobre Teoria da Democracia* in **Vida é Aprendizagem – Epistemologia evolutiva e sociedade aberta**. Lisboa: Edições 70, S/D.

<sup>364</sup> MERQUIOR, **Op. Cit.**, 1982, 117.

### 3.2.2 Democracia *encontra* o liberalismo e vice-versa

Um dos propósitos de Merquior, ao discutir o princípio da igualdade política, é verificar como a democracia é conexas ao liberalismo. Dessa forma, a tese merquioriana se move rumo a uma implicação lógica: se a democracia é regida pelo princípio da igualdade política, logo se faz necessário o postulado da universalização da cidadania. Por sua vez, essa só pode ser completamente satisfeita se munida do pressuposto da liberdade – uma condição presente, ainda que implícita, sendo que no mundo grego estava reservada aos homens livres. Merquior nos lembra, igualmente, que, se tal dimensão participatória na vida pública não for “simples caricatura”, então essa refletirá o exercício da liberdade política enquanto livre atuação individual emanada da liberdade civil.<sup>365</sup>

No encontro entre o princípio democrático com o liberalismo reside a mútua associação da liberdade política com a civil. Assim, Merquior assinala que não basta a cidadania ser a mais extensa possível se não

“garantir que o poder, mesmo que legítimo em sua origem social, não se torne ilegítimo pelo eventual arbítrio de seu uso, pela eventual invasão das liberdades civis. Logo, é preciso moderar o poderio do poder. Ora, isso é a própria essência do liberalismo.”<sup>366</sup>

O que temos aqui é a expressão mais cabal do que é o liberalismo segundo Merquior. Esse significado não se consubstancia no plano puro das ideias, mas atende às necessidades históricas de um contexto marcado pela democratização. Os primeiros contornos dessa visão estão delineados em um ensaio publicado na revista **Tempo Brasileiro** dirigida por Eduardo Portella, intitulado “O Argumento Liberal”<sup>367</sup>, coligido em obra homônima, ressaltando a importância que o autor conferia ao texto. Por esse motivo, as páginas de “A Natureza do Processo” não deixam de ecoar um dos aspectos mais importantes daquele momento inicial. Quando Merquior sempre deixar pairar o entendimento de que os liberalismos de outrora não estão acima da realidade presente, mas que sua sobrevivência enquanto pensamento depende da capacidade de dar

---

<sup>365</sup> Id. Ibidem, p. 118.

<sup>366</sup> Id. Ibidem.

<sup>367</sup> MERQUIOR, J. G. *O Argumento Liberal* in “O Discurso Liberal” PORTELLA, Eduardo (Dir.) RJ: **Revista Tempo Brasileiro**, abril-setembro de 1981, p.17-24.

respostas aos desafios do contexto atual, sendo esta que é a condição chave de sua renovação.<sup>368</sup>

Dito em outras palavras, não se trata de trazer á baila esta ou aquela configuração liberal de tempos passados, pensando que a realidade histórico-social na qual se originaram seja a mesma de agora. Muito menos sequer que aquilo que hoje chamamos de liberalismo esteja completamente desvinculado da tradição que o define. Ao contrário, pois tradição e mudança são mutuamente inclusivas e dependentes, de modo que a mudança não ocorre sem estrita observância à tradição, como essa não deve ser cega às transformações sociais. Por isso que Merquior ao defender que o primeiro princípio liberal é o constitucionalismo, – uma herança típica do liberalismo clássico –, não se esqueceria de salientar que a legitimidade dada por esse era uma condição necessária, mas não suficiente. A realidade contemporânea exigia bem mais de um princípio que, segundo Merquior encontrou seu auge na Inglaterra “Whig” ou na realidade brasileira da Primeira República.<sup>369</sup> Sem embargo, não pode haver “legitimidade fora do ideal democrático, o que supõe a universalidade da cidadania, dos direitos políticos, e não apenas – como na república de tipo ‘Whig’ – a dos direitos civis.”<sup>370</sup>

À primeira vista, nada mais próximo dos debates daquele período. Pois, a agenda daquele momento se erigiu sob dois pilares principais, um político e outro social; que, tendo a democratização como pano de fundo, não podia deixar de atender a duas demandas urgentes da sociedade brasileira: o restabelecimento dos direitos políticos de um lado, e do outro a universalidade da cidadania que, como se viu, veio a ser os dois grandes eixos norteadores fundamentais à grande discussão constitucional da segunda metade da década dos 80. E já em 1981 Merquior identificou claramente este padrão: “Não é só a segurança do indivíduo que se consagra; é também o seu direito de participação política (para não falar de certos direitos sociais).”<sup>371</sup>[Grifo nosso] Logo, se o liberalismo quiser ser o argumento por excelência da política moderna, deverá aceitar o primado da democratização, representado por um amplo leque de direitos civis, políticos e sociais em que figuram na síntese entre não impedimento e participação política.

---

<sup>368</sup> Id. Ibidem, 17.

<sup>369</sup> Id. Ibidem.

<sup>370</sup> Id. Ibidem.

<sup>371</sup> Id. Ibidem, p. 17-8.

Desse modo, o perfil assumido pela crítica de Merquior tem por objetivo principal se contrapor a ordem que se começava a deixar para trás, aquela onde preponderou o poder arbitrário dos governos militares. Uma ordem que, amparada na competência tecnocrática, fez da participação política uma miragem em termos de direito, não sendo menos precária na área econômica; principalmente ao entronizar um crescimento que, coincidente à passagem de uma sociedade rural para urbana, relegou grandes contingentes da população à margem de níveis básicos de bem estar social. Daí não ser gratuito Merquior evocar o liberalismo, preferencialmente, como um *argumento*. Pois, a premissa chave aí embutida ressalta a defesa da liberdade de expressão como valor maior sem o qual inexistem quaisquer visões políticas – seja liberal ou contrária. No que essa comporta de um entendimento sobre o direito do indivíduo á deliberação que não é só privado, mas também público. E, enquanto tal, esse direito não se dá senão pela via do argumento; que, tomado em seu significado etimológico originário do latim, – *argumentum*, composto do verbo *arguere* e tendo por raiz *arg*<sup>372</sup> – significa justamente “deixar claro” ou “iluminar por si”. Assim, a finalidade precípua da crítica liberal merquioriana consiste em “dar brilho”, em esclarecer o que jazia no escuro, cristalizado através de um debate político que se quer racional como pavimentado por verdades provisórias, atributos inerentes à construção de uma sociedade democrática.

Nesse sentido, Merquior lembra que, se por um lado o liberalismo clássico se bateu pela chancela do controle do poder, por outro só mais tarde descobriu “a inteligência de outro aspecto-chave do processo democrático: a legitimação e domesticação do conflito político-social.”<sup>373</sup> Nesse acordo, nenhuma definição estrita de democracia pode ignorar a importância admitida em relação ao reconhecimento amplo do caráter irreduzível do conflito social.<sup>374</sup>

A posição histórica da democracia moderna estaria lastreada pela contenção do conflito. Nesse âmbito, a ação decisiva decorre da institucionalização de um conjunto de normas que evitem o uso da violência como solução das disputas políticas. Para Merquior a reflexão de cunho democrática trouxe o aprofundamento de uma questão que o liberalismo clássico julgava resolvida por meio de “uma visão ingenuamente contratual do fenômeno das divisões de classes”, ao passo que o marxismo encarava a

---

<sup>372</sup> CUNHA, Antonio Geraldo Da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. RJ: Ed. Nova Fronteira, 2ª edição, 10ª impressão, 1998.

<sup>373</sup> MERQUIOR, **Op. cit.**, 1982, p. 119.

<sup>374</sup> Id. *Ibidem*.

realidade social como resultado de conflitos insolúveis.<sup>375</sup> O fato é que, enquanto uma visão via a ordem como um inequívoco consenso, a outra a negava. Porém, em ambos os casos não se compreendeu que a esfera do consenso, ainda que relativa, e mesmo formal à vida coletiva, podia permitir a emergência de respostas convergentes, porém não necessariamente uniformes.

Nesse passo, a democracia não pode se reduzida somente a uma “cultura política”. O cuidado de Merquior adota aqui visa evitar abordagens culturalistas que veem o consenso pelo consenso, ao invés de compreendê-lo como resultado das relações de poder. Todavia, essa observação não impede a “existência de consensos realmente democráticos.”<sup>376</sup> Mesmo a “vontade geral” de Rousseau, que Merquior lembra ter sido injustamente chamada de totalitária, era assegurada mediante deliberação em assembleias em que todos são reconhecidos como iguais. E muito embora tenha considerado “O Contrato Social” como o exemplo mais eloquente a favor da igualdade política, “(...) perfeitamente estimulante para a imaginação política”<sup>377</sup>, Merquior não toma qualquer posição que indique uma mitologização do consenso. Nas democracias o consenso é válido como “ponto de partida”, nunca o ponto de chegada, e muito menos com respeito a uma verdade final.

### **3.2.3 Democracia direta e representativa**

A compreensão da natureza dos modernos regimes democráticos não se esgota em retornar às fontes clássicas ou mapear os paralelos existentes entre liberalismo e democracia. Urge também atentar para um quadro que opõe a democracia antiga à moderna, e que, mais uma vez, só pode ser distinguindo mediante suas condicionantes históricas.

Assim, Merquior começa observando que a democracia direta se desenvolveu em um espaço social específico, cujo território provavelmente não excedia de um grão-ducado. A realidade democrática da Atenas clássica “era um rito de grupo primário”, isto é, se assemelharia à convivência entre habitantes de uma aldeia, em que todos

---

<sup>375</sup> Id. Ibidem.

<sup>376</sup> Id. Ibidem, p. 120.

<sup>377</sup> Id. Ibidem.

partilham os mesmos costumes.<sup>378</sup> Por isso, comenta Merquior, a democracia antiga seria um fenômeno raramente observado. Já que à época de prevalência das sociedades tradicionais, a ação política se guiava pela não prática do governo do povo; quer porque não assistiram à centralização do poder, quer porque desconheciam estruturas de classe. Portanto, essas sociedades que Merquior chamou de “hipocráticas” jamais desenvolveram o aparato de princípios igualitários que caracterizaram a democracia grega, ou seja, “nem a tribo nem o clã são *demos*.”<sup>379</sup>

A democracia antiga foi o espaço por excelência do exercício direto da igualdade política. O mundo moderno, por sua vez, nos reserva uma experiência diferente em razão de uma dupla vigência: a de um sistema representativo e de um estado ultra desenvolvido. Primeiro Merquior aponta para a “presença majestosa do estado”, isto é, toda uma infraestrutura que abrange diversas instituições que vão desde os três poderes (executivo, legislativo e judiciário) até complexas burocracias, como as forças de segurança. Pondo em destaque não só quão essas são importantes para assegurar a plena realização de alguns dos elementos constituintes de uma democracia, como o “sufrágio universal, os direitos humanos, os partidos políticos e a livre imprensa.”<sup>380</sup>

No entanto, Merquior não concorda com aqueles que diante do grande arcabouço estatal comentam que aí estaria as causas da atrofia do princípio democrático tal como vislumbrado pelos gregos, ou seja, como prática política definida entre iguais. De modo que as atuais democracias teriam sido esvaziadas de seu conteúdo igualitário, parecendo aos libertários mais uma retórica que uma realidade palpável em função da alta concentração do poder no estado moderno. E como o próprio Merquior reconhece, as democracias de nossa época de fato têm muito pouca relação com os princípios da democracia ateniense clássica. E até mesmo chega ironizar os liberais do século XIX que viram no surgimento da grande imprensa e no progressivo escalonamento das comunicações a oportunidade para que se criassem um foro decisório de participação política. Assim

“Na época das múltiplas burocracias tentaculares e da economia planificada esse tipo de miragem liberal faz sorrir. O Leviatã

---

<sup>378</sup> Id. *Ibidem*, p. 121.

<sup>379</sup> Id. *Ibidem*, p. 122.

<sup>380</sup> Id. *Ibidem*.

democrático pede nosso voto, mas não nos dá nem um pouco de sensação de ser governado por nós, membros inermes de um ‘público fantasma’”<sup>381</sup>.

Decerto, um retorno as vertentes da democracia antiga são limitadas pela realidade contemporânea. Entretanto, Merquior argumenta que isso não quer dizer que ao menos um de seus princípios não possa está presente nos regimes democráticos atuais. Para o pensamento merquioriano esse seria a “liberdade de oportunidade”, que definiria a real condição de ser livre no mundo moderno. Esse tópico se sustenta à medida que as chamadas liberdades privadas se ampliam paralelo ao surgimento da moderna divisão do trabalho que confere inequívoca flexibilidade à economia, como a expansão da esfera de participação política pelo direito ao voto e a representação partidária. Trata-se de uma processo, primeiro ocorrido no seio das burguesias e, em seguida, nos movimentos operários, induziu a transformação das oligarquias liberais em repúblicas liberal-democráticas.<sup>382</sup>

Uma síntese possível da visão de Merquior deve levar em conta o fato de que a democracia moderna não é menos democrática por ser representativa. Enquanto a democracia direta delegava o exercício da cidadania somente a alguns, reservando a outros o papel de escravos, a democracia liberal atribui a todos direitos universais. Por esse motivo, Merquior recorre ao conceito do cientista político de John Plamenatz<sup>383</sup>, que descreve a democracia com um vasto leque de direitos, obrigações e oportunidades, relacionado ao industrialismo, e que, por sua vez, reside na “combinação do ideal clássico da liberdade cidadã com o princípio moderno da liberdade individual”.<sup>384</sup>

A democracia liberal não suprimiu o anseio de participação comunitária. Pois, como Alexis de Tocqueville notara, o primado do espírito público que a democracia requer só pode prosperar se os indivíduos puderem se engajar em atividades comunitárias.<sup>385</sup> Se, por um lado, a população só dispõe do voto para participar da política e os governos muitas vezes parecem distantes da sociedade, em contraste real ao mundo antigo, onde todos estavam engajados na vida política da polis, não é menos

---

<sup>381</sup> Id. Ibidem.

<sup>382</sup> Id. Ibidem, p. 123.

<sup>383</sup> Nesse ínterim a referência de Merquior dentre as obras de Plamenatz é **Democracy and Illusion: an examination of certain aspects of modern democracy theory**. Londres: Longman, 1973, (COL. JGM/CCBB-RJ).

<sup>384</sup> Id. Ibidem, p. 124.

<sup>385</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. New York: Vintage Books, 1945.

verdade que, nos tempos modernos, o papel da cidadania se tornou mais denso; passando ser exercida por meio de instituições da sociedade civil investidas da missão de contrabalançar os poderes do estado em que os indivíduos escolhem ou não participar. É que essas instituições, – partidos políticos, empresas privadas, sindicatos, associações cívicas, organizações profissionais, igrejas, associações de pais e professores, conselhos de escola, entidades de classe, sociedades culturais e organizações não governamentais –, servem de base à prática democrática; de modo que os indivíduos, momentaneamente, trabalhem em prol do interesse público, ainda que isso não lhes pareça claro. A dinâmica que realmente importa é que, embora os governos nas modernas democracias liberais estejam cercados de dispositivos que limitem o uso abusivo do monopólio estatal, estes somente são eficazes ante uma distribuição de poder de dimensão participatória à sociedade, algo que só se pode conseguir em face de uma ampla concessão de direitos.

O resultado corrobora a perspectiva de Merquior. É francamente favorável a uma síntese em que democracia e liberalismo estão profundamente imbricados. Porque nas vastas sociedades modernas a tensão entre estado e sociedade é permanente, já que ambos possuem reservatórios de exacerbação do poder. Assim, o poder estatal deve ser controlado por instituições civis, tanto quanto os excessos do interesse individual precisam ser coibidos, ainda mais em nome de um substrato econômico que, sendo eminentemente pluralístico, repudia quaisquer pretensões unívocas de ambas as partes.

#### **3.2.4. Padrões de industrialização e comportamento político**

Não basta apenas descrever a fisionomia da democracia moderna. Se esta deriva do reconhecimento da união entre a dimensão representativa com a vindicação de amplos direitos civis e políticos, por outro lado, é preciso, observar que esse movimento de ideias se encontra ancorado nas estruturas sociais que emergiram com a industrialismo e, principalmente, com o subsequente processo de urbanização. O campo do interesse histórico, como salienta Merquior, não deve se restringir somente às ideias, mas é igualmente necessário, e em nome dessas mesmas ideias, cuja singularidade se

procura ressaltar, que a análise siga o curso do relacionamento entre democracia liberal e revolução industrial.<sup>386</sup>

Nessa perspectiva se procura estabelecer uma reflexão que se orienta por considerar as consequências sociais dos diversos casos de industrialização. Para tal Merquior recorre ao historiador econômico Alexander Gerschenkron<sup>387</sup> (1904-1978), cuja obra mais debatida, o ensaio “O atraso econômico em perspectiva histórica”<sup>388</sup>, publicado originalmente em 1952 em um contexto intelectual em que se procurava dirimir as condições responsáveis pela transição das sociedades em situação de atraso à industrialização. A perspectiva aberta por Gerschenkron abrange uma crítica à historiografia marxista, resultado em particular de uma “imponente generalização: [de que] a história dos países industrializados mais adiantados traça a rota do desenvolvimento das nações mais atrasadas.”<sup>389</sup> Uma generalização porque se atribuía a luta de classes um papel uniforme comum a todos os países. Por outro lado, se assinala as insuficiências por trás do modelo de Rostow. Um modelo que se pretendia não-marxista, mas que ao procurar destacar um conjunto de requisitos a favor do desenvolvimento, porém, não deixou de ser menos generalizante, ao passo que isola um conjunto de variáveis para a emergência do capitalismo industrial comuns a todas as trajetórias. A preocupação de Gerschenkron se pauta em oferecer uma explicação distinta do fenômeno da industrialização não apenas como um caso geral, mas entendido, enquanto padrão, como o resultado das respostas específicas dos países atrasados ao desenvolvimento industrial. E ao analisar os casos da Alemanha e da Rússia no período de 1850-1914, Gerschenkron sustenta que a industrialização não segue um ritmo linear. Seria, antes, um caso de padrão *cum* desvio, onde não caberia apontar *strictu sensu* para a ideia de “pré-requisitos”. Já que muito do que pode ser descrito como uma “pré-condição” em um caso, em outro é uma consequência da industrialização, retratando assim uma situação em que causa e feito se confundem.<sup>390</sup>

---

<sup>386</sup> MERQUIOR, **Op. Cit.**, 1982, p.125.

<sup>387</sup> Aliás, Merquior foi o primeiro intelectual brasileiro, salvo engano, a citar o nome de Alexander Gerschenkron no Brasil, assim como foi, também, o pioneiro nos estudos da Escola de Frankfurt, acerca desta última ver MERQUIOR, **Op. cit.**, 1965.

<sup>388</sup> GERSCHENKRON, Alexander. **O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica e Outros Ensaios**. RJ: Editora contraponto/Centro internacional Celso Furtado de Estudos Políticos, 2015.

<sup>389</sup> Id. *Ibidem*, p.68. Neste volume, ver igualmente a excelente análise introdutória de Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos e Numa Mazat.

<sup>390</sup> Id. *Ibidem*, p. 117.

O resultado dessa proposta de análise não é menos que a atenção conferida a uma série de comportamentos que diferem significativamente das teorias contrastantes à tese gerschenkroniana. A problemática dos casos de industrialização dos países atrasados propiciou não apenas à demonstração de quão estes diferiam em relação ao “arranque industrializante”; revelou, também, uma gama de aspectos decisivos que vão desde o papel desempenhado pelo estado aos diferentes padrões de financiamento bancários, das gradações pertinentes ao atraso propriamente dito até as distintas ideologias que orientaram à industrialização. Direcionar a nossa atenção para as “lições” do século XIX, como faz Gerschenkron, não significa que os demais países atrasados não europeus deveriam adotá-las como modelos. Ao contrário, a experiência histórica descrita não dá margem a uniformidades, e sim a uma “perspectiva dinâmica (...), voltada à mutabilidade dos fatores individuais envolvidos.”<sup>391</sup>

Nesse sentido, Merquior incorpora a sua análise um dos principais achados da abordagem gerschenkroniana. De como o processo de industrialização tardia de países como Alemanha, Rússia e Japão que, ao se orientarem “predominantemente para a fabricação de bens de produção (...) – ao contrário do que sucedera com a primeira revolução industrial nacional, a inglesa – não foi espontânea, e sim organizada por grandes bancos ou pela proteção do estado, mediante subsídios e tarifas aduaneiras,”<sup>392</sup> se revelaram potencialmente convulsivas. O caráter convulsivo, segundo a ótica merquioriana, se deu majoritariamente no plano social porque engendrou consideráveis mudanças na estrutura daquelas sociedades.

O fato é que, embora Gerschenkron não tenha depositado maior atenção ao fenômeno político, pode-se discernir uma possível correlação entre o tipo de industrialização calcada em bens produção e governos autoritários. Em Merquior, trata-se de “estilos de governo capazes de mobilizar capital e reprimir salários por meio de práticas bastante afastadas dos ritos liberais”.<sup>393</sup> Essa caracterização torna-se mais nítida se contrastada com a comparação estabelecida pelo cientista político Albert Hirschman<sup>394</sup> (1915-2012) entre as elites políticas de cunho gerschenkroniana versus aquelas representadas pelas suas congêneres nas penínsulas italiana e ibérica. As primeiras seriam formadas por uma “burguesia conquistadora”, que atuou no rastro das

---

<sup>391</sup> Id. Ibidem, p. 91.

<sup>392</sup> MERQUIOR, **Op. cit.**, 1982, p. 125.

<sup>393</sup> Id. Ibidem, p. 126.

<sup>394</sup> HIRSCHMAN, Albert. **The Strategy of Economic Development**. New Haven, 1958.

oligarquias rurais. Enquanto, o mundo ibérico e italiano, por sua vez, experimentou um perfil diferente em razão de que a indústria leve “*não requeria uma mobilização do estado*” nos moldes observados na Rússia ou na Alemanha.

Por sua vez, Merquior, além de destacar que a Revolução Industrial inglesa também ocorreu pelas mãos de uma “burguesia conquistadora”, frisa que esta, no entanto, não exigiu a participação do estado na acumulação de capital; notando que o modelo italiano não culminou em regimes democráticos sólidos. O que se viu foi à consolidação de sistemas políticos democráticos de fachada, dominados por uma base de ação clientelística, “amalgama de interesses burgueses e latifundiários (...), por definição menos conducentes à democratização”.<sup>395</sup> Não menos significativo é que na fase definitiva de industrialização desses países, ocorrida a partir da Primeira Guerra Mundial, foi marcada por regimes populistas ou semipopulistas; em que “o populismo significava melhores salários para as massas e, portanto, maior procura dos bens de consumo em que se concentrava, nesse período, a produção industrial nessas sociedades.”<sup>396</sup>

O panorama traçado por Merquior logo a seguir a Segunda Guerra Mundial, sobretudo de países como Espanha, Brasil e Argentina, indica uma mudança relativa de trajetória na direção da indústria de bens de capital. Porém, diferentemente dos demais casos europeus da segunda metade do século XIX, estes não contavam com “mercados naturais”. Assim, o desenvolvimento da indústria do aço se deu em face da demanda da crescente indústria automobilística. O quadro geral tem como característica decisiva o fato de que o surto industrial dessas nações, baseado em bens de capital, ter se sobreposto à indústria de bens de consumo duráveis.<sup>397</sup> O veredicto de Merquior é que a América Latina teria vivido um processo industrializante de perfil convulsivo. Especificidades como escassez de capital e problemas recorrentes na balança de pagamentos, associadas a choques inflacionários e cambiais, contribuíram para que uma possível síntese liberal-democrática fosse preterida pelo surgimento de comportamentos políticos abertamente inclinados ao populismo.<sup>398</sup>

---

<sup>395</sup> MERQUIOR, *Op. cit.*, 1982, p. 127-8.

<sup>396</sup> Id. *Ibidem*, p. 128. Nesse ponto, a análise de Merquior teve como leitura principal o ensaio de James Kurth in COLLIER, David. **The New Authoritarianism in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1979, (COL. JGM/CCBB-RJ).

<sup>397</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>398</sup> Id. *Ibidem*, p. 129.

A par dessas questões, o elemento decisivo é saber se a ênfase na produção de bens de consumo pode ou não contribuir para ampliar a órbita de influência do liberalismo tanto na economia como na política. A resposta de Merquior é afirmativa. Pois, o período de bens de consumo duráveis se deu paralelo a ampliação das bases sociais da democracia, cujo efeito mais importante foi o incremento das classes médias e o aumento do nível das massas.<sup>399</sup> Como o Merquior salienta, esse foi um fenômeno, antes de mais tudo, americano. Um quadro ocorrido antes do processo social que culminou com a existência de sindicatos fortes e níveis salariais estáveis. A tendência observada por essa correlação entre indústria de bens duráveis e democracia estaria disponível para a Europa ocidental e Japão após a Segunda Guerra Mundial, em que o Plano Marshall propiciou à indústria vastas somas de crédito sem que fosse preciso extrair tais recursos da base assalariada da população. Esse foi o gatilho para a emergência de uma sociedade de consumo, cujo principal efeito na esfera sociopolítica foi a contenção das tendências autoritárias nos países que tiveram envolvidos na guerra. Por outro lado, o nível prosperidade da classe operária alcançou um patamar de bem estar que terminava por desestimular a adoção de reivindicações políticas calcadas na linguagem vigente no mundo comunista.

Para Merquior é inequívoco que o padrão dos últimos vinte e cinco anos<sup>400</sup> do desenvolvimento industrial brasileiro e espanhol repercutiu alguns dos principais aspectos do dinamismo econômico alicerçado na produção de bens de consumo duráveis. Principalmente, no que tange à melhoria de vida da classe média e a capacidade de criação de empregos. Entretanto, não está ausente à consciência de que “a expansão do consumo se restringiu as classes de renda alta e médio-alta”<sup>401</sup> Um aspecto mais pertinente à realidade brasileira, embora isso não tenha sido explicitado. E, em consonância com a opinião econômica da época, Merquior sublinha que o dinamismo desse modelo industrializante poderia ser revigorado por meio do crescimento das exportações, tal como ocorrera com a indústria europeia, sobretudo à automobilística. Pois, a indústria de automóvel nesses dois países compartilhavam uma trajetória similar: a de terem se consolidado durante regimes autoritários, e que por isso ostentariam as condições necessárias para serem as herdeiras naturais do saturação projetada para o restante da indústria europeia.

---

<sup>399</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>400</sup> Isto é, no momento que delineou tal análise, por volta do ano de 1981.

<sup>401</sup> MERQUIOR, *Op.cit.*, 1982, p. 130-1.

Aliás, a escolha de Espanha e Brasil como polos de comparação não é meramente casual. Se o aspecto econômico se faz evidente pelo debate em torno do tipo de industrialização, em relação ao espectro político somos forçados a lembrar que ambos os países se encontravam no início do processo de liberalização política. Na Espanha, democracia foi um requisito para a entrada na Comunidade Econômica Europeia (CEE), enquanto no Brasil foi uma das condições-chave para a “intensificação de programas de política social e pelos esforços no sentido de proteger os grupos de renda mais baixa da inflação e da alta do custo de vida.”<sup>402</sup> A visão de Merquior, portanto, se guia por quadro relacional entre imperativos econômicos e consequências políticas, em que uma retomada do crescimento industrial não seria infenso à democracia, mas absolutamente crucial à consolidação das instituições liberais.

No plano da social, a expectativa de Merquior se concentrava no que chamou de “o progresso da distribuição de renda”, como principal efeito da prosperidade econômica. Em larga medida, esse seria o curso normal a ser desprendido da crescente interdependência do capitalismo que, longe de conduzir ao colapso ou cimentar relações assimétricas, oferecia um quadro persuasivo à maior democratização. Porém, Merquior ressalta que o encadeamento entre industrialismo e transformação política não devia ser tratado de maneira determinista. Pois, o que se procurou demonstrar foi uma correlação, suficientemente robusta para o entendimento de um contexto onde a industrialização se ramificava globalmente. Mesmo assim a abordagem merquioriana reconhece a existência de outros fatores cruciais à democracia e, conseqüentemente, frisa que, se nos processos de industrialização foram responsáveis por surtos de autoritarismo no passado, novos episódios no presente não deveriam ser imediatamente descartados. Mas o que prepondera é a visão de Merquior de que no Brasil, assim como na Espanha, imperava uma “variante convulsiva” da forma predominante de industrialização; que, envolta pela natureza política da época, não deixaria de culminar em um “processo político liberalizador e democratizador de alguns países, inclusive o nosso, [addidit emphasis] constitui uma perigosa navegação sobre rápidos.”<sup>403</sup>

---

<sup>402</sup> Id. *Ibidem*, p. 127.

<sup>403</sup> Id. *Ibidem*, p. 133.

### 3.3 Estado

Em “A Natureza do Processo” não há um capítulo específico reservado ao estado. O que não quer dizer que o assunto esteja ausente. Um livro que pretende abordar nada menos que a evolução social moderna, tendo por temas questões que vão desde a democracia, mercados e liberdades, obrigatoriamente terá como foco os problemas relativos ao fenômeno do poder estatal.

Assim, o debate acerca do estado em Merquior está presente no processo de centralização até a crescente influência da racionalidade instrumental que, ao permear a transição de uma sociedade aristocrática para a comercial, torna o exercício do poder menos bélico e mais infraestrutural. Uma característica que, no século XX, culminaria com a crença absoluta no planejamento estatal, para logo se desdobrar em tópicos como da presença do estado na crise fiscal; porém, sem deixar de atentar para a importância que essas estruturas possuem para a consolidação da democracia e mesmo como importante fator nas falhas de representação.

Ademais, só o uso da análise gerschenkroniana, como indicado na seção anterior, já denota por si só a importância que Merquior conferia ao papel do estado. Ao destacar a correlação entre industrialização e regimes políticos, fica clara a opção pela abordagem histórica. Nesse ínterim, não se faz qualquer concessão a reducionismos em que uma eventual teoria do estado estaria desvinculada da perspectiva contextual. Em outras palavras, temos uma reflexão embasada por um anseio de compreender os processos subjacentes à modernidade que privilegia um quadro inter-relacional em torno de seus aspectos fundamentais.

Nesta seção, essas reflexões serão complementadas abordando duas temáticas relacionadas ao estado. Uma diz respeito ao debate estado e sociedade civil. Já a outra se concentra na distinção entre império e nação. A primeira temática foi expressa de modo mais acabado por Merquior na obra aqui em análise. E, como veremos esta não deixe de ser um desdobramento da segunda. Uma reflexão considerada pela primeira vez em “As Ideias e as Formas” e que repercutiria, ainda, em outra obra: “O Argumento Liberal”, que autor qualificou como livro-irmão “A Natureza do Processo”.

### 2.3.1 Estado e sociedade civil: de uma visão negativa à dinâmica simbiótica.

O ponto de partida de Merquior remonta a uma crítica do socialismo em relação à democracia liberal. Trata-se da ideia de que no socialismo a supressão das liberdades deve ser aceita, porque só este seria “o método mais efetivo da construção da liberdade.”<sup>404</sup> A proposição se subdividiria em duas. A primeira segue a justificativa de que o “estado proletário” não trata de liberdade, uma vez que esta não é matéria concernente ao estado, porque seria uma instância de legitimidade da opressão de classe. A segunda ratifica que o estado proletário é a única via de construção da liberdade, pois no momento inicial de construção do socialismo, o proletariado teria o direito de oprimir a burguesia, e na fase seguinte, propriamente comunista, o estado desapareceria, extinguindo a dominação de classe.<sup>405</sup>

O problema maior estaria nessa “concepção pejorativa do estado”<sup>406</sup>, cuja origem remonta a filosofia marxista. Uma concepção marxista que, segundo Merquior, que possui paralelos com a visão de estado de Hobbes, tal como demonstrado pelo filósofo Norberto Bobbio.<sup>407</sup> Às afinidades aludidas pelo filósofo político italiano se referem ao fato de que para o autor de “The Leviathan” (1650), só havia uma alternativa: o estado, pois, em caso contrário, existiria apenas a liberdade, só que como fonte de violência anárquica, senão de completa dissolução do princípio da soberania. Algo similar ocorre com o marxismo, afinal, “onde há estado não pode reinar a liberdade.”<sup>408</sup> A diferença, obviamente, é que enquanto Hobbes valorizava o estado em oposição à liberdade, tendo por contexto balizador a experiência de anarquia da guerra civil, o marxismo confere valor à liberdade contra o estado. O que há tão somente uma inversão quanto ao que é positivo e negativo entre estado e liberdade em ambas as filosofias. De um lado, encontramos-nos diante de uma supervalorização do estado (hobbesianismo), e do outro uma visão negativa deste, encimada pela liberdade como reduto da verdadeira fonte do poder social (marxismo).

---

<sup>404</sup> Id. Ibidem, p. 138.

<sup>405</sup> Id. Ibidem.

<sup>406</sup> Id. Ibidem.

<sup>407</sup> Merquior foi um leitor atento da obra de Bobbio, de modo que muitos dos livros lidos contêm notas, sublinhados e comentários, como **Da Hobbes a Marx: Saggi di storia della filosofia**. Napoli: Imprenta Morano, 1981, uma das principais fontes de consulta do autor sobre as diferenças e proximidades entre esses dois filósofos políticos, consultar **COL. JGM/CCBB-RJ**.

<sup>408</sup> Id. Ibidem.

Para Merquior esse julgamento estadofóbico seria a prova da existência do elemento anarquista no interior do marxismo. Consequentemente, a tradição liberal do século XIX de Constant a Spencer nutria grandes esperanças quanto à sociedade civil em contraste a ojeriza que tinham pelo estado. Nota Merquior,

“Os liberais oitocentistas se esmeravam em contrastar a sociedade com o estado, e em proclamar, perante este, a independência da ‘sociedade civil’. Ao passo que os filósofos conservadores (embora não reacionários) como Hegel insistiam em colocar o estado além e acima do universo utilitário e particularista da sociedade civil, os pensadores liberais sempre tomavam o partido desta contra aquela.”<sup>409</sup>

Por essa razão o autor sublinha que os liberais clássicos deixaram de observar “a verdadeira natureza da relação entre histórica entre estado e sociedade”.<sup>410</sup> Tal relacionamento não ocorreu de forma meramente antagônica, e sim em “simbiose”. Pois, como afirma Merquior: “não foi uma simples oposição, se não também uma profunda *implicação mútua*.” A relação estado/sociedade civil não deve ser vista em termos, digamos, de uma estrita divisão, como originária do pensamento liberal conservador, onde a posição do estado convém a de ser um simples “guarda noturno”. A realidade da história moderna transcorre em um quadro de expansão do poder social ao qual não pode adiar a presença regulatória do estado, cujo desempenho se traduz na própria expressão da sociedade. Diante dessa tendência, a preocupação de Merquior ecoa um fator decisivo considerado pela primeira vez por Tocqueville, isto é, se a expansão do poder se daria de modo benigno, baseado no exemplo descentralizado da experiência americana, ou se daria segundo o modelo centralista, típica de vários estados europeus. Todavia, a despeito da sociedade ser mais ou menos livre, o fato é que a completa independência da sociedade civil é uma miragem, porque esta sempre será mediada pelo estado como “foco emissor de direito e instituidor de mecanismos decisórios.”<sup>411</sup>

E não seria por menos. O estado moderno responde por um centro único de soberania de todo o poder legítimo; ao contrário do espaço normativo medieval, caracterizado por uma diversidade de centros de autoridade. Pode o estado delegar poderes a outros entes da vida social, o que não significa abrir mão da soberania. E Merquior lembra que, o exercício da autonomia de “a sociedade civil [enquanto] espaço

---

<sup>409</sup> Id. Ibidem, p. 139.

<sup>410</sup> Id. Ibidem.

<sup>411</sup> Id. Ibidem, p. 140.

diferenciado e politicamente controlado”, deriva de um estado liberal-democrático que, ao se *liberalizar*, não renunciou a sua autoridade.<sup>412</sup>

Esse é um ponto muito importante do argumento. Uma vez que a partir dele se estabelece a crítica do neoliberalismo. Para Merquior, o neoliberalismo seria um renascimento anacrônico do liberalismo clássico, sobretudo por trazer à superfície a cisão entre estado e sociedade. A crítica de Merquior tem como alvo preferencial o chamado “neoliberalismo vulgar”, ou seja, de caráter expressamente ideológico, se insurgindo contra qualquer presença do estado na vida dos indivíduos. Uma linha de raciocínio muito diferente daquela esposada pelo que o pensamento merquioriano classifica de “neoliberalismo sofisticado”, cujo modelo seria Hayek, porque neste a resistência ao estado se concentrou apenas no campo econômico, cabendo máximo valor à manutenção do ordenamento jurídico.

Dentre os diversos aspectos valorativos que Merquior poderia ressaltar sobre o estado, o que prevalece é, justamente, o de ser o garantidor do império da lei. Por si só, a garantia da ordem é considerada como “um bem social, dos mais preciosos para a coletividade.”<sup>413</sup> É que para Merquior a ordem não está em oposição às liberdades. Mas é, antes, uma condição de realização do princípio individualista que rege as modernas sociedades: “No reino dos indivíduos livres, a única autoridade legítima é a norma universal (e a do poder nela baseado), a autoridade do ‘rule of the law’ enquanto exclusão sistemática da arbitrariedade e prepotência.”<sup>414</sup>

Na outra ponta, Merquior confronta a simbiótica estado/liberdades com a realidade do “socialismo de estado”. Esse seria a representação mais acabada não do império da lei, mas sim do império do partido-estado, e muito menos em sua vertente jurídica, que Merquior constata ser a verdadeira face da natureza do poder cristalizada pelas democracias do ocidente. E salienta uma dimensão que viria ser retrabalhada mais amiúde – sendo este um dos achados mais consistentes de sociologia-histórica –, que é o paradoxo dos “estados fortes”. Tais estados, como o leninista, seriam os mais fracos que existem, porque seus dirigentes seriam os primeiros a burlar a Constituição e, conseqüentemente, particularizando as decisões políticas. Nesse cenário, pouco importa as forças da dissidência, sua voz será necessariamente bloqueada, sendo o estado uma

---

<sup>412</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>413</sup> Id. *Ibidem*, p. 141.

<sup>414</sup> Id. *Ibidem*, p. 141.

propriedade do partido e não o resultado de um contrato social que são ratificados direitos e deveres entre cidadãos e os mandatários do poder.<sup>415</sup>

Assim, a estadofobia teria duas faces. Uma está localizada à direita, representada pela vulgata neoliberal. Enquanto na esquerda, sob o abrigo do marxismo decorria a crença no desaparecimento do estado que, no momento em que Merquior escrevia, alimentava “‘apoteose gramsciana’ da sociedade civil.”<sup>416</sup> À medida que o modelo leninista perdia capacidade de explicar a realidade, se deu uma mudança de orientação interpretativa no ambiente do marxismo ocidental, em que no lugar da ditadura do proletariado, passava-se aceitar o convívio com partidos e instituições burguesas. A figura de proa, obviamente, dessa mudança de perspectiva foi o filósofo italiano Antonio Gramsci (1991-1927).

No entanto, Merquior está particularmente interessado na evolução do gramscianismo na América Latina. Fora o fato de os marxistas serem numerosos no contexto latino-americano, a premissa desses intelectuais era por em relevo a assim designada tese nacional-burguesa, reconhecendo um papel nacionalista legítimo das burguesias, tida, em seu conjunto, como uma etapa até a revolução socialista. Esta tese, porém, sofreu sucessivos abalos. Primeiro, pela transferência da luta de classes para o plano internacional, identificando-se com o desafio imperialista. O segundo aspecto posto em destaque por Merquior, diz respeito à nova descrição das burguesias nacionais estabelecida pela sociologia da dependência, em que estas figuram menos inclinadas a um comportamento decididamente nacionalista-revolucionário, o que levaria a uma relação de subserviência com o capitalismo internacional, assinalando um quadro de “desenvolvimento do subdesenvolvimento.”<sup>417</sup> A perda de influência da tese nacional-burguesa se refletiu em um novo horizonte teórico, respaldado pela dimensão de outra tese, a nacional-populista; que Merquior aponta como o fator originário por trás do caráter refratário ao estado.

Daí o pensamento merquioriano estabelecer uma dupla recusa que, no seu entendimento, todo liberal contemporâneo deveria ser afeito. Pois, esse seria menos liberal levar unicamente pelo culto do estado, porém não seria menos danoso se se

---

<sup>415</sup> Id. Ibidem.

<sup>416</sup> Id. Ibidem.

<sup>417</sup> Id. Ibidem, p. 141; sobre a visão de Merquior a respeito da teoria da dependência ver também págs. 65-6.

deixasse guiar por uma recusa absoluta e intransigente do poder estatal. O liberalismo que Merquior preconiza não acolhe a estatolatria, tampouco a estadofobia. Sem embargo, se tem em mente a lição célebre de Bobbio, segundo a qual “o estado liberal não deve ser nem um mero guarda noturno, como preferem os neoliberais, nem um general como pretendem os dirigistas ‘à outrance’”.<sup>418</sup> A tentativa de dar concretude a uma dessas visões, por um lado, acarreta na dominância da sociedade sobre o estado; enquanto na margem oposta, teríamos o extravasamento estatizante sobre as instâncias independentes da sociedade civil. Dito isso, Merquior comenta: “Ora, na lição da história, a relação profunda entre os dois não é de contradição antagônica, e sim de implicação mútua.”<sup>419</sup>

Todavia, essa “implicação mútua” divisada pela crítica merquioriana não está isenta de problemas. O desafio de maior relevância diz respeito ao risco do que o autor chama de “feudalismo industrial” – uma expressão devida à obra do sociólogo alemão Hans Bahrdt (1918-1994).<sup>420</sup> No cerne desse fenômeno está a atrofia da dinâmica democrática, originada pelo sucesso dos grupos de interesse em garantir privilégios de um estado que, distanciado da universalidade da proposta liberal, estacionou sua fisionomia em uma realidade política neocorporativista. Uma questão pela qual Merquior exprimiu profunda preocupação em face de que via no fenômeno o ponto de partida para a difusão do fascismo.<sup>421</sup>

A solução se encaminha para a universalização do estado de direito. E Merquior nos apresenta o caso da Índia como exemplo dos problemas derivados da debilidade estatal em promover o acesso às liberdades e à democracia. A Índia descrita por Merquior é a um só tempo, potencia econômica e uma sociedade sofrendo de graves problemas sociais. Um país que, no momento que Merquior escreveu “A Natureza do Processo”, era 12ª economia industrial do mundo com uma taxa de crescimento de 8% em 1981. Mas como Merquior destaca era o mesmo país que ocorriam,

(...) por ano, cerca de 300 motins municipais; 2 milhões de mulheres pertencentes às castas inferiores são violadas anualmente; 10 mil

---

<sup>418</sup> Id. *Ibidem*, p. 143.

<sup>419</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>420</sup> Até o momento, desconhecemos em que obra Hans Bahrdt empregou pela primeira vez o termo *feudalismo industrial*. Porém, a outra fonte utilizada por Merquior na análise do fenômeno do corporativismo, e que aqui apresentamos a referência completa, é o artigo PAHL, R. E. and WINKLER, J. T. *The Coming Corporatism*. **Challenge**, March-April, 1975, pgs: 29-35.

<sup>421</sup> Id. *Ibidem*.

jovens esposas queimadas vivas pelo marido ou seus parentes por insuficiência de dote; a violência nas prisões conhece índices anuais altíssimos, e a criminalidade está fortemente representada pela própria polícia. (...) Um país que mantém 100 milhões de pessoas rigorosamente segregadas por serem párias (...)"<sup>422</sup>

A desigualdade altissonante seria o reflexo da sobreposição de uma estrutura social balizada por complexos hierárquicos estritos somados às aspirações frustradas da modernização econômica e social. Embora fosse formalmente uma democracia, em que a Constituição prevê o estado laico e a abolição das castas, a Índia continuava sob o julgo das tensões ancestrais, que se aprofundavam com o impacto disruptivo da modernização, onde o aspecto que mais se sobressai à análise merquioriana era o fato de a sociedade hindu encontrar-se frequentemente dividida. Assim,

“o estado reina, mas não governa. Para a esmagadora maioria da população – as massas rurais – as elites governantes são apenas mais um dos numerosos grupos conquistadores que sucessivamente subjugaram a vasta península, no todo ou em parte. Na Índia o estado, como foco de lealdade coletiva e alavanca da mobilização social, permanece em estado de projeto; o país ainda não desenvolveu instituições capazes de superar o universo restrito (...) da casta e da aldeia.”<sup>423</sup>

Fiel ao espírito da comparação que adotou como análise, Merquior observa níveis de tensões menores no espaço social latino americano. O Brasil, obviamente, é o país selecionado para ser contrastado à situação indiana; e o patrimonialismo o problema-chave que considerava relativamente bem diagnosticado: um costume político, marcado pela “indistinção entre as esferas públicas e a propriedade privada e, em última análise, pela confusão entre política e economia”; definição que Merquior tantas vezes recorreria em análises posteriores, valendo-se do aparato conceitual weberiano, e completado pelo quadro apresentado por Raymundo Faoro em “Os Donos do Poder”<sup>424</sup>.

Desse modo, a visão merquioriana enxerga, seja no estado oligárquico da República Velha, seja no estado autoritário militar, exemplos de um “neopatrimonialismo”. E, concordando com cientista político Simon Schwartzman<sup>425</sup>

---

<sup>422</sup> MERQUIOR, *Op.cit.*, 1982, p. 144.

<sup>423</sup> Id. *Ibidem*, págs. 145-46.

<sup>424</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder - A Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Globo, 3ª edição, 1976.

<sup>425</sup> A obra de Schwartzman (*As Bases do Autoritarismo Brasileiro*, RJ: Ed. Campus, 1982) foi objeto de uma resenha de Merquior, *Raízes da Tradição Autoritária*, *Jornal do Brasil*, 20/02/1982, reunida no

que, aquela altura viria contribuir para ampliar a compreensão sobre patrimonialismo, o desaparecimento dessa conduta no interior do estado brasileiro, não se daria a reboque de um desmantelamento do poder estatal como apregoado pelos “neoliberais”. Nesse entendimento, a vitória do particularismo patrimonial significa a atrofia permanente da institucionalização do estado de direito. Ao passo que para Merquior, o fator real de superação da paisagem patrimonial se alicerçaria em uma “ação de governo”, condizentes com a “educação” de dois problemas centrais em países de fraca institucionalização do liberalismo. Um deles Merquior batizou de “petrograndismo”, ou seja, a tendência monopolista de certos estados em dirigir os mais ínfimos aspectos da modernização – um processo, no mais das vezes, conduzido de forma despótica. O segundo dilema a ser evitado coube ser chamado de “emboabismo”, é a apropriação ilegítima dos resultados da iniciativa econômica da sociedade civil pelo estado patrimonial que os converte em privilégios contrários ao interesse público. Em suma, a escolha dos termos não é gratuita, visto que reflete uma história intelectual, não apenas de um do autor, mas de uma realidade social em que o presente mescla-se ao passado. A natureza do contexto descrita por Merquior é o da modernização autoritária que, enquanto a perspectiva atuante em grande parte no Brasil do século XX, foi tanto um produto como causa da sobrevivência da ordem patrimonialista – a realidade a ser superada para que de fato possa ocorrer a democratização da sociedade brasileira.

### 3.3.2 Espectro de uma antítese: Império/Nação

O problema da relação estado/sociedade não se atrela apenas a algumas das principais linhas interpretativas sobre a estrutura social contemporânea, de modo que o tema trazido à realidade brasileira devesse se apresentado em breves notas. A realidade, talvez, é que a singularidade deste tópico pertinente ao nosso contexto de democratização tenha sido o verdadeiro promotor do assunto em âmbito geral na literatura política merquioriana. A reflexão originária remete ao Simpósio “Afonso Arinos na UNB”<sup>426</sup> para o qual Merquior foi convidado a se pronunciar acerca de seu saudoso mestre de direito público, apresentando a comunicação intitulada “Império e

---

ano seguinte na coletânea **O Argumento Liberal** (1983), em que, aliás, autor se vale da mesma combinação analítica Weber-faoriana observada em **A Natureza do Processo**. Não sem, porém, restrições a algumas das teses de Faoro in *Comentário pessoal de José Mario Pereira* (2017).

<sup>426</sup> **Afonso Arinos na UNB**: conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília, 1981.

Nação – Reflexões a partir de Afonso Arinos”<sup>427</sup>. Uma figura que Merquior dedica grande repercussão tanto política quanto intelectual: aquele que, sem margem para dúvidas, se tratava do “maior liberal latino-americano”<sup>428</sup> daqueles dias.

Uma dimensão que se confirma em face de dois aspectos. Por uma trajetória intelectual modelar que, iniciada nos anos trinta em meio a um “direitismo juvenil”, mais tarde assumiria uma atitude cada vez mais “liberal-progressista”, ao ponto de ser considerado “um dos mais ricos mananciais de ideias e valores do nosso pensamento democrático”<sup>429</sup>. E que, ao se assentar em bases democráticas, estas jamais se fizeram em criptoelitismo; onde o apreço pela democracia pesa apenas superficialmente, sobrevivendo camadas do mais renitente conservadorismo – uma situação a que Merquior via presente na esquerda brasileira em princípios dos anos 80.<sup>430</sup> Por esse motivo, a exemplaridade de Arinos não é pela conversão democrática em si, mas porque essa se deu sem que submetesse a democracia às superstições ideológicas.<sup>431</sup> Daí a importância para Merquior que, ao discorrer sobre Arinos, declinasse da historicização de seu pensamento político, bem como da análise de sua vasta obra de memorialística, preferindo se arguir sobre algumas de uma das preocupações à época, que é a distinção entre império e nação.<sup>432</sup>

A problemática Império/Nação aparece pela primeira vez nas páginas de “Problemas Políticos Brasileiros” (1975)<sup>433</sup>. A perspectiva de Afonso Arinos se desenvolve a partir de um capítulo tendo em vista problemas de política e economia do presente, isto é, de meados da década de 70, mas construída a partir de um enfoque histórico, no qual se faz presente toda uma discussão em que se procura remontar o caráter evolutivo vida social brasileira. Em linhas gerais, as dificuldades a que o Brasil está enredado deve-se a nossa característica formativa: um processo de independência de linhagem “internacional” que resultou em um Estado-Império. Uma expressão que para Afonso Arinos se inscreve em sua natureza sociológica, no sentido que o termo fora empregado pelos antigos países colonizadores europeus. Nessa realidade, o

---

<sup>427</sup> O texto foi também reunido em **As Ideias e as Formas** (1981), págs. 277-89. E essa é obra que nos referimos a que no referimos doravante ao ensaio.

<sup>428</sup> Id. *Ibidem*, p. 277.

<sup>429</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>430</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>431</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>432</sup> Id. *Ibidem*, p. 278.

<sup>433</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Problemas Políticos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

“Estado-Império se caracteriza pela absorção de territórios, raças, e culturas diferentes, existentes em áreas geográficas diversas das metropolitanas e das dominadas pelas metrópoles, tanto econômica quanto administrativa e culturalmente.”<sup>434</sup> Entretanto, o caso brasileiro de Estado-Império se conforma a uma origem diferente dos antigos impérios, cujo desaparecimento se deu após a Segunda Guerra, porque aqui essa se confundiu com a natureza da sociedade. A marca preponderante que nos singularizou é de uma contínua expansão territorial que é mais imperial que nacional. Assim, a independência americana teria sido mais intrinsecamente “nacional”, pois se deu em razão de interesses econômicos concretos da sociedade civil; enquanto a nossa, carecendo de elementos autóctones concretos, se sobressaiu por meio um processo guindado por forças exógenas, que não os interesses ingleses, derrotados em norte-américa, porém prevalecente em toda América Latina. A tese de Afonso Arinos, portanto, é que “o Brasil se formou como um império e não como uma nação.”<sup>435</sup>

Daí o ponto de partida de Merquior, onde observa que o “Brasil, antes que nação, tem sido império. (...) [Um] ‘Império interno’, (...) cuja colônia é seu próprio povo”<sup>436</sup>. A adesão de Merquior a terminologia oferecida por Afonso Arinos é que, além de nos oferecer um modo de apreensão da especificidade da relação entre estado e sociedade, esta se torna ainda mais legítima por ter como substrato conceitual a “nation building”. A ideia de “construção da nação” corresponde à fase liberal-democratizante da “lenta passagem da sociedade estamental até o estado-nação”, sucedendo ao período de estatificação, isto é, posterior à formação do estado, e que se caracteriza pelo “aparecimento da dimensão participatória (...), com que o estado penetra na era da democracia de massas.”<sup>437 438</sup>

Por outro lado, Merquior sugere que a antítese da proposta de Afonso Arinos é de índole francesa do que germânica. Na acepção francesa, a ideia de nação mantém correspondência com a vontade política consciente de uma população, cuja reflexão originária remontaria a Rousseau. Enquanto o conceito germânico, derivado de Herder, se pauta pelo aspecto linguístico e cultural, considerados em si mesmos, ou seja,

---

<sup>434</sup> Id. *Ibidem*, p. 207

<sup>435</sup> Id. *Ibidem*, pgs. 208-110.

<sup>436</sup> MERQUIOR, *Op. Cit.*, 1981, p. 278.

<sup>437</sup> Id. *Ibidem*, p.279.

<sup>438</sup> Nesse passo, é importante indicar que a respeito da “nation building”, Merquior tem em mente a perspectiva de autores como T.H. Marshall (*Citizenship and Social Class*, 1950) e Reinhard Bendix (*Nation-building and Citizenship*, 1964).

afastado de qualquer discussão acerca de direitos políticos. Assim, para Merquior a visão de Afonso Arinos, significando a passagem do império à nação, estaria entronizada dentro da consolidação da democracia moderna que, de acordo com que podemos verificar até aqui, só poderia atentar para dois aspectos cruciais: representação e participação políticas.<sup>439</sup>

Não menos importante para Merquior é notar que o conceito de “nação” de Afonso Arinos, também paira longe da “politização teuto-cultural”. Um aspecto proposto inicialmente pela escola finalista de Rudolf Jhering, segundo a qual a nação é antes de tudo uma questão relacionada aos conceitos de “finalidade do direito ou da ‘luta pelo direito’”, em que a vontade prevalecente é a ‘coletiva’. Só que como espírito da cultura, e nunca no sentido político da ideia de *povo*. Com efeito, tal dimensão se nutre de uma proposição que se atribui ao movimento romântico, ainda a escola de Jhering, como recorda Merquior (via Kantorowicz), se contrapunha ao historicismo romântico.<sup>440</sup>

Feitas essas distinções, Merquior passa a se concentrar em suas reflexões propriamente ditas. À partida, a dicotomia Nação/Império pode ser traduzida em termos mais contemporâneos, isto é, no contexto brasileiro da democratização, e em face à voga em que se opõe estado e sociedade civil, assunto decisivo à construção e defesa merquioriana do liberalismo moderno. Nesse sentido, se sobressai o historiar do conceito de sociedade civil – um conceito de muitas *vidas*. Pois, como salienta Merquior, em Hegel, a sociedade civil fora despolitizada, sendo apenas mera entidade pré-política: pois, o autor da “Filosofia do Direito”, tido como o emancipador da sociedade civil, fora também o seu rebaixador. É que Hegel conferiu ao estado uma importância acima da sociedade civil. Uma vez que esta última era tida como mera realidade de interesses e necessidades, contrário ao estado, reino do universal e das liberdades.

Só que, lembra Merquior,

“Até Hegel essa expressão [sociedade civil] simplesmente traduzira a *koinomia polotike* dos gregos, que o latim converteu em “*societas civilis*”. Mesmo em Montesquieu, a politicidade da sociedade civil ainda perdura. No seu “*Esprit des Lois*” (1748), o regime monárquico,

---

<sup>439</sup> MERQUIOR, **Op. Cit.**, 1981, p. 278.

<sup>440</sup> Id. *Ibidem*, p.279.

característico dos reinos modernos por oposição tanto às repúblicas antigas quanto ao despotismo oriental, já possui como correlato social uma sociedade altamente diferenciada, e que por isso mesmo requer uma expressão política complexa e articulada – a monarquia constitucional, oposta à autocracia.”<sup>441</sup>

A emancipação genuína da sociedade civil só se daria pela pena de Benjamin Constant. Que, de acordo com Merquior, teria sido “o primeiro clássico do liberalismo pós-revolucionário”<sup>442</sup>, cujo mérito foi o de conferir proeminência à sociedade civil acima do estado. Nessa raiz emancipatória, comenta Merquior, está o quadro subjacente à outra distinção, ou seja, entre liberdade antiga e moderna.<sup>443</sup> Assim, nas democracias antigas “o indivíduo era um escravo em suas relações privadas”, embora fosse verdadeiro soberano em matéria de negócios públicos, “enquanto membro de um *demos* autogovernado.”<sup>444</sup> Em outras palavras: “sua liberdade *política* prosperava dentro de uma notável atrofia da sociedade *civil*.”<sup>445</sup> E, a fim de conferir ainda mais relevo à distinção, Merquior recorre a Constant para assinalar que:

“O fim dos antigos era a partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria (...)” [Os modernos, por sua vez, visam] “a segurança nas suas satisfações privadas (...) o gozo tranquilo da independência individual.”<sup>446</sup>

E ressaltava, igualmente, que ambas as liberdades se amparavam cada qual em dependência objetiva ao decurso dos termos que definiram a organização social dessas duas grandes épocas. Desse modo, a antiguidade transcorreria a reboque do que Merquior chamou de “espírito de guerra”, caracterizado por uma conduta social afeita ao animo conquistador. Ao passo que a moderna sociedade se inclina ao “espírito do comércio”, cujos fundamentos residem na independência dos indivíduos, ocorrendo em íntimo relacionamento com as consequências da divisão social do trabalho. Por esse motivo, a natureza da política expressa no fenômeno histórico da polis grega foi dada pela dimensão participatória da vida democrática, contratando com o aspecto representativo dominante nas modernas sociedades liberais.

---

<sup>441</sup> Id. Ibidem, p.280.

<sup>442</sup> Id. Ibidem, p. 281.

<sup>443</sup> A distinção de Constant entre a liberdade dos antigos e modernos deriva primordialmente da obra **Princípios de Politique** (1806), mas sua prefiguração mais célebre se remete a uma conferência proferida pelo autor em 1819, conhecida pelo título *De la liberte des anciens comparée à celle des modernes*, Ver Id. Ibidem, p. 281.

<sup>444</sup> Id. Ibidem.

<sup>445</sup> Id. Ibidem.

<sup>446</sup> Id. Ibidem.

Todavia, existe em Merquior um apelo de valorização em prol da mútua influência entre o antigo e moderno. Já observamos isso, obviamente, neste mesmo capítulo: pois, a distinção verificada aqui entre as liberdades de Constant está no cerne dos elementos que distinguem democracia antiga e moderna. Se, como defende Merquior, não pode existir representação sem participação, da mesma forma acontece com os princípios que regem as ditas liberdades: de que ambas são indispensáveis uma a outra, em razão de que “somente a liberdade política assegura a preservação e o respeito efetivos das liberdades civis.”<sup>447</sup> Nesse extrato pode-se ouvir ecos de outra discussão merquioriana – a crítica as tentativas de submeter à modernidade a comunhão de um *summum bonum* social. A contrariedade a esse aspecto se revela à medida que fica claro que os antigos se satisfaziam com suas atribuições políticas. Por sua vez, na sociedade moderna tais atributos simplesmente não bastam para os indivíduos, em face de que esses se veem plenamente legitimados na promoção de seus próprios fins e valores, diferente do que acontecia nas sociedades antigas onde a legitimidade se erigia segundo princípios externos aos indivíduos.

Mas o que decorre a partir daí? Principalmente no que se refere ao afastamento entre moral pública e o caráter heterogêneo da ética privada? Merquior busca respostas em um clássico do utilitarismo liberal inglês: “Essay on Government”, de James Mill (1773-1836), não sem antes apontar para o pioneirismo de Locke quanto à importância da relação entre direitos políticos e civis. Na ausência de um Bem Coletivo ao qual todos os indivíduos deveriam se subordinar, deve-se preferir a lição, originalmente advinda de Hume e Bentham, que anuncia que todo indivíduo deve ser visto com desconfiança, sendo por isso imperativo que o exercício do poder seja limitado.

Como nota Merquior, não se quer constatar, porém, que tais figuras do liberalismo viam no homem um ser dotado de uma natureza intrinsecamente egoísta. O problema está alojado no fato de que a modernidade deixou de contemplar o nexos entre política e moral, tal como se depreende do legado de Maquiavel. Sendo assim, faz-se necessário modular “a soberania popular (...) a fim que o autogoverno da sociedade não tolha nem oprima a conduta individual.”<sup>448</sup> Afinal, decisões individuais não abarcam uma heterogeneidade de tipo caótico como se poderia pensar à primeira vista – o que, certamente, a inviabilizaria como sociedade –; mas tendem a uma dinâmica, cujo

---

<sup>447</sup> Id. Ibidem, p. 282.

<sup>448</sup> Id. Ibidem, p. 283.

resultado político pode ser refratário àquilo que mais se quer preservar em uma sociedade democrática: uma miríades de valores particulares expressos livremente.

Para Merquior o argumento não pode ser mais simples. A têmpera está em evitar o problema de que O Bem seja tutelado, tal como ocorreu nas sociedades tradicionais, por grupos exclusivos, ou pela agora soberania popular; pois embora soberana, essa não se qualifica enquanto verdade última à qual todos devem render estrita obediência. Por isso, o favorecimento ao constitucionalismo liberal que, como definido por Merquior, à luz de Constant, deve seguir uma dupla ótica, objetivar a limitação entre os poderes e, mais importante, “*do poder do estado sobre a sociedade*”.<sup>449</sup> Destarte, é nessa ideia de independência da sociedade civil que repousaria, a miopia liberal da segunda metade do século XIX quanto à crença no desaparecimento do estado.

#### A rigor

“No estado-nação, poder do estado é *delegável* a outras instâncias sociais – mas sua soberania, nunca. Nessas condições a ‘sociedade civil’ pode servir de metáfora do estado diferenciado e politicamente controlado; mas até mesmo sua autonomia não passa de uma dádiva do estado liberal-democrático. O estado se liberalizou, porém sua autoridade não diminuiu nem um pouco.”<sup>450</sup>

E Merquior frisa, novamente, o paradoxo que une esquerda e direita naqueles idos anos 80. O fato de que ambas nutriam uma profunda resistência ao estado. A voga da direita neoliberal, principalmente em sua vulgata ideológica, sempre foi ser uma inimiga do estado, tanto quanto foi de certa esquerda que, ao dar voz à mensagem de Gramsci, acabou assumindo a outra face política da estadofobia daquele momento.

Porém, cabe uma nota contextual. É que tanto a direita como a esquerda a que Merquior estava se referindo, não corresponde a totalidade dos atores políticos daquele momento histórico. A vida política brasileira está muito longe de ser uniforme, ainda mais devido a nossa tradição que em seu decurso no século se caracterizou pela notável profusão de partidos que terminaram, por sua vez, por levar a uma fragmentação de difícil classificação ideológica. Nesse sentido, existe uma “direita” entregue a estatolatria, sendo não menos verdadeiro no que concerne a uma esquerda nacionalista e desenvolvimentista. Portanto, Merquior ao desenvolver essas críticas tinha em mente

---

<sup>449</sup> Id. Ibidem.

<sup>450</sup> Id. Ibidem, p. 284.

uma esquerda assim como uma direita cujos representantes estariam mais voltados ao debate intelectual, e menos a este ou aquele ator político individualizado. E, conforme já identificamos, na direita Merquior tinha em conta aqueles que defendiam um neoliberalismo que qualificava como meramente retórico – diga-se, em clara dissonância ao que ao que era defendido pelos filósofos políticos neoliberais –, sendo que na esquerda o criticismo merquioriano visava às teses defendidas pela escola uspiana de filosofia, que sempre se dispusera a ver o estado como a manifestação das relações opressivas de classe.<sup>451</sup> E, ainda consoante a esse contexto, é que, embora não se possa indicar essas posições como majoritária do horizonte político, certamente essas participavam ativamente do debate nacional.

E nesse tópico, ao tomar como ponto de partida as reflexões de um pensador brasileiro sobre as relações entre império/nação, Merquior não o faz isolando-o das perspectivas intelectuais mais amplas relativas a esse debate no exterior. Sendo assim, o resultado é uma síntese que não se move por mero interesse teórico, mas que pretende se apresentar como alternativa no debate político da democratização. A urgência estava em atentar que os estadófobos de direita e de esquerda estavam errados, porque não concebiam o estado como um elemento importante à democratização. Uma condição que está exemplificada para Merquior

“Na carência de serviços sociais básicos, como educação e saúde, de implementação inconcebível sem o estado. E é também o caso de nossa carência *nomocrática* – nossa urgente necessidade de definir ou redefinir as regras do jogo social, de restaurar e ampliar a vigência do estado de direito –, coisa evidentemente inalcançável pelo mero movimento dos vários particularismos da sociedade civil, e só realizável através do espírito universalista do estado jurídico.”<sup>452 453</sup>

A crítica que cabe ao estado, não deve ocorrer em si mesma – *na crítica pela crítica*. Porém, entender que o “problema político brasileiro não é nenhuma hipertrofia do estado. É isso sim, a persistência de formas de patrimonialismo desse estado”.<sup>454</sup> A

---

<sup>451</sup> No tocante a esse particular ver o ensaio “Direito e Justiça” in **O Argumento Liberal** (1983), págs. 130-34. Nessa mesma obra ver, igualmente, “De Lefort a Marilena: que democracia?”, págs. 135-141.

<sup>452</sup> MERQUIOR, **Op. cit.**, 1983, p. 128.

<sup>453</sup> Não menos importante está, nesta passagem, a prova de que para Merquior o conceito de sociedade civil não deve se desvincular das sociedades civis na história; de modo que se evitou pioneiramente o que se viu na década de 1990, quanto este conceito foi tomado como imediato sinônimo de uma sociedade liberal efetiva, quando deveria prevalecer um senso de análise em que se procurasse delimitar o espaço real de inserção de uma cultura política liberal e de suas instituições na sociedade.

<sup>454</sup> Id. *Ibidem*.

lição de Merquior é a lição da história: de que a construção da sociedade liberal requer que se evite que a sociedade civil se sobreponha ao estado, como evitar que o estado assuma o controle autocrático da sociedade, algo só possível de ser evitado por meio de uma sabedoria intermediária só alcançada em um contexto democrático. Afinal, “a tarefa não é, com efeito, jogar a sociedade contra o estado – é transformar o estado para convertê-lo de império em nação.”<sup>455</sup>

### 3.4 Conclusão

“A Natureza do Processo” é o livro-mensagem de José Guilherme Merquior. Um livro que não pode ser negligenciado em função de suas modestas preocupações em situar o quadro dos principais desafios contemporâneos. Mas nisso não se esgota. O significado desses desafios são postos em uma perspectiva no que se concentra inteiramente na investigação dos pressupostos subjacentes a grande transição para a sociedade moderna. Desse modo, Merquior prefigurava sua obra dentre as análises laboriosas, pois a suposição crucial, flagrante, aliás, ao longo de todo livro, de que a realidade não é simples. A complexidade que Merquior divisava em meio à realidade social é fruto da mudança social permanente, consequência, em grande medida, da moderna divisão social do trabalho, cuja experiência é desde logo reconhecida como espacial e temporalmente diversa. Sem embargo, a crítica merquioriana se encerra entre aquelas em que o objeto legítimo de estudo da filosofia moderna reside nas implicações filosóficas desencadeadas pela industrialização; sem, porém, deixar de salientar que a mudança, como o próprio Merquior definia, “não é um universal inanimado.” Em consequência, “a natureza do progresso é o progresso da liberdade.” A mudança, radicada no interior da sociedade moderna, reflete a centralidade do conhecimento. Assim, uma sociedade confrontada com o desafio da mudança requer liberdades crescentes necessárias à emergência do conhecimento. A premissa é que a mudança na história humana é fortemente condicionada pelo aumento do conhecimento. Por conseguinte, o desafio filosófico da modernidade se funda na compreensão de como o conhecimento leva à mudança e esta engendra a mudança nas estruturas do conhecimento humano.

---

<sup>455</sup> Id. Ibidem, p. 129. Para uma ideia de quanto essa visão seria recorrente em Merquior ver no mesmo volume, os ensaios, “Exorcizando o poder (o neoanarquismo)”, págs. 105-09 e “O mais frio dos monstros”, págs. 119- 25.

A crítica liberal de Merquior não decorrer a partir de manifestações abstratas reunidas ao sabor das tendências de pensamento. Na verdade, essa se assegura na natureza provisória do conhecimento. Uma vez que só esse enquadramento é o que melhor permite o tratamento dos problemas sociais e econômicos da vida moderna. Quaisquer tentativas de recorrência teleológicas são, por princípio, rechaçadas. Daí a análise se voltar para alguns temas constantes, tais como o valor da ciência, o papel das ideologias e dos intelectuais e, principalmente, na inter-relação entre estado, mercado, democracia; sendo esses últimos, vistos dos como processos em si mesmos e, quando considerados em suas interseções, terminam por moldar decisivamente a evolução do processo histórico global. No que somos conduzidos para a apreciação de que a crítica liberal de Merquior é um pensamento, ou seja, um processo epistemológico legitimado pela preocupação com a objetividade, fugindo desta forma ao alcance da emissão de comentários sem o respaldo de um maquinário interpretativo coeso e profundo.

Há outro aspecto que devemos notar. A predileção de Merquior pela abordagem histórica. Desse modo, nota-se uma coerência quanto ao objeto em debate: “a natureza do processo” ser um empreendimento eminentemente histórico. Uma dimensão histórica não apriorística, e sim considerada na continuidade dos problemas e paradoxos da modernidade. O método de análise empregado por Merquior é fiel a essa perspectiva no que concerne à análise dos temas constituintes da modernidade, circunscrevendo-os ora a uma apreciação econômica, ora sociológica, também, cultural e política; mas todas complementares a abordagem histórica, que respondia estruturalmente pelas interpretações alinhavadas, comparativamente, aos mais diversos aspectos da moderna vida social. Assim, resta frisar que o elemento histórico é inerente ao processo que Merquior deseja descrever, ao final se realiza no próprio cerne da crítica liberal, não como uma disposição deliberadamente esquemática ou, rigorosamente, submissa a atitudes decretadas, mas resultado de uma dinâmica entre pensamento e mudança.

O terceiro aspecto chave que devemos considerar nessa construção crítica é a de não se estabelecer somente no plano do grande debate. Desde o momento inicial Merquior tem em vista a dimensão cotidiana. Pois, ao se debruçar sobre uma peculiaridade de um determinado país, a abordagem merquioriana traz o específico para o domínio do quadro geral acerca da natureza moderna. Nesse nível decorre outra relação digna de nota: é que em diversas escalas, se dá um fecundo diálogo entre o geral e o particular.

Tal fato torna-se mais visível quando situa o Brasil no cerne da problemática de sua época. Significativamente, essa se deu em um contexto de liberalização política e econômica em que o país procurava (re)definir um novo momento de sua inserção na modernidade. O debate a respeito da democratização do Brasil necessitava de uma abrangência que deveria se portar acima do lugar comum política, sem recusá-la naquilo que poderia ter de mais importante; seria uma maneira, simplesmente, mais oportuna de vê-la despida de suas superstições intelectuais – uma tendência que Merquior descrevia como sumamente perigosa em face dos reducionismos que engendrava. Com efeito, estamos diante de uma mensagem que se quer política, mas imbuída de padrões filosoficamente sólidos de análise, cujo intuito final é evitar a reprodução de esquemas ideológicos. Dessa forma, a crítica liberal visa antes o debate que à submissão das ideias adversárias a uma verdade final.

Um processo de democratização, por ser um movimento de massas necessariamente convulsivo, e por isso evocativo de muitas tendências políticas pouco inclinadas à racionalidade. No entanto, ainda que isso aconteça, a democracia não deve ser privada de seu traço singular: o debate de ideias. Nesse contexto, o intelectual público cumpre um papel essencial, presente de maneira implícita na construção do liberalismo de Merquior, que é não ser apenas propositivo, mas com fundamentação crítica, isto é, um mediador balizando posições segundo critérios de análise objetiva; em que as ideias não sejam apenas esquemas teóricos ou meras ideologizações, e sim a expressão de uma trajetória histórica.

## Capítulo 4 - O LIBERALISMO COMO ESPELHO CRÍTICO DA SOCIEDADE

A coluna de jornal é o desafio do pensamento ante a realidade. O alcance desse exercício só se dá evitando que o colunismo seja meramente uma compilação de pensamentos ao largo do contexto, como em resistir em ser apenas o registro impressionista do presente. Nesse intervalo se situa o ensaio como resposta que, longe de ser um entendimento exaustivo sobre um tema procura, também, ir além das explicações simples, comumente adotadas em torno do fenômeno social. Essa posição se nutre daquilo que o público anseia: conhecimento diverso daquele que o jornalismo diário não é capaz de oferecer; sem, no entanto, que se recuse a importância deste, pois só dele nasce essa diferença complementar proporcionada pela articulação entre matéria e interpretação emanada de um verdadeiro cultivo intelectual que alicerça no bojo da liberdade de expressão.

Nesse sentido, a arte sutil do ensaio de jornal é a profundidade vista em concisão. Em que se sobressai o fato de o pensamento ser posto cotidianamente em teste, no que depende, em larga medida, de uma relação entre ideias e contexto que se fazem e refazem à luz do ensaio e erro da crítica.

Já a perspicácia em chamar sua coluna de “Vida das Ideias”, mira, sem dúvida, a constatação de que o conhecimento repousa em uma fórmula que o próprio autor empregara para descrever a singularidade da moderna *episteme* – “o pensamento criticando o pensamento”–; ao mesmo tempo em que punha relevo às várias metamorfoses a que as ideias políticas e econômicas estavam sujeitas naquela década que, ao se encerrar, terminou pondo fim ao próprio século. O diálogo de Merquior, enquanto modelo de *uomo universale* da cultura brasileira, será de buscar uma compreensão que não se confina a um único aspecto da realidade, mas transcende fronteiras almejando, justamente, destacar aquilo que é característico à experiência histórica da modernidade. O resultado é que esses últimos textos corroboram, uma vez mais, a figura do intelectual que transita habilmente por diversas temáticas ou que, ao investigar um determinado assunto, o fazia por meio de uma análise simultaneamente cultural, política, social e econômica.

Assim posto, teríamos um sério problema de pesquisa. É que na ausência de uma bússola teórica, corre-se o risco de se adotar um ângulo de exposição mais descritivo que, propriamente, analítico. O resultado, portanto, seria pouco legível no sentido de expor a ordem subjacente a esse pensamento, conduzindo daí para um posicionamento final propenso a registrar simples comentários à margem de uma obra.

Então, ao lado da necessária obediência ao *constructo* teórico, como meio crucial a impedir interpretações anômalas aos objetivos dessa dissertação, temos, naturalmente, a metodologia, que nos exige a divisão da análise em, pelo menos, duas partes de caráter geral. Uma será designada de “Temas de Política”. Ora, com essa rubrica nossa pretensão, obviamente, é abarcar o espectro de temas associados ao estado e a democracia. Uma decisão que já se encontra amplamente justificada em razão do que já se viu nos dois capítulos anteriores, ou seja, ainda que tivesse outra preocupação primária, esse temas, de uma maneira ou de outra, se faziam presentes. O mesmo decorrerá com o mercado, onde os vários aspectos desse fenômeno serão considerados em uma seção chamada “Temas de Economia”. Assim, a despeito de assumirmos esses *distinguos*, é vital esclarecer que a perspectiva dominante não é a reclusão dos temas à sua esfera conceitual; pois como este trabalho tem enfatizado continuamente, o ensaísmo de Merquior privilegia uma abordagem rica em variações sobre e entre temas, que faz jus às diversas nuances vigentes na realidade contemporânea.

## **4.1 Temas de Economia**

### **4.1.1 Luz reformista**

Assim, nada mais correto do que começar pelo ensaio inaugural, “A vida das ideias: a reforma e o sonho”.<sup>456</sup> O ponto de partida de Merquior é a palestra do professor russo Nikolai Shmeliov no colégio do México, descrito como um “destacado economista e internacionalista, perito em agricultura e nas relações com a América do Norte, colaborador frequente da imprensa de elite (...) [tendo] citado ultimamente nos discursos do próprio Gorbachev.”<sup>457</sup> Desse modo, o porquê do interesse por aquilo que o professor convidado tinha a dizer torna-se, então, claro, isto é, de enfeixar uma análise

---

<sup>456</sup> Jornal **O Globo**, caderno O País, domingo, 13 de dezembro de 1987.

<sup>457</sup> Id. *Ibidem*.

sobre a mudança de direção política e econômica que a URSS vinha experimentando desde a chegada de Mikhail Gorbachev ao poder em 1985. A Glanost e a Perestroika, como viriam a ser conhecidas os dois pilares da mudança rumo à maior abertura política e econômica, que se tornariam um dos principais emblemas do espírito reformista do período – confirmação expressa por uma agenda liberalizante que ao fim caracterizaria a década subsequente sobretudo no que se refere à construção de uma nova ordem mundial.

Como Merquior destaca, a partir das considerações de Shmeliov, o problema que da URSS era que, encerrado o ciclo de crescimento extensivo, agora se fazia necessário destravar as alavancas de desenvolvimento intensivo baseado no avanço tecnológico generalizado, caso contrário enfrentaria o sério risco de ficar para trás. Uma situação que já vinha ocorrendo em face dos baixos percentuais de crescimento econômico vistos naquele decênio, e que a população interpretava “como uma autêntica humilhação.”<sup>458</sup> Em outras palavras, mesmo se deixarmos de lado o vocabulário específico que permeia a Perestroika, veremos que o desafio soviético, ironicamente, consistia na provisão de toda uma série de condições necessárias ao funcionamento de uma economia de mercado.

Diante dessa encruzilhada, Merquior passa a anotar a estratégia por trás da reforma. Em primeiro lugar, esta requeria a passagem da centralização à descentralização, ou seja, exige que se estabeleça “um novo equilíbrio entre plano e mercado, substituindo o dirigismo maciço, por doses bem elevadas de liberdade econômica.”<sup>459</sup> E, decisivamente, destaca: “Mercado foi o estribilho conceitual de sua conferência.”<sup>460</sup> Assim, se assume que o objetivo de Gorbachev era a inserção da Rússia na economia internacional, “aumentando substancialmente o volume de suas exportações e incrementando o comércio exterior geral”; enquanto “na área interna se pretendia que 70% das encomendas derivassem da demanda elástica do mercado.”<sup>461</sup>

Uma segunda força estratégica consistia na criação de *joint ventures*, bem como na companhia de ações. Acerca desse tema, Merquior lembra o que Marx dissera n’ “O Capital”, que “a proliferação de companhias de ações [era] um vasto prelúdio à

---

<sup>458</sup> Id. Ibidem.

<sup>459</sup> Id. Ibidem.

<sup>460</sup> Id. Ibidem.

<sup>461</sup> Id. Ibidem.

socialização do capital”<sup>462</sup>; sem, porém, se esquecer de observar que essa visão encontrava respaldo em meio a uma sentença na qual Gorbachev diz que “não se deve confundir propriedade socialista com propriedade estatal.” E, ainda, sobre o processo de abertura econômica, Merquior recupera a constatação de Shmeliov de que este não se daria sem baixas, isto é, “com algumas firmas indo à bancarrota”, explicando que o estado deveria se eximir de ajudar empresas em dificuldades.

Todavia, o pensador russo apontava a reforma financeira como àquela de mais difícil execução. Porque sua natureza não deveria se pautar por um propósito distributivista. Mas se voltar para a “criação de um sistema de preços capaz de permitir ‘decisões econômicas objetivas’”;<sup>463</sup> tendo como foco satisfazer um dos postulados da perestroika, que é a manutenção de crédito e câmbio segundo critérios realistas emanados de uma ordem que é mais o resultado da liberdade dos agentes econômicos do que da vontade do estado.

Mas, a certa altura, Merquior começa a sonhar acordado:

“Que maravilha se o projeto Gorbachev, em seu espírito geral, senão em cada uma de suas propostas específicas, virasse consenso econômico na nossa Nova República. As ideias de Shmeliov estão visivelmente bem longe do vetusto e renitente estatismo de uma parte do nosso chamado pensamento progressista”<sup>464</sup>

A avaliação da Perestroika torna-se um a inspiração para por em relevo algumas teses de cunho reformista que Merquior presumia que deveriam estar presentes no contexto brasileiro de liberalização. Por seu turno, a crítica merquiorana constata que o verdadeiro progressista se encontra do lado de Shmeliov, porque em nome do interesse nacional, afeito que era “a vanguarda da elite soviética” à moderna economia, se propôs o desmantelamento da economia de comando. Já o “nosso progressivismo é na verdade muito mais conservador que progressista – a ideologia arcaica do intelectual anacrônico, do político desatualizado e da burocracia cartorial.” A recusa principal que Merquior aqui identifica é a da aceitação da dinâmica de mercado como um valor fundamental ao crescimento econômico. Patente no curso da conferência do professor russo, em que alguns intelectuais latino-americanos presentes indagam se o reformismo de Gorbachev não ameaçaria a estabilidade soviética; ao passo que Merquior registra o sorriso irônico

---

<sup>462</sup> Id. Ibidem.

<sup>463</sup> Id. Ibidem.

<sup>464</sup> Id. Ibidem

do professor ao indicar que nesse caso “estabilidade” deveria ser entendida como estagnação, pois “o único equilíbrio fecundo [que podia interessar] é um equilíbrio dinâmico”<sup>465</sup> entre plano e mercado.

Nesse ensaio as notas de política ficam restritas a duas situações. Uma delas se pautava em observar que a perestroika transcorria, segundo a ótica dos gorbachevianos, como um retorno à Nova Política Econômica (NEP) posta em ação por Lênin em 1921. Por esse motivo, as reformas econômicas não foram entendidas como um abandono do socialismo e sim como uma “restauração”; não, é claro, buscando a recriação do proletariado, mas de preparar a URSS para a competição econômica do século XXI. E por não se tratar de uma traição ao projeto socialista é que a perestroika firma sua legitimidade. E ao elaborar esse comentário à luz de uma comparação histórica fica evidente o quão Merquior continuava atento aos processos políticos de legitimação. A segunda versa sobre uma incógnita à época. Que foi suscitada no curso daquele seminário por outro *scholar*, Archie Brown, que procurava esmiuçar as consequências políticas do reformismo de Gorbachev. A conclusão desse professor é que os efeitos da Perestroika só começariam a apresentar resultados em médio prazo, de forma que a cúpula soviética teria de acelerar a abertura política com o intuito de conter o descontentamento popular comum aos processos estruturais de reforma.

O certo é que nesse ensaio pode-se antevê, senão tudo, uma boa parte das preocupações que nortearam o pensamento de Merquior. A preocupação basilar com uma época de reformas. Principalmente, com relação aos perigos e oportunidades, assinalando mudanças de natureza tanto política como econômica, tanto social como cultural, nas quais o pensamento não está dado de antemão, mas que se encontra em nítida evolução.

#### **4.1.2 Transformação capitalista**

O espírito que conduziu inúmeros intelectuais à revalorização da economia de mercado esteve presente, ao menos, em dois processos chaves da década de 80, quer seja na abertura econômica protagonizada pela URSS e os demais países do leste

---

<sup>465</sup> Id. *Ibidem*

européu, e no renascimento do liberalismo econômico em nações de grande relevância geopolítica, como os EUA de Reagan e a Grã Bretanha de Thatcher.

Com Merquior não foi diferente. O resultado mais visível nesta fase de sua produção intelectual é o ensaio chamado “A revolução capitalista”<sup>466</sup> dividido em três partes. Na primeira parte, Merquior ilustra a importância histórica propriamente dita do fenômeno capitalista. Para essa análise o autor, de saída, procura alinhar a mecânica do capitalismo na essência do desenvolvimento. Enquanto o segundo tópico, ainda influenciado pelo conteúdo histórico do postulado anterior, chama atenção para o que se tornou uma das ideias mais emblemática em torno do capitalismo global, o conceito de Schumpeter de “destruição criadora”.

Para Merquior, o capitalismo é melhor entendido pela dimensão do desenvolvimento. Uma noção que, sem sustar toda a complexidade que nela reside, converge para uma visão de processo, cuja definição mais estrita é aquela que descreve o desenvolvimento como sendo a ascensão dos “países mais pobres [que] chegam a atingir níveis de vida primeiro alcançados pelas nações que encarnam a sociedade industrial avançada.”<sup>467</sup> Ao atrelar os elevados níveis de vida social ao crescimento econômico, Merquior está, obviamente, afirmando que o motor dessa evolução se encontra no capitalismo que agora, “globalmente adiantado, permanece o apanágio do mundo capitalista.”<sup>468</sup> Mesmo ciente de que outras economias, que não propriamente capitalistas, sejam capazes de crescer, dado à tecnologia, e que economias socialistas tenham sido capazes de entronizar uma dinâmica industrializante, que lhes proporcionou uma base primitiva de acumulação de capital, só a economia de mercado é aquela que possui a complexidade necessária para um crescimento de natureza intensiva baseado, principalmente, no domínio da ciência natural moderna.

Entretanto, a opinião de Merquior a acerca do capitalismo está longe, como já vimos, de se aproximar de um triunfalismo ingênuo. Novamente, a defesa sempre se dá por uma diretriz consubstanciada na dimensão do processo. Por essa perspectiva, termina por sobressair um tipo de análise que privilegia as estruturas de longa duração,

---

<sup>466</sup> MERQUIOR, J. G. *A revolução capitalista (III)*, **O Globo**. O País, domingo, 21 de fevereiro de 1998; *Desenvolvimento e distribuição (A revolução capitalista V)*, **O Globo**. O País, domingo, 20 de março de 1988 e *Desenvolvimento e Economia Internacional (A revolução capitalista VI)*, **O Globo**. O País, domingo, 27 de março de 1998.

<sup>467</sup> MERQUIOR, *A revolução capitalista*, idem, ibidem.

<sup>468</sup> Idem, Ibidem.

senão, por assim dizer, aqueles aspectos mais profundos da natureza social moderna que escapam ao olhar conjuntural; não sendo, obviamente, uma recusa desta última. Como nos é dado ver, por exemplo, sobre as ameaças – como déficit orçamentário –, que pairavam naquele momento sobre a economia americana, cuja hegemonia, aliás, Merquior já considerava bastante relativizada, muito embora não podia ser tomada como sinal de derrocada do capitalismo, mas apenas de um problema de conjuntura. Sendo que, na conjuntura mundial do período, a crise da União Soviética é o exemplo de desajuste econômico de ordem estrutural, pois “a economia de comando se revela uma máquina inadequada para o crescimento (...) generalizad[o] típico do industrialismo adiantado.”<sup>469</sup>

Não é sem razão que Merquior voltará sua atenção para Schumpeter. Porque o motor do capitalismo é a inovação tecnológica. Que, como descreve o autor, se alicerça em dois estágios, em que “no primeiro prevalece a busca de novas técnicas e métodos de produção. No segundo, a seleção dessas técnicas e métodos.”<sup>470</sup> Esses são os dois aspectos que regem o princípio de “destruição criativa”. Para Merquior, as economias de mercado são mais eficientes tanto na produção quanto na escolha tecnológica, ao contrário das economias planificadas que tenderiam ao desperdício e à irracionalidade na alocação de recursos.

Num artigo que vai de Smith a Marx e deste a Keynes, a figura dominante será, sem dúvida, Schumpeter. Assim, Merquior o tem em vista um autor que, grande parte de sua obra foi escrita na primeira metade do século passado, tinha como objeto de análise principal discorrer sobre a evolução do capitalismo, embora revelasse certo ceticismo quanto seu sucesso absoluto; sobretudo num ambiente de competição hostil com o socialismo e culturas políticos-intelectuais dentro das sociedades do ocidente infensas à dinâmica do mercado.<sup>471</sup> Trata-se da tese clássica associada a Schumpeter dos riscos de debilitamento do capitalismo pela via cultural, de possível realização, em face de um intelectualidade anticapitalista, de certas condições que refreariam o capitalismo. Mas como Merquior sublinha, na segunda metade do século, as classes que, supostamente, seriam responsáveis por essa mudança radical, as massas assalariadas e o

---

<sup>469</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>470</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>471</sup> Idem, *Ibidem*.

operariado, se mostraram mais inclinadas que, propriamente, refratárias ao crescimento econômico.<sup>472</sup>

Nesse sentido, nos vemos diante de uma defesa do capitalismo que, além de recorrer a Schumpeter, também dialoga com a obra de um autor muito presente nos debates daquele momento, o Peter Berger de a “A Revolução Capitalista”, que foi não só lida, mas profusamente anotada por Merquior.<sup>473</sup> O ponto aqui é que se passa a privilegiar desenvolvimento e distribuição.<sup>474</sup> A tese que Merquior toma para si da leitura de Berger é simples: “foi a economia capitalista que arrancou o gênero humano da miséria absoluta.” Ora, nesta parte do ensaio o tom escolhido procura alinhar um vasto quadro comparativo em que argumentos a favor do capitalismo escapam ao campo estritamente econômico, passando a demonstração de como este regime econômico facultou o acesso ao bem estar social, principalmente se confrontado com a experiência socialista. Uma comparação que se alimenta não apenas de várias passagens de Berger relativas à melhoria das condições materiais da população, mas das pesquisas do economista Amartya Sen, que mais tarde viria a ser laureado premio Nobel de Economia, por uma obra que se notabilizou ao trazer à baila variáveis, pouco usuais à época, de bem-estar e estritamente relacionadas à qualidade de vida (p. ex. longevidade), como prova da capacidade do capitalismo de garantir níveis crescentes de satisfação social.

Uma vez que já vimos esse tipo de defesa na esfera do capítulo três, quando analisamos o livro “A Natureza do Processo”, parece-nos sensato atentar para o que há de singular nesse ensaio. Fora a ideia de que o “crescimento capitalista”, dentre todos é o melhor, e, sobretudo, em razão de selecionar políticas que Merquior define como *inteligentes*, “como a defesa de preços e a promoção racional de empregos”<sup>475</sup>; uma característica vigente, por exemplo, na agricultura de exportação brasileira, ou da Revolução Verde da Índia em meados dos anos 70, confirmações notáveis da eficiência do capitalismo, em países que abrigavam (e abrigam) uma vasta cultura estatizante.<sup>476</sup>

---

<sup>472</sup> Idem, Ibidem.

<sup>473</sup> BERGER, Peter. **The Capitalist Revolution – fifty propositions about prosperity, equality and liberty**. Nova York: Basic Books, 1986.

<sup>474</sup> MERQUIOR, J. G. *Desenvolvimento e distribuição (A revolução capitalista V)*, **O Globo**, O País, domingo, 20 de março de 1988.

<sup>475</sup> Idem, Ibidem.

<sup>476</sup> Idem, Ibidem.

No entanto, mesmo que estejamos diante de uma inequívoca defesa do capitalismo, a conclusão de Merquior não deixa de conferir importância ao papel do estado:

“O reconhecimento de que o crescimento é a melhor via para a distribuição de renda não tem que aposentar o estado de tarefas assistenciais óbvias e eticamente urgentes, como na erradicação da penúria. A ‘prioridade ao social’ não é, nem tem que ser um slogan anticapitalista. A LBA (Legião Brasileira de Assistência) admite a existência de 50 milhões de carentes no Brasil – um terço das famílias brasileiras. Nessas condições, permanece claramente na ordem do dia o espírito do projeto ‘Brasil 2000’, concebido por Hélio Jaguaribe.”<sup>477</sup>

E, escrevendo em 1988, a mensagem final é por um desenvolvimento *cum* igualdade. Um objetivo que tem a ambição de aproximar o Brasil dos níveis de excelência econômica e social até aqui vigentes no Primeiro Mundo. E que só pode ser conquistado, de acordo com Merquior, se o Estado participasse ativamente na promoção social, que aqui tem o significado de incorporar as massas à sociedade de consumo.<sup>478</sup>

Nessa proposta, reside um dos temas que dominará a orla do debate político em meio às primeiras eleições para presidente e que foi a inserção internacional da economia brasileira, declarada de necessidade de abertura econômica.<sup>479</sup> Para Merquior, o crescimento econômico capitalista não poderia se submeter meramente ao mercado nacional, pois lembra o autor, valendo-se do historiador francês Fernand Braudel, que o capital moderno é a “zona do alto lucro”, ou seja, um capital que não reconhece fronteiras nacionais. Tal visão evita as ideologias do imperialismo e da sociologia da dependência, que o autor descreve como obstáculos ao crescimento devido à preponderância do dirigismo estatal.<sup>480</sup> Sob esta ótica, o declínio das economias planejadas favorecia resolutamente o capitalismo. Principalmente porque sua plena realização não pode se dar fora dos mercados internacionais, sendo esta, até mesmo, uma condição *sine qua non* para a prosperidade nacional. Assim, se antecipa, ainda que em brevíssimas linhas, o debate em torno da globalização que estaria em voga na década seguinte.

---

<sup>477</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>478</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>479</sup> MERQUIOR, J. G. *Desenvolvimento e Economia Internacional (A revolução capitalista VI)*, **O Globo**, O País, domingo, 27 de março de 1998.

<sup>480</sup> Idem, *ibidem*.

#### 4.1.3 Hegemonia em xeque (A)

O que Merquior prefere chamar de “sistema americano” não é mais que uma variante do que se conhece por Pax americana. Ou seja: o predomínio hegemônico dos EUA na nova ordem mundial após o fim da Segunda Grande Guerra. Neste cenário, “o dólar ultrapassou a libra como supermoeda universal, enquanto o Pentágono rendeu a Royal Navy como braço armado da ordem entre as nações; (...) cuja face europeia, por sua vez, possuía dois pilares, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e o Plano Marshall”<sup>481</sup>. Um terceiro pilar, por seu turno, se fixou na Ásia: o Japão foi o principal país da região que se beneficiou do engajamento americano na reconstrução econômica do pós-guerra – engajamento, aliás, que se constata ter sido sumamente “generoso”.

O problema que Merquior quer apontar é que a nova realidade econômica europeia e japonesa seria a nova ameaça à hegemonia americana. A Europa porque, depois de 30 anos do “Tratado de Roma” (1957), se preparava para “formar definitivamente um mercado comum de mais de 300 milhões de habitantes, monetariamente unificado e pouco propenso a respeitar o predomínio da supermoeda debilitada, o dólar.”<sup>482</sup>

Sobre a Europa, Merquior identifica um problema que, hoje, tem sido objeto de protestos por parte do atual governo americano: o fato de “o custeio da OTAN (...) [ser] uma carga pesadíssima que anda pelos cem bilhões de dólares anuais, e os europeus ainda se recusam, no essencial, a arcar com os gastos de sua própria defesa, em nível global ou estratégico.”<sup>483</sup>

No Japão, por sua vez, o elemento de desequilíbrio residia na sua “agilidade tecnológica e a agressividade comercial de uma economia cuja taxa de poupança girava em torno de 12%, enquanto que nos EUA esta se encontrava em franco declínio.”<sup>484</sup>

Para Merquior a saída da crise só poderia acontecer na década seguinte mediante uma fratura do poder econômico americano. Um poderio que também se encontrava ameaçado internamente:

---

<sup>481</sup> MERQUIOR, J. G. *A crise do sistema Americano (I)*, **O Globo**, O País, domingo, 24 de julho de 1988.

<sup>482</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>483</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>484</sup> Id. *Ibidem*.

“A braços com enormes despesas militares, caríssimos programas de previdência, quadros gerenciais mal formados e uma cultura hipnotizada pelo alto consumo, os Estados Unidos constituem hoje uma economia caracterizada a um só tempo pelo superconsumo e pelo subinvestimento (...); [por sua vez] a baixa acumulação de capital causou a redução do crescimento da produtividade, levando à desindustrialização em vários campos.”<sup>485</sup>

À sombra dessas questões, esse foi o período que o tema do declínio americano esteve mais presente no centro do debate intelectual. A prova disso está registrada na vasta literatura publicada; literatura com a qual Merquior estava familiarizado, como se pode ver na tentativa de enquadrar a natureza da crise americana segundo a ótica do historiador inglês Paul Johnson que, numa conhecida obra<sup>486</sup>, destacava que os EUA sofriam do mal da “nêmesis econômica do expansionismo militar”<sup>487</sup>, isto é: a exacerbação do poder militar longe das condições ideais de sustentabilidade financeira.

Depois de descrever o cenário que subjaz à crise, somente na segunda parte do ensaio<sup>488</sup> é que se trataria das implicações decorrentes.

Sendo assim, Merquior retoma a tese do declínio, porém destacando que “os EUA não se demitiram nem do futuro nem do passado.” Prova: a “vitalidade de setores como o Silicon Valley na Califórnia.”<sup>489</sup> Porém, chega-se a uma constatação óbvia: na incapacidade de uma reconversão cultural do consumo a nova ética do trabalho, “a superpotência ocidental não poderá continuar indefinidamente a pedir emprestado, dentro e fora do país, para financiar seus colossais programas estratégicos e sociais.”<sup>490</sup>

Com efeito, a Europa e o Japão teriam diante de si um EUA cada vez mais inclinado a reduzir os custos com gastos militares. Nesse refluxo se considera, ainda, que o comportamento da política externa americana convergiria para algo similar ao que, então, se sucedia ao campo soviético: “uma introspecção histórica”, em que a abertura econômica da URSS (Union des Républiques Socialistes Soviétiques) se seguiria a um abrandamento do intervencionismo. A conclusão é que o mesmo deveria acontecer com os EUA, pois a nova ameaça era não mais ideológica e sim comercial.

---

<sup>485</sup> Id. Ibidem.

<sup>486</sup> KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of Great Powers – Economic Change and Military Conflict from 1500-200**. London: Harper Collins Publishers LTD, 1988.

<sup>487</sup> Id. Ibidem.

<sup>488</sup> MERQUIOR, J. G. *A crise do capitalismo (II)*, **O Globo**, O país, 31 de julho de 1988.

<sup>489</sup> Id. Ibidem.

<sup>490</sup> Id. Ibidem.

No caso soviético, Merquior pondera que se deu uma mudança de história das ideias, na qual o Kremlin havia trocado Lênin por Kondratiev; ou seja, o interesse decisivo se concentrava em soerguer o dinamismo econômico do que dar combate ao imperialismo capitalista, e contrasta esse fenômeno com o atraso do debate latino americano: “Daí a nova palavra de ordem soviética ser tão descaradamente economicista, para notável constrangimento dos “economicidas” que ainda pululam entre a paleolítica intelligentsia na América Latina.”

A tensão entre relações internacionais e economia será a tônica da metade seguinte do ensaio: “o acaso da hegemonia americana pode acirrar tensões, instalando uma fase de acentuada instabilidade no sistema internacional.”<sup>491</sup> (...) Seja como for, porém, uma coisa parecia certa aos olhos do autor: “nem os EUA nem a URSS parecem destinados a atuar (...) como potencias indesejáveis”(sic).

Dessa forma, para a análise merquioriana, estaríamos às portas do multipolarismo. No qual a tendência dominante “seria a emergência de uma economia de grandes conjuntos, capitaneada pelo reforço do Mercado Comum Europeu (MCE) e pelo Zollverein (união aduaneira) entre EUA e Canadá.”<sup>492</sup>

Entretanto, a visão de Merquior, que se quer permeada pela predileção por uma teoria leva em conta à reconfiguração da economia em blocos, inspirada que foi pela tese de Robert Gilpin,<sup>493</sup> é que, nessa propensão à abertura econômica, o Japão e a Comunidade Econômica Europeia rechaçariam “o princípio americano de uma economia internacional liberista, (...) preferindo o controle estatal das relações mercantis ou laços estreitos entre o Estado e a indústria modelo.” Procurando sustentar essa posição, o autor socorre-se no economista Lester Thurow<sup>494</sup>, que dizia que no fim do século passado o predomínio não seria do livre cambismo, mas de um protecionismo amplamente difundido. Em consequência, novamente, retornamos para Gilpin. Este defendia como solução para os norte-americanos a ampliação do comércio com as nações em desenvolvimento da América Latina e Pacífico, sendo que se observava nisso uma possibilidade de compensação, já que esses países, segundo Merquior, tinham, em

---

<sup>491</sup>Id. Ibidem.

<sup>492</sup>Id. Ibidem.

<sup>493</sup>GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

<sup>494</sup> O livro que Thurow estruturou melhor esse argumento é **Dangerous Currents (State of Economics)**, Oxford: Oxford University Press, 1983, embora não se encontre registros na biblioteca de Merquior desse título, o que nos leva a presumir que essa perspectiva lhe tenha chegado por uma fonte secundária.

maior ou menor escala, se convertido em “exportadores de recursos financeiros.”<sup>495</sup> Por isso, a desconfiança latente quanto à estratégia de reconstrução do sistema americano proposta pelo secretário de estado Henry Kissinger na década de 70; em que esta ora se pautava por um novo concerto das nações, ora por uma via trilateral, mas que Merquior apontava como algo problemático, devido à realidade presente do período não contemplar, dentre outros aspectos, a inserção de outras potências médias, entre essas, o Brasil, na nova perspectiva internacional.<sup>496</sup>

Em resumo, o foco principal de “A crise do sistema americano” consiste na atenção conferida a algumas posições relativas, tomadas na vigência das mudanças políticas e econômicas, na qual a análise merquioriana se caracteriza menos em ditar certezas resolutivas e mais em nos apresentar uma diagnose, um abre-alas à reflexão, em razão dos desafios futuros e das oportunidades reais daquele momento histórico.

#### **4.1.4 Hegemonia em xeque (B): ideias de declínio**

Uma boa evidência de quão importante a crise da hegemonia americana concentrou a atenção de Merquior é seu retorno ao tema em outubro de 1988, em meio a um ensaio intitulado “A escola do declínio”, também, publicado em duas partes.<sup>497</sup> Se n’ “A crise do sistema americano (I e II)” o autor nos oferece uma análise dos problemas internacionais encabeçados, primeiro, por uma URSS, marchando estrategicamente para a abertura econômica e política; e, segundo, por um EUA diante da dupla ameaça dos novos competidores europeus e asiáticos, “A escola do declínio”, por sua vez, pretende expor algumas das teorias, à época, candidatas a explicar a paulatina perda da influência americana.

Por isso, é pedido ao leitor que traga à memória o ensaio “A crise do sistema americano”<sup>498</sup>. Principalmente, no que se refere a um tópico. O que versa sobre o fato de os EUA estarem ameaçados por uma combinação de “superconsumo” e “subinvestimento.” Desse ponto, Merquior indica existir, ao menos, quatro teorias, que

---

<sup>495</sup>MERQUIOR, J. G. *A crise do capitalismo (II)*, **O Globo**, O País, 31 de julho de 1988.

<sup>496</sup>Id. *Ibidem*.

<sup>497</sup>MERQUIOR, J. G. *A escola do declínio*, **O Globo**, O País, 09 de outubro de 1988 e 16 de outubro de 1988.

<sup>498</sup>Id. *Ibidem*.

rivalizam entre si em torno da explicação do declínio americano. Nesse quadrante, a visão teórica de Robert Gilpin se destacaria por ser a mais em voga; esta seria a

“teoria da estabilidade hegemônica. A ideia que a ordem do sistema internacional depende de uma potência hegemônica. Essa potência cumpre certo número de funções essenciais à estabilidade do sistema. Ela é detentora de uma moeda mundial, é grande exportadora de capitais e o mantém como mercado aberto às nações clientes. Além disso, fornece o braço armado do sistema.”<sup>499</sup>

Segundo essa teoria, o sistema corre o risco de debilitamento, quando “o país dominante entra num ciclo de “overstretch”<sup>500</sup>, ou seja, quando suas despesas militares de garantia da ordem hegemônica começam a pesar demais na sua capacidade econômica nacional.”<sup>501</sup>

Essa teoria que Merquior observa se cobrir de evidências ao se amparar na realidade americana e “com evidencia igual ou maior na União Soviética,”<sup>502</sup> tem como antagonista o pensamento do cientista político Robert O. Keohane.<sup>503</sup> Uma das principais figuras desse debate, esse estudioso argumenta “que é possível existir uma ampla cooperação entre potências capitalistas, sem necessidade de um papel hegemônico exercido por uma delas.”<sup>504</sup>

Entretanto, a teoria que Merquior dedicara mais atenção se referia ao modelo clássico de declínio das potências, elaborado no século XVIII por Gibbon acerca da queda do império romano ou, ainda, pelas análises de Montesquieu. Nesse modelo, ora se tinha como causa principal do declínio imperial/nacional, a fadiga militar, ora a “decadência dos costumes ou a combinação de ambas as coisas.”<sup>505</sup>

Nesse ponto, o ensaio de Merquior inclina-se mais à história, dividindo-se em duas óticas:

“Será que a autópsia dos antigos impérios nos ensina mais sobre os declínios recentes, como o do Império Britânico, que as teorias modernas? Essa é uma questão. Outra, ainda mais atual, consiste em

---

<sup>499</sup> Id. Ibidem.

<sup>500</sup> Para uma discussão detalhada dessa teoria ver Paul Kennedy, Op.cit.

<sup>501</sup> MERQUIOR, J. G. *A escola do declínio*, **O Globo**, O País, domingo, 09 de outubro de 1988

<sup>502</sup> Id. Ibidem.

<sup>503</sup> A obra desse pensador que Merquior se refere é o livro: **After Hegemony – Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

<sup>504</sup> MERQUIOR, J. G. *A escola do declínio*, **O Globo**, O País, domingo, 09 de outubro de 1988.

<sup>505</sup> Id. Ibidem.

medir o grau de semelhança entre o mais espetacular declínio moderno, o britânico, e a presente erosão da hegemonia americana.”<sup>506</sup>

O primeiro problema que se coloca é se a derrocada do Império Britânico pode ser explicada pela via da teoria hegemônica. Para Merquior, “os gastos militares da velha Albion, mesmo no auge do seu poder mundial, eram perfeitamente comparáveis aos de seus rivais e não chegavam, então, a pesar demasiado sobre a economia inglesa.”<sup>507</sup> Ou seja: nesse momento não se trata de um caso de “overstretch” porque a natureza do império era informal, isto é, “não-territorial, baseado na força da economia líder e não na ocupação político-militar de territórios vassallos.”<sup>508</sup> A mudança na direção declinante só ocorreu, segundo Merquior, “em resposta ao desafio estrangeiro, especialmente alemão— a opção do Reich Guilhermino ditada pela tentativa de assegurar as bases de seu comércio que levou ao desenvolvimento de uma política naval agressiva —, que a Grã-Bretanha converteu seu império de informal em formal, e acabou desaguando, nos anos trinta no protecionismo de um sistema imperial de preferências”<sup>509</sup>; um fator que, ao lado da Primeira Grande Guerra, terminou por acentuar ainda mais o declínio britânico. De modo que Merquior considera as teorias clássicas mais elucidativas que as de tipo hegemônicas.

Quanto ao declínio americano, só na segunda parte do artigo é que se procura ver quão esse caso se coadunaria à perspectiva britânica.<sup>510</sup> De acordo com Merquior, o quadro de ameaça ao “hegemon” americano só pode ser compreendido à luz de diferentes teorias relacionadas: assim, “a teoria do ‘overstretch’ precisa ser combinada com fatores de outra natureza. Afinal, tanto a Suécia quanto a Coreia [do Sul] gastam com defesa uma proporção do seu PNB [Produto Nacional Bruto] equivalente à americana.”<sup>511</sup> Para Merquior, as causas da queda americana estavam, antes, localizadas em um fator interno, do que externo: “Montesquieu (...), como Voltaire, apontaram também o efeito do luxo, em meio ao ócio das elites. Não falta quem pense que o recuo da velha ética do trabalho, de fontes puritanas, explica boa parte da perda de vigor industrial nos EUA”. Atualizada, essa análise aponta para a queda contínua da produtividade após a guerra, em que

---

<sup>506</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>507</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>508</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>509</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>510</sup> MERQUIOR, J. G. *A escola do declínio*, **O Globo**, O País, domingo, 16 de outubro de 1988.

<sup>511</sup> Id. *Ibidem*.

“era mais do que natural que outras nações lograssem diminuir a distância que as separava dos americanos”<sup>512</sup>; outro dado é que o “crescimento e multiplicação das multinacionais, ainda é um fenômeno de caráter predominantemente americano, (...) [é certo] que as matrizes americanas estão cada vez mais responsáveis pela invenção ou montagem, mas toda uma série de especializações altamente lucrativas vem migrando para o exterior, sobretudo para a Ásia.”<sup>513</sup>

Nesse aspecto, Merquior conclui que o quadro acerca do declínio americano é ambíguo. Pois, ainda que incorresse no grave erro que é, segundo o autor, estimular condições de hiperconsumo, ao mesmo tempo faz definhar as de investimento, a decadência dos EUA é apenas relativa, senão, “hipotética,” vindo na União Soviética uma situação muito mais afeta à decadência. No que tange a comparação com o Império Britânico, Merquior assinala que, ao que se passava entre 1890 e 1910, os EUA não enfrentam “pela frente nenhum antagonista em ascensão. Em outras palavras, em termos de impulso econômico-tecnológico e posição histórica, a URSS de hoje não equivale à Alemanha de anteontem.”<sup>514</sup> Mesmo porque, acrescenta, a posição americana estava longe de ser amplamente contestada pelos demais países indústrias; que, ademais, se eximiam de maiores gastos militares, de forma que à sujeição à órbita americana era “sinceramente aceita” naquele momento de bipolaridade.

Então, o lembrete final de Merquior sobre este tema é que não restavam dúvidas quanto à crise do sistema americano. A par deste fato, não se pode deixar de lado outra verdade igualmente importante, cujas palavras nosso autor toma de empréstimo de John A. Hall, que “os EUA estão certamente ‘down, but not out’: estão declinando, mas ainda não deixaram o centro do poder no Mundo contemporâneo.”<sup>515</sup>

#### **4.1.5 Consequências sociais da economia de serviço**

Outra tendência que viria ser de grande importância na época foi o debate sobre a emergência de uma economia de serviços. Merquior dedica ao tema um ensaio que, dividido em duas partes<sup>516</sup>, tem como ponto de partida uma análise do eixo pioneiro da expansão do fenômeno, a economia americana. Um fenômeno que o autor situa ser,

---

<sup>512</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>513</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>514</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>515</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>516</sup> MERQUIOR, J. G. *A economia de serviços (I)*, **O Globo**, O País, domingo 7 de agosto de 1988.

antes, de matriz sociológica que econômica: pois, coube “a certos economistas americanos falar numa economia de serviços de alto emprego,” identificada, principalmente, com o sucesso do governo Reagan na criação de doze milhões de empregos só nesse setor, é preciso reconhecer, porém, que “o tema da economia de serviços não nasceu na ciência econômica e sim na sociologia.”<sup>517</sup>

O núcleo central desse debate se relacionava com o destaque assumido pela rápida evolução do setor terciário era um dos elementos chaves em torno do surgimento de uma sociedade pós-industrial; que, de acordo com Merquior, dentre os nomes principais, estavam figuras intelectuais, de sociólogos como Alan Touraine na França e Daniel Bell, nos EUA.<sup>518519</sup>

Sendo que nesse ensaio, Merquior confere mais importância às teses de Bell do que às de Touraine. A evidência imediata disso pode ser vista em alguns comentários, a priori, sobre a natureza de que essa nova disposição econômica seria caracterizada “pelo domínio da troca de serviços sobre a mera produção de bens materiais”<sup>520</sup>. Um dos efeitos principais da visão de Bell, segundo Merquior, é que o pós industrialismo seria uma sociedade de relações menos materialistas, abrindo caminho “para uma nova ética da comunidade (...), capaz de ‘desligar o liberalismo da sociedade burguesa.”<sup>521</sup> Embora, Merquior esteja ciente que, aquele sociólogo em meados da década de 80 reformara significativamente seu pensamento, cuja vertente originária tinha vindo à baila quinze anos antes, preferia, naquele contexto, valorar menos a sociedade pós-industrial, e mais em “abraçar um conservadorismo (...), [visando] proteger o liberalismo do libertarianismo, [lavrado em meio à] permissividade contracultural”<sup>522</sup>

Há, também, as críticas ao conceito de sociedade industrial. Por exemplo, Merquior, compartilha a opinião daqueles que distinguiram “que muitos dos empregos no terciário pertenciam na realidade a serviços ligados à produção, na distribuição, nos bancos ou nas companhias de seguro.”<sup>523</sup> E sublinha: que, se a massa de assalariados

---

<sup>517</sup> Id. Ibidem

<sup>518</sup> Id. Ibidem.

<sup>519</sup> Quanto às obras desses autores, ver Bell Op.cit., quanto Touraine, ver especialmente o livro *Production de la Société*. Paris: Editions du Seuil, 1973

<sup>520</sup> Id. Ibidem.

<sup>521</sup> Id. Ibidem.

<sup>522</sup> Id. Ibidem.

<sup>523</sup> Id. Ibidem.

viesses se concentrar na área de serviços, isso não significaria a imediata substituição do setor de bens de consumo duráveis por aquela. E mais enfaticamente comenta:

“Enfim, esses consumidores não são nem um pouco menos individualistas ou utilitaristas que seus predecessores habitantes da sociedade industrial. O neocomunitarismo pós-industrial era apenas um sonho de sociólogo, não uma verdadeira tendência sociológica.”<sup>524</sup>

Mesmo assim, Merquior não se recusa em destrinchar alguns dos efeitos da economia do setor terciário na sociedade. Tendo em vista a realidade que se descortina aos seus olhos, o autor comenta, por exemplo, que os empregos naquele setor se concentravam basicamente em três áreas: “(...) se localizam no campo das finanças (...), nas instituições previdenciárias e assistenciais do amplo “welfare estate”(...) [e em] uma terceira classe de empregos (...), [que] são ocupações humildes, de salários baixos, no comércio varejista e na hotelaria.”<sup>525</sup> E destaca que o crescimento do emprego nesse setor abrangiu “um colossal aumento da força de trabalho feminina, exceto na última categoria”<sup>526</sup>

No entanto, a pergunta que nos resta é: como Merquior avalia o “boom” em torno da economia de serviços?

Para Merquior, havia de um lado, a interpretação daqueles que diziam que a ascensão do terciário era “uma resposta criadora à recessão [enfrentada pelos EUA]”.<sup>527</sup> Outra via, consistia em “sublinhar aspectos morais”: “Afinal, muitos serviços, em particular aqueles incluídos no aparato da ‘welfare society’ representam luxos dignos de uma sociedade mais humana e humanitária.”<sup>528</sup> É que, em meio a essa perspectiva, Merquior nota um desses efeitos imprevistos da vida social, pois à ideia oficial de livre-mercado dos anos Reagan, o que prevaleceu foi um “crescimento baseado (...) na mola propulsora [de uma] sociedade de bem estar financiada por gastos governamentais.”

Assim, a economia de serviços encarnaria um desmentido ao liberismo, no próprio país onde ele alimentou o triunfo da nova direita.

---

<sup>524</sup> Id. Ibidem.

<sup>525</sup> Id. Ibidem.

<sup>526</sup> Id. Ibidem.

<sup>527</sup> Id. Ibidem.

<sup>528</sup> Id. Ibidem.

Mas é só na segunda parte do artigo que Merquior aprofunda a avaliação em torno da economia de serviços<sup>529</sup>. Principalmente no que a mudança para a economia de serviços é reveladora da “crise do sistema americano”: isto é, da já comentada diagnose de nosso autor em que “já se tornou consensual identificar o problema de raiz como um caso de superconsumo conjugado com subinvestimento.”<sup>530</sup> E recorda o que a esse respeito disse, à época, a historiadora econômica Emma Rothschild, que se os EUA não fossem uma superpotência, mas um país subdesenvolvido, “certamente já teriam sido condenados por várias instituições internacionais pela sua indisciplina de sua conduta econômico-financeira.”<sup>531</sup>

Merquior constata alguns aspectos perniciosos da economia de serviços. Um problema que se articula menos no âmbito do interesse econômico propriamente legítimo e mais no plano social. Assim, “muitos desses serviços, e justamente os mais bem pagos, são essencialmente para os ricos, como os bancos, seguros e imobiliários, além de constituírem áreas ocupacionais em geral mais pobres, como os negros e chicanos.”<sup>532</sup> Um segundo problema identificado pelo autor é que, na economia de serviços o nível de produtividade é mais baixo, pois seus investimentos estão alocados em setores pouco voltados à exportação, como pela mudança na composição do PNB: “enquanto diminuiu a parte do investimento, a parcela do consumo pessoal e governamental aumentou.”<sup>533</sup>

Por outro lado, Merquior crê no cabimento de registrar que, em complemento ao quadro anterior, a chegada dos EUA à economia de serviço se deu ao custo de uma desindustrialização acentuada. Porém, sem que o mesmo tenha ocorrido em países como Japão, Suécia ou Suíça, onde esses não recuaram no nível de suas participações no comércio mundial.<sup>534</sup> Sendo que a “crise do sistema americano” foi agravada “nos anos Reagan [quando] as importações americanas excederam em muito as exportações - e o hiato foi financiado pelo capital estrangeiro.”<sup>535</sup> Merquior descreveu esse cenário como que caracterizado por uma “tremenda absorção da poupança” externa, onde os EUA “chuparam”, em termos de inversão estrangeira, o equivalente a todo o PNB da

---

<sup>529</sup> MERQUIOR, J. G. *A economia de serviços (II)*, **O Globo**, O País, domingo 14 de agosto de 1988.

<sup>530</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>531</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>532</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>533</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>534</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>535</sup> Id. *Ibidem*.

África.”<sup>536</sup> Nesse aspecto estaria o elo com o diagnóstico traçado pelo autor a respeito da crise do sistema americano: “essa crescente dependência em relação ao capital estrangeiro [que] vulnerabiliza a economia americana.” Uma condição que se apresentava porque essa “inversão estrangeira [é] em boa parte dirigida para setores não-produtivos, [vindo] espelhar uma situação marcada pelo superconsumo e pelo acentuado declínio relativo do país.”<sup>537</sup>

Mais significativamente, Merquior parece observar um padrão entre os EUA e a Roma imperial. Nesse prisma, prevaleceria o ‘cisma da alma’. Uma constatação de uma realidade pela primeira vista considerada por Toynbee, no qual se delineia uma completa separação entre o produtivo e prometício, pautada pela descoberta das vantagens de uma primazia econômica que, ao cabo, conduz a uma perda de ética puritana a favor de uma matriz cultural hedonista: “a Roma ianque insinua como porvir um paraíso dos ‘rentiers’, nacionais e estrangeiros.”<sup>538</sup>

Assim, Merquior alude mais uma vez à tese central do sociólogo Daniel Bell quanto a emergência de uma sociedade plena na redescoberta comunitarista: “[a] sociedade pós-industrial, sonhada pelos intelectuais como éden neocomunitária acabou materializada no inferno tépido, mas bem perigoso, do big déficit”<sup>539</sup>. E complementa com uma opinião, também, corrente à época, de que a tocha do capitalismo passara às mãos asiáticas.

#### **4.1.6 Da economia à sociedade de serviço**

Enquanto tendência, a economia de serviço é um resultado inequívoco da “formação de uma Sociedade de Serviço.”<sup>540</sup> Esse foi o encaminhamento natural de um debate que, surgido no interior da “crise do sistema americano”, passa em seguida a considerar as implicações acerca da nova natureza da vida econômica, culminando num quadro analítico que rastreia as origens de um tipo emergente de sociedade.

---

<sup>536</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>537</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>538</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>539</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>540</sup> MERQUIOR, J. G. *A sociedade de serviço (I)*, **O Globo**, O País, domingo, 11 de setembro de 1989.

Assim, Merquior começa distinguindo que, “no mundo moderno, independentemente dos diversos regimes políticos e formas de governo,”<sup>541</sup> a estrutura soberana de autoridade se resume a duas modalidades. Em sociedades liberais, “a estrutura central de autoridade costuma ser ‘demo burocrática’”, isto é, o exercício do poder das burocracias é confinado aos limites constitucionais. Em sociedades indústrias autoritárias, as burocracias estão acima de suas sociedades em face da onipotência do partido único. Nesse ou naquele tipo de autoridade, a base comum “é a burocracia do poder central.”<sup>542</sup>

E, dedicado a um esforço de análise macro-histórica, Merquior reajuiza as origens dessa base à superação dos sistemas políticos tradicionais na Europa ocidental pós-medieval:

“onde a ordem absolutista quebrara a independência dos barões feudais, [mas] a verdadeira implantação burocrática de âmbito moderno data da era napoleônica. Bonaparte não revolucionou apenas a dimensão da guerra; revolucionou também a escala da administração. Depois de Waterloo, a Europa verificou que havia passado da autocracia à burocracia. E lá onde o absolutismo era realmente absoluto, na Rússia dos czares, o século XIX veria a conjunção dos dois elementos, o autocrático e o burocrático.”<sup>543</sup>

E comenta que, a despeito desse processo de ordem político-administrativa mais amplo, subjaz algo que, segundo Merquior, coube a Weber identificar com clareza: “a correlação essencial entre a expansão da burocracia (...) e o amplo impulso que levou a cultura ocidental a institucionalizar a prática [de] diversificar ao infinito[,] modos eficientes de atuação econômica, tecnológica ou social.”<sup>544</sup>

Nesse sentido, a burocracia a que Merquior se refere é a do funcionalismo público, por ele chamada de uma “burguesia de serviço”:

“Pois se trata (*sic*) de camadas sócio-ocupacionais compostas de assalariados de carreira que não são nem burgueses no sentido clássico, isto é, não pertence a uma classe alta não-hereditária, vivendo de rendas próprias, nem tampouco operários (não são os trabalhadores manuais). São burocratas oficiais, funcionários públicos, quer sejam empregados nas agências governamentais, quer pertençam a

---

<sup>541</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>542</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>543</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>544</sup> Id. *Ibidem*.

instituições dependentes do estado, como hospital, escola e a universidade públicos.”<sup>545</sup>

Para Merquior, a expansão da burocracia respondia a dois fatores principais. “Primeiro a sociedade moderna se pretende mais humana que suas predecessoras históricas.”<sup>546</sup> Com isso nosso autor quer denotar que esse tipo de sociedade se distingue por reunir “um verdadeiro exército de assistentes sociais”, pois essa tem sido a primazia do estado de bem estar social. Já o segundo aspecto se situa que “a sociedade moderna, é também, fundamentalmente, uma civilização tecnológica, um universo moldado pela ciência e sua perpétua evolução.” E nesse ponto, a resposta de Merquior assinala o modo pelo qual essa sociedade viria a ser conhecida mais contemporaneamente, uma sociedade cuja característica principal é a de necessitar de “uma legião de produtores de conhecimento”<sup>547</sup> – uma sociedade que vive do e pelo conhecimento.

Nesse instantâneo da vida moderna social, pesa decisivamente o fato de que “nem o exército social nem legião cognitiva precisam ser compostos por funcionários públicos (...) ou não são em caráter exclusivo”<sup>548</sup>, como comumente visto em vários países do ocidente. Mesmo a educação, um dos maiores símbolos do estado-previdência, ocorreu igualmente em meio ao esforço da atividade privada, como se faz notar pela “crescente imbricação entre universidade e pesquisa tecnológica de alto custo criou uma inegável interdependência entre ensino superior público ou privado e as tecnoburocracias estatais.”<sup>549</sup>

Enfim, todas essas tendências macro-históricas delineadas por Merquior levam à sociedade de serviço, na qual as burocracias estatais deram ensejo a uma nova “burguesia” devotada a satisfazer o ideal do bem-estar social. Mas não sem problemas, pois, como prometia ver a seguir, a rápida evolução das burocracias estatais constituía uma séria ameaça às sociedades as quais deveriam servir. De modo que é esclarecedora a epígrafe escolhida por Merquior que, advinda do sociólogo alemão Max Weber, serve

---

<sup>545</sup> Id. Ibidem.

<sup>546</sup> Id. Ibidem.

<sup>547</sup> Id. Ibidem.

<sup>548</sup> Id. Ibidem.

<sup>549</sup> Id. Ibidem.

de moldura para o ensaio: “O que está avançando não é a ditadura dos trabalhadores, mas sim a dos funcionários públicos.”<sup>550</sup>

#### 4.1.6 Dívida externa em perspectiva

O vasto painel sociológico elaborado por Merquior acerca do momento internacional contemporâneo foi intercalado por outras análises que procuravam esmiuçar questões conjunturais. Um bom exemplo disso se encontra na atenção devotada ao problema da dívida externa.

Em um ensaio de título sugestivo, “A dúvida da dívida”,<sup>551</sup> o autor põe em relevo um tema que então dominava o noticiário econômico do brasileiro naquele momento: a renegociação da dívida externa. O pano de fundo é a reunião dos Grupos dos Oito em Punta del Este em 1988, no qual o presidente Sarney lançou a tese de que não bastava negociar bem a dívida, fazia-se necessário e urgente reduzi-la. Uma tese que estava na ordem do dia, como nota o autor ao lembrar que o recém-eleito presidente mexicano Salinas de Gortari, que recomendara que em uma próxima negociação se visasse a sua redução.<sup>552</sup>

Para ilustrar essa urgência, Merquior recorre ao exemplo da Venezuela, que pagava em juros, algo em torno de 70% de sua receita de exportação. E, para dar mais ciência da gravidade do problema, o autor contrasta o número da dívida com contingente de pobres:

“A América Latina deve 400 bilhões de dólares numa região que ainda conta 130 milhões de pobres. Um espectro ronda o continente: ou o desemprego em massa ou inflação galopante, e em ambos os casos ausência de crescimento. Nessas condições, o balé da transferência de recursos se assemelha cada vez mais a uma arriscadíssima dança sobre o abismo.”<sup>553</sup>

O caso brasileiro não era menos problemático. Pois, para pagar os juros da dívida, o governo precisava realizar “um tremendo esforço de exportação, conquistando o terceiro saldo comercial do mundo.”<sup>554</sup> Entretanto, resultava daí maior pressão

---

<sup>550</sup> Id. Ibidem.

<sup>551</sup> MERQUIOR, J. G. *A Dúvida da dívida*. O Globo, O País, domingo, 11 de dezembro de 1988.

<sup>552</sup> Id. Ibidem.

<sup>553</sup> Id. Ibidem.

<sup>554</sup> Id. Ibidem.

inflacionária, ainda que o governo se empenhasse em controlar o déficit público, o que só podia ser feito pela emissão de títulos, o que, por conseguinte, encarecia o dinheiro e estiolava a capacidade de investimento.

Dessa forma, sublinha Merquior, um dos fundamentos do capitalismo criador, tantas vezes defendido por Schumpeter, estava ameaçado: porque “na ciranda juros altos/exportações/mais empréstimos, uma espécie de máquina infernal que passa a coibir o capitalismo assim concebido”, isto é, “como um atividade empresarial executada com dinheiro emprestado.” Nesse processo, o Brasil, dentre todos os países da América Latina, deixou de ser uma das promessas em meio aos Novos Países Industrializados (NIC), para se converter em exportador de capital.<sup>555</sup>

A visão que Merquior tem desse processo é lapidar: (...) “no momento, acabamos custeando o carro e o sapato barato nos países ricos, e a necessidade de manter as exportações bem acima das importações, encarecendo estas últimas, agrava o próprio custo de nossa produção industrial.”<sup>556</sup> No ajuste desse processo estaria um problema estrutural que o autor afirma está no fato de a América Latina ter sido historicamente uma importadora de capital e não uma exportadora e completava dizendo: “A abrupta, absurda conversão do centro-sul do hemisfério numa área exportadora de capital representa uma a[s]fixia histórica, uma patologia econômica de resultados imprevisíveis.”<sup>557</sup>

Merquior enriquece seu posicionamento recorrendo às visões proferidas por alguns dos nomes mais importantes desse debate. A começar por Lord Lever, que Merquior considera “um dos sete sábios da política econômica na Europa”, que dissera que “as recentes transferências de recursos são pequenas demais para restaurar a confiança (dos investidores), mas são suficientemente grandes para danificar seriamente a economia e a sociedade dos países devedores.” O economista Rudger Dornbusch é trazido à cena, justamente, por reconhecer “o lado ético do ônus da dívida”, expressa na seguinte questão: “como dividir entre devedores e credores o peso de um débito causado por aumentos do serviço da dívida tão espetaculares quanto imprevisíveis?”<sup>558</sup> Um terceiro nome é o do economista Mike Faber, que “conta como os países ricos souberam

---

<sup>555</sup>Id. Ibidem.

<sup>556</sup>Id. Ibidem.

<sup>557</sup>Id. Ibidem.

<sup>558</sup> A ideia foi originalmente apresentada por Dornbusch em **Dollars, Debts and Deficits** (1986).

partir tranquilamente para o perdão de amplas parcelas de dívidas externas quando considerações geopolíticas e interesses a longo prazo entraram em jogo.”<sup>559</sup> A partir dessa visão geral, Merquior cita o caso da Inglaterra que, em 1947, viu os EUA renunciar aos juros, se estes em qualquer ano, chegassem a um patamar superior a 2%. E também o caso da dívida de guerra da Alemanha que em 1953 teve o montante da dívida perdoado em 70%.<sup>560</sup>

Diante desse cenário, a solução de Merquior remonta, perspicazmente, à lição que as lideranças da Europa aplicaram a si próprias no contexto pós-segunda guerra mundial: que não existia futuro para a democracia e capitalismo sem a redução do crédito devedor.

Mas no tocante à necessidade de redução da dívida, a razão merquioriana procura evitar “dois discursos imaturos e irrealistas”, conquanto que, também, ideológicos e irracionais:

“Um é o confrontacionismo economicida, que prega o repúdio à dívida como prelúdio ao autarquismo empobrecedor e ao isolacionismo anacrônico. Outro é a hipócrita ortodoxia dos credores, cegos ante as consequências histórico-sociais da sangria financeira de todo um continente.”<sup>561</sup>

Essa perspectiva comporta ainda um desafio ao que pensavam muitos economistas brasileiros daquele período. Como, por exemplo, Mario Henrique Simonsen que afirmava: “uma economia em crescimento com exportações em expansão dificilmente procuraria a confrontação com seus credores.” Mas para Merquior, a orientação correta era outra, de que tínhamos apenas o primeiro termo, o fluxo de exportação, e não o segundo, ou seja, “uma economia em crescimento”, só possível de ser restabelecida ante a redução da dívida.<sup>562</sup>

O que nos resta deste ensaio é o de ser uma importante linha de defesa do interesse nacional que passa ao largo de superstições políticas à esquerda e à direita, bem como evita referendar os diferentes discursos de um senso comum que insistia em duvidar quanto ao potencial do desenvolvimento econômico brasileiro.

---

<sup>559</sup> Ver FABER, Mike. **Beware of Debt speak**. Para uma visão mais completa de Faber sobre o problema da dívida ver: **Conciliatory Debt Reduction: why it most come & how it could come**. England: Institute of development studies at the University of Sussex, 1988.

<sup>560</sup> Id. Ibidem

<sup>561</sup> Id. Ibidem.

<sup>562</sup> Id. Ibidem.

#### 4.1.7 Quem acredita no livre comércio?

Dentre os ensaios de sua coluna, aquele em que Merquior tece mais amplamente considerações a respeito da economia de mercado chama-se “Mercadologia em pílulas”.<sup>563</sup> Os familiarizados com a obra merquioriana, não deixarão de notar que, quando a palavra “pílulas” aparece em meio ao título de um ensaio, isso é sinônimo de uma tentativa de se condensar um tema vasto a partir da exposição de seus momentos decisivos.<sup>564</sup>

Desta feita, Merquior se vale como pano de fundo para discutir a natureza do mercado, das afirmativas de Abel Aganbegyan, na época, o principal assessor de Mikhail Gorbachov, divulgadas em artigo (“New directions in soviet economics”) publicado naquele ano na revista *New Left*. No texto, Aganbegyan trata de um elemento decisivo à Perestróica que, conforme cita Merquior, é “a passagem de métodos administrativos para medidas econômicas.”<sup>565</sup> Para o economista russo, isso significava que as empresas deviam abdicar da economia de comando a favor da “regulação por meios econômicos.”<sup>566</sup> Como afirma Aganbegyan: “Isso significa a reforma das finanças e do sistema bancário assim como do processo de formação de preços, e um abandono da alocação centralizada de recursos em prol da compra e venda no mercado.”<sup>567</sup>

Para Merquior toda discussão do teórico russo à luz de um contexto de liberalização, destacava como “os reformistas russos acreditam no mercado. Aparentemente, mais que muitos intelectuais latino-americanos, que ainda se mostram cheios de dedos quando se trata de reconhecer o valor do social do livre comércio.”<sup>568</sup>

À cena posterior do ensaio Merquior se estende sobre o mercado na história. Em grande medida, a análise remonta a alguns aspectos do que foi discutido sobre o tema no livro “A Natureza do Processo”. Primeiro Merquior destaca que “o comércio regular,

---

<sup>563</sup> MERQUIOR, J. G. *Mercadologia em pílulas*. **O Globo**, O País, domingo 25 de setembro de 1988.

<sup>564</sup> Um bom exemplo da análise em pílulas de Merquior é o ensaio sobre Gellner, quando da visita deste pensador ao Brasil para participar dos Seminários da UNB no início da década de 80. Ver “Gellner em Pílulas”, *Jornal do Brasil*, 06 de junho de 1981.

<sup>565</sup> MERQUIOR, J. G. *Mercadologia em pílulas*. **O Globo**, O País, 25 de setembro de 1988.

<sup>566</sup> *Ib.* *Ibidem*.

<sup>567</sup> *Ib.* *Ibidem*.

<sup>568</sup> *Ib.* *Ibidem*.

além da mera troca ou escambo, é muito antigo na história da civilização.”<sup>569</sup> E anunciando daí em diante uma trajetória de altos e baixos:

(...) “No Egito da era helenística todo o comércio essencial era monopólio do Estado, (...) já na Roma imperial, prevaleceu o livre comércio, e o comércio exterior desempenhou um papel mais importante que na Grécia antiga. (...) Entretanto, a partir do reino de Adriano (117-138 A. D.), apogeu político e humanístico do império, as artes comerciais só escaparam ao colapso total pela intervenção do Estado. Todos os clubes de mercadores (*collegia*) passaram a ser controlados pelas autoridades e o livre comércio murchou por vários séculos. Sua renascença, nas cidades europeias da alta Idade Média, marcaria, juntamente com as Cruzadas, a deflagração da dinâmica do Ocidente, futuro, berço do Mundo Moderno.”<sup>570</sup>

De volta ao mundo latino, Merquior averigua que em sua origem etimológica, a palavra comércio desde sempre foi um conceito “vocacionalmente centrípeto”; ou seja: “(..) *commercium* era primitivamente o direito de qualquer latino de contratar com um romano, de acordo com o Direito romano, isto é sem recurso ao direito internacional, o famoso *jus gentium*.”<sup>571</sup> Em outras palavras, o que se quer salientar é que “a liberdade de contratar prefigurava por sua vez a autonomia do econômico.”<sup>572</sup>

Mas, como Merquior considera a “emancipação do econômico não faz o gosto de muitos intelectuais de nossa época.”<sup>573</sup> Dentre os quais Merquior está a figura do historiador e antropólogo Karl Polanyi, escolhida não sem razão devido à grande repercussão de seu livro, “A Grande Transformação” que, em 1944 procura sustentar a tese de que a economia sempre esteve subordinada ao social. A única exceção a esse padrão seria a sociedade de mercado do período vitoriano que seria, de acordo com Polanyi, “uma autentica aberração, uma anomalia fundamentalmente desintegradora e destrutiva, responsável pela reação violenta dos fascismos.”<sup>574</sup> Uma posição que Merquior procura refutar, indicando, grosso modo, que a presença do *homo oeconomicus* se encontrava presente em várias instâncias institucionais das sociedades tradicionais que Polanyi, simplesmente, julgava ausente.

Ainda assim, essa crítica não dá margem a uma visão perfectiva das forças de mercado. Ao contrário, Merquior nos trás um dos fundadores da escola neoclássica,

---

<sup>569</sup> Ib. Ibidem.

<sup>570</sup> Ib. Ibidem.

<sup>571</sup> Ib. Ibidem.

<sup>572</sup> Ib. Ibidem.

<sup>573</sup> Ib. Ibidem.

<sup>574</sup> Ib. Ibidem.

para lembrar que “o mercado nem sempre é sinônimo de livre competição.”<sup>575</sup> Sendo, porém, que jamais nenhum dos grandes nomes dessa escola advogou contra o princípio de mercado, porque já sabiam que “a estatização da produção não melhoraria o desempenho da economia moderna.”<sup>576</sup>

E nisso repousa outra recusa por parte de nosso autor. Da ideia de que no lugar do mercado deveria haver, tal como pregado pelos socialistas comunitários, um centro de comando e planejamento ao qual caberia a responsabilidade por efetuar o que seria uma “simples” administração distributiva de bens.”<sup>577</sup> E prossegue, argumentando do por que da irrazoabilidade dessa tese:

“Esse idílio utópico-administrativo só deixa de considerar um punhado de dificuldades. Efetivamente, se abolíssemos o mercado, como determinaríamos a intensidade da procura de bens? (...) Fora do mercado como lidar com o fato de que o total dos desejos expressos numa sociedade geralmente excede os meios de satisfazê-los? E, finalmente: à parte bens naturalmente prioritário, por responderem a necessidades básicas, como alimentos ou medicamentos, que sistema de planejamento sem mercado seria capaz de suprir os desejos e carências da sociedade sem recorrer a uma hierarquização autoritária?”<sup>578</sup>

Entretantes, a conclusão de Merquior se faz em tom crítico ao mercado.

“O mercado não serve para tudo. Inigualável como gerador de riqueza, não é feito para promover o igualamento de oportunidades. Por isso, o liberalismo moderno não pode se cingir ao liberismo. Mas o mercado é o centro e a alma da economia, um dos principais motores da liberdade motores da liberdade moderna.”<sup>579</sup>

Dito isso, está claro, pois que Merquior evita, primeiro, em incorrer no erro de reduzir a sociedade ao mercado; e lembra que quem costuma incorrer em tal erro são os socialistas, como Karl Polanyi; e, segundo, demarca que, embora imperfeita, a economia de mercado é um dos pressupostos fundamentais à liberdade, de modo que a recusa ao mercado tende a concorrer para a queda das liberdades.

Por mais que algumas dessas apreciações tenham sido já vistas no corpo de análise deste trabalho, quando comparadas com que o projetamos acerca de “A Natureza do Processo”, é mister considerá-las, já que nelas nos reencontramos com as

---

<sup>575</sup> Ib. Ibidem.

<sup>576</sup> Ib. Ibidem.

<sup>577</sup> Ib. Ibidem.

<sup>578</sup> Ib. Ibidem.

<sup>579</sup> Id. Ibidem.

teses valorativas sobre o mercado, à qual cabe salientar que, distantes quase uma década desde sua primeira exposição, temos muito mais uma continuidade de pensamento do que uma evolução no sentido contrário, ou seja, prevalece sobretudo um sentido de aperfeiçoamento que de distanciamento daquele ponto primordial às tarefas da crítica liberal.

#### 4.1.8 Notas de economicídio

Haja visto o interesse de Merquior no renascimento do livre-mercado, muitos de seus ensaios naquele fim de década são, indiretamente, críticos à maior ameaça ao livre mercado: o economicídio. Assim, não demoraria que o autor dedicasse um ensaio à questão, tal como ocorreu em janeiro de 1989.<sup>580</sup>

“Economicidas” assume como ponto de partida um comentário crítico, como era da preferência de Merquior, acerca da evolução intelectual que, nesse caso, foi do filósofo grego-francês Cornelius Castoriadis que, dentre outras coisas, detinha uma visão “bastante generalizada entre os intelectuais de formação humanística: economofobia, a ojeriza aos mecanismos e motivações econômicas e naturalmente, ao que consideram o espírito do mercado.”<sup>581</sup> E constata que aquele pensamento de tipo difuso era muito mais difundido do que se imaginava, ao ponto que prometia ao leitor ampliar o acervo crítico em torno da questão, porque “o repúdio, não [era voltado] diretamente à economia, mas à ciência econômica.”<sup>582</sup>

Para ilustrar o tema, Merquior fornece seu testemunho de quem já ouvira, por exemplo, de “um velho e respeitável político brasileiro (...) que todos os males presentes provinham da influencia dos economistas. Ou da tecnocracia, dizia ele, que é dominada pela tribo dos economistas e só fala economês.”<sup>583</sup> Diante disso só cabia observar que tal opinião “refletia algo bem renitente no equipamento mental de nossa classe política, como de resto de nossas classes médias em geral: a alergia bacharelesca a ideia de

---

<sup>580</sup> MERQUIOR, J. G. *Economicidas*, **O Globo**, O País, domingo, 1º de janeiro de 1989.

<sup>581</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>582</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>583</sup> Id. *Ibidem*.

objetividade que na economia, mal ou bem, ainda representa, no conjunto heteróclito das ciências sociais.”<sup>584</sup>

Merquior identifica a origem do problema na formação dos homens públicos no Brasil, que foi majoritariamente jurídica do que econômica. Trata-se da prevalência de um tipo de discurso que o autor classifica como pedante e retórico, além de “perfeitamente infenso à produtividade cognitiva.”<sup>585</sup> Sem, porém, querer dizer com isso que a cultura jurídica fosse um impeditivo à análise econômica, citando os exemplos de um Max Weber na Alemanha, de um Norberto Bobbio na Itália ou de Miguel Reale no Brasil. Sendo que no âmbito das humanidades, o rompimento “com boca torta discursiva bacharelesca, oca, teatral e incuravelmente defasada (...) [só se deu] somente [pela] interpretação histórica estudiosa e inventiva [de um] Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda.”<sup>586</sup>

Mas essa defesa da economia não deixa de apreciar alguns de seus pontos fracos. Pois,

“como toda ciência social, a economia não pode duplicar experiências em laboratório. E, ao contrário das demais ciências sociais, ela realiza constantemente predições. A conjunção desses dois aspectos coloca os economistas numa posição difícil, prato feito para os sarcasmos. Os próprios economistas são os primeiros a se gozarem. ‘Se você fez uma predição errada, só há um remédio: passe a predizer com mais frequência...’”

Como não podia deixar de ser, a nota final é que “a análise econômica é um elemento essencial da sociedade moderna.”<sup>587</sup> De maneira que, não importa a formação do especialista em ciências humanas, este deve, obrigatoriamente, possuir alguma compreensão sobre economia. Uma vez que sem este saber é pouco provável que se consiga estabelecer algum entendimento mais profundo sobre o processo social da modernidade, como observa Merquior. Sugerindo que autores como Raymond Aron e Hélio Jaguaribe como grandes analistas do desenrolar dos problemas humanos, mas imbuídos de um alto cabedal em assuntos econômicos. Em arremate, “a verdade é que o desprezo pela economia não é apenas um romantismo – é um passaporte garantido para a futilidade e a tolice.”<sup>588</sup>

---

<sup>584</sup> Id. Ibidem.

<sup>585</sup> Id. Ibidem.

<sup>586</sup> Id. Ibidem.

<sup>587</sup> Id. Ibidem.

<sup>588</sup> Id. Ibidem.

#### 4.1.9 Protecționismo

Uma defesa do mercado, em algum momento, termina no esforço crítico de considerar alguns dos obstáculos ao livre-comércio. Tal tendência torna-se ainda mais compreensível no contexto em que transcorria “A vida das Ideias” de Merquior. Trata-se do contexto em que preponderava uma visão de mundo crescentemente voltada à interdependência da economia internacional. Um tema que, diga-se de passagem, naquele final dos oitenta apenas se insinuava levemente, sem revelar o que seria em meados da década de noventa, a perspectiva político-social dominante da grande onda de liberalizações que viria a ser conhecida da opinião pública como globalização.

Por isso, não é estranho ao amplo leque de assuntos econômicos tratados por Merquior esteja, justamente, um ensaio sobre o protecționismo.<sup>589</sup> Para a discussão, Merquior acampa algumas das ideias de “um ilustre professor de economia em Columbia (...) [e] do seu pequeno grande livro, *Protectionism* (1980)”<sup>590</sup>. Já imediatamente, Merquior ressalta uma das razões deste livro ser digno de comemoração: “sua perspectiva histórica.”<sup>591</sup> Que estaria bem ilustrada pela capacidade do economista em observar que no

“pós-guerra os países desenvolvidos protegiam sua agricultura enquanto desmantelavam a proteção de suas indústrias, ao passo que os países em desenvolvimento protegiam suas indústrias, mediante uma combinação de restrições tarifárias e cambiais, criando assim, inintencionalmente, desincentivos para sua agricultura.”<sup>592</sup>

Como não tivesse sido essa a grande voga dos países em desenvolvimento: a corrente do “pessimismo exportador.”<sup>593</sup> Na América Latina, por exemplo, tal voga esteve expressa na análise econômica que recomendava a doutrina da substituição de exportações, em que “se privilegiou o mercado interno em relação ao comércio internacional”; cujo lastro residia na ideia de que seria impossível que países ricos pudessem absorver níveis crescentes de exportação.<sup>594</sup>

O que interessa Merquior sublinhar, e em termos de evolução econômica, é que o mundo após a segunda guerra mundial não se encontrava sob o credo protecționista. O autor argumenta tendo em vista o que Bhagwati comenta em seu livro, “que o grande

---

<sup>589</sup> MERQUIOR, *Protecționismo (I)*. **O Globo**, O País, domingo 12 de março de 1989.

<sup>590</sup> BHAGWATI, Jagdish. **Protectionism**. Cambridge: MIT Press, 1988.

<sup>591</sup> MERQUIOR, *Op.cit.* 12 de março de 1989.

<sup>592</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>593</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>594</sup> Id. *Ibidem*.

efeito-demonstrativo tem sido o fato de que o soberbo desempenho exportador de países de comércio liberalizado, levou no conjunto, a uma industrialização bem mais substancial do que nas nações protecionistas”

Entre os exemplos reais de uma bem sucedida industrialização forjada em meio ao livre comércio, estão os casos como o da Coreia do Sul e Taiwan. O primeiro “não exportava manufaturados em 1960, mas transcorridas duas décadas se tornou quatro vezes maior que a da Índia. O segundo, de acordo com Merquior, nos anos 50 era um país falido; porém, três décadas depois, se tornou um dos tigres asiáticos, mediante a adoção de “uma reforma agrária capitalista e uma reforma monetária que evitou a rigidez cambial associada ao protecionismo.”<sup>595</sup>

Em linhas gerais, Merquior destaca o que seria o núcleo central das teses de Jagdish Bhagwati: “(...) o miolo do sucesso do capitalismo asiático[,] é que de maneira geral os governos dos dragões, como a Coreia do Sul e Taiwan, preferem usar prescrições em vez de proscições (...)”.<sup>596</sup>

Mas ao modo de Merquior esse horizonte de análise adquire um relevo especial, no que se refere a um de seus tópicos principias acerca do liberalismo: que “há Estados que orientam mais do que inibem os agentes econômicos, e Estados que inibem mais que norteiam.”<sup>597</sup>

Isso denota a predileção de Merquior em dissociar a defesa do livre comércio do ultra-liberismo. A perspicácia do Professor de Columbia estava em discernir entre governos de prescrições e de proscições, é que nela reside uma visão coerente ao que nosso autor reputa de decisivo à complexidade que os estados na história podem vir exercer no curso do desenvolvimento. Para aprofundar ainda mais essa conclusão, Merquior chega a citar um painel em que Bhagwati dividiu a cena com o economista Milton Friedman, em que este, explanando sobre o Japão, disse se tratar de um país exemplar quanto à notável superioridade do mercado sobre o Estado. Porém, “Bhagwati replicou que, no Japão, a famosa mão invisível do mercado se combina lindamente com uma visibilíssima presença da mão do governo.”<sup>598</sup>

---

<sup>595</sup> Id. Ibidem.

<sup>596</sup> Id. Ibidem.

<sup>597</sup> Id. Ibidem.

<sup>598</sup> Id. Ibidem.

É que nisso está um debate que Merquior anteviu com grande precisão. E que ocorreu mais intensamente na década seguinte, que foi o papel que caberia ao Estado ante as novas transformações então em curso na economia mundial. Para Merquior, a leitura de “Protectionism” de Bhagwati, proporciona uma chave de entendimento histórico, cujo aspecto mais importante consiste em ver que há planejamentos do tipo que impulsionam o crescimento, e outros que partem de um dirigismo avesso à racionalidade econômica.

Assim, na segunda parte do ensaio<sup>599</sup> Merquior procura apresentar outros argumentos a favor do livre comércio. Por exemplo, como aquele em que Bhagwati distingue “proteção” de “promoção”. Tendo o protecionismo já identificado como algo negativo, a promoção por sua vez, pode ser uma mola para o crescimento. Diz Merquior, atento a uma das realidades da moderna economia, presente da simbiose necessária entre planejadores e produtores, é que a “subvenção doméstica sem discriminação contra o comércio exterior, é considerada altamente positiva.”<sup>600</sup> Novamente, voltamos ao Japão, mas especialmente para o exemplo que é o instituto de planejamento estratégico pró-capitalista do governo japonês – o MITI (Ministry of International Trade and Industry) –, que Merquior classifica como exemplo bem sucedido, segundo Bhagwati, de interlocução entre estado e empresariado.<sup>601</sup>

Da análise do livro de “Protectionism”, Merquior reitera o valor da visão histórica:

“Em 1950, a liberalização do comércio internacional foi motivada pelo exemplo negativo do protecionismo do entre guerras. Agora, nesta véspera de 1990, as atitudes em favor do livre comércio vão sendo estimuladas pelo evidente sucesso econômico das liberalizações efetivadas nos últimos decênios.”<sup>602</sup>

E, ainda, dentre aos problemas que Merquior deriva de sua leitura da obra de Bhagwati que, encontrando as condições certas, poderia vir a ser uma ameaça ao livre-comércio, foi a visão que muitos começaram a nutrir de que o sucesso comercial do Japão era resultado da falta de “fair trade”, e que, portanto, caberia sanções ao que se julgava ser um burla às regras do comércio internacional.

---

<sup>599</sup> MERQUIOR, J. G. *Protecionismo (II)*. O Globo, O País, domingo, 19 de março de 1989.

<sup>600</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>601</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>602</sup> Id. *Ibidem*.

“Bhagwati receia com razão, que a mística do fair trade deságue numa retórica do ressentimento, gerando um ethos em que “a abertura dos mercados e o acesso equitativo sejam julgados com base em ‘resultados’ antes que com referências a regras. E aproveita para exorcizar o espectro de uma ‘economia mundial em que nações politicamente poderosas expandam suas exportações à custa de rivais menos poderosos, porém mais eficientes’.”<sup>603</sup>

Assim, na defesa do livre-mercado, Merquior trata de sustar de sua abordagem qualquer automatismo frente ao que seria a uma nostalgia de um *laissez-faire* radical, sem que isso deixe de ser uma recusa do protecionismo naquilo que este tem de pior, isto é, a atrofia do desenvolvimento nacional, onde na verdade deveriam constar níveis cada vez maiores de interação entre Estado e iniciativa privada.

#### 4.2 Temas Políticos

O espírito da reforma contínua presente no tratamento de temas políticos. Se os temas de economia se concentravam na nova realidade do livre-mercado, a consequência imediata dessa perspectiva foi uma ampla revisão quanto ao papel que o estado deveria desempenhar na sociedade em geral. Assim, o tema foi objeto de amplos debates naquele período no contexto internacional, repercutindo intensamente no Brasil, sobretudo, em um contexto que, entre 1988 e 1989, assistiu à proclamação de uma nova Constituição e a primeira eleição direta para presidente da república. E como tem sido possível observar, um contexto mediado por um processo de liberalização, conduz a um desrepresamento de demandas políticas, sociais e econômicas não atendidas em razão das insuficiências de representação do regime anterior. Nesse horizonte, os diversos projetos políticos que irradiam através do processo eleitoral, se apresentam, obviamente, como de ruptura; de modo a apresentar respostas às “novas” demandas que incorpora ao debate um novo desenho de desenvolvimento econômico e estatal.

É sob tais aspectos que se situam alguns dos ensaios de Merquior com relação à questão do estado. O primeiro mais explicitamente voltado ao tema aparece em agosto de 1989.<sup>604</sup> Em “A reforma do Estado”, o autor nos situa imediatamente sobre o problema a ser enfrentado: “A reforma que o Brasil reclama não tem por objeto a Nação

---

<sup>603</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>604</sup> MERQUIOR, J. G. *A reforma do Estado*. **O Globo**, O País, domingo, 20 de agosto de 1989.

e sim o estado. Não existe propriamente uma crise brasileira e sim uma crise do Estado, derivada das próprias estruturas do seu tipo histórico.”<sup>605</sup>

A Nação tem sim problemas – e “vários problemas graves”<sup>606</sup> – reconhece Merquior. Dentre estes está “o volume da pobreza e as disparidades regionais.” Mas em um mundo que se globalizava, isto é, “em que cada vez mais, tudo é contato e comparação, nossa presença e projeção [do Brasil] são cada vez mais irrecusáveis.”<sup>607</sup> A prova de que o problema não estava na sociedade brasileira, seria buscada por Merquior na revista “**Fortune**” de junho daquele ano, em que o país figurava, segundo palavras de Merquior,

“Com ou sem crise, mantivemos tranquilamente a oitava posição na economia ocidental, e a nona (não a décima) na escala internacional. Temos um PNB pouco abaixo dos quatrocentos bilhões de dólares. Logo após o Canadá, cujo parque industrial o nosso acaba de superar. Na frente da China, da Espanha, do Irã e da Índia.”<sup>608</sup>

E notava que, de 1984 a 1988, o Brasil ao lado de outros cinco países – China, Coréia do Sul, Taiwan, Japão e Canadá – havia crescido a uma taxa média superior a 4%. O que permitia o Brasil escapar “a queda (...) pronunciada ou franca estagnação experimentada por outros países em desenvolvimento, especialmente no âmbito latino-americano.”<sup>609</sup>

Para Merquior só cabia ao Brasil o título de potencia do Sul. Uma visão que se confirmava por comparações adicionais em que a economia brasileira representava “o dobro da economia suíça, da mexicana e da sueca.”<sup>610</sup>

O problema é que essa posição, que Merquior identificava como de clara robustez econômica, poderia ser consolidada mais rapidamente “se não convivesse, com crescente dificuldade, com um estado obeso e oneroso.”<sup>611</sup> A caracterização conferida a esse estado não difere daquela que encontramos em outras obras. O que temos aqui é o

“(…) Velho estado patrimonial-protetionista, cheio de reflexos lentos e resíduos perniciosos. Estado paternalista, isto é, cartorial. Estado incapaz de assegurar o ensino básico, nem o acesso nem a saída. Ou

---

<sup>605</sup> Id. Ibidem.

<sup>606</sup> Id. Ibidem.

<sup>607</sup> id. Ibidem.

<sup>608</sup> Id. Ibidem.

<sup>609</sup> Id. Ibidem.

<sup>610</sup> Id. Ibidem.

<sup>611</sup> Id. Ibidem.

de prover saúde, profilaxia em escala satisfatória. Ou de franquear a máquina de justiça ao pobre. Mas perfeitamente capaz de garantir a sobrevivência duma custosa legião burocrática.”<sup>612</sup>

E para Merquior, a prova das mazelas do estado, pode ser vista na disparidade salarial entre funcionalismo público versus privado. Em que, “o setor mais bem aquinhado do Brasil, pensariam os ingênuos, é seguramente o privado. Afinal, é um país capitalista. Pois, não senhor: o setor mais bem pago é, sensivelmente, o gordo e amplamente ineficaz setor público.”<sup>613</sup>

Mas, ao frisar tal realidade Merquior evita a condenação *in extenso* do funcionalismo público. Procurar até mesmo demonstrar que existem profundas assimetrias dentro desse quadro, de modo que “enquanto professores morrem de fome, as estatais pululam de minimarajás.”<sup>614</sup> E, em complemento, afirma:

“De grupos ultrassindicalizados, que souberam defender ou melhorar valentemente sua posição durante os anos de crise e da dívida. As cifras estão aí, ao arrepio de toda retórica pseudo-nacionalista. Os grandes feudos do nosso estatismo cartorial mantiveram e ampliaram a dupla distorção: entre o setor público e o setor privado, e dentro do próprio setor público.”<sup>615</sup>

Nesse sentido, o autor identifica duas atitudes sumamente negativas à economia e ao estado. Na primeira estaria uma visão de mundo antieconômica, que colocaria o estatismo acima de tudo como solução para os problemas do Brasil; ao que caberia submeter o econômico ao político, ou seja, aquela à vontade férrea do Estado, dando margem a uma visão tanto ideocrática, como maniqueísta, onde o estado representa “o Anjo Bom da Burocracia contra o Dragão da Maldade do Capitalismo.”<sup>616</sup> Na segunda, estariam os “anarquistas de direita”. Para esses o decisivo é a recusa à existência de qualquer estado, para se concentrar na defesa desmedida do “tudo pelo lucro[, senão, pelo] capitalismo selvagem, estadófono e antissocial.”<sup>617</sup>

Nessa perspectiva, Merquior nos alerta para os perigos dessa vocação supostamente pró-capitalista. É que no seu interior, está mais próxima dos velhos vícios de um estado cartorial, porque “prima-irmã da burocracia parasitária”, que ao fim ao cabo, engendraria um “capitalismo de cassino”, ou seja, pouco afeito “a verdadeira

---

<sup>612</sup> Id. Ibidem.

<sup>613</sup> Id. Ibidem.

<sup>614</sup> Id. Ibidem.

<sup>615</sup> Id. Ibidem.

<sup>616</sup> Id. Ibidem.

<sup>617</sup> Id. Ibidem.

conduta empresarial, feito de inovação, de risco e do sentido fecundo do longo prazo”<sup>618</sup>, contrário à satisfação de interesses de curto prazo.

A solução de Merquior, portanto, é inserir o estado na agenda de reformas. Nessa índole reformista, deveria ser dada atenção ao estado capaz de converter lucro em investimento, que fosse também planejador, mas não meramente dirigista. Além de menos protecionista e mais promocional. E que, caminhando rumo ao Estado moderno, fosse igualmente mais afeito a fornecer a infraestrutura que a sociedade requer para crescer economicamente. Sendo assim, trata-se de um estado amigo da economia “em vez de ser cúmplice do mau empresário e do sindicalismo irresponsável.”<sup>619</sup>

Por último, para prestar fisionomia a esse estado, Merquior se volta para o exemplo japonês. Nesse, o estado é capaz, segundo Merquior, de “praticar eutanásia das firmas sem capacidade de competição.” Assumindo o que seria “um bonapartismo econômico, contrariando, se necessário, o interesse do capitalista em nome do interesse geral do capitalismo.”<sup>620</sup> Mas Merquior não transforma o capitalismo em absoluto. Afinal, “[o] capitalismo [é] condição necessária, ainda que não suficiente, da prosperidade nacional e da justiça social autêntica – aquela que não se confunde com o igualitarismo da penúria. O que o velho Engels chamava de socialismo dos imbecis.”<sup>621</sup>

#### 4.2.1 Arcaísmo estatal

Na esteira desse debate, Merquior volta ao tema. Em parte condicionado, como o próprio afirma, pela curiosidade dos leitores quanto à caracterização do estado brasileiro como patrimonial-protcionista<sup>622</sup>. O fato é que no ensaio toda a atenção se volta para a natureza do patrimonialismo, enquanto o protecionismo é dado como algo óbvio ao entendimento do leitor.

O *leitmotiv*, novamente, é o pensador mexicano Octávio Paz, que Merquior recorrera há pouco no prefácio de a edição brasileira de “Rousseau e Weber”, em

---

<sup>618</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>619</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>620</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>621</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>622</sup> MERQUIOR, J. G. *O Estado arcaico*. **O Globo**, O País, domingo, 03 de setembro de 1989.

especial ao livro “O Ogro Filantrópico”<sup>623</sup> que, como já vimos, credita a origem do patrimonialismo latino-americano aos Estados ibéricos.<sup>624</sup> E como no referido prefácio, o ensaio contempla uma discussão de cunho genealógico, no qual Paz recorre tanto a Maquiavel como a Weber para sustentar sua análise.<sup>625</sup>

Com efeito, Merquior vê no mundo ibérico um traço distintivo à experiência histórica do restante do espaço do ocidente.

“No ocidente não hispânico, o trajeto histórico foi do feudalismo ao moderno estado liberal. No universo ibérico, porém, a evolução trilhada foi diferente. Levou do patrimonialismo antigo ao neopatrimonialismo do estado autoritário. Passamos das autocracias monárquicas, isto é, dominação dinástica sem maiores peias feudais, ao estado moderno centralista, sem os limites impostos por uma “revolução burguesa.”<sup>626</sup>

Por isso, na crítica ao estado patrimonial, o eixo de análise deve incidir sobre o burocratismo. Dentro de uma moldura na qual este é descrito “como uma verdadeira fábrica de particularismos.”<sup>627</sup> E Merquior cita as obras de Raymundo Faoro<sup>628</sup>, Claudio Veliz<sup>629</sup>, Simon Schwartzman<sup>630</sup> e Richard Morse<sup>631</sup>, como autores que procuram se aprofundar a respeito do tema.

Porém, como no prefácio de “Rousseau e Weber”, Merquior procura ressaltar o alto grau de interpretação que existe entre feudalismo e patrimonialismo, principalmente, com o fato de Weber manter esses tipos ideais afastados um do outro. Para Merquior é possível, ver uma linha de interseção entre ambos, no que concerne o contexto latino-americano:

“Pois, o que se nota é que os leviatãs burocráticos do estado centralista, neopatrimonial, são bastante ‘colonizados’ por segmentos cartoriais (para empregar a aguda expressão de Hélio Jaguaribe) que se comportam como estamentos feudais dependentes (...) [do] insubmisso Estado de origem e vocação patrimonial.”<sup>632</sup>

---

<sup>623</sup> PAZ, O. **Op. cit.**

<sup>624</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>625</sup> Ver capítulo 2, desta pesquisa.

<sup>626</sup> MERQUIOR, J. G. *O Estado arcaico*. **O Globo**, O País, domingo, 03 de setembro de 1989.

<sup>627</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>628</sup> FAORO, R. **Op. cit.**

<sup>629</sup> VELIZ, Claudio. **The Centralist Tradition of Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1980.

<sup>630</sup> SCHWARTZMAN, S. **Op. cit.**

<sup>631</sup> MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero – Cultura e Ideias nas Américas*. São Paulo: Cia da Letras, 1988.

<sup>632</sup> MERQUIOR, J. G. *O Estado arcaico*. **O Globo**, O País, domingo, 03 de setembro de 1989.

Ainda que a moldura institucional desse estado seja liberal-universalista, Merquior destaca que as frequentes pressões que este está sujeito por setores sociais mais organizados da alta esfera burocrática; ou seja, “da administração, [do] Congresso, [do] Judiciário, de militares pretorianos, de empresários cartoriais e de sindicatos oficiais.”<sup>633</sup>

A consequência deste processo histórico-social, segundo Merquior, não é um “estado forte”. É sim um estado fraco, incapaz de prover os serviços que a sociedade exige. Para nosso autor, assim como para Octávio Paz, problemas como déficit público, inflação e o “feudalismo orçamentário”, são reflexos de colonialismo do estado sobre a sociedade. E na mensagem final, Merquior nos oferece a mais importante justificativa para uma reforma do estado:

“Mal ou bem, no passado, a fórmula patrimonial-protecionista nos proporcionou níveis apreciáveis de desenvolvimento e paz social. É bastante duvidoso que possa assegurá-lo no mundo econômico e cultural tão mais complexo e competitivo de nossos dias. Por isso, daqui para o novo século, é imprescindível redefinir o relacionamento entre estado e sociedade.”<sup>634</sup>

#### 4.2.2 Além da disjunção

É sob a inspiração dessa perspectiva reformista abrangendo o relacionamento entre estado e sociedade, que Merquior escreve em um de seus ensaios mais voltados à questão social. O texto, “Uma falsa opção”<sup>635</sup>, capta um tema que foi objeto de intensos debates no curso das eleições para presidente daquele ano, (sobretudo no embate eleitoral do segundo turno entre Fernando Collor de Mello e Luis Inácio Lula da Silva); a ideia de se priorizar o combate à desigualdade social ou a reforma das estruturas do estado. Merquior não tem dúvidas de estes serem problemas urgentes, fora o fato de ambos possuírem naturezas diversas.

Ainda assim, a tese do autor é que não temos uma disjunção, pois a linha que será defendida é que o “próprio êxito da luta contra a desigualdade passa pela reforma

---

<sup>633</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>634</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>635</sup> MERQUIOR, J. G. *Uma falsa opção*. **O Globo**, O País, domingo, 10 de dezembro de 1989.

do estado.”<sup>636</sup> E recorda o que havia escrito em ensaio imediatamente anterior, “Cinco males nacionais”<sup>637</sup>, onde diz que “(...) a excessiva desigualdade social não é só um problema ao lado da questão do estado. É também um dos aspectos da questão do estado.”<sup>638</sup> Para Merquior, “o jogo democrático”, seja aquele vigente em 1963, como o de 1989, não podia se furtar à realidade de que a “existência de enormes diferenciais de renda leva naturalmente, certos grupos sociais a adotarem demandas distributivas de caráter imediatista.”<sup>639</sup> Mas, como o autor comenta, quando os governos são levados a satisfazer tal realidade, a resultante é o agravamento do quadro inflacionário que termina por ampliar a desigualdade, principalmente daqueles que se encontram distantes do resguardo de certos recursos do sistema financeiro que retardam a desvalorização da moeda.

Não se quer com isso dizer que Merquior seja refratário à distribuição de renda. Mas acredita que o tipo de estado vigente no Brasil não é capaz de atender a essa demanda legítima da sociedade brasileira. Então, no restante do ensaio o autor propõe uma estratégia que reitera a importância do estado em relação o enfrentamento das desigualdades. Dessa forma, Merquior busca uma alternativa ao modelo usual no Brasil que se exprime por uma vertente resolutiva de forte teor intervencionista. Fundamentalmente, trata-se de fazer o caminho contrário tendo como “premissa inicial o combate decisivo contra a inflação crônica.”<sup>640</sup>

Por trás desse alvo-mestre, se encontra o fato de que redistribuição de renda politicamente realista, só viria ao cabo de o Estado enfrentar questões como

“o problema da dívida interna e do déficit público. A médio prazo o estado empreenderia igualmente uma reforma fiscal e outra patrimonial, assegurando maior liquidez ao Tesouro e maior eficiência à ação governamental. (...) Não se pode esquecer, como se cansa de notar Hélio Jaguaribe, que a arrecadação federal brasileira caiu a pouco mais da metade do início da década, e que esse declínio tem consequências mais nefastas para o volume global do investimento produtivo do país.”<sup>641</sup>

E paralelo a esse esforço deveria ocorrer, também, uma reforma patrimonial. A tônica desta estaria concentrada na privatização: “o estado privatizaria as estatais

---

<sup>636</sup> Id. Ibidem.

<sup>637</sup> MERQUIOR, J. G. *cinco males nacionais*. **O Globo**, O País, domingo, 03 de dezembro de 1989.

<sup>638</sup> Id. Ibidem.

<sup>639</sup> MERQUIOR, J. G. *Uma falsa opção*. **O Globo**, O País, domingo, 10 de dezembro de 1989.

<sup>640</sup> Id. Ibidem.

<sup>641</sup> Id. Ibidem.

onerosas, gerando com isso, também aqui, maior receita, além de diminuir sua custosa carga burocrática.”<sup>642</sup>

E sem que se configure um caráter precursor maior, pois algumas dessas ideias se encontravam em meio ao debate da época, vale notar que, na estratégia descrita por Merquior, estão muitas medidas que vieram a ser adotadas em 1994 no curso do Plano Real.

Para Merquior, essa era a estratégia mais vantajosa por vários motivos. Primeiro, porque robustecia o estado financeiramente. Segundo, proporcionava os meios de distribuição de renda. Pois:

“É que uma vez emagrecido e agilizado, emagrecido para se tornar mais ágil, o Estado fica de mãos livres para promover o investimento público produtivo. (...) E nesse Estado financeiramente são, fiscalmente forte e investidor ganha condições de realizar duas coisas essenciais à melhoria do nível popular: **(a)** gera, direta e indiretamente, muitos empregos; e **(b)** torna-se apto atacar, com vigor e escala inéditos, programas de alto sentido social na área da saúde, moradia e da educação.”<sup>643</sup>

Não é difícil ver, também, que essa estratégia requer uma nova visão em torno do crescimento – uma visão definida por Merquior da seguinte maneira:

“A verdade é que a melhora real e duradoura do nível de vida de um povo depende de um contexto de prosperidade geral, cuja precondição é o desenvolvimento sustentado. Sem dúvida, a redução da desigualdade não procede automaticamente do crescimento econômico. A ação social do Estado é simplesmente indispensável, fornecendo ou orientando serviços imprescindíveis à humanização das condições de existência da grande massa dos cidadãos.”<sup>644</sup>

Para a síntese merquioriana desenvolvimento é uma amalgama entre Estado eficiente e sociedade próspera. A eficiência seria a qualidade matriz do verdadeiro estado forte. Enquanto a prosperidade seria fruto de uma sociedade economicamente emancipada da tutela do estado patrimonial. Porque

“o distributivismo imediatista, inibindo a economia pelo afugentamento do lucro, só é “social” de maneira fugaz e contraditória. No fim da linha, seu resultado não é o bem-estar da população e sim o empobrecimento causado pela desarticulação da máquina econômica. E sabemos que esse distributivismo escamoteia a reforma do Estado, privando-se assim do mais poderoso

---

<sup>642</sup> Id. Ibidem.

<sup>643</sup> Id. Ibidem.

<sup>644</sup> Id. Ibidem.

instrumento de superação das iniquidades da nossa estrutura social.”

645

Todavia, Merquior se mantém alerta para algo que vem caracterizando seu liberalismo. Uma dose de desconfiança ante a um vale tudo em torno do mercado.

Assim:

“o economicismo selvagem, visando à especulação e não ao investimento, só é econômico de modo efêmero, a longo prazo, representa no máximo um subcapitalismo tacanho e míope, porque negligencia o tremendo potencial de mercado e inovação que só a incorporação das massas aos modernos padrões de consumo e produção permite.”<sup>646</sup>

Consequentemente, Merquior define o que viria a ser o conteúdo fisionômico-política dessa estratégia econômica; confirmada na década seguinte, e prevalecente sob uma configuração partidária socialdemocrata.

Porém, pergunta nosso autor: “[o] que nos ensina a história sobre o papel da socialdemocracia?”<sup>647</sup> A resposta abarca uma coerência que une ação política e econômica em um mesmo plano. Como afirma o autor: “Em toda parte, seu papel constitui em realizar o casamento do meliorismo social com o reconhecimento objetivo de realidades econômicas”<sup>648</sup> A via social democrata lhe parecia perfeitamente factível porque essa afastara de seu credo, qualquer presunção referida ao dirigismo autoritário; que, quando posto em ação, sempre termina por estiolar o melhor das forças econômicas. Enfim, a social democracia, significava para Merquior, dentre as opções políticas, aquela que melhor compreendeu que a igualdade deve ser buscada dentro de um cenário geral de crescente prosperidade à luz de uma economia de mercado.

#### 4.2.3 Estado e democracia

Ao tomar partido da reforma do estado contra o distributivismo imediatista, representado pela esquerda no contexto das eleições presidenciais de 1989, Merquior não está apenas considerando a estrutura estatal em si mesma. Mas indicando que a necessária submissão do estado a uma agenda reformista social-liberal é um fator decisivo à sobrevivência da democracia.

---

<sup>645</sup> Id. Ibidem.

<sup>646</sup> Id. Ibidem.

<sup>647</sup> Id. Ibidem.

<sup>648</sup> Id. Ibidem.

Por esse motivo, o ensaio “O senso do Estado”<sup>649</sup> começa, justamente, com uma longa citação, extraída da palestra proferida pelo politicólogo liberal francês Raymond Aron na London School of Economics em 1950, em que pondera sobre alguns dos desafios reservados aos regimes democráticos:

“O futuro das democracias pluralistas depende essencialmente de três fatores: a restauração de uma autoridade estatal, suscetível de arbitrar conflitos entre grupos e de impor as decisões, mesmo impopulares, o que interesse comum da coletividade exige; a eficácia da administração econômica, ou (...) aperfeiçoamento de um sistema (...) que mantenha a mobilidade, reanime os estímulos, incentive os trabalhadores e empresários a trabalhar mais e melhor, enfim a limitação da influência dos que não desejam favorecer a reconstrução do quadro (social) existente.”

Para Merquior, ainda que a análise se refira à situação da França pré-República, a descrição de Aron se ajustaria, perfeitamente, à questão brasileira às vésperas da presidência Collor de Mello. Por abarcar, sobretudo, “frontalmente o problema da regeneração do Estado, como governo e sistema político nas democracias indústrias.”<sup>650</sup> Como Aron, Merquior acreditava que só a combinação desses três fatores asseguraria a restauração da autoridade democrática legítima face a face ao progresso econômico que, mediante “um novo sistema eleitoral, [neutralizaria os] principais inimigos da ordem social – os comunistas.”<sup>651</sup>

Assim, só a adoção dessa estratégia seria capaz de garantir uma ordem mais igualitária. Nesse aspecto, vemos uma reprise do argumento que justificaria o ímpeto reformista em torno do estado. Pois este, só poderia vir a atender às exigências de maior bem-estar por parte da sociedade, se pudesse por termo à inflação e às dívidas interna e externa, visando a recuperação de um nível sustentado de investimento; “(...) sem a qual serviços sociais realmente eficazes, que são os mecanismos concretos da justiça social efetiva, não poderiam ser criados ou mantidos.”<sup>652</sup>

A volta a este tópico tem um propósito bem definido. Trata-se de trazer à luz do debate político da época uma falácia semântica. Qual seja: de “acabar com a confusão (...) sobre o estado ‘forte’ no Brasil.” Para Merquior o verdadeiro estado forte era aquele capaz de

---

<sup>649</sup> MERQUIOR, J. G. *O senso do Estado*. **O Globo**, O País, domingo, 24 de dezembro de 1989.

<sup>650</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>651</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>652</sup> Id. *Ibidem*.

“real capacidade extrativa (em vez de inerte ante a sonegação); capaz de prover a complexa infraestrutura técnica e humana de uma sociedade industrial dinâmica; e pronto [a] decidir e arbitrar, pela autoridade e não pela força, os conflitos sociais que a sociedade não resolve por si mesma.”<sup>653</sup>

Enquanto outro Estado ‘forte’ dever ser visto criticamente. Na verdade, esse seria um “estado fracativo”<sup>654</sup>. Pelo motivo de

“se deixar colonizar por vários privilégios cartoriais gargarejando retóricas nacional-sociais. Este não é senão um estado fraco, marionete patrimonial de interesses particularistas, corroído na sua autoridade por pressões e contrapressões que ele nunca termina de contentar ou controlar. É um estado estamental, pré-social: Estado estatista, e não obstante cada vez mais débil, precisamente porque disfuncional, econômica e socialmente.”<sup>655</sup>

Ademais, Merquior encara, em perspectiva histórica, um comportamento que viria a ser tomar parte expressiva da política brasileira contemporânea. A tendência daquele que viria a ser o principal partido de esquerda do Brasil, o PT, de se arrogar poderes monopolísticos sobre a questão social, de modo que os problemas dessa área só poderiam ser solucionados quando a esquerda chegasse ao poder.

“Nada mais falso,”<sup>656</sup> comenta Merquior. Que nos trás o exemplo do estado-providencia no Ocidente, em que este não foi uma invenção da esquerda radical, mas da Alemanha de Bismarck; sendo por vezes entronizado por “modernizações conservadoras.”<sup>657</sup> Já “outras surgiram de políticas perfeitamente centristas, ou de centro-esquerda, como na Inglaterra de Lloyd George, na Escandinávia socialdemocrata, no Uruguai de Batlle ou nos Estados Unidos de Roosevelt e Johnson.”

A consequência disso é assinalar que o moderno capitalismo é compatível com o que Merquior chamava de “progressivismo social.” Para o autor, um capitalismo pleno e vigoroso só pode ocorrer em um contexto onde a desigualdade deixou de ser a regra social predominante de amplos setores da população.

Destarte, Merquior não via entre o capitalismo e o social um dissenso irrevogável, mas uma linha clara de interseção e mútua dependência: “A reforma do Estado é a via para realizar entre nós essa interdependência: a modernização irreversível

---

<sup>653</sup> Id. Ibidem.

<sup>654</sup> Id. Ibidem.

<sup>655</sup> Id. Ibidem.

<sup>656</sup> Id. Ibidem.

<sup>657</sup> Id. Ibidem.

da nossa economia e o resgate da enorme e vergonhosa dívida social brasileira.”<sup>658</sup> Em que este seria o principal desafio das lideranças políticas brasileiras, que a construção da democracia se pautasse pela recuperação de um “senso de estado.”<sup>659</sup>

## Conclusão

Na análise das fontes, isto é, de livros como, **Rousseau and Weber** (1980), **As Ideias e as Formas** (1981) e **A Natureza do Processo** (1982), até os ensaios publicados na coluna “A vida das ideias” (1987-1990), se sobressai uma constatação amplamente favorável à seguinte tese: de que existe entre essas obras uma linha de continuidade reveladora de um pensamento liberal em franca maturação.

Nesse sentido, as evidências são abrangentes. O colunismo merquioriano pode ser definido como um grande quadro síntese de muitas das “tarefas críticas” que adotara para si desde o início da década de oitenta. Esse posicionamento expressa fortemente um compromisso de situar o liberalismo em seu contexto, além implicar, como não poderia deixar de ser, em um diálogo fértil com outras tendências do pensamento liberal. Assim, vemo-nos diante de uma chave interpretativa geral pelo qual se pode definir a evolução subjacente à segunda fase da trajetória intelectual de Merquior.

Em “A vida das ideias”, pode-se observar que os temas relativos à economia, embora voltados para situar um momento de ressurgência em torno do livre mercado, se alicerçam na divisa de uma opinião sustentada histórica e sociologicamente. Seguindo um parâmetro disponível desde as primeiras obras de sua fase mais voltada aos temas de teoria política e social.

Por exemplo, a nova onda em torno do livre mercado não repousa em uma moldura na qual a economia é o tema dominante por excelência. Ou, senão, o único digno de importância. Ao lado daquele se situam, igualmente, problemas de ordem geopolítica, nacionais que, por sua vez, abrigam questões políticas e sociais diversas, além de que estas ver-se-iam cada vez mais sob as consequências de uma nova revolução tecnológica que se encontrava em andamento. Desse modo, paralelo a uma defesa do mercado, está uma via em que se apresenta a crise do capitalismo americano

---

<sup>658</sup> Id. Ibidem.

<sup>659</sup> Id. Ibidem.

sob uma perspectiva crítica.<sup>660</sup> Esta se concentra em apontar para as dificuldades enfrentadas pelo o país-modelo da expansão capitalista, frente a outros competidores em meio ao comércio internacional devido, em parte, a evolução assumida por aquela economia, ter se tornado mais vocacionada ao consumo do que ao investimento.

À vista do declínio americano está claro que este não se esgota meramente em um tópico de interesse puramente econômico. É preciso dar-lhe revelo histórico-social, alinhavando as diversas perspectivas historiográficas sobre a ascensão e declínio das grandes potenciais.<sup>661</sup> Ao qual se pretende esclarecê-los à luz de uma mudança quer, econômica, quer social.<sup>662</sup> Estendendo-se até temas circunscritos à conjuntura, especialmente, aquela relacionada à situação latino-americana, como o debate em torno da dívida externa.<sup>663</sup> Enquanto que, noutra instância, o capitalismo, se revela por meio de uma abordagem que se conforma às grandes linhas da história, inicialmente tomada a partir de um ponto de vista sobre contexto ou, ainda, sobre a particularidade acerca da reflexão de um autor.<sup>664</sup> Um padrão que volta à baila novamente, seja nos comentários à ojeriza ao mercado na cena político-intelectual latino-americana seja em posicionar a discussão em torno do protecionismo em termos sutis de uma inter-relação político-econômica.<sup>665</sup>

Nesse mesmo ponto de vista, é significativo notar a mesma disposição no trato aos diversos aspectos que envolvem o estado. Onde pode se verificar o mesmo padrão de abordagem que agora incidi sobre o segundo grande tema da pauta liberal da crítica merquioriana: o estado. Em que este é tanto objeto de análise quando se considera o impacto das transformações econômicas sob suas estruturas,<sup>666</sup> ou quando posicionado dentro de um contexto histórico da modernidade.<sup>667</sup> Com efeito, o ensaio “mirim” sobre a história do estado está para “Mercadologia em pílulas”, em que ambos refletem tentativas de uma descrição macro desses temas. A crítica se encontra presente, por sua

---

<sup>660</sup> Ver MERQUIOR, J. G. *A crise do sistema Americano (I)*, **O Globo**, O País, domingo, 24 de julho de 1988 e *A crise do capitalismo (II)*, **O Globo**, O país, 31 de julho de 1988.

<sup>661</sup> Id. Ibidem. *A escola do declínio*, **O Globo**, O País, 09 de outubro de 1988 e 16 de outubro de 1988.

<sup>662</sup> Id. Ibidem. *A economia de serviços (I)*, **O Globo**, O País, domingo 7 de agosto de 1988; *A economia de serviços (II)*, **O Globo**, O País, domingo 14 de agosto de 1988 e *A sociedade de serviço (I)*, **O Globo**, O País, domingo, 11 de setembro de 1989.

<sup>663</sup> Id. Ibidem. *A Dúvida da dívida*. **O Globo**, O País, domingo, 11 de dezembro de 1988.

<sup>664</sup> Id. Ibidem. *Mercadologia em pílulas*. **O Globo**, O País, domingo 25 de setembro de 1988.

<sup>665</sup> Id. Ibidem. *Protecionismo (I)*. **O Globo**, O País, domingo 12 de março de 1989 e *Protecionismo (II)*. **O Globo**, O País, domingo, 19 de março de 1989.

<sup>666</sup> Vide os documentos relacionados, principalmente, às notas 180 e 183.

<sup>667</sup> Ver MERQUIOR, J. G. *A história mirim do Estado*. **O Globo**. O país, domingo, 02 de outubro de 1988.

vez, na necessidade de reforma do estado que, como vista em discussão, é referida principalmente ao contexto brasileiro. Neste encontramos uma defesa do estado liberal em contraposição ao patrimonialismo predominante no interior do arcabouço estatal brasileiro, identificado pela captura da atividade pública por interesses particularistas, ao qual está correlacionada a níveis elevados de desigualdade social.<sup>668</sup>

Há nisso um inequívoco compromisso democrático. A presença deste perfaz tanto a abordagem do mercado quanto do estado. Nesse sentido, o argumento de Merquior é claramente guiado pela objetividade, ao atentar realisticamente para o quadro social brasileiro e identificar sem delongas que para alcançar níveis de vida satisfatórios, não se optar pelo distributivismo inimigo do mercado, bem como é preciso evitar a estadofobia do neoliberalismo radical.

A mensagem aí embutida diz respeito às condições de desenvolvimento da democracia. Para Merquior, a democracia brasileira só teria condições de assegurar o cumprimento de suas promessas, se estivesse ligada a um estado liberal de linhagem prescritiva, em que “a mão do governo” age a favor da mão invisível do mercado e juntos possam a chave-mestra da prosperidade. Dessa forma, é respeitável a crítica de Merquior à dívida externa, vista como um obstáculo à consolidação que chamava de a “democracia morena.”<sup>669</sup>

No horizonte daquele fim de década, estava claro que “uma dívida externa persistentemente draconiana só pode agravar o drama de nossa dívida social.”<sup>670</sup> Não menos importante é que nessa percepção repousa um retorno a imagem do sonho americano, que Merquior diz que no passado não referia apenas ao norte rico do século XX, mas a todo continente, vista como “uma paisagem social democrática, um eldorado feito de liberdade e oportunidade. A ideia de democracia social, de acesso e mobilidade, era inseparável do sonho de “fazer a América.”<sup>671</sup>

Essa ideia estava de novo em movimento. Pois,

“o que passou acontecer nas últimas décadas foi que este mesmo sentimento começou a penetrar as nossas massas latino-americanas. O

---

<sup>668</sup> Id. *Ibidem*. *A reforma do Estado*. **O Globo**, O País, domingo, 20 de agosto de 1989; *O Estado arcaico*. **O Globo**, O País, domingo, 03 de setembro de 1989; *Uma falsa opção*. **O Globo**, O País, domingo, 10 de dezembro de 1989. *O senso do Estado*. **O Globo**, O País, domingo, 24 de dezembro de 1989.

<sup>669</sup> MERQUIOR, J. G. *Democracia morena*. **O Globo**, O País, domingo, 18 de dezembro de 1988.

<sup>670</sup> Id. *Ibidem*.

<sup>671</sup> Id. *Ibidem*.

afã de acesso social, o desejo de mobilidade e ascensão são agora parte integrante da psicologia popular – e quem contestaria esse direito, o mais belo símbolo do sonho americano? Nossas massas, tantas vezes colônias de nós mesmos, aspiram agora a plena emancipação sócio-econômica. é uma tendência tão legítima quanto irresistível.”<sup>672</sup>

Nesse ensaio, Merquior vai ainda mais longe ao salientar que “a integração social, será a premissa da legitimação de nossas democracias.” E, como procura delimitar, trata-se de uma legitimação requerida tanto pela esfera da comunidade internacional, quanto nacional; de modo tal, que Merquior acreditava que a próxima modernização fugiria ao padrão histórico brasileiro, isto é, a de ser guiada por diferentes formas de autoritarismo, ao qual caberia ser ditada preferencialmente por uma dinâmica de cunho liberal-democrática. De forma que democracia pudesse entronizar, a um só tempo, o encolhimento do estatismo, para que assim o estado pudesse está melhor presente na defesa do social. “De resto,” lembrando Raymond Aron,

“sem o Estado como ordem jurídica e fulcro de direitos, perderia [de vista a] viabilidade [de sua] ‘síntese liberal democrática’, a combinação de liberdades clássicas e novos direitos sociais. Essa síntese virou uma das marcas da civilização industrial avançada. Ela constitui um programa social-liberal que os latino-americanos, pioneiros, no Uruguai de Belle Epoque, do ‘welfare state’ não só não podem esquecer como têm a obrigação de implementar.”<sup>673</sup>

Todo teor da mensagem que singulariza a experiência por vir da “democracia morena” está contida nesta frase: “(...) ingressamos num nível de progresso que exige mais democracia.”<sup>674</sup>

Por isso a perspectiva democratizante não está apenas visível nos textos direcionados ao mercado e ao estado, mas domina decisivamente todo um espectro de temas considerados por Merquior. Assim, um liberalismo que se quer crítico precisa acompanhar uma sociedade em transformação, principalmente no que tange à garantia de direitos. E, sendo este o contexto dominante que Merquior escrevia, um contexto de liberalização político-econômica às vésperas de um novo ciclo de desenvolvimento guindado pelo novo regime democrático, é mister enfrentar todo um leque de pautas que emergiram ao longo do processo de abertura. Dentre estas temos, por exemplo, a

---

<sup>672</sup> Id. Ibidem.

<sup>673</sup> Id. Ibidem.

<sup>674</sup> Id. Ibidem.

política nacional vista em conjuntura, cristalizada na defesa do voto distrital<sup>675</sup> ou na opção pelo presidencialismo.<sup>676</sup> Na valorização da mulher ao dar ciência no ensaio “Machismos”, destes serem, antes, construções culturais, que “um decreto da natureza”.<sup>677</sup> Ou no “Platão feminista”, no qual Merquior discorre sobre o amplo papel social concedido às mulheres pelo autor de “A República”.<sup>678</sup> E não deixando de atentar, no momento do centenário da abolição, para o problema do negro no Brasil; no qual tece considerações sobre a contribuição deste para a cultura, como põe em perspectiva o mito e a realidade em torno da democracia racial, além de reivindicar para população negra maior acesso aos bens materiais e sociais da modernidade.<sup>679</sup> Um interesse histórico manifesto nas ideias em torno da Revolução Francesa quando de seu bicentenário.<sup>680</sup>

Finalmente, na parte ou no todo, se observa que “A vida das ideias” é bem representativa quanto ao projeto original que Merquior adotou para si no início da década. Um projeto consubstanciado numa crítica de talhe liberal, favorecida por uma consciência de que esta, enquanto doutrina, deveria ser considerada em permanente revisão ante ao contexto histórico da modernidade. Assim, se o liberalismo é o pensamento em mudança, “nossas democracias têm de ser regimes de sociedade em mudança, é que toda sociedade em mudança precisa de muita eficiência governamental. [Logo,] a democracia tem de governar.”<sup>681</sup>

---

<sup>675</sup> MERQUIOR, J. G. *Pelo voto distrital (I)*. **O Globo**, O País, domingo, 21 de agosto de 1988; *Pelo voto distrital (II)*. **O Globo**, O País, domingo, 28 de agosto de 1988 e *Pelo voto distrital (III)*. **O Globo**, O País, domingo, 04 de setembro de 1988. A contribuição de Merquior faz-se em momento decisivo do debate político em torno da Constituição que viria ser promulgada em outubro daquele ano, mas a preocupação sobre o sistema eleitoral vem desde os primórdios da abertura, quando Merquior passa a estudar o tema em 1981, ver **A tese de Merquior**. **O Globo**, O País, *Política, hoje e amanhã*, 2º clichê, domingo, 22 de novembro de 1981.

<sup>676</sup> Idem *A opção presidencialista*. **O Globo**, O País, domingo, 06 de março de 1988.

<sup>677</sup> Idem *Machismos*. **O Globo**, O País, domingo, 10 de julho de 1989.

<sup>678</sup> Idem *Platão feminista*. **O Globo**, O País, domingo, 04 de junho de 1989.

<sup>679</sup> Idem *O Brasil e o negro (I)*. **O Globo**, O País, domingo, 08 de maio de 1988 e *O Brasil e o negro (II)*. **O Globo**, domingo, 15 de maio de 1988.

<sup>680</sup> Idem *O custo da revolução*. **O Globo**, O País, domingo, 1º de maio de 1988 e *O significado da revolução*. **O Globo**, O País, domingo, 30 de julho de 1989.

<sup>681</sup> Idem *Democracia morena*. **O Globo**, O País, domingo, 18 de dezembro de 1988.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desses comentários finais consiste em se ater aos desdobramentos da hipótese que norteou a presente investigação. Nesse sentido, trata-se de deslindar algumas linhas de compreensão concernente, primeiro, aos objetivos específicos e, segundo, ao objetivo principal; sendo que este último, a saber, diz respeito à questão central de nossa pesquisa, que é a posição ocupada por Merquior na filosofia liberal de seu tempo.

Primeiro nos ocuparemos do modo como se organiza a análise dos temas estado/mercado no criticismo liberal de Merquior. Trata-se de reafirmar que tanto o tema do estado como do mercado são matérias de interesse primário ao liberalismo. Nessa condição, significa que, não importa de onde emanam as reflexões estas, cedo ou tarde, serão confrontadas pelos problemas apresentados por esses dois grandes temas, e se a orientação intelectual for predominantemente liberal. O motivo está no fato de ambos constituírem aspectos essenciais de como a vida moderna se organiza em torno de padrões com mudança, em que esta última é a regra social relacionada à singularidade da Transição para a sociedade moderna. Uma sociedade que, em comparação ao que acontecia nas sociedades pré-modernas, que se edificavam sobre a base estável dos costumes, dilui a perspectiva de norma e poder alicerçadas na tradição, entronizando a dúvida permanente como aspiração, de modo a fazer jus a um de seus principais aspectos: o papel central reservado ao conhecimento na modernidade.

A centralidade do conhecimento, por sua vez, deriva da queda inevitável da legitimidade respaldada por fatores naturais. E, como sabia Merquior, aonde o pensamento enfrenta o desafio da mudança generalizada, aquilo que é de interesse legítimo, passa se assentar, então, em contratos nos quais às exigências internas da condição individual são plenamente reconhecidas. O resultado óbvio disso, quando referido aos temas do estado e mercado, é que não cabem quaisquer certezas, no sentido de que o pensamento não pode extrair uma verdade única e final. Quando muito, pode-se apreendê-los através de princípios que, ainda que venham lhes conferir alguma unidade, jamais superam a diversidade de suas experiências históricas. A própria mutabilidade à qual está sujeita a legitimidade é o fruto do crescente igualitarismo

radicado na sociedade moderna, ao que Merquior chamou de a *natureza do processo* como o “progresso” da liberdade.

Uma evidência de como esse arcabouço constitui uma influência decisiva em Merquior pode ser vista nas páginas finais de seu estudo sobre as teorias da legitimidade de Rousseau e Weber:

“Ora, o ideal da liberdade igualitária, não importa quão imperfeitamente se concretize, pertence à natureza mesma da sociedade moderna. Uma vez rompidas as cadeias do costume, o crescimento da lei estatuída, notoriamente ‘feita pelo homem, junto à decadência das formas tradicionais’ de governo, parece por si mesmo exigir que a legitimidade se fundamente na participação democrática. Quando mudança social vem a ser interiorizada, quando as leis não são mais “sagradas” mas vistas como simples formas ‘funcionais’, quando as ordens de comando não mais procedem do ‘passado eterno’ de um governo sacralizado (quando não é sacralizado o próprio governante), os homens dificilmente acederão em submeter-se a elas, a não ser que lhes seja permitido, de alguma forma, sentir-se participar de sua elaboração e de sua promulgação.”

Na confluência entre estado e mercado, incide uma perspectiva teórica quanto ao significado da Grande Transição que não se internaliza em si mesma. A crítica liberal que Merquior constrói tem em vista, simultaneamente, padrão e mudança. Um padrão advindo da natureza singular da sociedade moderna, compreendida nos termos de uma mutação constante. Enquanto que a mudança como tal, deve ser observada no modo como expressa respostas diferentes para um mesmo problema. E como já visto, se pode apreender daí, primeiro que a realidade social para Merquior é complexa, conseqüentemente não pode ser apropriada de forma simplória, embora modelos simples possam torná-la inteligível. O segundo ponto é que essa crítica precisa ser multifacetada, devendo se dispor a enfrentar os diversos dilemas apresentados pela sociedade móvel. Na perspectiva de Merquior, a crítica liberal seria menos uma reivindicação de volta à tradição e sim um argumento a favor da mudança social.

Em grande medida, o modo como a análise do estado e mercado se organiza na obra de Merquior está, profundamente, relacionado à verdade histórica de o industrialismo ser uma revolução incessante. E onde este é tanto causa como efeito em face do surgimento da ciência natural moderna. Embora difundida em todos os lugares e, ainda que seja possível descrever padrões comuns aos vários processos de industrialização, é certo que a evolução moderna não é nenhum evolucionismo do tipo linear, em que os fatos se sucedem uns aos outros.

Por isso, reitera-se uma perspectiva consagrada pela sociologia histórica comparada, e tão presente na obra merquioriana tardia, segundo a qual estados e mercados devem ser vistos na história. A tônica deste princípio se dá mais concretamente quando Merquior salienta o valor do método comparativo, seja este aplicado às diferenças e semelhanças entre sociedades pré-industriais e industriais, seja quanto às diversas experiências industrializantes consideradas internamente. Para que o pensamento liberal não incorra em anacronismos, muito menos seja reduzido à posição de um reivindicador do passado superado por uma sociedade cambiante, é que o liberalismo deve ser visto na história. Essa é a mensagem principal da última obra de Merquior, “O Liberalismo- antigo e moderno”. Nesse livro, um dos aspectos decisivos reside, justamente, que nas diversas escolas de pensamento liberal na Inglaterra, França e Alemanha seguiram diferentes orientações frente ao desafio do contexto.

Na prática desse exercício crítico, decorre que o estado e o mercado não são um mal em si. Porém, deve-se evitar, igualmente, a idolatria cega de ambos. Pois, o primeiro tende a levar ao estatismo desmedido e ao sufocamento das forças econômicas. O segundo, enquanto seja uma máquina de prosperidade, não deve se sobrepor ao conjunto das relações sociais, de modo que estas sejam substituídas pela anarquia libertária. Em outras palavras, a preferência deve recair sobre o estado liberal à sociedade anárquica, sobre a ordem espontânea do mercado ao caos do estado planificador. Em ambos os casos, Merquior, está sendo fiel ao credo que estabeleceu para si, isto é, de não repetir o erro da intelectualidade “grafocrática” de estipular ordens sociais decretadas. Portanto, para a crítica liberal merquioriana relativa ao estado e mercado interessa mais, por um lado, confrontar possíveis obscurantismos e superstições e, por outro, mapear o alto grau de influência recíproca assumida em contextos diversos. E, dentre estes, um foi especialmente importante para Merquior, aquele contexto em que estado e mercado confluem na maior igualdade, previsto no cerne da legitimidade moderna, circunscrita por uma ampla difusão de direitos políticos, econômicos e sociais.

Neste tópico, resta-nos sublinhar que, subjacente a crítica merquioriana, está uma defesa da política. Esta decorre da forma como Merquior construiu os pressupostos de sua crítica liberal. E acreditamos que o próprio não estivesse completamente ciente disso, visto que inexistia uma explicitação do assunto em sua obra. Mas o fato é que, ao se lançar na tarefa crítica frente aos vários irracionalismos de seu tempo, este

empreendimento só pode ser levado a cabo se for evitada a ideologização presente em várias instâncias do debate cultural. Em parte, essa imunização foi garantida porque a crítica de Merquior não procurava alinhar conclusões peremptórias lavradas segundo alguma presunção utópica. Ao fazer isso, o próprio liberalismo não se vê como uma certeza, não ao ponto que possa sobrepujar a política e substituí-la; mas entende que a mensagem liberal torna-se mais forte, senão legítima, se o reconhecimento almejado vier pelas “mãos” da política, isto é, por aquilo que a define como a possível e desejada conciliação de interesses contrários. Destarte, o liberalismo caminha “pari passu” ao poder político, caso se considere que este é um poder subjuntivo, e, assim, manifesto por uma racionalidade similar à liberal, cujo compromisso com a verdade só é concebível se asseguradas condições liberdade necessárias a sua refutação.

Vencida a questão pertinente quanto à organização dos dois principais temas balizadores dessa investigação na obra merquioriana cabe, agora, nos concentrarmos sobre as outras duas especificidades restantes: a evolução intelectual abrangida pelo autor no curso do período abordado e o valor de seu contributo para o debate sobre estado e mercado.

Discernindo sobre a evolução intelectual, está claro que os resultados dificilmente corroborarão interpretações que situam Merquior, ora como um conservador, ora como um neoliberal estrito. Ou, mesmo, de que não seria um liberal propriamente dito. Ou que, tampouco, esta se situaria no âmbito de uma construção meramente erudita. É óbvio, por tudo que já foi considerado até aqui, que as provas acumuladas e, principalmente, discutidas com respeito aos dois grandes eixos da teoria social contemporânea, levam-nos à inequívoca conclusão de que esta obra é, completamente, afeta ao discurso liberal.

Nesse sentido, Merquior prefere moldar uma nova vertente de crítica e análise liberal do que ser um seguidor de uma das escolas liberais existentes. A razão para isso, talvez, esteja fundada na consciência que possuía da evolução histórica do liberalismo. Em que pese, novamente, o fato de o pensamento liberal ser moldado por atitudes de natureza anti-utópica, que constituem um grande balizador de que as respostas oferecidas são provisórias, isto é, circunscritas em um tempo histórico.

Daí que um dos aspectos mais relevantes do liberalismo de Merquior é a tendência democratizante de toda a segunda fase de sua obra. Note que a forte presença

de discussões que, se referem ora à própria democracia, bem como de seus vários pontos conexos, ainda que, obviamente, longe de esgotá-los. Porém, é certa que essa se tornou uma das principais linhas mestras deste pensamento. O motivo não é outro senão o caráter historicizante conferido por Merquior ao credo liberal. E o constante apreço à democracia está envolto em meio ao significado mais amplo da sociedade moderna, representado por um avanço contínuo das liberdades, fruto de um contrato entre os homens em que estes se veem como cidadãos livres e iguais.

Por isso, que a crítica ao estado caminha na direção propositiva de um estado liberal como o único garantidor das condições de realização plena do ideal universalista de uma sociedade democrática, não se contentando a uma simples posição de denúncia. Sendo assim, o contexto geral de liberalização política e econômica da década de oitenta, não era o mero resultado de uma conjuntura que se insinuava. E esse foi um percurso no mais das vezes, deveras sistemático, e se entrelaçando aos outros domínios do interesse moderno. Assim, o criticismo liberal de Merquior se singulariza ainda mais frente outros liberalismos vigentes na época, porque algumas dessas vertentes que se assumiam liberistas e conservadoras tendiam, no mais das vezes, a ver como acessório o debate em torno da democracia. Assim, não restam dúvidas que para Merquior a democracia possui o mesmo status conferido ao estado e ao mercado, ou seja, um dos elementos chaves das modernas condições de liberdade.

Desta feita, a avaliação só pode ocorrer no leito de uma apreciação geral que flui numa dupla constatação. A primeira se circunscreve a posição anti-ideologizante que temos comentado aqui, ao qual estado e mercado foram submetidos em vista o desenvolvimento da crítica liberal. Em outras palavras, tal aspecto pode ser condensado na recusa de se considerar a realidade social a teorias que fogem ao valor do processo histórico. A segunda, embebida na mesma origem, é que precisamos falar de liberalismos é que estes são muito mais complementares entre si, de forma que podem ser dispostos e integrados a diferentes redes de pensamento.

Pode-se, assim, passar à derradeira questão quanto à filiação de Merquior no núcleo da filosofia liberal. Um primeiro esclarecimento é que o liberalismo de Merquior não é de índole conservadora, muito menos liberista. É certo que Merquior por várias vezes se disse um social-liberal ou um liberal-social. Mas como a presente dissertação demonstrou, nosso autor foi classificado de diferentes modos, exceto, ou só muito

raramente um membro do liberalismo social. Em geral, a classificação social-liberal pela qual se definia Merquior, foi vista pelos seus contemporâneos como uma contradição em termos porque, por definição, o liberalismo seria social; quando não o termo foi tido como sinônimo de justiça social, um conceito repudiado pelos neoliberais em face da crítica devastadora de Hayek. O resultado disso, que é tomar e isolar, por exemplo, uma das vertentes liberais como a única verdadeira, se oferece em razão da tentativa de discernir a variedade desses liberalismos de forma essencialista.

O correto, porém, é que Merquior foi majoritariamente um liberal-social. Entretanto, a prova disso deve ser buscada não em enfeixar uma tipologia ideal, porque esta não está disponível à razão liberal, tal como surpreendido mas que tende a mudanças à medida que procura se situar ao seu redor. Pois, como já reconhecemos, o caráter aproximativo entre os liberalismos, assume uma posição central para o entendimento de uma filiação, do que aquilo que os diferem.

Assim, nada mais justo de que esse problema de posicionamento quanto a seu social-liberalismo seja elucidado levando em conta exatamente o grau de parentesco com outros liberalismos. O resultado proveniente dessa *diagnosis* é, obviamente, não exaustiva e não se reduz aos termos ou aos autores a que foi enquadrada, tratando-se apenas de um modelo que visa compreender a complexidade de um legado filosófico manifesta no curso do processo histórico, a qual toda variedade de liberalismos é menos ou mais relacionada a outras, remontando uma origem ancestral comum. Com efeito,

(a) o liberalismo de Merquior é acentuadamente aproximativo às teses de Karl Popper no que se refere à epistemologia do ensaio e erro, bem como ao critério de falseabilidade como elemento demarcador entre ciência e não ciência, a defesa da “sociedade aberta” e a crítica do historicismo;

(b) converge com a posição, também, anti-historicista de Isaiah Berlin sobre a “inevitabilidade histórica”, quanto a existência de leis históricas pelas quais se poderiam prever o futuro, além de ser aproximativo ao pluralismo de valores;

(c) diverge dos neoliberalismos no tocante a centralidade conferida ao mercado do tipo essencialmente positiva, e em contraposição à perspectiva negativa conferida ao estado. Contrasta, assim, um ideal de estado mínimo puro ao ponto de vista de que se pode observar o estado cumprindo diferentes papéis em contextos distintos. Entretanto,

não diverge completamente da defesa da economia de mercado como uma força, portanto não planejada, aliado a defesa de que o estado de direito como império da Lei seria o resultado menos da arquitetura racionalista e sim uma resultante de estruturas complexas emergentes. Cabe informar que, no que concerne a “interna corporis” desta ramificação liberal, a posição merquioriana é mais aproximada de seus autores clássicos (p. ex.: Hayek) e, conseqüentemente, distante das variações deste pensamento apreendida por fontes secundárias. Isto é, por aqueles autores que não correspondem ao núcleo originário desta filosofia política, e dados a sujeitá-la a uma apreciação ideológica que, a partir de seu liberismo, se vê como substituta da política. De forma que na obra de Merquior gravita uma distinção crucial entre uma abordagem filosófica relevante e a uma vulgata de pensamento a ser evitada; e

(d) tem um parentesco inequívoco com muitas das assim chamadas vertentes de um social-liberalismo moderno, representativo em autores como Keynes, Aron, Gellner, Dahrendorf e Bobbio. Uma filiação que estabelece a partir de um ponto de vista sociológico de cunho historicizante, afastada de conclusões de fundo exclusivamente determinista, onde se destaca a exposição de padrões pelos quais se caracterizaria a sociedade moderna. Evidente no apreço por Keynes no que tange a superação enunciada por este do liberismo ortodoxo. Tanto Aron e Gellner atraíram a atenção por motivos distintos, mas também por que neles há toda uma discussão sobre a natureza do industrialismo e o impacto deste não só na economia, mas também na política e em questões sociais. Esses dois, também, se opuseram ao monismo das sociedades totalitárias em face de uma ampla defesa do pluralismo das sociedades democráticas liberais. Um parentesco com as posições de Dahrendorf, que aglutina parte das ideias abrangidas pelos nomes vistos aqui, como por uma defesa do papel do estado nas sociedades contemporâneas, no qual este é o objeto do novo conflito de classe em torno da busca por provisões e direitos. Enquanto a Bobbio, a filiação devida à sua crítica ao livre mercado, mas que se dá principalmente pela importância decisiva à expansão democratizante, até o ponto culminante desta se realizar numa cidadania plenamente autônoma, centrada na difusão de direitos.

Essa descrição que, repito, não pretender esgotar as semelhanças e diferenças entre os liberalismos, nos ajuda a situar melhor a matéria-prima do liberalismo-social de Merquior. Em que este comporta tanto uma crítica ao historicismo, quanto ao totalitarismo, como uma defesa do pluralismo ético e da ordem espontânea dos

mercados até a perspectiva histórica que orienta à mudança do espírito liberal ante as novas oportunidades e desafios.

Não à toa, as novas oportunidades e desafios com que o liberalismo de Merquior se defrontou eram todas perpassadas pela problemática da democratização colhida diretamente da experiência da abertura política brasileira. O conteúdo mais íntimo dessa perspectiva é evocativo de uma proposta de franco reformismo que, por sua vez, tem sua raiz associada ao “novo liberalismo”. Isto é: na metamorfose da perspectiva liberal rumo à direção social-liberal que, como Merquior gostava de salientar, em nada se parecia com socialismo. Trata-se de uma mudança na perspectiva derivada, em parte, de pensadores ingleses como Thomas Hill Green, mais tarde enriquecida com as contribuições de John Hobson e Leonard Hobhouse, no sentido de que o liberalismo deveria avançar além da esfera da segurança individual, indo frente à remoção de obstáculos no qual prefigurava o ideal de Humboldt de autotelia ou de plena autonomia, enquanto poder de auto-realização do indivíduo. Esse novo liberalismo foi uma resposta às insuficiências do liberalismo vitoriano de meados do século XIX. E a primeira grande mudança da fisionomia desde o liberalismo clássico, ainda que, em relação a este, não declinou quanto à valoração da economia de mercado.

Assim tem razão Sergio Paulo Rouanet ao dizer que as polêmicas com que Merquior se notabilizou, (sendo que muitos tendem a vê-lo nem como conservador, tão pouco como neoliberal, mas apenas um polemista), era um traço de seu liberalismo. Uma característica presente não só nos nomes de proa do novo liberalismo, mas deveras fecunda em um conjunto de publicistas ingleses, pouco lembrados pela historiografia; para os quais polemica significava, precisamente, a arte de falar a verdade, que outros preferem ignorar, ou como era comum àquele período, justificar com base no “deixe-estar, deixe-fazer”.

Em suma, o liberalismo de Merquior é um liberalismo de síntese. A nova realidade que fundamenta todos os liberalismos atuais, uma condição influente, pelo menos, desde o século passado. Nessa mescla, algo sistemática, da rica história liberal, Merquior procurou alinhar um todo complexo de análise e crítica em razão dos grandes entes do debate contemporâneo; no qual procurou salientar, fundamentalmente, a interdependência entre ação estatal e de mercado, mas dentro de um arcabouço sem igual de democratização, que terminou por enriquecer a experiência liberal tendo seu

próprio país como desafio. Assim, o que o estado e o mercado podem vir a ser depende de o liberalismo enfrentar o desafio da mudança, onde o produto principal desta síntese, a democracia liberal, é por excelência o regime político das sociedades complexas.

## LISTA DE FONTES PRIMÁRIAS

MERQUIOR, J. G. *A vida das ideias: a reforma e o sonho*, Jornal **O Globo**, 13/12/1987. [382]

\_\_\_\_ *Liberdades*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 20/12/1987. [48]

\_\_\_\_ *Carta ao Brasil*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 27/12/1987. [381]

\_\_\_\_ *Liberalismos (II)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 10/01/1988. [385]

\_\_\_\_ *Liberalismos (III)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 17/01/1988. [383]

\_\_\_\_ *Liberalismos (IV)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 24/01/1988. [386]

\_\_\_\_ *Crença e conhecimento*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 31/01/1988. [194]

\_\_\_\_ *A revolução capitalista (III)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 21/02/1988. [387]

\_\_\_\_ *A opção presidencialista*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 06/03/1988. [388]

\_\_\_\_ *Memento de Weimar*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 13/03/1988. [389]

\_\_\_\_ *Desenvolvimento e Distribuição (A revolução capitalista V)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 20/03/1988. [193]

\_\_\_\_ *Desenvolvimento e Economia Internacional (A revolução capitalista VI)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 27/03/1988. [137]

\_\_\_\_ *Inimigos de Prometeu*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 01/05/1988. [229]

\_\_\_\_ *O Brasil e o negro (I)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 08/05/1988. [158]

\_\_\_\_ *O Brasil e o negro (II)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 15/05/1988. [62]

\_\_\_\_ *Europa 88 (I)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 29/05/1988. [231]

\_\_\_\_ *Europa 88 (II)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 6/06/1988.

\_\_\_\_ *O tabu Lenin*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 19/06/1988. [230]

\_\_\_\_ *Origem da posição leninista*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 26/06/1988. [345]

\_\_\_\_ *A crise do sistema americano (I)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 24/07/1988. [348]

\_\_\_\_ *A crise do sistema americano (II)*, in *A vida das ideias*, Jornal **O Globo**, 31/07/1988. [347]

- \_\_\_\_ *A economia de Serviço (I)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 07/08/1988. [156]
- \_\_\_\_ *A economia de Serviço (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 14/08/1988. [153]
- \_\_\_\_ *Pelo voto distrital (I)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 21/08/1988. [152]
- \_\_\_\_ *Pelo voto distrital (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 28/08/1988. [150]
- \_\_\_\_ *(III)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 04/09/1988. 66
- \_\_\_\_ *A sociedade de serviço (I)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 11/09/1988. [341]
- \_\_\_\_ *Mercadologia em pílulas*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 25/09/1988. [155]
- \_\_\_\_ *História mirim do Estado*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 02/10/1988. [346]
- \_\_\_\_ *A escola do declínio (I)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 09/10/1988. [246]
- \_\_\_\_ *A escola do declínio (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 16/10/1988. [244]
- \_\_\_\_ *A ressurreição de Bukhrain (I)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 30/10/1988. [245]
- \_\_\_\_ *A ressurreição de Bukhrain (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 30/10/1988. [242]
- \_\_\_\_ *Rapsódia húngara*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 5/11/1988. [11]
- \_\_\_\_ *Apotese do efêmero*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 13/11/1988. [342]
- \_\_\_\_ *A educação pelo pacto*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 20/11/1988. [343]
- \_\_\_\_ *A dúvida na dívida*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 11/12/1988. [151]
- \_\_\_\_ *Uma lição de Maquiavel*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 17/12/1988. [239]
- \_\_\_\_ *Democracia Morena*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 18/12/1988. [319]
- \_\_\_\_ *Economicidas*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 01/01/1989. [323]
- \_\_\_\_ *A indústria da atenção (I)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 22/01/1989. [234]
- \_\_\_\_ *A indústria da atenção (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 29/01/1989. [61]
- \_\_\_\_ *Sombras chinesas (I)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 19/02/1989. [317]

- \_\_\_\_\_ *Sombras chinesas (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 26/02/1989. [316]
- \_\_\_\_\_ *Satanizações*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 05/03/1989. [322]
- \_\_\_\_\_ *Protecionismo (I)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 12/03/1989. [321]
- \_\_\_\_\_ *Protecionismo (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 19/03/1989. [63]
- \_\_\_\_\_ *No centenário de Toynbee (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 23/04/1989. [320]
- \_\_\_\_\_ *Seita de partido*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 14/05/1989. [325]
- \_\_\_\_\_ *Um debate francês*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 11/06/1989. [326]
- \_\_\_\_\_ *A Revolução Francesa (I)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 09/07/1989. [237]
- \_\_\_\_\_ *A Revolução Francesa (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 16/07/1989. [149]
- \_\_\_\_\_ *O custo da revolução*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 23/07/1989. [236]
- \_\_\_\_\_ *O significado da revolução*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 30/07/1989. [331]
- \_\_\_\_\_ *O Estado arcaico*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 03/09/1989. [334]
- \_\_\_\_\_ *Polêmicas*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 13/09/1989. [240]
- \_\_\_\_\_ *A questão da universidade (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 17/09/1989. [337]
- \_\_\_\_\_ *Nosso nível histórico (I)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 24/09/1989. [336]
- \_\_\_\_\_ *Nosso nível histórico (II)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 01/10/1989. [329]
- \_\_\_\_\_ *A um bruxo, com amor*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 08/10/1989. [64]
- \_\_\_\_\_ *Donos do progresso*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 15/10/1989. [235]
- \_\_\_\_\_ *A reforma do Estado*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 20/10/1989. [333]
- \_\_\_\_\_ *História mirim do Brasil (III)*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 12/11/1989. [335]
- \_\_\_\_\_ *A ideia de república*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 19/11/1989. [249]
- \_\_\_\_\_ *A revolução europeia*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 26/11/1989. [339]
- \_\_\_\_\_ *Cinco males nacionais*, in A vida das ideias, **Jornal O Globo**, 03/12/1989. [67]

- \_\_\_\_\_ *Uma falsa opção*, in A vida das ideias, Jornal **O Globo**, 10/12/1989. [340]
- \_\_\_\_\_ *O senso do Estado*, in A vida das ideias, Jornal **O Globo**, 24/12/1989. [211[ e [212]
- \_\_\_\_\_ *A saga da socialdemocracia*, in A vida das ideias, Jornal **O Globo**, 31/12/1989. [57]
- \_\_\_\_\_ *Novas tarefas do Estado*, in A vida das ideias, Jornal **O Globo**, 28/01/1990. [213]
- \_\_\_\_\_ *Dinheiro doido*, in A vida das ideias, Jornal **O Globo**, 15/04/1990. [218]
- \_\_\_\_\_ *A prata da família*, in A vida das ideias, Jornal **O Globo**, 27/05/1990. [219]
- \_\_\_\_\_ *Alergia ao mercado (I)*, in A vida das ideias, Jornal **O Globo**, 08/07/1990. [207]
- \_\_\_\_\_ *O bigodudo, o barbicha e o barbudo*, in A vida das ideias, Jornal **O Globo**, 05/08/1990. [95]
- \_\_\_\_\_ *Quase um artigo*, in A vida das cidades, Jornal **O Globo**, 04/12/1988. [243]

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINO, Dominic K., HU, Anzi YAM, Yaneer Bar-. **Corporations and Regulators: The Game of Influence in Regulatory Capture**. New England Complex Systems Institute, Cambridge (Dated: September 24, 2013) in <http://necsi.edu/research/economics/capture/RegCap.pdf>

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

ARON, Raymond. **Ensaio sobre as Liberdades**. Lisboa. Editorial Aster, S/D.

ARROW, Kenneth J, *Teoria Econômica e Crise Financeira – Como incentivos ineficientes podem levar a catástrofes financeiras* in KERJAN, Erwann Michel-, SLOVIC, Paul (Orgs.) **A Economia Irracional - como tomar decisões certas em tempos de incertezas**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

ARTHUR, Brian W., Durlauf, Steven and Lane, David (Editors). **The Economy as an Evolving Complex System II**. Addison-Wesley, 1997.

ARTHUR, Brian W. **Complexity and the Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BACHA, Edmar **A Crise Fiscal e Monetária Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2016.

BACHA, Edmar, SCHWARTZMAN, Simon. **Brasil: A Nova Agenda Social**. Rio de Janeiro: Ed. Gen. Ltc, 2011.

BAECHLER, J., HALL, J. A. e MANN, Michael (Orgs.) **Europa e Ascensão do Capitalismo**. Rio De Janeiro, Ed. Imago, 1989.

BHAGWATI, Jagdish. **Protectionism**. Cambridge: MIT Press, 1988.

BAR-YAM, Yanner. *Systems Biology: Attractors and Democratic Dynamics*. **Science**, 20 February 2009, vol. 323 No. 5917.

BEINHOCKER, Eric, D. **The Origin of Wealth**. Boston, Massachusetts, Harvard University Press, 1996.

BELL, Daniel & KRISTOL, Irving (Editors). **Capitalism Today**, New York: New American Library, 1971.

BELL, Daniel. **A Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973.

- BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BERGER, Peter. **The Capitalist Revolution – fifty propositions about prosperity, equality and liberty**. Nova York: Basic Books, 1986
- BERLIN, Isaiah. **Vico e Herder**, Brasília: UNB, 1982.
- BETING, Joelmir. Os Párias do Quatrilhão in **Veja**, dezembro de 1996.  
<http://www.joelmirbeting.com.br/noticias.aspx?IDgNews=10&IdNews=29490>
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa, Publicações Europa-América LTDA., 3ª edição, S/D.
- BLOOM, Allan. **O Declínio da Cultura Ocidental**. São Paulo: Ed. Best Seller, 1989.
- BOBBIO, Norberto. **Da Hobbes a Marx: Saggi di storia della filosofia**. Napoli: Imprenta. Morano, 1981
- \_\_\_\_ **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 6ª edição, 1994.
- \_\_\_\_ **Direita e Esquerda**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BOUDON, Raymond. *On “Postmodern” Skepticism in Liberalism in Modern Times – Essays in Honor of José Guilherme Merquior*. GELLNER, E. & CANSINO, C. (Editors). Budapest, London, New York: Central European University Press, 1996.
- BRONOWSKI, Jacob. **O Senso Comum da Ciência**. São Paulo EDUSP, 1977.
- CARDOSO, Flamarion Ciro, BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Métodos da Historia**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 4ª edição, 1983.
- \_\_\_\_ “No Limiar do Século XXI.” **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 1, número 2, 1996, p.13.
- CARVALHO, Olavo de. *O Preço das Ilusões*, **Diário do Comércio** (Opinião), 9 de agosto de 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Vol. I**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia – O Discurso Competente e Outras Falas**. São Paulo: Ed. Moderna, 3ª Ed., 1982.
- CLARKE, Peter. **Liberals and Social Democrats**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- COLLIER, David. **The New Authoritarianism in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1979

- CONSTANT, Benjamin. **Principes de Politique**, Edition Guillaumin, 1872.
- CRESPIGNY, Anthony & MINOGUE, Kenneth R. (ORGs.). **Filosofia Política Contemporânea**. Brasília: UNB, 1979.
- CROZIER, Michel. **Estado modesto, Estado moderno**. México, Fondo de Cultura Económica, segunda edición, 1988.
- CUMMING, Robert Deenon. **Human Nature and History: a Study of the Development of Liberal Political Thought**. Chicago: Chicago University Press, 1969.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. RJ: Ed. Nova Fronteira, 2ª edição, 10ª impressão, 1998.
- DAHRENDORF, Ralf. **Ensaio sobre Teoria da Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1974.
- \_\_\_\_\_. **O Conflito Social Moderno**. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/Jorge Zahar Editor, 1992 .
- Dez Anos Sem José Guilherme Merquior**. Mesa redonda realizada na Academia Brasileira de Letras, no dia 04 de outubro de 2001, Rio de Janeiro. Participantes: Acadêmicos Eduardo Portella e Sergio Paulo Rouanet, Prof. Antonio Gomes Penna, Editor José Mário Pereira e Prof. Leandro Konder.
- DIAS, Mauricio. *Voltam as Polêmicas pelos Jornais – Ofensas, xingamentos, exhibições de erudição: vale tudo na disputa entre os intelectuais para ver quem é mais democrata. É da Abertura?* **Revista Isto É**, 21/01/1981.
- DILTHEY, Willem. **Pattern and Meaning in History – thoughts on History and Society** (tradução parcial de **Der Aufbau der Geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften** por H. P. Rickman). Nova York: Harper & Row, 1962.
- DOMBUSCH, Rudiger. **Dollars, Debts, and Deficits**. Massachusetts: MIT Press, 1987
- DRUCKER, Peter. **A Sociedade Pós-Capitalista**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- DUBY, Georges. **Guerriers et paysans (VII-XII siècle): premier essor de l'économie européenne**. Paris: Editora Gallimard, 1973.
- FABER, Michael L. O. **Conciliatory Debt Reduction: why it must come & how it could come**. England: Institute of Development Studies at the University of Sussex, 1988.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder - A Formação do Patronato Político Brasileiro**. Porto Alegre: Ed. Globo, 3ª edição, 1976.
- FERGUSON, Adam. **An Essay on the History of Civil Society**. London: Farnborough, 1969.

FORD, James L. and FORD, Mary K. **Every day In the Year: A Poetical Epitome of the World's History**. Ed. By James L. Ford and Mary K. Ford. New York: Dd, Mad & Co., 1902.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Problemas Políticos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

\_\_\_\_ Et all, **AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO na UNB**: conferências, comentários e debates de um seminário realizado de 07 a 09 de abril de 1981. Brasília: Ed. Da Universidade de Brasília, 1981.

FROOT, Kenneth. Em direção à Estabilidade Financeira in KERJAN, Erwann Michel-, SLOVIC, Paul (Orgs.) **A Economia Irracional - como tomar decisões certas em tempos de incertezas**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

FUKUYAMA, Francis. *The End of the History?* In: **The National Interest**. Nº 16 (Summer 1989): 3-18.

\_\_\_\_ **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1992.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História - Como Historiadores Mapeiam o Passado**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003.

GELL-MANN, Murray. **O Quark e o Jaguar**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1996.

GELLNER, Ernest. **Legitimation of Belief**. Cambridge: Cambridge University Press, 1974

\_\_\_\_ **Thought and Change**. Chicago: Chicago University Press, 1978.

\_\_\_\_ **Spectacles and Predicaments**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

\_\_\_\_ **Gellner na UNB**: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 17 de a 20 de março de 1980. Brasília: Editora UNB, 1981

\_\_\_\_ **Nações e Nacionalismos**. Lisboa: Ed. Gradiva, 1993.

\_\_\_\_ **Dos Nacionalismos**. Lisboa: Ed. Teorema, 1994.

\_\_\_\_ *Kemalism in Encounters with Nationalism*. Oxford: Basil-Blackwell, 1994.

\_\_\_\_ **Condições de Liberdade - A Sociedade Civil e Seus Rivais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

\_\_\_\_ and CANSINO, César. **Liberalism in Modern Times, Essays in Honour of José G. Merquior**. Budapest, Central European University Press, 1996.

GERSCHENKRON, Alexander. **O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica e Outros Ensaios**. RJ: Editora contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Estudos Políticos, 2015.

GLEICK, James. **CAOS – A Criação de uma Nova Ciência**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

GIAMBIAGI, Fabio. A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público? **Texto para discussão nº 1169**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2006 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/50/56>.

HALL, John A. (Org.) **Estados na História**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1992.

\_\_\_\_ **Poderes Y Libertades**. Barcelona: Ediciones Península, 1988.

HAYEK, Friedrich. A. von. **Os Fundamentos da Liberdade**. Brasília: UNB, 1983.

\_\_\_\_ **Lei, Legislação e Liberdade**. Brasília: UNB, 1986.

\_\_\_\_ **The Fatal Conceit: Errors of Socialism**. London: Routledge, 1988.

HIRSCHMAN, Albert. **The Strategy of Economic Development**. New Haven, 1958.

HOLLAND, John H. **Hidden Order – How adaptation builds complexity**. Michigan: Addison-Wesley Publishing, 1995.

\_\_\_\_ *Sistemas Complexos Adaptativos e Algoritmos Genéticos* in NUSSENZVEIG, Moysés. (Org.) **Complexidade & Caos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/COPEA, 2ª edição, 2003.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Organização Ricardo Benzaquen de Araujo & Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

HUNTINGTON, Samuel. Democracy's Third Wave. **Journal of Democracy**, Spring of 1991.

JARDIM, Reynaldo, *Bilhete do editor*. **Jornal do Brasil**, domingo, 30 de abril de 1960, Suplemento Literário, p. 01.

JOHNSON, George. **Fogo na Mente - Ciência, Fé e a Busca da Ordem**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

JOHNSON, Gregory R. *Modernity and Postmodernity in the Thought of José Merquior* In **Liberalism in Modern Times – Essays in honor of José G. Merquior**. Budapest: Central European University Press, 1996.

KENNEDY, Paul. **The Raise and the Fall of Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500- 2000**. London: Harper Collins Publishers Ltd., 1988.

KERJAN, Erwann Michel-, SLOVIC, Paul (Orgs.) **A Economia Irracional- como tomar decisões certas em tempos de incertezas**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

KERJAN, Erwann Michel. *Ainda não passamos para o Gerenciamento de risco 2.0?* in KERJAN, Erwann Michel-, SLOVIC, Paul (Orgs.) **A Economia Irracional - como tomar decisões certas em tempos de incertezas**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

KHALDUN, Ibn. **Os Prolegômenos ou Filosofia Social II**. São Paulo: Ed. Comercial Safady LTDA, 1959.

KOLAKOWSKI, Leszek. **O Espírito Revolucionário e Marxismo: Utopia e Antiutopia**. Brasília: UNB, 1985.

KRISTOL, Irwin. **Capitalism Today**, Bell & Kristol (Editors). New York: New American Library, 1971.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

KURLANTZICK, Joshua. China's Model of Development and the "Beijing Consensus" **US China** Apr. 29, 2013 in <http://www.chinausfocus.com/finance-economy/chinas-model-of-development-and-the-beijing-consensus/>

LAFER, Celso. **Ensaio sobre a liberdade**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

\_\_\_\_ Paradigma da Liberdade in: Merquior, um mestre na defesa e no ataque. **O Globo**, Rio de Janeiro, domingo, 13 de Janeiro de 1991, Segundo Caderno, seção Livros, p. 07.

\_\_\_\_ (et. al). **José Guilherme Merquior – Diplomata**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

\_\_\_\_ **Ensaio Liberais**. Rio de Janeiro: Ed. Siciliano, 1993.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O Leopardo**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2002.

LATTIMORE, Owen. **Studies in Frontier History**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

LEITÃO, Miriam, **Saga Brasileira - A longa luta de um povo por sua moeda**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2011.

LEWIN, Roger. **Complexidade - A vida no limite do caos**, Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

MAINE, Henry. *Ancient Law: Its Connection with the Early History of Society, and Its Relation to Modern Ideas*. London: John Murray, 1861. Disponível em: <https://archive.org/stream/ancientlawitsco18maingooog#page/n6/mode/2up>

MANN, Michael. **The Sources of Social Power, vol. I.: A History of Power from the Beginnings to 1760 AD**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MARSHALL, T. H. **Citizenship and Social Class and other essays**. Cambridge: CUP 1950.

MASON, Paul. Brexit is a fake revolt – working-class culture is being hijacked to help the elite. **The Guardian**, Brexit-Opinion, Monday 20 June, 2016 12.29 BST Last modified on Wednesday 9 August

MATTEUCI, Nicola. **II Liberalismo in um Mondo in Trasformazione**. Bolonha: II Mulino, 1972.

MCCARTY, Nolan, POOLE, Keith T., ROSENTHAL, Howard. **Political Bubbles: Financial Crises and the Failure of American Democracy**. Princeton: Princeton Univesity Press, 2015.

MENDES, Norma Musco. **Sistema Político do Império do Ocidente: um modelo de colapso**. Rio de Janeiro: DP & A Editora/FAPERJ, 2002.

MERQUIOR, José Guilherme. *Neolakoon, ou da espaciotemporalidade*. **Jornal do Brasil**, domingo, 17, de outubro de 1959, Suplemento Literário.

\_\_\_\_ *Estudos sobre expressionismo: Holder, Munch e Ensor (Extrato de um ensaio sobre a gênese da pintura moderna)*. **Jornal do Brasil**, domingo, dezembro de 1959.

\_\_\_\_ *Introdução a um pintor moderno: Degas*. **Jornal do Brasil**, domingo, 23 de janeiro de 1960.

\_\_\_\_ *O corpo como expressão e a palavra - Merleau-Ponty & Merleau-Ponty: o cinema e a nova psicologia*. **Jornal do Brasil**, 01 de outubro de 1960, Suplemento Literário.

\_\_\_\_ *Galateia ou a morte da arte*. **Jornal do Brasil**, domingo, 26 de novembro de 1960 e 07 de janeiro de 1961.

— Nota Antipática in: BANDEIRA, Manuel. **Poesia do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1963.

\_\_\_\_ **Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin** (ensaio crítico sobre a escola neo-hegeliana de Frankfurt). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

\_\_\_\_ **Saudades do Carnaval**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1972.

\_\_\_\_ **Formalismo & Tradição Moderna: o Problema da Arte na Crise da Cultura**. Petrópolis: Forense Universitária, 1974.

\_\_\_\_ **Verso Universo em Drummond**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1975.

\_\_\_\_ **The Veil and the Mask: Essays on Culture and Ideology**. London: Routledge & Keegan Paul, 1979.

\_\_\_\_ **O Fantasma Romântico e Outros Ensaio**s, Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

\_\_\_\_ **As Ideias e as Formas** - Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1981.

\_\_\_\_ *A teoria social da Transição – considerações sobre a obra de Ernest Gellner* in GELLNER, E. **Nacionalismo e Democracia**. Brasília: UNB, 1981[a].

\_\_\_\_ *Ernest Gellner e as Liberalizações Políticas* in **Gellner na UNB**: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 17 de a 20 de março de 1980. Brasília: Editora UNB, 1981[b].

\_\_\_\_ *Gellner em pílulas*, **Jornal do Brasil**, 06/06/1981.

\_\_\_\_ **A Natureza do Processo** – Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, Coleção Logos, 1982.

\_\_\_\_ **O Argumento Liberal** – Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, Coleção Logos, 1983.

\_\_\_\_ **O Elixir do Apocalipse**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1983.

\_\_\_\_ **Michel Foucault ou o Nilismo de Cátedra**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985;

\_\_\_\_ **O Marxismo Ocidental**. Rio de Janeiro: Ed. Nova fronteira, 1990.

\_\_\_\_ **Rousseau e Weber: Dois Estudos sobre a Teoria da Legitimidade** – Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1990.

\_\_\_\_ **De Praga a Paris – O Surgimento, a Mudança e a Dissolução da Ideia Estruturalista**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.

\_\_\_\_ **O Liberalismo – Antigo e Moderno** – 2ª Ed., Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.

\_\_\_\_ Et all. **José Guilherme Merquior**. Rio de Janeiro: Revista Tempo Brasileiro N° 109, 1992.

\_\_\_\_ **Razão do Poema**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª Ed., 1996.

\_\_\_\_ **O Véu e a Máscara**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1997.

\_\_\_\_ PAIM, A. e KUJAWSKI, G. de Mello. **O Liberalismo Social: Uma Visão histórica** – in Cadernos Liberais-8 - São Paulo: Massao Ohno Editor, 1998.

MISES, Ludwig von. **Ação Humana – Um Tratado de Economia**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

MOORE, B. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1993.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários a Educação**. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero – Cultura e Ideias nas Américas**. São Paulo: Cia da Letras, 1988.

NELSON, Robert H. **Economics as Religion: From Samuelson to Chicago and Beyond**. University Park, PA: Penn State University Press, 2001.

NOVE, Alec. **A Economia Soviética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1963.

\_\_\_\_ **The Soviet Economic System**. London: Allen and Unwin Ltd, 1979.

\_\_\_\_ **The Economics of Feasible Socialism**. London: Allen and Unwin Ltd, 1983.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado e Utopia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1991.

NUSSENZVEIG, Moysés. (Org.) **Complexidade & Caos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/COPEA, 2ª edição, 2003.

OLSON, Mancur. **The Rise and Decline of Nations**. New Haven: Yale University Press, 1982.

ORMEROD, Paul, **The Death of Economics**. UK: Faber and Faber, 1994.

PAHL, R. E. and WINKLER, J. T. *The Coming Corporatism*. **Challenge**, march-aprill, 1975, págs: 29-35.

PAZ, Octavio. **El Ogro Filantrópico: Historia e Política, 1971-1978**. México: Seix Barral, 1979.

PEREIRA, José Mario. Depoimento in **Dez Anos Sem José Guilherme Merquior**. Mesa redonda realizada na Academia Brasileira de Letras, em 04 de outubro de 2001, Rio de Janeiro. Participantes: Acadêmicos Eduardo Portella e Sergio Paulo Rouanet, Prof. Antonio Gomes Penna, Editor José Mário Pereira e Prof. Leadro Konder .

\_\_\_\_ O Fenômeno Merquior in Costa e Silva, Alberto. **O Itamaraty na Cultura Brasileira**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2002.

PLAMENATZ, John. **Democracy and Illusion**: an examination of certain aspects of modern democracy theory. London: Longman, 1973

POPPER, Karl R. **A Sociedade Aberta e seus Inimigos**. BH, Editora Itatiaia/SP, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

\_\_\_\_ **Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Cultrix: Ed. Universitária da Universidade de São Paulo, 1975.

\_\_\_\_ **Vida é Aprendizagem – Epistemologia evolutiva e sociedade aberta**. Lisboa: Edições 70, S/D.

PORTELLA, Eduardo. José Guilherme Merquior: destreza crítica. **O Liberal**, Belém - PA, 09.03.1996. disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/eduardo-portella/textos-escolhidos>

PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança. A metamorfose da ciência**. Brasília: UNB, 1994.

PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das Certezas**. São Paulo: UNESP, 1996. p. 96-134.

RAIFFA, Howard. *Que diferença conseguimos fazer – Uma visão do amanhã* in KERJAN, Erwann Michel-, SLOVIC, Paul (Orgs.) **A Economia Irracional - como tomar decisões certas em tempos de incertezas**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

Relatório de Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, abril de 2014.

RILEY, Patrick. **The General Will Before Rousseau**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

ROCHA, Dora e SILVA, Alexandre de Mello e (Orgs). **Marcílio Marques Moreira. Diplomacia, Política e Finanças**. RJ: Ed. Objetiva, 2001.

ROUANET, Sergio Paulo. *Um cruzado apaixonado in: Merquior, um mestre na defesa e no ataque*. **O Globo**, Rio de Janeiro, domingo, 13 de Janeiro de 1991, Segundo Caderno, seção Livros, p. 07.

\_\_\_\_ **Razões do Iluminismo**. São Paulo: Cia da Letras, 1992.

\_\_\_\_ **Mal-Estar na Modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1999

RUNCIMAN, David In Where are we now – Responses to the referendum, **London Review of Books**, Vol. 38 No. 14, 14 de julho de 2016, p. 8-15. <https://www.lrb.co.uk/v38/n14/on-brexit/where-are-we-now>

SCHUMPETER, Joseph A. **História da Análise Econômica, vol. 1**. Brasil/Portugal: Fundo de Cultura, 1964.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Bases do Autoritarismo Brasileiro**, RJ: Ed. Campus, 1982.

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. New York, Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_ **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel - Pensamento Político**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

SLOVIC, Paul (Orgs.) **A Economia Irracional - como tomar decisões certas em tempos de incertezas**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**, Livro V, Cap. I “A receita do soberano e do Estado”. São Paulo, editora Nova Cultural, 1996.

SOKAL Alan & BRICMONT, Jean. **Imposturas Intelectuais**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Democracia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. New York: Vintage Books, 1945.

TOURAINÉ, Alain. **Production de la Société**. Paris: Editions du Seuil, 1973.

TRIGO, Luciano. *O anarquista da cultura* in **O Globo**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 09 de janeiro de 1991, Segundo Caderno, p. 01-2.

TURCHIN, Peter. **War & Peace & War**. New York: New York, PI Press, 2006.

VELIZ, Claudio. **The Centralist Tradition of Latin America**. Princeton: Princeton University Press,

WEBER, Marx. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Ed. UNB, 1999.

YAM, Yanner. Bar-. **Market Failure: Interdependence in Action**, (October 3, 2008) New England Complex Systems Institute: <http://necsi.edu/research/economics/>

\*